

Universidade De São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Caminhando por uma rua sem fim: a atuação da deputada
Conceição da Costa Neves na Assembleia Legislativa do Estado
de São Paulo – 1947-1969.**

(VERSÃO CORRIGIDA)

Nicole Soares Ricardo da Silva
Orientadora: Professora Dra. Stella Maris Scatena Franco

São Paulo
2024

Universidade De São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História Social

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Caminhando por uma rua sem fim: a atuação da deputada
Conceição da Costa Neves na Assembleia Legislativa do Estado
de São Paulo – 1947-1969.**

(VERSÃO CORRIGIDA)

Nicole Soares Ricardo da Silva

Orientadora: Professora Dra. Stella Maris Scatena Franco

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção
do título de Mestre em Ciências. Programa:
História Social. (Versão Corrigida)
Orientadora: Prof.^a Dra. Stella
Maris Scatena Franco.

São Paulo

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586c Silva, Nicole Soares Ricardo da
Caminhando por uma rua sem fim: a atuação da
deputada Conceição da Costa Neves à Assembleia
Legislativa do Estado de São Paulo - 1947-1969. /
Nicole Soares Ricardo da Silva; orientador Stella
Maris Scatena Franco - São Paulo, 2023.
247 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de
concentração: História Social.

1. HISTÓRIA SOCIAL. 2. POLÍTICA. 3. RELAÇÕES DE
GÊNERO. 4. HISTÓRIA DO BRASIL. 5. HANSENÍASE. I.
Franco, Stella Maris Scatena, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Anuência do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Nicole Soares Ricardo da Silva
Data da defesa: 05/02/2024
Nome do Prof. (a) orientador (a): Stella Maris Scatena Franco

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 01/04/2024

Documento assinado digitalmente
gov.br STELLA MARIS SCATENA FRANCO
Data: 02/04/2024 06:56:26-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

(Assinatura do (a) orientador (a))

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	6
<i>Resumo</i>	9
<i>Abstract</i>	10
<i>Introdução</i>	11
<i>Capítulo I - Caminhando por uma rua sem fim: análise de uma trajetória</i>	33
1.1. Matrimônio como prisão e desquite como fuga.....	35
1.2 - Uma rua sem fim, a autobiografia.....	47
1.3. Costa Neves – Construindo uma imagem: performance e discurso.....	54
<i>Capítulo II – Na praça pública: uma mulher na política institucional</i>	73
2.1 – Caminhando por ruas tortuosas – A hostilidade nos primeiros anos de carreira.....	76
2.2 – “ <i>La donna è mobile</i> ” – Trânsitos políticos e tensões no varguismo.....	89
2.3 – Ultrapassando a cortina de ferro: viagem à URSS e anticomunismo.....	97
2.4 – Um caminho sem volta: o movimento antecessor ao Golpe de 1964.....	108
2.5. Percorrendo um caminho obscuro: movimentação após o Golpe de 1964.....	117
<i>Capítulo III - Uma mulher na política institucional: caminhos possíveis para a atuação de Conceição da Costa Neves na política e as relações de gênero</i>	131
3.1. Filantropia, ética do cuidado, maternidade e saúde pública.....	132
3.2. Educação e gênero: projetos de lei e discursos relacionados a professores e professoras.....	150
3.3. Produções legislativas relacionadas a gênero e ao trabalhismo.....	165
<i>Considerações finais</i>	179
<i>Bibliografia</i>	185
<i>Anexo I – Leis</i>	205
Anexo 1.1 – Leis e ementas – área de educação.....	205
Anexo 1.2 - Leis e ementas – área da saúde.....	209
Anexo 1.3 - Leis e ementas – área do trabalhismo.....	212
Anexo 1.4 - Leis e ementas – direcionadas às mulheres.....	215
Anexo 1.5 - Leis e ementas – outras áreas.....	216
<i>Anexo II – Projetos de lei não aprovados</i>	219
Anexo 2.1 - Projetos de lei não aprovados e ementas – área da educação.....	219
Anexo 2.2 - Projetos de lei não aprovados e ementas – área da saúde.....	227
Anexo 2.3 - Projetos de lei não aprovados e ementas – destinados às mulheres.....	233
Anexo 2.4 - Projetos de lei não aprovados e ementas – área do trabalhismo.....	237
Anexo 2.5 - Projetos de lei não aprovados e ementas – outras áreas.....	246

Agradecimentos

Durante os anos de pesquisa, contei com uma rede de apoio de familiares, amigos, professores e colegas. Agradeço pelos ensinamentos e por me estimularem a continuar a jornada mesmo durante momentos difíceis.

Agradeço aos funcionários e professores do Departamento de História da USP por nos propiciarem um ambiente enriquecedor, em que o empenho acadêmico e a qualidade do ensino são privilegiadas. Agradeço aos professores que tive na pós-graduação e que garantiram o ensino de qualidade e a disseminação do conhecimento acadêmico, mesmo durante a pandemia de covid-19.

Agradeço a minha orientadora, a professora Doutora Stella Maris Scatena Franco. Obrigada por ser essa profissional que realmente me orientou por esse caminho, e nunca desistiu, mesmo com todos os percalços e dificuldades. Agradeço aos momentos em que teve um olhar crítico e rigoroso, assim como pelos diálogos, pelos ensinamentos, pelas orientações e reflexões em conjunto. Sou grata pela disponibilidade e pelos momentos em que foi mais que uma orientadora e teve uma escuta cuidadosa e generosa. Sou grata pelo seu exemplo a seguir, de ética, integridade, responsabilidade e apreço pelo rigor acadêmico.

Agradeço às equipes do Instituto Lauro Souza e Lima de Bauru e ao Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, sempre muito profissionais e solícitos em minha pesquisa, por sua organização e disponibilidade. Agradeço aos colegas que fiz em meu estágio na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pois me auxiliaram a encontrar o tema da minha pesquisa. Em especial à Bianca, que se tornou uma grande amiga e parte da minha rede de apoio, além de Olívia, Fernanda e Airton Paschoa, entre outros. Agradeço a meus colegas da Museu Paulista da USP e da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, que contribuíram de diferentes formas para que eu continuasse no processo seletivo, em especial à Tayna e Maria Helena, entre várias outras pessoas que contribuíram para a minha persistência.

Agradeço aos amigos que fiz durante o período graduação, que foram essenciais para que eu iniciasse e continuasse nesse caminho, por isso, muito obrigada, em especial à Bruna,

além de muitas outras pessoas que me ajudaram a persistir, mesmo com as negativas nos processos seletivos. Agradeço a todos os colegas que, de alguma forma, contribuíram para o enriquecimento da pesquisa, seja com apoio emocional, seja com reflexões.

Agradeço ao Grupo de Estudos em Gênero e História da USP, em que pude expandir meus estudos sobre a área de história das relações de gênero. Sou grata por nossas reuniões, atividades, diálogos e reflexões. Em especial a alguns colegas, que contribuíram de forma significativa para a minha pesquisa, como a Julia, Marcela, Natânia, Eustáquio, Romilda, Edmeia e Ana Beatriz. Agradeço aos colegas do Laboratório de Estudos de História das Américas pelas reflexões enriquecedoras nas reuniões em que pude participar. Agradeço aos meus colegas de orientação, Ana Beatriz Mauá, Thais Carneiro, Thais Rosa, Geisy Suet, Eustáquio Ornelas, entre outros, que, em diversos momentos em que estivemos reunidos, mesmo que de forma remota, contribuíram para a continuidade da minha pesquisa. Agradeço aos meus colegas da pós-graduação, que durante o período da pandemia de covid-19, em uma situação inédita, compartilharam de forma remota diálogos e reflexões que auxiliaram na minha pesquisa. Agradeço aos professores que tive na graduação e pós-graduação, que enriqueceram o meu conhecimento e deram um grande norte à minha pesquisa, os quais fazem parte dessa gama de professores excelentes. Agradeço a todos aqueles que se propuseram a ler, reler e revisar meus textos, auxiliando-me de uma forma ou de outra, muito obrigada.

Agradeço ao meu companheiro, Anderson Vicente, pelo seu cuidado, apoio, carinho e amor, por não me deixar desistir e pelas conversas e reflexões que me auxiliaram a resistir. Agradeço por sempre ter fé na minha competência, mesmo quando eu não tinha, por me dar exemplo de que nunca podemos deixar de lutar contra as injustiças, acreditar que sempre podemos fazer algo e nos posicionarmos para melhorar o mundo. Agradeço por me incentivar sempre a progredir e não me deixar levar pela tristeza. Agradeço pelo acolhimento e pelo aprendizado da nossa convivência. Agradeço por ser tutor da nossa gatinha, Oroiná, comigo. Agradeço por poder ver o amor pelos animais nos seus olhos, no dia de chuva em que a encontramos filhote, em um estacionamento de supermercado. Nunca soube se nós a salvamos, ou se foi ela que nos salvou. Agradeço por compartilhar comigo sua família, que me acolheu

com tanto carinho, obrigada à Nilza, Manoel, Vera, Andreia, Washington, Deise, Uani, Nina, Otto, Rebecca, Rocco, Ramon, entre muitos outros integrantes dessa família maravilhosa.

Agradeço à minha família pelo apoio incondicional. Em especial, primeiramente, à minha avó Lizete Ricardo, cuja memória me serviu como exemplo de força e persistência, assim como o amor que dedicou a mim fez com que me tornasse quem eu sou. À minha mãe, Maria Soares, minha irmã, Mágda Ricardo e meu pai, Ginaldo Ricardo, pelo apoio incondicional, o amor dedicado e os aprendizados, também são responsáveis pelo que me tornei. Agradeço aos meus animaizinhos, Oroiná e Morcega pelo amor que puderam me proporcionar. As minhas redes de apoio familiares, agradeço à Ernestina, Juliana, Júlia, Gilvanete, Ivanira, Renata, Luana, Dário, Henrique, entre vários outros familiares. Agradeço aos meus amigos de infância, que, mesmo em momentos diferentes, sempre refletiram cuidado e carinho numa rede de apoio. Em especial à Karina Carvalho, Fernanda Barbosa Guimarães, Iberê Oliveira e todos cujos nomes não caberiam aqui, mas estão guardados com carinho em minha memória e têm minha gratidão, assim como muitas outras pessoas que enriqueceram essa jornada de alguma forma, com as quais o contato diminuído pelas mudanças da vida. Foram tantas pessoas que não seria possível descrevê-las aqui.

Resumo

Este trabalho trata da trajetória de Maria da Conceição Costa Neves (também conhecida como Conceição Santamaria – nome de casada – ou Regina Maura – nome artístico), que, além de atriz teatral, foi deputada estadual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no período compreendido entre os anos de 1947 e 1969. O foco desta pesquisa será a atuação e o envolvimento dessa personagem na política institucional. O trabalho, como mencionado, busca analisar a relação que a deputada estabeleceu com a política, tratando desde temas mais gerais e tradicionais dessa instância até aqueles atravessados pelas questões de gênero. Para tanto, lidamos com questões como a produção de discurso, gênero e performance, analisamos o tema sob enfoque da história política renovada e da representação política e abordamos tópicos como o trabalhismo e o varguismo. Adentramos ainda no âmbito da história da saúde pública, uma vez que vários dos projetos de lei de Costa Neves tinham relação com o problema da hanseníase. As principais fontes utilizadas foram os projetos de lei de autoria da deputada e os seus discursos proferidos em Assembleia. Ao todo, são 194 projetos de lei aprovados, 337 não aprovados e aproximadamente 2000 discursos. Dentre eles, utilizamos todas as leis de autoria da deputada, os projetos não aprovados e 250 discursos que se encaixam nos eixos temáticos da análise. Esses discursos e projetos são referentes aos anos de 1947 a 1969, quando Conceição atuou na esfera da alta política da Assembleia Legislativa.

Palavras-chave: Conceição da Costa Neves; ALESP-SP; História Política; História das Relações de gênero; História das Mulheres; Hanseníase, História do Brasil.

Abstract

This study examines the trajectory of Maria da Conceição Costa Neves, also known as Conceição Santamaria (her married name) or Regina Maura (her stage name) who, besides being a stage actress, was a state deputy of the Legislative Assembly of the State of São Paulo from 1947 to 1969. This research focuses on her performance and engagement in institutional politics. The work, as said before, intend to analyze the relationship that the deputy has established with politics, addressing both general and traditional themes within this realm, as well as those influenced by gender issues. This research has key topics such as speech production, gender and performance, with an emphasis on renewed political history and political representation, and also deal with topics such as Labourism and Varguism. Furthermore, it incorporates the History of Public Health, since several of Costa Neves' legislative bills were related to the problem of Hansen's disease. The primary sources utilized were the legislative bills authored by the congresswoman and her speeches delivered in Assembly. In all, there are 194 approved bills, 337 unapproved and approximately 2000 speeches. Among them, we used all the laws authored by the congresswoman, the unapproved projects and 250 speeches, which fit the thematic axes of the analysis. These speeches and projects refer to the years 1947 to 1969, when Conceição acted in the sphere of high policy of the Legislative Assembly.

Keywords: Conceição da Costa Neves; ALESP-SP; Political History; History of Gender Relations; Women's History; Hansen's disease, History of Brazil.

Introdução

Esta pesquisa analisa a trajetória política de Maria da Conceição da Costa Neves, deputada estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo de 1947 a 1969. Costa Neves nasceu em Juiz de Fora, MG, em 1908. Viveu na mesma cidade até sua juventude, quando ainda durante a sua adolescência, na década de 1920, se casou e teve uma filha. No entanto, durante a década de 1930, desquitou-se e mudou-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou sua carreira de atriz, atuando na Companhia Procópio Ferreira, sob o nome artístico Regina Maura. Tendo sua filha morrido precocemente de difteria, causada por uma infecção em uma cirurgia de amídalas, Maria da Conceição abandonou a carreira de atriz e se mudou da cidade do Rio de Janeiro para São Paulo, casando-se então com o médico Matheus Galdi Santamaria e passando seu nome para Maria da Conceição Santamaria (NEVES, 1984).

Trabalhando como enfermeira durante a Segunda Guerra Mundial e ao longo de toda a década de 1940, Maria da Conceição ganhou destaque pela assistência social na área de saúde, tornando-se presidente da Cruz Vermelha, envolvendo-se principalmente com o amparo aos doentes de lepra/hanseníase. Tais ações a projetaram como figura pública e contribuíram para sua inserção na política institucional.

A partir de 1947, elegeu-se e reelegeu-se diversas vezes, sendo os três primeiros mandatos pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Após uma série de divergências com o partido, que serão melhor abordadas ao longo do trabalho, juntou-se ao Partido Social Democrático, em 1957¹, tendo sido eleita e reeleita por mais duas vezes, entre 1960 e 1963. Foi eleita e reeleita vice-presidente da Casa, sendo, portanto, a primeira mulher a assumir a presidência de um parlamento estadual no Brasil, por ocasião da viagem do presidente Roberto Costa de Abreu Sodré ao exterior.

Apoiou o Golpe Civil-Militar de 1964, sendo uma das precursoras da chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, um dos principais eventos que instigaram a opinião pública a aceitar tal movimento. Na sequência, ao perceber a perseguição política e o caráter

¹ CALIMAN, Auro Augusto, coord. Parlamentares paulistas (1835-2003) I. Título. II. SÃO PAULO (Estado) – Assembleia Legislativa – história. 2004.

autoritário do regime que se formava, a deputada o considerou uma “ditadura de direita” em seus discursos, tornando-se ferrenha opositora ao regime. Após a instituição do bipartidarismo, filiou-se ao MDB, partido de oposição. Mesmo tendo apoiado o golpe e posteriormente mudado de opinião sobre o regime que se formara, Costa Neves continuou se elegendo e sendo apoiada pela opinião pública. Sua carreira na política institucional terminou quando teve seu mandato cassado pela Ditadura Civil-Militar em 1969.

Na década de 1970, já fora da política institucional, participou de movimentos pela anistia política para aqueles que foram punidos por seus atos durante o regime de exceção. Em 1984, publicou sua autobiografia, intitulada *Rua sem Fim* e, posteriormente, as obras *Na Esquina do Mundo*, *Livros de Portugal* e *Na Praça da Vida*, livros de poemas de sua autoria. Faleceu de infarto do miocárdio em 15 de julho de 1989.

Sua vida política foi marcada por uma postura pouco coerente em relação a uma linha político-ideológica. Cabe citar que Conceição da Costa Neves se envolveu com a política logo depois da abertura democrática, em 1946. Era aliada de Getúlio Vargas e se associou ao PTB, partido de centro-esquerda, que era um braço sindicalista de Getúlio, em um projeto que buscava impedir que os comunistas integrassem sindicatos e associações de trabalhadores.² Por seu trabalho na área da saúde, tinha um discurso ligado aos cuidados da mulher, à defesa dos doentes de hanseníase e ao trabalhismo. Ou seja, tinha um fazer político voltado às camadas populares, dialogando com o dito populismo, assim como seu campo político³ estava relacionado a Getúlio⁴.

A partir da década de 1950, o campo político passou a ser conturbado para os varguistas. Vários escândalos envolvendo o então presidente Getúlio Vargas criaram atritos entre seus apoiadores. Nesse contexto, a deputada sofria constantemente com contestações sobre sua manutenção no PTB, sendo que após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, foi se afastando

² Segundo Delgado, o PTB era o braço à esquerda de Getúlio Vargas, que evitaria maior inserção do PCB em sindicatos e associações de trabalhadores, já o PSD era o braço à direita, que manteria a influência da figura de Vargas entre as elites. (DELGADO, 2011, p. 29 e 33).

³ O conceito de campo político foi abordado por Bordieu em BORDIEU, Pierre. *O campo político*. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, n. 5, jan-jul, 2011. Pp 193-216.

⁴ GOMES, Angela de Castro. 1948 – A invenção do trabalhismo. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015; FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

cada vez mais do partido. Durante os anos seguintes, demonstrou seu apoio a Juscelino Kubitschek e se aproximou do PSD. Ao romper com o PTB e aderir ao PSD, teve uma posição de destaque maior que anteriormente, o que poderia explicar a sua mudança. Porém, a deputada também parecia ter divergências ideológicas com os caminhos que o seu antigo partido tomava, principalmente em relação ao anticomunismo e aos sindicatos de trabalhadores.⁵

Já entre as fileiras do PSD, a deputada Conceição da Costa Neves recebeu um convite para ir à União Soviética. Em 1957, ela foi em viagem realizada em comitiva ao VI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a ser realizado em Moscou, na então URSS. A deputada retornou ao Brasil, conforme o que revelou em discursos, com uma opinião muito negativa sobre o país e o comunismo. Tal fato pode ter influenciado para que ela aderisse a opiniões mais à direita. Rompeu com o PTB logo depois, mudando para o PSD, partido à direita. O momento após o suicídio de Vargas foi um período conturbado para seus apoiadores e houve várias cisões entre seus aliados, levando a uma mudança no campo político, influenciando assim sua saída do PTB. No período citado, já demonstrava adesão ao apoio a Juscelino Kubitschek, sendo que ao longo dos anos seguintes se tornou sua aliada, acirrando seu discurso contra o comunismo. Conforme mencionado, apoiou o Golpe Civil-Militar de 1964, mas se tornou sua opositora na sequência, aliando-se ao MDB⁶ quando se instaurou o bipartidarismo.

Além disso, em 1968, participou de um debate acalorado com o Diretor Augusto Boal a favor da censura das palavras de baixo-calão e nudez no teatro, atitude que se contradiz ao seu passado como atriz. Em outras situações, no entanto, se dizia contrária à censura.

A partir da interrelação entre a abordagem da história política renovada (RÉMOND, 2003) e a história das relações de gênero, esta pesquisa se propôs a analisar a trajetória política de Conceição da Costa Neves, buscando compreender em que medida a deputada atendeu a múltiplas demandas conjunturais da política regional, nacional e dos partidos políticos dos quais fez parte, as quais foram marcadas por certa alternância na sua linha político-ideológica. Além

⁵ Essa mudança também pode estar relacionada a questões pessoais, como seu divórcio, ocorrido no mesmo período, mas, como observado, pode ter relação com questões políticas, como a posição ideológica do PTB, sua perda de prestígio e poder, ou mesmo a intenção de seguir uma posição política à direita, que crescia em prestígio no país.

⁶ Foi averiguada em pesquisa inicial uma redução no número de projetos aprovados de autoria de Costa Neves após 1964. Isso, como já abordado, pode ter se relacionado à sua oposição ao Regime Militar.

disso, buscamos também compreender em que medida questões de gênero a impuseram formas de negociações particulares que corroboraram para o que podemos considerar uma postura pouco coerente em sua trajetória política.

Um dos objetivos desta pesquisa é analisar a trajetória política de Costa Neves, principalmente no que se relaciona aos constrangimentos causados pelas relações de gênero. Pois, como abordado, a deputada convivia com um ambiente majoritariamente masculino, dominante na política da época. As relações de gênero, como acima apresentadas, são marcadores que acompanham as mulheres na sociedade ocidental, os quais, apesar de se modificarem ao longo do tempo, colocam as mulheres usualmente em situação de desvantagem em relação aos homens, sobretudo na política.⁷

As questões de gênero podem ter afetado Costa Neves, fazendo com que ela tivesse de estabelecer negociações, de um ponto de vista tanto nacional quanto regional. Isso certamente não foi uma atitude exclusiva da personagem observada, nem de mulheres que se envolveram com a política, pois, de acordo com pesquisas recentes com as quais coadunamos, outros participantes da política institucional também apresentaram mudanças significativas de posição. Esses políticos escolhiam a posição mais vantajosa e não seguiam uma ideologia política clara, algo que viria a se tornar então uma prática mais relacionada a uma cultura política regional ou nacional.⁸ Tais mudanças de posicionamento também tinham ligação com o jogo de articulações políticas, o qual emerge em determinados contextos específicos.⁹ De toda maneira, os constrangimentos de gênero puderam configurar um fator significativo, o qual, por

⁷ A mulher, segundo Beauvoir (1949), é pensada como um *autre*, que não teria autonomia para decidir por si própria até mesmo sobre questões essenciais para sua existência. Esse conceito foi desenvolvido por Beauvoir em BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2016.

⁸ Esse conceito foi desenvolvido por René Remond em REMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003, e abordado novamente por Motta com relação à cultura política brasileira em MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: Culturas Políticas na História: novos estudos. Belo horizonte: Argumentum, 2009.

⁹ Do ponto de vista da cultura política, Motta (2014) aponta que, no Brasil, ela se configuraria como uma “cultura de acomodação”, que permite, até um certo limite, incorporar setores que não são absolutamente a favor de regimes discricionários, por exemplo, mas que são relativamente moderados. Nessa “acomodação”, estão, portanto, implicadas negociações das diferentes partes. No caso de Costa Neves, embora ela tenha criticado o Regime Militar, foi a favor da censura e contra a “radicalização” da esquerda. Vale fazer uma ressalva ao termo “cultura de acomodação”: ainda que nos ajude a refletir sobre as ações da deputada, ele pode carregar alguns problemas, como uma possível confusão com uma suposta passividade política dos brasileiros, ou outros usos que remetem àqueles usados por defensores das ditaduras para questionar o grau de violência, ou mesmo a intolerância das decisões políticas por parte dos representantes desse regime de exceção.

sua vez, se soma a outras possibilidades. Para analisarmos essa questão, atentamos tanto aos contextos e às conjunturas políticas brasileiras no período vivenciado pela deputada estudada, quanto às relações de gênero implicadas em sua trajetória política.

Ainda, dentre os objetivos desta dissertação, está o esforço de descobrir se a questão está colocada como parte da cultura política brasileira ou afetaria particularmente mulheres que se envolvem com a política. Essas oscilações políticas se mostram especialmente interessantes quando se somam ao fato de que Conceição da Costa Neves sempre se candidatava ao mesmo cargo. Isso poderia significar que ela tinha uma base relativamente fixa de eleitorado e que deve ter criado estratégias próprias para garantir esse respaldo, mas sem alçar cargos mais altos. Um dos motivos levantados se relaciona ao seu envolvimento com a saúde pública e com os sindicatos, atendendo às suas reivindicações de forma regional, podendo ter contribuído para tanto. Para responder a essa questão, procuramos entender como ela operou para construir uma base eleitoral representativa das propostas que apresentava¹⁰ e como trabalhou sua própria imagem, lançando mão das representações normativas de gênero.¹¹

Se, por um lado, pode-se pensar que as suas sucessivas reeleições são significativas tendo em vista a baixa participação política das mulheres, por outro lado, como já levantado, ela sempre se candidatava ao mesmo cargo. O que teria determinado essa configuração? Nesse sentido, direcionamos nossos esforços em descobrirmos até que ponto ela não tinha abertura dos partidos para propor cargos mais altos e até que ponto a iniciativa partia da própria personagem.¹²

Os outros objetivos principais da pesquisa estão mais relacionados às relações de gênero. Nessa direção, é também objetivo deste trabalho entender se as relações de gênero de Costa Neves influenciaram na forma como exercia seu cargo oficial na política e, principalmente, se marcava uma tendência a lidar majoritariamente com os problemas das

¹⁰ O conceito de representação política pensado dessa forma foi abordado por Young em YOUNG, Iris. Representação política, identidade e minorias. São Paulo: Lua nova, 2006. Do original Inclusion and democracy, 2000.

¹¹ Aqui as representações são pensadas a partir de Chartier em CHARTIER, Roger. O mundo como representação. São Paulo: Revista de Estudos Avançados, v. 11. n. 5. 1991.

¹² Em análise inicial da trajetória de Costa Neves, é perceptível que ela tinha uma base eleitoral fixa, mas se candidatou sempre ao mesmo cargo por 6 legislaturas, vencendo em todas essas vezes.

mulheres. Tal cenário passa a ser revelado nesta pesquisa ao nos basearmos nos projetos de lei aprovados e não aprovados propostos pela deputada.

Na perspectiva das relações de gênero, em que este serviria como articulador e desarticulador de poder, o objetivo, então, foi descobrir como funcionavam essas articulações ligadas ao gênero, raça e classe social do objeto de estudo. O objetivo aqui é perceber quais as concessões e negociações da deputada e em que momento ela cedia às pressões de gênero e em que momentos as subvertia.

No sentido de explorarmos tal questão, analisamos se a deputada produzia políticas públicas relacionadas ao gênero feminino, bem como se cedia a pressões causadas pela misoginia e moldava seu discurso a fim de se assemelhar aos legisladores do gênero masculino. Dessa maneira, buscamos entender se ela procurava abarcar todas as mulheres ou se sua produção se direcionava a políticas para um grupo específico de mulheres. Ainda, nossos esforços se concentraram em compreender se as bandeiras que a deputada levantava se relacionavam à imagem do feminino, o que era esperado dela e de que forma se relacionava com a produção legislativa. Não obstante, analisamos quais negociações necessitava realizar para ocupar espaços ou produzir por meio de legislação e como isso se relacionava aos cargos que desejava ocupar. Buscamos, entretanto, relacionar como os grupos beneficiados pela produção legislativa da deputada se associavam a privilégios cotejados à raça e classe social. Pesquisamos também se essa produção se dava respondendo às expectativas sobre uma mulher em posição de poder naquele período.¹³, além de refletirmos se sua produção em torno das mulheres fazia com que ela se sobressaísse dentre outras mulheres na política institucional e, em caso positivo, como isso ocorria.¹⁴

Para averiguar as questões voltadas à sua produção legislativa com relação ao gênero feminino, também abordamos questões relacionadas à misoginia que Costa Neves sofreu e

¹³ Segundo Young (2006), podemos sentir-nos representados politicamente por múltiplas facetas daquilo que consideramos nosso eu, sendo que geralmente escolhemos uma versão melhorada daquilo que acreditamos nos representar.

¹⁴ Como analisado por Joan Scott (1995), a experiência política dos personagens estaria atravessada por seu gênero, sua cor, nacionalidade, classe social e suas experiências. As características poderiam não se manter as mesmas por toda a vida, mas conferiam privilégios para aqueles que seguiam seus padrões. A agência das mulheres seria limitada, em diferentes níveis, a depender de seus privilégios.

como isso afetou sua produção política. No entanto, no que diz respeito à questão, averiguamos se no caso de uma mulher que está em altas posições de poder institucional do Estado, a sujeição ao poder disciplinador teria diminuído ou Costa Neves teria se tornado seu agente¹⁵, atuando em um papel opressor. Nesse sentido, observamos se para sobreviver no ambiente hostil masculino, a deputada teria adotado um comportamento consonante com a performance masculina, apesar de sua aparência física continuar alinhada à performance feminina.^{16 17}

Analizamos, ainda, se a hostilidade da recepção de suas ideias e projetos teria afetado a sua produção futura. Nosso esforço, nessa direção, foi de compreender como sua produção em relação às mulheres se relacionava com a construção de sua imagem alinhada a personagens masculinos de impacto político, como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek.¹⁸ Isso porque ela se utilizou de um tipo de produção de imagem a qual havia alcançado grande sucesso em outros países da América Latina, como na Argentina, com Evita Perón¹⁹, e Ivete Vargas, jornalista que era sobrinha-neta de Vargas e se lançou candidata pelo PTB em 1950.²⁰

Outra hipótese de pesquisa foi entendermos como ela relacionava o gênero à expectativa da ética do cuidado²¹ e às discussões da ciência sobre a hanseníase. A deputada se utilizava

¹⁵ O poder aqui é pensado a partir de conceitos desenvolvidos por Foucault em FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Editora Paz & Terra. 6ª Ed, 2017.

¹⁶ A performance aqui é pensada a partir de Butler, que a configura como um identificador de gênero que pode ser manipulado pela personagem, no caso, o conceito foi desenvolvido em BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

¹⁷ Costa Neves cultivava uma imagem que evocava maternidade e passividade e em outros momentos assumia uma postura mais “agressiva”. As duas primeiras características, esperadas pela sociedade de uma mulher, já a última mais relacionada ao comportamento esperado de um homem. Ela construía imagens e representações sobre si própria como uma mulher “masculinizada”, o que poderia ser lido ao mesmo tempo de forma negativa – por conta dos preconceitos inerentes a tal atitude – e de forma positiva – dado que a política institucional era vista e praticada dentro do âmbito daquilo que era considerado masculino. Para sobreviver no campo político, muitas vezes as mulheres se utilizavam dessa circulação entre estereótipos.

¹⁸ Esse tipo de estratégia pode ser chamado de matrimônio político. Uma estratégia utilizada por algumas mulheres que, devido à falta de espaço que têm na política, se apoiam em uma figura masculina com destaque político, o que não necessariamente precisa ser fruto de um matrimônio real, como é o exemplo da ex-presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse tipo de aliança política, a mulher candidata se torna a versão feminina do candidato homem.

¹⁹ Em SOIHET e COSTA (2016), analisa-se a trajetória de mulheres no espaço público, entre elas Evita Perón.

²⁰ A trajetória de Ivete Vargas foi analisada por D’Araujo em D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O PTB de São Paulo: de Vargas a Ivete*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. FGV: Rio de Janeiro, 1988.

²¹ Em GILLIGAN, C. *Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, é analisado o conceito de “ética do cuidado”, que seria a socialização tipicamente feminina em torno dos cuidados com o outro, que pode se tornar uma grande carga, tendo em vista que esse cuidado não é geralmente

desse recurso em seus discursos em torno da ciência médica para se promover? Ou realmente produzia políticas públicas inseridas em uma discussão científica em torno desse assunto?

Tal hipótese se ancora em alguns fatos, conforme colocamos a seguir: Costa Neves se envolveu com a enfermagem e a assistência social ainda durante a Segunda Guerra Mundial, atuando como Presidente da Cruz Vermelha Paulista, cuja candidatura se usou da bandeira da defesa dos cuidados com os doentes de hanseníase. Ainda, atuou como presidente do Instituto de Profilaxia de Lepra de São Paulo. Sua trajetória política nos revela que a deputada promoveu projetos de lei relacionados aos cuidados com os doentes de hanseníase, um assunto que era frequente em seus discursos. Nesse sentido, buscamos analisar as discussões sobre saúde pública no período e como o discurso de Costa Neves estava inserido nessas discussões. Em um esforço para respondermos à pergunta acima colocada, analisaremos como ela se utilizava de sua posição de deputada para produzir legislação em torno desse assunto, além de como se utilizava do assunto da hanseníase em seus discursos, em sua produção legislativa e como isso influenciava sua base eleitoral. Ainda, almejamos entender como se articulava com relação às tendências políticas regionais, nacionais, e mesmo mundiais, no que concernia à hanseníase e à saúde pública.

Por fim, buscamos compreender a quem se destinava a sua produção política por meio da legislação. Temas como educação e trabalhismo sempre estiveram presentes em seus discursos e projetos de lei, porém, sua bandeira de campanha sempre esteve mais atrelada à saúde pública. Dessa maneira, procuramos aventar os motivos para que ela adotasse tal discurso em campanha, uma vez que em vários dos seus mandatos, sua produção em outros assuntos ultrapassava em muito a área da saúde.

As principais fontes utilizadas para a análise abarcaram os projetos de lei de autoria da deputada, bem como seus discursos, proferidos e taquigrafados em plenária de 1947 a 1969. A partir da análise dos projetos de lei de autoria da deputada que foram aprovados, assim como seus discursos, pudemos mapear quais as suas principais práticas políticas.

dividido com os homens.

São, ao total, 194 projetos de lei aprovados que versam principalmente sobre questões que podemos relacionar às perspectivas de gênero, como a assistência social (que abarca educação e saúde), a representação da maternidade (com a projeção da imagem de Costa Neves como “mãe dos trabalhadores”, relacionada a concessões a operários da indústria, a trabalhadores agrícolas e a policiais), a concessão de pensão ou auxílio a mulheres viúvas e a concessão de direitos a professores, cuja mão de obra era em boa parte feminina, estando assim ligadas aos cuidados e educação. Além das possibilidades de conectarmos as fontes à questão de gênero, é possível associá-las às temáticas do trabalhismo e da assistência social. Nesse viés, há materiais sobre trabalhadores das estradas de ferro, funcionários públicos e instituições de saúde.

Analizamos a totalidade dos projetos aprovados, isto é, 194 leis.²² Já os discursos tiveram de ser recortados. De um total de 2000 discursos, selecionamos 250. A seleção se deu com base nos eixos da pesquisa, tais como a história política (abordando temas como os embates políticos, críticas à oposição e censura) e a história das relações de gênero (com documentos que fazem referência à maternidade, à educação, ao trabalho, à cultura e à saúde). O recorte dos discursos também foi definido a partir da conexão que estes estabeleciam com os projetos de lei aprovados.

Além dos projetos e discursos, que são as fontes principais, dispusemos de fontes complementares, que compuseram uma gama diversificada de documentos no que se refere aos suportes e ao conteúdo. Uma das principais fontes complementares é a autobiografia de Conceição da Costa Neves, intitulada *Rua sem fim: autobiografia*. Publicada em 1984, a obra versa principalmente sobre o início da vida e da carreira de Costa Neves como atriz e é relevante para entendermos a construção da personagem que depois entraria para a política institucional.

O Instituto Lauro Souza e Lima, localizado na cidade de Bauru, armazena uma documentação pessoal da deputada que foi doada pela sua família, por entender que sua história estava relacionada à história do instituto, que abrigou doentes de hanseníase, tema ao qual Conceição se dedicou. Lá está uma parte importante de documentos pessoais e outros oficiais

²² Como citado anteriormente, existem 335 proposições da deputada que não se tornaram leis, elas serão analisadas conforme necessidades temáticas da pesquisa, por motivos de quantidade.

que foram guardados pela deputada, como diplomas, registros variados sobre prêmios, conquistas, reconhecimento, além de recortes de jornais, todos relacionados à carreira de Costa Neves, além de cartas e fotos da deputada. Em 2018, tive a oportunidade de estar no acervo e fotografar todo o material existente em suporte de papel, incluindo fotos, cartas, jornais, diplomas e prêmios. Não recebi autorização, à época, para fotografar o acervo material, contendo roupas, joias, placas, medalhas e fotos enquadradas, mas foi possível ver essa parte do acervo.²³ Além dessas fontes, utilizamos também publicações na imprensa, principalmente nos jornais O Estado de São Paulo, A Tribuna e Correio da Manhã.

A escolha por tais fontes se ancora nos conceitos expostos por Porto (2016), ao analisar o discurso do jornal “O Estado de São Paulo” e a veiculação de reportagens negativas sobre Conceição da Costa Neves.

A metodologia de análise das fontes desta pesquisa foi ancorada em dois eixos principais de análise da trajetória de Conceição da Costa Neves. O primeiro eixo diz respeito à história política renovada, já o segundo se refere à história das relações de gênero, entendendo que ambos se entrelaçam na trajetória da deputada. Não podemos deixar de realizar, ainda que brevemente, uma discussão sobre as fontes de áudio e sua transcrição para o texto escrito, a partir da taquigrafia.

Para uma análise das fontes pautada na história política renovada, buscaremos nos referenciar como base ao seu principal precursor, René Remond. A história política renovada tem por entendimento que a história política não se restringe às biografias e aos grandes feitos, mas sim abrange todas as áreas da sociedade, tais como a história social, econômica ou, como é o caso, a perspectiva de gênero. Portanto, ao analisarmos as fontes, buscamos nos ancorar nos estudos sobre política já realizados, como aqueles de autores como o já citado René Remond. Ainda, em um contexto e desdobramento mais relacionado ao Brasil, utilizamos as reflexões de Patto Sá Motta (2009 e 2014-A).

²³ Sobre a atuação da deputada no que diz respeito à política para tratamento dos doentes de hanseníases, há uma documentação no acervo do Museu Emílio Ribas, de São Paulo. Essa documentação está catalogada, mas o acervo está indisponível em razão da pandemia. A depender da abertura do acervo, essas fontes serão integradas à pesquisa.

A história política renovada surgiu a partir do interesse de nos distanciarmos dos estudos da história política, que a entendiam como a história dos grandes nomes e grandes feitos da política institucional. Essa revisão, ou renovação, entende que a história política não está somente nessa esfera, mas que a política pode estar em diversos campos. Nesse sentido, estudar personagens femininos na política institucional já seria fugir do padrão do qual a história política renovada quer se distanciar, pois, ao longo da história, as mulheres foram relegadas ao âmbito do privado e os homens ao âmbito do político ou público²⁴, portanto, os grandes nomes estudados geralmente se referiam ao âmbito do masculino. Ao relacionar a história política com a perspectiva de gênero, entendemos que a política se associa às mais diferentes esferas da sociedade, permitindo assim que se realizem pesquisas históricas com esse enfoque. Um desdobramento dessa linha de pensamento é o conceito de cultura política, que seriam padrões culturais e políticos seguidos por certas esferas políticas, nações ou povos. As análises de Patto Sá Motta (2009 e 2014) seguem a linha de pensamento dessas vertentes historiográficas. Sá Motta (2014) entende que a cultura política brasileira seria uma cultura de acomodação²⁵, pretendemos, portanto, pesquisando a trajetória política de Costa Neves, entender os pontos de tensão dessa teoria ou de afirmação dela.

O segundo eixo de análise, que esteve diretamente ligado ao primeiro, é a história das relações de gênero. Nessa categoria, conseguimos observar as relações de poder intrínsecas a uma personagem de determinado gênero, raça/etnia ou classe social. Não menos importante é

24 Adotamos aqui o conceito de público ou político versus privado, entendendo que não são conceitos neutros e nem de esferas separadas, mas sim que se relacionam entre si. Existe uma ampla discussão conceitual sobre sua definição, como, por exemplo, a discussão desenvolvida por OKIN (2008, p. 306). Entretanto, por motivos de fluidez e espaço, utilizaremos esses termos com o compromisso de discorrermos sobre sua conceituação e desdobramentos durante a pesquisa.

25 A acomodação conceituada por Sá Motta (2014) seria um conceito de que a política brasileira busca mais negociar e acomodar os conflitos, cedendo em certos momentos, que os reprimir frontalmente, a exemplo de outras culturas políticas. Isso não quer dizer que regimes autoritários no Brasil não tenham sido extremamente repressivos e violentos, mas se trata de reconhecer que existia uma certa negociação para a manutenção do aparato repressivo. Esse conceito de acomodação, que pode ser por vezes confundido com a ideia do “homem cordial” desenvolvida por Sergio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1936), é aqui adotado com a ressalva de entender que a repressão pode se dar de diversas formas, e que a acomodação também pode ser feita por vias violentas. Portanto, entendemos aqui que essa negociação para uma acomodação dificilmente seria muito benéfica para camadas mais desfavorecidas socialmente ou economicamente da sociedade, servindo para acalmar ânimos e evitar movimentos de rompimento ou revolta.

a agência desses personagens no sentido de comporem a sua trajetória, muitas vezes fugindo dos estereótipos e expectativas sociais.

A perspectiva de gênero vem sendo usada desde meados de 1980 em pesquisas que visam entender como as relações de gênero influenciam na construção das identidades. Pesquisadoras como Joan W. Scott (1999) vêm desenvolvendo trabalhos acerca da mulher no âmbito da política institucional, levando em consideração as negociações e concessões que essas mulheres utilizam nesse ambiente tão hostil à presença do gênero feminino. Scott vê o gênero a partir de uma perspectiva relacional, na qual não é possível estudar o indivíduo sozinho, mas sim com base nas relações de gênero que esse sujeito mantém. A autora desenvolve alguns dos conceitos que utilizaremos para a análise das fontes a partir de uma perspectiva de gênero. A partir da experiência, analisa como se dá a diferença de gênero nas altas esferas de poder e suas implicações. O gênero, na visão da autora, seria uma forma de dar significado às relações de poder, ou por meio do qual o poder seria articulado (SCOTT, 1995, p. 88). Dessa forma, faz-se necessário pensar o gênero como elemento articulador das relações de poder, contexto no qual o gênero feminino geralmente é prejudicado mesmo quando chega às altas esferas.²⁶ Nessa perspectiva, poderíamos pensar tal categoria com uma natureza analítica, que se aplica às diferenças percebidas entre as relações de gênero (FRANCO, 2015).

A pesquisa pretende também desenvolver uma análise performática de gênero exercida pela deputada na Assembleia, muitas vezes confundida com uma performance que poderia ser considerada ‘masculina’, por ter um caráter agressivo. Já em outros momentos, a deputada desenvolvia uma performance que poderia ser considerada ‘feminina’, quando assim se mostrava propício. Dessa forma, ela circulava entre uma performance e outra, dependendo da situação. E foi isso que permitiu um maior aproveitamento das opções de negociação e concessões que a deputada desejava para alcançar seus objetivos. O conceito de performance a ser utilizado no trabalho diz respeito àquele explorado por Judith Butler (2016).²⁷

²⁶ Utilizaremos essa perspectiva de análise de Scott com uma certa parcimônia, devido às limitações do estudo da autora em relação à política se associar ao recorte geográfico do seu objeto de estudo, porém, não podemos nos esquecer da característica regional da política brasileira, que é diferente da cultura política de outros países.

²⁷ Assim como Butler, neste trabalho entenderemos gênero a partir de suas múltiplas possibilidades, fugindo da associação necessária entre gênero e sexo. Porém, apesar de entender que o gênero e sexo são objetos socialmente construídos, entendemos que tais objetos, expectativas e discursos construídos sobre eles trazem consequências de

Nossa análise das fontes sobre uma mulher em posição de poder foi calcada em conceitos desenvolvidos por Foucault (2017). Nesse contexto, é importante ressaltar que a deputada não defendeu todas as mulheres em seus discursos e nem levantou bandeiras feministas de forma explícita, o que nos fez pensar nas malhas de poder e nos micropoderes que as mulheres podem explorar nessas condições. Michael Foucault (2017) não entendeu o poder como uma realidade que possua uma natureza. Para o pensador, o poder está em constante transformação e o Estado não é considerado uma forma única de poder, ou seja, a inexistência do Estado para o autor não implicaria exterminar o poder. As mulheres são historicamente submetidas à pressão do poder disciplinador, dos corpos, do tempo, da sexualidade, enfim, de toda a sua existência. Portanto, pudemos investigar nas fontes como o poder afeta alguém pertencente a uma minoria, bem como se a sujeição ao poder disciplinador diminuiu ou a transformou em seu agente.

Relacionamos ainda a questão de gênero às expectativas que eram criadas pelos eleitores sobre as mulheres em posição de poder naquele período. Entendendo que as mulheres estiveram historicamente relacionadas ao estereótipo da maternidade, ao cuidado e à assistência social, como a ética do cuidado (GILLIGAN, 1982), procuramos compreender como ela se utilizou do combate à hanseníase, uma de suas grandes pautas de campanha, para atender às expectativas sociais projetadas sobre ela. Ao voltarmos nosso olhar para as fontes, utilizaremos também pesquisas realizadas por autores que estudaram o desenvolvimento do debate científico sobre hanseníase na história da saúde pública no Brasil naquele período (MACIEL, 2007; MONTEIRO, 1987; CARVALHEIRO, MARQUES & MOTA, 2013).

As pesquisas nos ajudarão a entender se a deputada reforçava argumentos desse debate ou de um “senso comum”. Dado que as chaves de leitura disponibilizadas pela história política e pela história das relações de gênero estão intimamente relacionadas nesta pesquisa, a atuação de Conceição da Costa Neves no âmbito da política de saúde pública no combate à hanseníase proporciona um campo fértil para discussão, pois é difícil definir qual a caracterização exata da natureza de seu interesse nesse assunto. Como já desenvolvido, buscamos descobrir se esta seria

ordem prática em sociedade. Entendemos, portanto, que o discurso também pode ser concreto e material, a partir das consequências que ele traz.

uma questão de estar inserida no debate científico em torno da hanseníase ou se seria uma resposta às expectativas de gênero que a impeliam a lutar por uma causa considerada maternal. Em ambos os casos, a personagem fez uso político de seu envolvimento. Entendemos ainda que todos os temas apresentados estão entrelaçados quando se trata da trajetória política de Conceição da Costa Neves, tanto a análise sobre relações de gênero, o debate sobre a hanseníase e saúde pública, quanto a discussão a respeito da história política.

As pesquisas que relacionaram gênero e política no Brasil se concentram principalmente nas áreas de ciência política, sociologia e antropologia. Portanto, a construção do nosso trabalho se vale de muitos conceitos desenvolvidos por pesquisas nessas áreas.

A participação das mulheres na política institucional no Brasil foi historicamente muito mais baixa que a de homens no mesmo campo. Isso se deu – e se dá – por diversos fatores, envolvendo questões estruturais, sociais e culturais. Esse movimento ganhou força no início do século XX, quando crescem as reivindicações de mulheres por mais direitos civis e políticos. Naquele momento, na grande maioria dos países, as mulheres não tinham direito ao voto, nem a pleitear cargos políticos. Seus direitos civis eram negados e elas tinham quase um status de propriedade dos maridos ou tutores do sexo masculino (THANE, 2014: 129). Como já explanado, os espaços passaram a se organizar a partir da lógica dos papéis sociais atrelados ao gênero. O homem era concebido como naturalmente associado ao público e o trabalho doméstico era considerado algo relegado àqueles que não tinham propriedades (BRESCIANI, 1992: 70).

No contexto brasileiro, alguns direitos já haviam sido adquiridos pelas mulheres antes do sufrágio²⁸, como o pleno poder de decisão e a propriedade sobre herança material.²⁹ No entanto, esse era um direito que poderia ser usufruído apenas por mulheres da elite. (MUAZE, 2008). As mulheres brancas pobres, as imigrantes brancas e as mulheres negras³⁰ lutavam pelo direito

²⁸ Alguns exemplos são: em 1827, as meninas conquistaram o direito de frequentar as escolas nos níveis mais básicos, assim como os homens e as mulheres viúvas a receberem metade do salário que seria de seus falecidos maridos. Em 1879, as mulheres conquistaram o direito de frequentar universidades, e em 1915, as mulheres conquistaram o direito de fazer depósitos em seu nome quando não houvesse oposição do marido. (Citar leis)

²⁹ Devido à frequente diferença de idade entre homens e mulheres nos casamentos, sendo as mulheres muitos mais jovens que os homens, não era incomum haver mulheres razoavelmente jovens que fossem viúvas, ricas e influentes.

³⁰ As mulheres negras, mesmo décadas após a abolição da escravidão, sofriam e ainda sofrem com o racismo, algo

à moradia digna, melhores condições de trabalho e geralmente por condições mínimas de subsistência (DIAS, 1983; 32). Nesse contexto conturbado da Primeira República, fosse por força das pressões das mulheres mais abastadas e influentes³¹ ou pela intenção de construir uma imagem de desenvolvimento do país, as mulheres adquiriram o direito político do sufrágio e se tornaram elegíveis e eleitoras em 1934. Lideradas por personagens como a botânica Bertha Lutz e a professora e indigenista Leolinda Daltro, as mulheres pressionaram a sociedade para que seus direitos civis e políticos fossem atendidos (SCHUMAHER, 2015: 62).

Poucas conseguiram se eleger nesse período. Dentre elas, no estado de São Paulo, elegeram-se como deputadas estaduais Maria Teresa Camargo e Maria Teresa Nogueira (SCHUMAHER, 2015: 102), já no âmbito federal, apenas Carlota Pereira de Queirós. Entretanto, tiveram pouco tempo para exercer o direito recém-adquirido (SCHUMAHER, 2015: 96). Em 1937, Getúlio Vargas instaurou o Estado Novo, fechando o Congresso e as Assembleias. Uma reabertura só foi possível na Assembleia Constituinte de 1947, evento em que, no estado de São Paulo, poucas mulheres participaram, estando entre elas Conceição da Costa Neves.

O marco temporal da pesquisa está definido principalmente em torno da participação político-institucional de Conceição da Costa Neves, a qual se iniciou no fim da década de 1940, mais especificamente em 1947, quando participou da Assembleia Constituinte Paulista. A deputada foi reeleita para a Assembleia Legislativa por mais 6 mandatos de 4 anos, até que teve seu mandato cassado pela Ditadura Militar no início de 1969.

Esse período é conturbado no que diz respeito à “reconstrução” das potências mundiais, e mesmo para os países emergentes, que na época eram denominados subdesenvolvidos³², que tentavam se adaptar à nova ordem mundial que se formava após a Segunda Guerra Mundial. Após as atrocidades da guerra, muito começou a se discutir sobre direitos humanos

que geralmente as levava a receber salários menores que as mulheres brancas, além de que os homens negros, que já recebiam menos que os homens brancos, acabavam tendo oportunidades de trabalho mais insalubres, o que, por sua vez, as condenava a uma maior incidência de pobreza e a piores condições de vida e saúde.

³¹ Algumas correntes de mulheres das classes operárias e pobres participavam do movimento pelo sufrágio, porém, infelizmente por conta da estrutura política e social brasileira da época, a pressão das mulheres ricas e de famílias influentes era levada em mais alta consideração.

³² A ideia de subdesenvolvimento é um conceito do qual o Brasil e diversos países do cone Sul mundial buscavam fugir, os países considerados desenvolvidos eram os países europeus e os Estados Unidos.

fundamentais aos indivíduos, principalmente a minorias políticas e sociais, dentre elas as mulheres.

No Brasil, a política nacional não estava menos conturbada. Após o fim do Estado Novo, em 1946, foram mantidas as conquistas das sufragistas de 1934 e garantidos às mulheres os direitos ao sufrágio e a concorrerem a cargos públicos nas eleições. Esse direito foi usufruído por Costa Neves, como já abordado, na Assembleia Constituinte, e depois na Assembleia Legislativa. Porém, a participação das mulheres na política institucional foi baixa, por diversos motivos que abordaremos no capítulo, os quais também influenciaram a trajetória de Costa Neves.

Tendo esta pesquisa o intuito de investigar o envolvimento de uma mulher com a política institucional, lanço mão de trabalhos como o de Joan Scott (1995), que aponta para a importância de se analisar como se dá a perspectiva de gênero nas altas esferas de poder e suas implicações. O gênero, em sua visão, seria uma forma de dar significado às relações de poder, ou por meio do qual o poder seria articulado (SCOTT, 1995, p. 88).

Existem alguns outros trabalhos importantes sobre o envolvimento de mulheres com a política no período recortado para análise (da década de 1940 até o fim da década de 1960), as quais contribuíram para as análises feitas neste trabalho. Entretanto, quando relacionados à questão de gênero, os trabalhos geralmente não versam sobre a política institucional. Menciono aqui autoras que mais se aproximaram da pesquisa nesse campo de gênero. Eva Blay (2015), que traçou as trajetórias de mulheres que conseguiram cargos na política institucional, como prefeitas ao longo do XX, e de mulheres da esquerda envolvidas com a resistência. Celi Regina Jardim Pinto (2014) publicou um artigo sobre a trajetória de Suely de Oliveira, deputada eleita no Rio Grande do Sul, no mesmo período em que Costa Neves se envolveu com a política. Rachel Soihet (2013) fez um balanço da trajetória de Zuleika Alambert³³ em publicação para os Cadernos Pagu. Hildete Pereira de Melo (2018) traçou uma trajetória das conquistas políticas institucionais de mulheres, principalmente no Brasil.

³³ Como já citado, Zuleika entrou no mandato em 1947, mesmo período que a deputada aqui estudada.

A historiografia do movimento feminista geralmente o divide em três ondas: a primeira delas data do começo do século XX, quando as mulheres lutavam por direitos civis e políticos, autonomia financeira, jurídica. Já a segunda onda tinha como bandeira a luta pelos direitos reprodutivos e do corpo, nas décadas 1960 e 1970. Por sua vez, a terceira onda teria sido uma resposta a alguns problemas da segunda onda, discutindo-se questões ligadas à raça, classe e sexualidades. A utilização desses termos levará em conta que essas definições são fortemente relacionadas ao contexto histórico da Europa e dos Estados Unidos (FRASER, 2007), além de assinalarem uma espécie de linearidade na análise do movimento feminista, o que nem sempre corresponde à realidade histórica. Seu uso é, portanto, uma referência para nos situarmos no tempo e nas tendências mais gerais desses movimentos, mas, pelas razões explicadas, não levamos às últimas consequências a análise das ondas.

Existe uma análise associada à primeira onda segundo a qual, após algumas das conquistas reivindicadas, o movimento feminista teria arrefecido, tanto pela reação gerada por essas reivindicações, quanto pela dificuldade que essas mulheres encontravam na política institucional, que lhes era um ambiente hostil (THANE, 2014: 129). Poucas mulheres se enveredam pelo caminho da política institucional, preferindo lutar pelos seus direitos fora das instituições jurídicas e legislativas.

Vale lembrar que os parlamentos e congressos brasileiros ainda são majoritariamente brancos e masculinos, com pouca pluralidade de experiência, situação que poderia trazer novo fôlego e novas ideias para a política. Por isso, é importante que estudemos o que essas mulheres tiveram de enfrentar para estarem nessas posições de poder e o que alteraram ou não nas relações de gênero dentro dessas instituições políticas.

Ainda sobre as pesquisas no Brasil, o ponto de intersecção entre gênero e política no período recortado foi foco de atenção de alguns estudiosos que analisam a questão do surgimento de grupos de direita formados por mulheres donas de casa. Esses trabalhos evidenciam o fato de as mulheres se unirem sob a égide de políticos, aristocratas e militares. Eram geralmente parentes das líderes que se tornavam mentores dessas mulheres nas principais capitais do país. No contexto do Golpe Militar de 1964, esses grupos figuraram como importantes apoiadores do novo regime instaurado (CORDEIRO, 2009 e SIMÕES, 1985).

É relevante considerar ainda que mulheres de elite olhavam para Conceição da Costa Neves com desconfiança e preconceito de gênero, considerando-a indigna de representar tal grupo na política institucional. (PORTO, 2016).³⁴ Essas mulheres da elite viam com suspeição o populismo varguista e o trabalhismo sindical e acreditavam que ambos eram tendências muito à esquerda. Elas circulavam entre as donas de casa mais pobres divulgando as suas ideias e crenças, com o propósito de obterem o máximo apoio para o possível golpe (SIMÕES, 1985), talvez por isso não tenham visto na deputada uma representante legítima dentro da Assembleia Legislativa. Afinal, não é somente a questão de gênero, como se identificar como mulher, por exemplo, que fazia com que os eleitores votassem em Costa Neves, poderiam existir outras clivagens que influenciassem essa identificação, poderiam ser políticas, de classe, de cor, profissionais etc.³⁵

Além disso, seu local de nascimento (o fato de a deputada não ser uma mulher de origem paulista), sua fama pregressa no teatro e uma imagem negativa amplamente veiculada por alguns jornais³⁶ faziam dela, possivelmente, um modelo a não ser seguido pelas mulheres da elite paulista (PORTO, 2016). Porém, isto não impediu que a deputada apoiasse a “Marcha com Deus, pela família e pela liberdade”.³⁷

Conceição da Costa Neves tem em seus projetos de lei aprovados um número considerável de concessões de pensões ou auxílios a algumas mulheres específicas, como viúvas de militares ou funcionários públicos. Um dos intuitos deste capítulo será descobrir quais são as relações da deputada com essas mulheres, com a cultura política nacional e regional. Outros temas tratados em seus projetos de lei são os doentes de hanseníase, os institutos que se propunham a tratar de assuntos relacionados ao tratamento da hanseníase em especial, à saúde

³⁴ Em seu artigo, Porto (2016) analisa o discurso contrário à hanseníase presente no jornal O Estado de São Paulo, abordando um exemplo desse preconceito por meio de uma carta enviada ao veículo, que será melhor analisada mais à frente.

³⁵ Young (2006) caracteriza esse efeito eleitoral como “outras esferas representativas de uma mesma existência”, ou seja, os eleitores podem votar por se sentirem representados dentro da esfera política por diversas características do candidato.

³⁶ Principalmente pelo jornal O Estado de São Paulo, reconhecidamente antivarguista e apoiador da política de combate à hanseníase do governo do estado, somado ao fato de Costa Neves ser aliada da ala varguista do governo e contrária à política em relação à saúde pública pleiteada pelo governo do estado de São Paulo. (Porto, 2016).

³⁷ A “Marcha com Deus, pela família e pela liberdade” foi um acontecimento decisivo no apoio da opinião pública ao Golpe Civil-Militar de 1964, pois imprimia a ideia de que existia um forte apoio popular ao movimento golpista. (MOTTA, 2019)

em geral, ao magistério, às escolas, aos profissionais das estradas de ferro, aos funcionários públicos, entre outros temas menos aparentes, mas todos relacionados à ideia da filantropia e do trabalhismo.

Buscamos entender as tensões entre o público e o privado, no sentido de compreendermos que as mulheres têm sua vida privada levada muito mais em consideração que os homens na esfera pública. (OKIN, 2008, p. 309) Ou seja, tendo um histórico que não entrava muito nos padrões condizentes com a moral e os bons costumes – a deputada era uma mulher duas vezes divorciada e tinha sido atriz do teatro –, a deputada tensionou os padrões das relações entre o público e o privado e conseguiu se reeleger usando um discurso conservador.

As mulheres foram historicamente subjugadas ao âmbito do privado, enquanto o espaço público ficava com os homens. Não queremos aqui afirmar que há uma separação real entre o privado e o público/político, pois tal separação é imaginária e construída (OKIN, 2008, P. 306). Porém, não podemos negar que, materialmente falando, as mulheres eram e ainda são pensadas como ligadas aos cuidados do doméstico, mesmo quando vão para o espaço público, é pedido delas que continuem exercendo o papel dos cuidados domésticos, utilizando-se seja do trabalho de outra mulher, seja de seu próprio trabalho.

O público na sociedade moderna foi construído de forma que aquele que tiver direito ao público será o sujeito que, tendo capital para manter em ordem o privado/doméstico, poderá desfrutar do público. As mulheres não eram pensadas como sujeitos passíveis de possuírem propriedade, mas sim como a propriedade, que fazia parte do doméstico (BRESCIANI, 1992: 70). A relação que se cria aqui é aquela em que a emancipação de mulheres de uma classe mais privilegiada racial e socialmente se torna a condenação de mulheres menos privilegiadas racial e socialmente a esse trabalho precário e doméstico (DIAS, 1983: 32). Este capítulo, por motivos de espaço e tema, não pretende se prolongar sobre a discussão das relações de classe, raça e gênero no âmbito do público e do privado.

A mulher, além de ser pensada como propriedade, foi pensada como o não sujeito, ou o outro. Outro em relação ao sujeito masculino, assim como o outro não-ocidental em relação ao ocidental (BEAUVOIR, 2016: 14). O sujeito masculino não é pensado aqui como neutro, o sujeito masculino é transpassado por várias questões de sexualidade, raça e gênero e

influenciado pelo padrão do sujeito a ser seguido (BUTLER, 2016; 26). Apesar de não serem considerados neutros, os homens, cisgênero e brancos, desfrutaram e desfrutam de privilégios sociais dos quais outras existências não desfrutaram e nem desfrutam.

Até hoje a política brasileira é majoritariamente masculina, cisgênero e branca, e a falta de pluralidade de experiências e ideias pode ser prejudicial para a sociedade como um todo. A ausência de mulheres em espaços públicos é influenciada pela presença de um ideário do padrão masculino, que é hostil às presenças plurais em espaços de decisão que deveriam ser coletivos. A nossa personagem analisada nos revela que a influência opressora do masculino está presente em vários momentos de sua existência, desde a necessidade de mudança de cidade até o abandono da carreira como atriz. Podemos percebê-la em um constante movimento de negociação para se manter presente no espaço público e na vida profissional.

Para desenvolver este trabalho, contaremos com três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado Caminhando por uma rua sem fim: análise de uma trajetória, abordaremos questões biográficas de Costa Neves e sua entrada na carreira política institucional, a partir de uma divisão em quatro subcapítulos. O capítulo discorre sobre a juventude de Costa Neves, seu primeiro casamento, seu relacionamento com Procópio Ferreira e seu último casamento, com Matheus Galdi Santamaria. O objetivo é entender como a questão do divórcio veio a influenciar posteriormente a carreira política de Costa Neves.

Esse capítulo também investiga a participação de Costa Neves na cena teatral na época em que foi atriz da Companhia Procópio Ferreira, buscando descobrir em que área do teatro nacional Costa Neves estava inserida, como foi construída sua figura pública e carreiras a partir da atuação no teatro e qual foi seu posterior impacto em sua carreira como deputada estadual. Também estudaremos a utilização da autobiografia como fonte de análise histórica e suas imbricações para a construção deste trabalho, bem como a inserção de Costa Neves na área da saúde pública e a entrada na área da política institucional e reconstrução da imagem de pessoa pública como deputada. Abordaremos, ainda, as construções de imagem que a personagem fez de si mesma, incluindo a construção da imagem da personagem, sua performance, discursos sobre ela mesma e matrimônios políticos. As fontes utilizadas foram principalmente sua

autobiografia (NEVES, 1984), publicações de jornais,³⁸ discursos, panfletos de campanha e publicações feitas pela deputada em revistas.

No segundo capítulo, intitulado Trânsitos entre partidos e posições políticas, analisaremos os trânsitos políticos da deputada. Nele abordaremos os anos mais iniciais da carreira política de Conceição da Costa Neves, quando esteve mais atrelada ao varguismo e ligada ao partido PTB, além de dissertarmos sobre suas mudanças partidárias, como para o PSD e para o MDB, o aumento da agressividade em seu discurso contra o comunismo, a participação da deputada no Golpe de 1964, sua oposição posterior, e a cassação política do seu mandato em 1969. Nesse capítulo, buscaremos abordar, portanto, a atuação política da deputada no que diz respeito à cultura política nacional.

O terceiro capítulo, intitulado Uma mulher na política institucional: caminhos possíveis para a atuação de Conceição da Costa Neves na política e as relações de gênero, foi dividido em três subcapítulos. Nesse capítulo, lidamos com a forma como a deputada legislou em relação à educação, em quais linhas científicas sobre esse assunto ela estava inserida, além de questões ligadas à área da saúde pública e como a deputada lidava com as discussões científicas nessa área. Dentre as principais questões analisadas, também estão aquelas relacionadas às produções legislativas e às relações de gênero. Ou seja, compreendermos se as relações de gênero deixaram marcas na deputada que se refletiram em produção de legislação com relação ao gênero feminino. No segundo capítulo, portanto, procuramos lidar com as questões relacionadas às relações de gênero de forma mais aprofundada, inclusive aquelas relacionadas às expectativas que sofriam as mulheres na política no período, como as áreas de educação e saúde, mais relacionadas ao estereótipo da mulher mãe e cuidadora. As fontes utilizadas nesse capítulo foram, principalmente, os projetos de lei propostos pela deputada, os quais estão disponíveis nos sites do Diário Oficial e do Acervo Histórico da ALESP, além de reportagens dos jornais O Estado de São Paulo, A Tribuna e O Correio da Manhã, panfletos de campanha da deputada, reportagens em revistas, fotos e cartas do acervo pessoal.

³⁸ Ao analisar o direcionamento político do jornal O Estado de São Paulo aqui utilizado, inicialmente acessada em Porto (2016), coadunamos comparações e pesquisas em publicações do jornal.

Aqui, buscamos introduzir o tema de pesquisa e nossos olhares sobre ele. Por ser um tema vasto, com muitos assuntos a serem abordados, destacamos que foi realizado um recorte de pesquisa dentro do qual buscamos entender as nuances dessa trajetória tão intrigante e diversa.

Capítulo I - Caminhando por uma rua sem fim: análise de uma trajetória

Legado

Vocês não me mataram!

Caminho o caminho
da vida sem fim.

Não piso mais em espinhos.

Só não ouvir a passarada,
só vão ver as crianças correndo,
velhos acenando,
flores desabrochando
campos produzindo,
sol nascendo,
a neve caindo,
os amantes se amando,
animais procriando,
- essas são as minhas tristezas.

Vocês não me mataram!

Mataram tudo
que amei na natureza.

Chorando e rindo,
com pena, olho vocês,
a todos legando
o peso pesado do meu perdão.

A morte não me matou.³⁹

(Neves, 1976.)

³⁹ Neves, Conceição da Costa. Legado. Na praça da Vida: poemas. São Paulo: Martins, 1976, pp 62.

Neste capítulo buscaremos mostrar as nuances da produção da imagem de Costa Neves, tanto a discursiva, quanto a estética. Alguns pontos de sua construção imagética foram levantados para tanto, como discursos negativos e positivos sobre sua imagem. Entre eles estão assuntos associados à sua condição de mulher desquitada, sua atuação na Companhia de Teatro Procópio Ferreira e sua associação à imagem de Vargas. Já entre as imagens positivas, estão a sua associação à imagem maternal, caridosa e preocupada com os trabalhadores. Dessa maneira, buscaremos dialogar neste capítulo com a autobiografia da deputada, no sentido de discutirmos como suas próprias memórias e discursos construíram sua imagem, bem como a bibliografia pertinente sobre os assuntos tratados por ela nesse ínterim. Ao final do capítulo, utilizaremos fontes variadas entre fotografias, recortes de jornal, publicações e panfletos de campanha para discorrer sobre a produção de sua imagem política, já adentrando no assunto do capítulo II, que será sobre sua trajetória política por meio dos seus discursos, principalmente.

1.1. Matrimônio como prisão e desquite como fuga

No início do século XX, era comum o matrimônio de mulheres jovens com homens de mais idade, como foi o caso de Conceição da Costa Neves. Esse costume, vindo dos tempos do Império, gerava várias consequências para as mulheres. Desde a submissão a um marido mais velho e experiente, que acabava dominando o viver da esposa desde muito jovem, até a viuvez precoce – o que acabava trazendo uma certa liberdade e independência financeira para essas mulheres.⁴⁰ A ideia de que as mulheres seriam uma propriedade dos homens, implícita no ritual do casamento, estava na transferência dessa propriedade do pai para o marido. Não seria de se estranhar, portanto, que esse marido tivesse a mesma idade do pai da noiva. Esses casamentos, geralmente arranjados e sem a autorização da mulher, serviam a diversos propósitos, como o aumento de renda da família da noiva, alianças políticas e sociais, a submissão da mulher a uma vida normativa de mãe e dona de casa, ou mesmo a todos esses propósitos somados.⁴¹

A partir de 1916, o Código Civil permitia somente o casamento entre mulheres maiores de 16 anos e homens maiores de 18 anos, ao passo em que anteriormente o limite de idade era menor, de 14 anos para as meninas e 16 anos para os meninos. Manteve-se a possibilidade de anulação caso não possuíssem autorização dos responsáveis legais.⁴² Como narra Levy (2009), “[...] o costume antigo era se casarem as jovens entre os 15 e 20 anos, afora alguns casos nas famílias do período colonial, quando se casavam ainda mais jovens.”⁴³ Não havia limite de idade legal para se casar, como no trecho a seguir: “[...] No limite superior também podem os velhos de qualquer idade se casar, “ainda que seja dentro do ano do luto” [...]”.⁴⁴ Também não havia nenhuma consideração sobre a diferença de idade entre os cônjuges, pois, como já citado, o costume era de que a diferença de idade entre homens e mulheres fosse de muitos anos.

⁴⁰ Em MUAZE (2008), a autora observa que desde o século XIX vem se construindo uma elite de mulheres que tem uma certa independência após a viuvez.

⁴¹ Em LEVY (2009, p. 126), a autora faz um panorama dos costumes de casamento desde a colônia até o século XXI.

⁴² Santana, Ines Helena Batista de; Rios, Luis Felipe & Menezes, Jaileila de Araújo. Genealogia do desquite no Brasil. *Psicologia Política*. vol. 17. n° 39. p. 340-350. mai. – ago. 2017, p. 344.

⁴³ Levy, Maria Stella Ferreira. A escolha do cônjuge. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 117-133, jan./jun. 2009, p. 124.

⁴⁴ Idem.

No início do século, especificamente durante a década de 1920, era comum que após a primeira menarca já se procurasse um candidato a esposo da jovem em questão. Isso evitaria filhos fora do casamento e colocaria as jovens mulheres em observância à ordem social estabelecida, podendo acontecer arbitrariamente à vontade das jovens.

Costa Neves viveu em seu primeiro casamento a situação citada acima e optou pelo desquite. Esse recurso foi utilizado porque o divórcio não era permitido por lei⁴⁵ e muito malvisto socialmente, uma vez que o casamento religioso era pensado como algo que deveria durar para toda a vida, principalmente para as mulheres. Aquelas que optaram pelo desquite eram marginalizadas e vistas com preconceito. Ainda mais se esse casamento tivesse resultado em filhos, então a mulher era considerada culpada por dividir a família e separar a criança do pai, ou perdia a guarda da criança e era culpada da mesma forma, considerando que abandonara os filhos, mesmo que não fosse permitido seu contato com eles.⁴⁶

Costa Neves, ao se desquitar, a fim de não perder a guarda de sua filha, “fugiu” para o Rio de Janeiro. Lá se envolveu com políticos influentes para que não fosse dada a guarda de sua filha ao pai dela.⁴⁷ Ou seja, para que uma mãe desquitada obtivesse a guarda de sua filha era necessário que fosse importante e influente, ou tivesse a proteção de homens importantes e influentes.⁴⁸

A partir de 1916, o desquite passou a configurar o Código Civil, mas foi regulamentado somente em 1942 de forma a manter o vínculo matrimonial, impedindo novos casamentos, mas separava o casal e seus bens materiais, como podemos observar na citação a seguir:

O desquite foi instituído no ano de 1942, a partir do artigo 315, da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil de 1916). Este era uma modalidade de separação do casal e de seus bens materiais, sem romper o vínculo conjugal, o que impedia novos

⁴⁵ O divórcio só seria permitido por lei no Brasil em 1977, na época em questão, era permitido o desquite ou a anulação do casamento após processo judicial (Santana; Rios & Menezes, 2017, p. 344).

⁴⁶ Santana, Ines Helena Batista de; Rios, Luis Felipe & Menezes, Jaileila de Araújo. Genealogia do desquite no Brasil. *Psicologia Política*. vol. 17. nº 39. p. 340-350. mai. – ago. 2017, p. 345.

⁴⁷ Utilizamos aqui o próprio relato da deputada em sua autobiografia por não considerarmos pertinente ao tema de pesquisa comprovar se ela realmente fugiu (Neves, 1984).

⁴⁸ Em Neves (1984), a autora relata que buscou a ajuda de Getúlio Vargas para que obtivesse a guarda de sua filha. Vargas já era um homem poderoso e bem relacionado.

casamentos. Assim, o desquite rompia a sociedade conjugal, pondo fim aos deveres de coabitação e de fidelidade recíproca e ao regime de bens, mas mantinha incólume o vínculo matrimonial. Nesse contexto, o termo desquite – significando não quites, em débito para com a sociedade – remete ao rompimento conjugal em uma época em que o casamento era perpétuo e indissolúvel (Brasil, 1916; Dias, 2010; Gomes, 2012).

Como foi possível observar acima, o desquite não desvinculava totalmente os cônjuges, mantendo o vínculo matrimonial. Isso se dava pela forte influência da religião cristã na forma como a sociedade lidava com as relações de casamento, ou seja, como para a religião o casamento não poderia ser anulado, mesmo que os cônjuges não habitassem mais a mesma casa e não tivessem obrigação financeira ou de fidelidade recíprocas, a lei seguia então a mesma medida.

A lei previa duas categorias de desquite: o desquite por mútuo consentimento, também chamado de amigável, em que, em geral, não eram reveladas as causas da separação, e o desquite litigioso, o qual se fundamentava em motivações explicitadas e “provadas”, no decorrer do processo judicial (Gomes, 2012; Maia, 2013).

No que concerne ao desquite litigioso, o Código Civil vigente no período determinava, no artigo 317, os motivos possíveis para se fundamentar uma ação de desquite: adultério; tentativa de morte; sevícia ou injúria grave; e abandono voluntário do lar conjugal, durante dois anos contínuos (Brasil, 1916).

(Santana; Rios & Menezes, 2017, p. 344)

Como citado, o desquite mantinha o vínculo matrimonial e podia se tornar um processo desgastante caso uma das partes não aceitasse o término amigavelmente. A legislação do desquite refletia boa parte do pensamento da sociedade à época, que acreditava que o casamento deveria ser indissolúvel e que o desquite deveria ocorrer em casos extremos. A legislação mantém o laço, definindo que os desquitados não poderiam se casar oficialmente novamente, principalmente as mulheres. Caso se relacionassem com outras pessoas, seriam marginalizadas.

Um dos assuntos mais recorrentes que Conceição destacou em sua autobiografia são seus relacionamentos amorosos, principalmente os que se desenrolaram para uma união mais estável, ou um casamento e posterior desquite. É o tom de justificativa que Costa Neves usa, mesmo décadas depois. Podemos relacionar essa forma de se expressar com os preconceitos sofridos pelas mulheres que se desquitavam de seus maridos.

No seu relacionamento com Horácio, seu primeiro marido, Conceição fez uma rememoração dos motivos para o término: “Apesar de muito mais velho do que eu, vinte e sete

anos, Horácio era um homem de aparência ótima; [...] rico, muito popular, muito simples, amigo desde [...] importantes personalidades do Estado, até o mais modesto carroceiro [...].” Costa Neves elencou elementos que considerava vantajosos na personalidade de seu primeiro marido, demonstrando um aspecto que pode ter sido elaborado por sua memória e não foi a sua opinião no momento daquele casamento, pois a seguir ela escreveu sobre o término de seu casamento. “Foi um ótimo marido, relembro, hoje, mal posso explicar nossa separação – idade? Não, não foi.” [...] Nunca pus ordem na minha memória – que é ótima – para lembrar porque casei com Horácio, assim como não posso dizer porque me separei.”⁴⁹ No trecho, Costa Neves se justificou pelo seu desquite, alegando não se lembrar do motivo do seu término. Podem ser levantadas algumas hipóteses sobre os motivos dessas afirmações. Uma delas é o esquecimento, algo comum devido à passagem do tempo ou por eventos traumáticos. Uma segunda ideia seria a mudança de perspectiva que o tempo trazia e que a fazia ter um julgamento diferente que aquele da época em que era casada com seu primeiro marido. A terceira é de que essas alterações eram causadas pelo medo do julgamento ou pressão editorial por algum tipo de supressão que pudesse ser polêmica em sua história. Aqui adentramos em um tema que será abordado com mais afinco neste capítulo: a memória.⁵⁰ Em sua autobiografia, voluntária ou involuntariamente, em diversos momentos, Costa Neves afirma não se lembrar de algumas situações, algo comum em pessoas que sofreram algum tipo de trauma ou simplesmente não desejam abordar o assunto tratado, além das hipóteses levantadas anteriormente.

Costa Neves trouxe sobre esse momento um olhar voltado ao passado, mas que também sinalizava o presente a partir do qual falava, em que questões sobre o gênero, como o divórcio, estavam sendo discutidas na sociedade. Seguiu criticando a forma com que foi realizado seu primeiro casamento: “Podia ser vendida num prostíbulo ou numa igreja. Preferi a igreja, era mais pomposo e menos sórdido e muito mais cômodo, além de agradecer à grande maioria!”⁵¹ Nesse trecho, a deputada destaca a sua situação de ter sido colocada como uma mercadoria à venda e a aparente falta de opção socialmente aceita que não fosse o casamento. Ao narrar, a

⁴⁹ Neves, Conceição da Costa. Rua sem fim. Editora das Américas, 1984, p. 37.

⁵⁰ A utilização da memória para a historiografia foi estudada por diversos autores, destaca-se entre eles, Paul Ricoeur (2007, p. 502-512), por introduzir as nuances da pesquisa histórica com a utilização da memória, trazendo estudos sobre a construção da memória.

⁵¹ Neves, Conceição da Costa. Rua sem fim. Editora das Américas, 1984, p. 36.

deputada da década de 1980 parecia condenar algo que na época era socialmente aceitável, mostrando opiniões que não necessariamente faziam parte de seus pensamentos do passado, como abordado.⁵²

Ainda utilizando sua autobiografia como fonte, Neves continua a narrativa de sua trajetória de mudança para o Rio de Janeiro, com o mesmo tom tratado anteriormente sobre seus relacionamentos: de justificativa. Ela destacou a questão financeira em detrimento do aspecto emocional em seu relacionamento com um “viúvo” de alta condição financeira. Destacou também seu relacionamento com Procópio Ferreira e sua inserção no teatro, porém, ao discorrer sobre o término de seu relacionamento, justifica-o pelo ciúme que ele sentia dela, fazendo cenas e escândalos, além da acusação de uma possível traição. A cada término, para Costa Neves, era necessário destacar como seria impossível continuar nesse relacionamento. Assim como era necessário destacar como seu relacionamento seguinte, com Matheus Galdi Santamaria, estaria fadado ao fracasso desde o início, desquitando-se após mais de uma década de casamento, conforme podemos observar na citação a seguir: “Não havia um ponto decisivo que me pudesse atrair para ele.”⁵³ Ao discorrer sobre o início do relacionamento, a deputada já destaca motivos para o término. Nesse momento, ela também se insere no tempo futuro, da escrita, e não no tempo passado, o narrado, pois ela já sabia como havia terminado o relacionamento e seu relato estava “contaminado” por saber como acabaria. Ela deu motivos como a animosidade da relação, proibições por parte do marido e agressão física. No trecho destacado abaixo, podemos observar essas e algumas outras violências.

[...] eu argumentava que as publicações daqueles trabalhos deveriam ser feitas com o pseudônimo de teatro, pois já trazia a vantagem de uma grande popularidade e que Conceição da Costa Neves ninguém sabia quem era, dependendo, portanto, de uma grande propaganda. E ele, irredutível, dizia apenas que não.⁵⁴

Nesse ponto, podemos perceber que em seus relacionamentos, a deputada sofreu preconceitos relacionados à sua atuação no teatro, contexto em que sobretudo mulheres sofriam marginalização. Essa marginalização afetou o casamento de Costa Neves, pois, segundo a

⁵² Utilizamos novamente aqui conceitos trazidos por Ricoeur (2007, p. 502-512).

⁵³ Neves, Conceição da Costa. Rua sem fim. Editora das Américas, 1984, pp 145.

⁵⁴ Neves, Conceição da Costa. Rua sem fim. Editora das Américas, 1984, pp 157.

autora, um dos motivos de conflito entre ela e seu esposo, como abordado acima, era o desejo de se utilizar do codinome de atriz, Regina Maura. Esse codinome já era conhecido por ter sido utilizado em sua carreira de atriz. Seu esposo a proibia de utilizá-lo, sendo agressivo, segundo Costa Neves. Isso se daria pela tentativa de Galdi Santamaria de afastar do conhecimento público que sua esposa tinha sido atriz.

Além da violência psicológica e física, em sua autobiografia, a deputada citou o desejo de ser mãe novamente como algo inato ao seu ser. A infertilidade de seu esposo era um dos motivos que havia minado seu casamento. Entretanto, mais uma vez parecia ser a opinião da Conceição mais velha que conseguia olhar para o assunto em perspectiva, pois manteve o casamento por muitos anos ainda, apesar da falta de filhos.

Apesar de dizer não se importar com os preconceitos, inconscientemente, talvez, Conceição fazia o que muitas mulheres fizeram e ainda hoje fazem: passar boa parte de suas narrativas dando uma justificativa para suas decisões, como se não houvesse outra opção, ou como se uma mulher não pudesse tomar uma decisão por si própria, sem a necessidade de justificá-la à sociedade. Eram necessárias forças maiores e relações que não se sustentavam. Nessa relação, o homem deveria decidir, mesmo que indiretamente, quando um relacionamento termina.⁵⁵

O divórcio só foi permitido legalmente no Brasil em 1977, o que só ocorreu após anos de luta pelo direito de pôr fim legal a um casamento que não existia mais e que gerava consequências legais e sociais para as mulheres. Costa Neves sofreu com essas consequências em diversos momentos de sua vida. No primeiro desquite, como já citado, sofreu com o preconceito e teve de fazer concessões e negociações para manter a guarda de sua filha. Já no Rio de Janeiro, foi considerada libertina por ter um relacionamento com um homem também desquitado, Procópio Ferreira – além de ser atriz, profissão marginalizada no período. O

⁵⁵ Não estamos afirmando aqui que Costa Neves devesse continuar os relacionamentos com os quais já não estava satisfeita, ao contrário, destacamos como a deputada, mesmo depois de muitas décadas, parecia sentir a necessidade de justificar o motivo dos términos. Como se uma mulher devesse viver em um relacionamento infeliz por toda a vida, e quando não o fazia, devesse se justificar como algo que fora inevitável.

primeiro desquite e o relacionamento com Procópio representaram máculas até mesmo em sua carreira política, anos depois.

Ainda no Rio de Janeiro, sua filha sofreu uma infecção após uma cirurgia de amígdalas e morreu de difteria. Segundo Costa Neves, em sua autobiografia, foi por esse motivo e pelos conflitos crescentes com Procópio Ferreira que teria se desgostado da carreira de atriz, sentindo-se culpada em trabalhar e não estar presente em todos os momentos da vida de sua filha. Portanto, segundo a deputada, esse foi o motivo pelo qual ela se casou novamente, com o médico Matheus Galdi Santamaria.⁵⁶

Esse casamento, segundo Costa Neves, foi conturbado desde seu início, mas a levou para as áreas da saúde pública e da assistência social durante a década de 1940, como será abordado mais à frente. Entretanto, esse casamento também acabou, em 1956, algo que seria incomum na época, principalmente para alguém que seguia carreira pública como ela. Ela não teve nem mesmo o sobrenome de desquitada respeitado por alguns, que insistiam em chamá-la de deputada Santamaria, seu nome de casada.

A opinião pública não se importava com as condições do casamento, com a insatisfação da mulher, independentemente do motivo. No senso comum, a mulher deveria aguentar o casamento de qualquer maneira, pois ele seria um fardo que Deus havia imputado a ela. Podemos observar no trecho de sua autobiografia, destacado abaixo, que ela sofria violência psicológica e física de seu esposo.

[...] Afinal, meus sonhos se estavam transformando em pesadelos, mesmo porque as brigas eram de caráter feio, algumas vezes chegaram à agressão física, o que me causava, passado o incidente, uma depressão tal que durante dias e dias outra coisa não fazia se não dormir o mais possível.⁵⁷

Como podemos observar, apesar de não ser um fato público, para a sociedade da época, não importava se o matrimônio era violento para a mulher ou lhe causava algum mal, pois as mulheres desquitadas eram marginalizadas mesmo assim. Entretanto, na década de 1980, o divórcio já era permitido e alguns outros direitos das mulheres vinham sendo conquistados,

⁵⁶ Neves, Conceição da Costa. Rua sem fim. Editora das Américas, 1984.

⁵⁷ Neves, Conceição da Costa. Rua sem fim. Editora das Américas, 1984, pp 157.

além do fato de que a Ditadura Militar estava em vias de acabar. Então, nesse contexto, a deputada se inseriu como sujeito de seu presente, pois, à época em que viveu o que narrou sobre violências diversas, seria mal aceita se os acontecimentos tivessem vindo a público no período.⁵⁸

O tabu em torno do rompimento com o casamento é uma das temáticas que interferiu na carreira política de Costa Neves, pois as mulheres que encerravam seu matrimônio sofriam com o preconceito de não se adequarem à norma social. Uma mulher “de bem” deveria ter um matrimônio que durasse até que um dos dois cônjuges morresse. As mulheres que optavam pelo desquite, fosse pelo motivo que fosse, como abordado anteriormente, eram consideradas mulheres que estavam indo contra um contrato feito com Deus, algo fortemente influenciado pela Igreja Católica.

Costa Neves não sofria essas violências somente no âmbito privado, mas também em âmbito público, como veremos no capítulo a seguir. Apesar de o título deste item relacionar o desquite à liberdade, podemos supor que a autonomia de Costa Neves durante o casamento, e após, era limitada pelos julgamentos sociais e pela autocensura, algo que é recorrente em sua autobiografia. As pressões sociais sobre as mulheres nesse período, principalmente as que fugiam ao padrão, geravam comportamentos em que a própria pessoa limitava suas ações para não viver consequências e sofrimentos provenientes disso.

O título deste item associa o desquite à fuga do matrimônio, que seria a prisão. Mas, como abordamos, a autonomia e liberdade das mulheres em relação a esse assunto era limitada. Poucas eram as mulheres que tinham oportunidade de sair de um casamento em que não queriam estar. Isso acontecia por dependência emocional, por motivos financeiros, guarda dos filhos, medo de julgamentos sociais, entre outros. As que conseguiam sair tinham de lidar com as pressões sociais por terem rompido com o casamento, mas, mesmo assim, era uma saída que algumas mulheres não tiveram. Mesmo que a deputada se tornasse arrimo de família, logo quando teve o seu primeiro desquite, algumas mulheres não conseguiram fugir do matrimônio por não terem condições de se manter. Entretanto, a autonomia da deputada nesse sentido

⁵⁸ Ricoeur, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 502-512.

também era limitada pelo padrão social, que no caso das mulheres, regia as oportunidades de trabalho, relações sociais e praticamente todos os âmbitos da vida delas.

Contudo, mesmo que a deputada tivesse essas máculas em sua reputação, a sua fama como mulher caridosa e mãe dos pobres, principalmente dos leprosos, parecia ultrapassar esses acontecimentos para seus eleitores, pois tinha uma base eleitoral fixa que a elegia entre os mais votados, independentemente de seu partido. A deputada, portanto, usou a maternidade como recurso para o que seria considerado uma mácula social, associada ao desquite, uma posição social de prestígio. Portanto, essa imagem, principalmente em suas campanhas, procurava ultrapassar a imagem da mulher independente e desquitada. O desquite, assim como o teatro, era um fator que marginalizava as mulheres, o qual ela encara como uma fuga em sua autobiografia, que será analisada no item seguinte.

Essa fuga não necessariamente tinha associação com a liberdade, mas sim com o medo que as relações de gênero traziam em relação ao desquite. Da mesma maneira que veio a ter limitações sociais para exercer sua autonomia ao se envolver com o teatro, muitas vezes negociando sua posição social. Isso ocorria porque o âmbito do público, por muito tempo, foi considerado área exclusivamente masculina, sendo que, em contraponto, a mulher era considerada do âmbito privado.⁵⁹ Apesar de as nuances entre o público e o privado não serem tão demarcadas como o discurso social propaga, o fato é que na prática as mulheres acabavam em sua maioria sendo pensadas como partes naturais do âmbito do privado.

O teatro é em si uma arte que necessita de público, e é realizada em público, fazendo, portanto, parte desse âmbito. As mulheres que se colocavam voluntariamente como parte do espaço público, considerado masculino, causavam estranhamento social. Geralmente eram consideradas mulheres de moral duvidosa, apesar de estarem entre os fetiches sexuais dos mesmos homens que as julgavam. Essas mulheres se tornaram alvo de tabloides, seja pelo escândalo que causavam seja pela objetificação que a sociedade fazia delas.

⁵⁹ OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 16(2), maio-agosto/2008, p. 309.

Por muito tempo, o teatro foi considerado uma área de atuação profissional que abrigava os que eram tidos como libertinos, pessoas à margem da sociedade e vistos como de pouco prestígio social. As poucas oportunidades de trabalho para as mulheres as colocavam em situação de vulnerabilidade social em todas as profissões, mas o contexto das profissões relacionadas ao espetáculo, como dança, circo, música e teatro, favorecia a prostituição e exploração sexual dessas mulheres, muitas vezes vistas com objetos, mulheres “livres” e “disponíveis”. Essa questão social relacionada ao espetáculo, e esse campo do imaginário, ligava as mulheres artistas ao “*male gaze*”⁶⁰, que remete a uma produção teatral ou cinematográfica voltada a agradar o olhar masculino, cisgênero e heterossexual. No “*male gaze*”, as mulheres eram – e são – pensadas como objeto de desejo. Mas não eram mulheres com quem os homens deveriam se casar, tampouco seriam boas mulheres para cuidar de seus filhos. Elas eram tidas como objetos e serviam como tal. Costa Neves não fugia à regra. Muitas vezes, os casos de cenas de ciúme, conforme relatados no item anterior, aconteciam pela objetificação da atriz e da ideia dos homens que a assistiam de que ao se colocar em público, estaria disponível, numa dicotomia que percorria a seguinte lógica: uma vez que o espaço público era um espaço masculino, as mulheres presentes nele seriam de propriedade dos homens.

O início da carreira teatral de Costa Neves se deu por meio de seu envolvimento social com pessoas da área do teatro, principalmente com Procópio Ferreira. O seu romance com o diretor, também desquitado, causou notícias em tabloides e jornais sensacionalistas com frequência. A marginalizada profissão de atriz somada à situação de desquitada, como já abordado, fazia com que fosse alvo dessas notícias de forma mais intensa.

O teatro de Procópio Ferreira era um teatro cômico, as peças eram espirituosas e geralmente tinham financiamento governamental. O teatro recebia financiamento

⁶⁰ Utilizamos o conceito desenvolvido por Mulvey (2006), que se refere ao olhar masculino, cisgênero e heterossexual nas produções teatrais e cinematográficas. Elas seriam feitas por homens, para homens. Mas, para Mulvey, mesmo mulheres ou homens que fugissem ao padrão cisgênero e heterossexual poderiam reproduzir esse olhar, pois ele é construído culturalmente. Mulvey, Laura. Visual pleasure and narrative cinema. In: Durham, Meenakshi Gigi & Kellner, Douglas M. Media and cultural studies: keywords. Malden: Blackwell publishing, 2006. p. 342-352.

principalmente da base de Getúlio Vargas, que procurava criar na área de artes adeptos de seus ideais que impedissem a entrada do comunismo nessa área artística. Tanto sua proximidade com Vargas quanto o financiamento estatal eram conhecidos e criticados em áreas artísticas mais à esquerda, principalmente pela perseguição feita por Vargas aos comunistas.

Em 1936, foi criada a Comissão de Teatro Nacional, que tinha como competências:

A Comissão de Teatro Nacional era dotada de competências que envolviam o estudo sobre a edificação e a decoração dos teatros, sobre o preparo de atores, o incremento da literatura dramática, a história da literatura dramática brasileira e portuguesa, a tradução de peças estrangeiras, o teatro lírico e coreográfico, o teatro infantil, entre outros aspectos. As atribuições do órgão abarcavam itens relacionados aos dois grandes conjuntos de problemas que afetavam o meio teatral naquele momento: aqueles relacionados às condições de trabalho – como a falta de teatros; e outros, referentes ao aprimoramento da cena existente, que era vista de maneira negativa pela maior parte dos críticos teatrais e intelectuais – exemplificados na ideia de incrementar a literatura dramática e na preocupação com a formação de atores.

Camargo (2011, p. 3)

Em 1937, a Comissão foi extinta e foi estabelecido o Serviço Nacional de Teatro, o SNT, que, como discorre Camargo (2011), foi responsável por: “[...] concretizar antigas aspirações do setor, com a criação de um curso e de duas companhias oficiais, embora tenha tornado a concessão de auxílios a principal atividade dos seus primeiros oito anos de existência.” O SNT concedia auxílio a diversos nomes da cena tradicional, mesmo aqueles que já tinham prestígio, como era o caso de Procópio Ferreira e Jayme Costa.⁶¹ Os pedidos aceitos eram personalistas, como discorre Camargo (2011, p. 4):

[...] muitos auxílios foram marcados pelo personalismo. Diversos pedidos foram feitos ao ministro ou ao presidente, que faziam questão de demonstrar seu interesse pelo assunto, assistindo a peças, enviando suas congratulações aos artistas, ou mesmo interferindo diretamente na concessão. Alguns artistas possuíam certa proximidade com o presidente Vargas, como Procópio Ferreira, Jayme Costa e Luiz Iglézias, o que pode ter facilitado as subvenções [...]

Tendo em vista o trecho acima, Vargas e sua equipe produziam uma categoria de aliados entre os nomes do teatro, tornando pessoal a escolha da concessão de verbas. A proximidade de Procópio Ferreira com Vargas mostra que o ator fazia parte desse círculo beneficiado pelo

⁶¹ Camargo, Angélica Ricci. O amparo ao teatro durante o governo Vargas: uma discussão sobre a concessão de subvenções (1930-1945). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011, p. 3.

político. Logo, Costa Neves, ao se relacionar com Procópio, também se aproximou da ala varguista. Essa proximidade se manteve por toda a carreira política de Costa Neves.

A região também era local de influência política, como discorre Camargo (2011, p. 9):

[...] o caráter localizado das ações do órgão que, praticamente, se restringiram às companhias do Rio de Janeiro. Em vários pareceres percebe-se que essa disposição era mesmo uma determinação do presidente da República, cabendo aos interventores dar proteção às companhias de seus respectivos estados.

Ao que parece, não era de interesse do Estado o financiamento de melhorias ou maior acesso ao teatro pelas camadas menos abastadas, mas sim criar um grupo de profissionais na área, afins ao projeto varguista de governo. Algo que o político realizou nos mais variados campos.⁶²

A sua carreira como atriz se iniciou em meados da década de 1930, após sua inserção em grupos sociais ligados ao teatro. A adesão à profissão estava ligada ao seu relacionamento com Procópio Ferreira e, segundo Costa Neves, ele mesmo a teria introduzido em uma de suas peças teatrais. Costa Neves também produzia alguns roteiros e muitas vezes suas próprias falas. As peças de teatro das quais a atriz participava eram geralmente peças cômicas, e a Companhia contava com bastante público.

A construção da imagem de atriz de Costa Neves, ou Regina Maura, seu codinome artístico, se deu vinculada à ala varguista à qual viria então a aderir institucionalmente. A imagem de atriz da deputada ficou durante seus anos de política institucional pautada de forma nebulosa por ela mesma, contudo, em sua autobiografia, a maior parte da narrativa é sobre ela, como se fosse autorizada a fazê-lo.

⁶² Camargo, Angélica Ricci. O amparo ao teatro durante o governo Vargas: uma discussão sobre a concessão de subvenções (1930-1945). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011, p. 9.

1.2 - Uma rua sem fim, a autobiografia

A autobiografia deve ser utilizada com um olhar crítico, levando em conta alguns conceitos que serão abordados a seguir. A escrita de si vem sendo utilizada por diversos trabalhos historiográficos como fontes ao longo do tempo. A autobiografia como fonte histórica deve levar em consideração a temporalidade de sua escrita, as mudanças que o tempo pode ter gerado à memória, argumentos e discursos. A autobiografia discorre muito mais sobre a época em que é escrita do que sobre a época que narra.⁶³ Entretanto, não buscamos entender se Costa Neves alterou os fatos, mas sim como a Conceição Costa Neves da década de 1980 entendia certos pontos do seu passado, além da influência das relações de gênero neles exercida.

Como já abordado, a escrita de si geralmente tem características específicas, como a afirmação de identidade, por exemplo. No caso analisado, Costa Neves parecia tentar firmar um “eu” para a posteridade sem os “erros” que acreditava ter cometido, pois, em diversos momentos, as explicações extrapolam o momento vivido e fogem para o futuro em que aquelas situações são tidas como negativas. Não podemos nos esquecer também que por ser uma publicação feita por uma editora, existem diversas interferências que podem ter ocorrido na publicação. Entre elas, o público-alvo, o momento editorial, o momento político para a publicação, além do próprio editor que acaba por fazer cortes e interferir no conteúdo. Enfim, podem ser fortes as interferências que um livro sofre entre o momento que é escrito e aquele em que é publicado. A autobiografia de Conceição da Costa Neves foi publicada em 1984, e, assim como tudo, teve seu lugar em seu tempo e espaço.

A autobiografia de Conceição, segundo a própria autora, deveria ter sido uma trilogia, mas foi composta somente por um livro. A autora publicou mais dois livros de poemas, mas são anteriores à publicação da autobiografia. A autobiografia, intitulada “Rua sem fim”, foi publicada em 1984, já os livros de poemas, intitulados “Na esquina do mundo: poemas” e “Na praça da vida: poemas”, foram publicados em 1970 e 1976, respectivamente. “Rua sem fim” foi publicado pela Editora das Américas e “Na esquina do mundo: poemas” e “Na praça da vida: poemas” pelas editoras Livros de Portugal e Martins. Todos os livros de Conceição foram

⁶³ Ricoeur, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 502-512.

publicados em um período no qual já havia um certo tempo em que ela estava fora da política institucional, por ter tido seu mandato cassado pela Ditadura Militar em 1969.

Nos livros de poemas, Costa Neves entrou em questões emocionais, como luto, perdas, relacionamentos, amarguras. Não existe nessa linguagem espaço para as justificativas, como na prosa, na qual parece assumir um certo pragmatismo sobre o passado. Nos poemas, Costa Neves deixa transparecer mais mágoa e emoção que na prosa, por exemplo. Os livros de poemas destacaram diversos assuntos de diversas temporalidades da trajetória de Costa Neves. Abaixo segue um exemplo de momentos em que a deputada tratou das relações de gênero:

Se eu não fosse mulher...
- mas sempre quis ser.
Se eu não tivesse medo...
- sempre tive medo de ter.
Se eu fosse muito boa...
- sempre fiz por ser.
Oh! Se eu fosse linda!...
- que pena nunca poder ser.
Se eu fosse orgulhosa...
- nunca tive do que ser.
Se eu fosse inteligente...
- não se pode querer ser.
Se eu fosse amada...
- nunca fiz nada por ser.
Se eu fosse desejada...
- foi o que consegui ser.
Vivi?⁶⁴

No poema acima, Costa Neves pareceu abordar a temática sobre ser mulher como uma existência cheia de cobranças e escolhas que deveriam ser feitas por ela. Aqui, abordou questões mais pertinentes às relações de gênero e sua trajetória pessoal. Ao analisar o poema acima, pode-se perceber a carga emocional e íntima que compõe os versos, diferentemente de sua autobiografia, na qual Costa Neves esteve mais centrada em momentos de sua juventude e antes de sua candidatura para entrar para a política institucional – alguns deles já abordados anteriormente. O livro, escrito em prosa, tem um tom de nostalgia. Esse tipo de narrativa não é incomum na escrita de si. Por conter como principal fonte a memória – como já abordado –

⁶⁴ NEVES, Conceição da Costa. Negros. In: Na esquina do mundo: poemas. Livros de Portugal. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda, 1970, p. 74.

podem-se cometer erros, justificar ou narrar os acontecimentos, sem se dar conta de que parecemos encaminhar para um final que já sabemos de antemão. A autobiografia é um tipo de escrita de si que tem o intuito de deixar registrado o discurso que o autor deseja que seja lembrado sobre ele. Por esse e por outros motivos, já indicados aqui, pode haver omissões ou “armadilhas” da memória. (GOMES, 2004)

Em sua autobiografia, acompanhamos Conceição da Costa Neves ao longo de uma narrativa por meio da qual tocou em assuntos como aborto, divórcio, pressões da maternidade, pressões por padrões de beleza, pressões financeiras, sua carreira como atriz, desenvolvimentos de seus relacionamentos amorosos e sua mudança para a cidade de São Paulo, onde acabou por fazer sua carreira política. Em toda a sua narrativa, são diversos os momentos em que parece querer se justificar ou se desculpar por algo do passado. A maior parte das suas narrativas em sua autobiografia está muito relacionada a situações causadas pelas pressões das relações de gênero.

Além do teatro, tema já abordado neste capítulo, alguns assuntos que aparecem em tom de justificativa dizem respeito aos seus relacionamentos amorosos, à sua “irritação com os homens”, à sua necessidade de trabalhar fora, à maternidade, assim como à sua relação com Getúlio Vargas, com a Revolução de 1932 e o anticomunismo. Nesses assuntos, os quais aqui destacamos sobre a vida dela, aparecem várias questões do período em que Conceição escreveu a autobiografia, como já abordado.

Quando narrava sua acidez com relação às respostas ou quando falava de sua “irritação com os homens”, os homens não seriam diretamente culpados por essas situações, mas sim a própria construção psíquica e as experiências vividas por Costa Neves: “Muitos anos mais tarde, um psicanalista, me examinando diria: - a senhora teve uma infância frustrada, não sentiu nem o amparo nem o carinho paterno; daí grande desconfiança que a senhora nutre para com os homens, chegando às vezes a uma certa irritação.”⁶⁵ O destaque para essa análise com o

⁶⁵ Neves, Conceição da Costa. Rua sem fim. Editora das Américas, 1984, pp 59.

psicanalista indica que Costa Neves realmente quis justificar a sua posição de agir de uma forma que não combinasse com algo que era esperado dela, a passividade. Já em outros momentos, ela cita situações em que os homens a assediavam e levavam em conta somente sua aparência física. Menciona esses motivos para justificar sua mágoa com os homens. Assim ela desculpava os homens que a “irritavam” diretamente, de forma que a culpa por sua irritação seria dela mesma, mas alheia a seu próprio controle.

Alguns outros temas que aparecem em tom de justificativa são decisões e inclinações políticas, que, aparentemente, Costa Neves acreditava necessitar de uma explicação, como a situação de ter sido acusada de ter sido espiã de Getúlio Vargas durante a Revolução Constituinte de 1932. Nesse quesito, a autora justifica que dois de seus cunhados teriam sido muito prejudicados pela Revolução e que ela morava na época no Rio de Janeiro. Afirmou, ainda, que não tomou uma posição sobre a Revolução, pois acreditava ter sido uma “batalha” que beneficiava os de alto estrato social e que os revolucionários populares foram deixados de lado, sendo perseguidos, presos e assassinados.

Sobre o comunismo, Conceição explicou por que aderiu ao anticomunismo. Esse fato ocorreu em período posterior ao que estava narrando em sua autobiografia. Aqui fica nítido o choque temporal entre a Conceição que olha décadas depois para sua trajetória e um olhar de quem já sabe quais decisões irá tomar. Algo que não estaria posto, necessariamente, no fato passado. O tom, talvez, se justificasse pela grande perseguição feita aos comunistas durante a Ditadura Militar, que dava seus últimos respiros. Isso pode ter feito Costa Neves rever e relevar algumas de suas posições, ou a radicalização delas, como podemos observar no trecho a seguir:

De quando em vez surgia um entusiasmado que expunha suas ideias “perigosas” sobre as necessidades das massas, sobre o “ideal” do regime socialista e a “dependência” do capitalismo que estabelecia diferenças num mundo que devia ser igual para todos! [...] Era bom ser socialista em palestras à volta de uma mesa farta, saboreando manjares finos, regados com vinhos coloridos! Pregar é fácil, difícil é praticar!

Por curiosidade, mais literária do que social e política, quis conhecer a organização do tal mundo ideal. Li, li bastante, comecei por um volume chamado “O ABC do Comunismo”, e concluí: todos os regimes são bons quando os dirigentes são decentes; mas isso de transformar o Estado em Patrão, impedir a iniciativa particular – o que significa a limitação da ambição humana – abrir as comportas todas do amor...hum...isso não cheira bem.

Esse mundo pregado por eles só poderia ser realizado quando a ciência tiver mudado as leis biológicas. [...]

Que o trabalhador deve ter garantias, também não se dúvida. [...]

Que o número de pobres deve diminuir na proporção em que aumenta a riqueza do país, deve.

Mas sonhar com igualdades idiotas é preparar um despertar triste.⁶⁶

A deputada destacou que desde o início não era uma completa ignorante sobre o assunto e foi se informar sobre ele, mas acredita que o comunismo era uma “igualdade idiota”, que seria biologicamente inalcançável e que todos os regimes dependeriam da “decência” do dirigente mais do que de ideologias políticas. Como já abordado anteriormente, essa posição é bem diferente da oposição ferrenha ao comunismo como um mal a ser combatido, à qual a autora adere por volta do final da década 1950 e no decorrer da década de 1960, mostrando mais uma vez lapsos da realidade dos anos em que escreveu a autobiografia, na década de 1980.

Os temas que aparecem já com um menor tom de justificativa – ainda que esse tom pareça permear o livro inteiro – são a maternidade, que a autora destacou como inerente a si mesma desde sempre. Ela justifica seus posicionamentos posteriores pela grande perda que foram as mortes de seus filhos. Essas mortes teriam motivado a inata vontade de ser cuidadora e de ser “mãe” daqueles que não haviam nascido de seu ventre. Esse assunto será mais bem analisado em capítulo posterior, no qual adentramos os discursos acerca da maternidade que Costa Neves produziu sobre ela mesma. Porém, já podemos observar aqui que Costa Neves acreditava fortemente que a maternidade era essencialmente feminina. Seria, portanto, necessário justificar o motivo por não ter sido uma mãe padrão, ou dona de casa. Mais uma vez, em sua narrativa, motivos exteriores à sua vontade a obrigaram a seguir outros caminhos e aparentemente era necessário destacar o quanto a maternidade era algo inerente a ela mesma. Era como se ela necessitasse sempre se justificar por ter entrado na política institucional, por não ter tido mais filhos após a perda de uma filha, por ter se desquitado e por não ter se casado somente com uma pessoa.

⁶⁶ Neves, Conceição da Costa. Rua sem fim. Editora das Américas, 1984, p. 86 e 87.

Apesar de todas as justificativas, um fato curioso é que Conceição da Costa Neves dedicou seu livro a si mesma. O que para alguns pode significar uma grande arrogância pode também dar margem à interpretação de que era uma afirmação que Conceição aprendeu a desenvolver em seus embates políticos.

É sedutora para o historiador a perspectiva de utilizar uma autobiografia para compor uma trajetória, porém, é necessário realizar um deslocamento e entender que o discurso que uma pessoa profere sobre ela mesma tem uma série de problemáticas. Principalmente no que se refere à forma como ela se vê e a forma como ela deseja ser vista. Por esses motivos, pode haver uma série de omissões e fantasias, conscientes ou não, armadilhas da memória ou não.

Não cabe a este trabalho buscar a verdade absoluta sobre os fatos narrados na autobiografia de Costa Neves. Visamos aqui entender como ela enxergava a sua trajetória nos momentos narrados em sua autobiografia, bem como a interferência do momento em que vivia ao escrever.

Sua autobiografia foi escrita em um período em que a deputada tinha se envolvido com a anistia política de exilados políticos, mas tinha acabado sofrendo um ostracismo da política com o passar do tempo após sua cassação, em 1969. Aparentemente, a maturidade fez com que Costa Neves reavaliasse certos posicionamentos e certas decisões, com um olhar mais distanciado e que quisesse dar uma “explicação” de tais posicionamentos e decisões. Apesar de seu esforço, ela é pouco lembrada mesmo em temas em que esteve especialmente envolvida, como é o caso da saúde pública e hanseníase.

Utilizar a autobiografia para preencher lacunas da trajetória de Costa Neves não é objetivo deste trabalho. Não se pode tomar essa fonte como detentora da verdade absoluta dos fatos e confiar que eles ocorreram exatamente como a autora disse ou como ela se lembrou, de seu ponto de vista, mas sim entender que todas as fontes têm suas limitações, bem como o olhar de quem as escreveu. Portanto, é impossível se chegar à verdade absoluta – ímpeto abandonado há muito pelos historiadores. A verdade possível de se observar aqui é a verdade produzida pela memória de Costa Neves.

Costa Neves ter dedicado sua autobiografia a si mesma é uma construção solitária do passado, pois a dedicatória de um trabalho geralmente está relacionada a redes de apoio, que a deputada parecia não sentir que tinha à sua disposição naquele momento. Isso mostrou uma

relação de sofrimento com o passado, e de solidão. A velhice para as mulheres acontecia de forma mais dolorosa que para os homens, pois os padrões sociais que interferiam, e interferem, no corpo das mulheres eram de se manter com uma aparência jovem, sem cabelos brancos ou marcas do tempo pelo corpo. Para os homens, até certo ponto, o envelhecer não afetava a forma como a sociedade os enxergava. Além dessas pressões, a pressão da maternidade, como já citado, poderia fazer com que a mulher se sentisse solitária, e em sua autobiografia, Conceição trouxe à baila essa questão, pois parece ter sido algo de forte impacto para ela naquele momento de sua vida.

O nosso intuito neste trabalho não é nos aprofundarmos no período anterior à candidatura política de Costa Neves, por entendermos que sua maior produção esteja na vida política e legislativa. Portanto, o intuito deste subcapítulo foi entender como a Conceição da década de 1980 via o passado, e como ela entendia que esse passado tinha construído parte do que ela seria naquele momento. Isso posto, procuramos entender, com o olhar voltado às relações de gênero, como essas relações interferiram nas decisões de escrita e mesmo na memória de Costa Neves.

Enfim, um escritor não pode se descolar de seu tempo, podemos perceber que a Conceição da Costa Neves de 1984 não era uma exceção. Ela passou toda a sua autobiografia trazendo questões, entre elas as destacadas, que representam interesses do período em que vivia ao escrever. Tentava, dessa forma, se inserir de alguma maneira na história que tinha ajudado a construir. É possível perceber também que a deputada respondia a diversas pressões causadas pelas relações de gênero, tema do nosso último capítulo.

1.3. Costa Neves – Construindo uma imagem: performance e discurso

Durante a primeira metade do século XX, a construção da imagem feminina era uma questão que evidenciava o sucesso ou fracasso na vida social e econômica de uma mulher. Esse cenário sofreu alterações na segunda metade do século, mas as quais não foram drásticas. Uma mulher que estivesse exemplarmente entre as normas deveria ser o mais próximo de uma dona de casa, mãe, dedicada aos filhos e à família, sem se esquecer dos cuidados com a aparência, ser passiva e não desagradar os homens. Às mulheres que fugiam desse padrão, eram necessários diversos artifícios para que fossem aceitas pela sociedade.⁶⁷, pois, ao contrário dos homens, a imagem discursiva ou estética era levada em consideração ao julgar a competência feminina. Dessa forma, para as mulheres, a imagem pública era de suma importância, podendo ser um fator de vitória ou revés em suas vidas profissionais, sociais e pessoais. As mulheres foram ensinadas que sua aparência e sua performance⁶⁸ garantiriam seu sucesso ou fracasso. E essa estrutura misógina, presente de forma diferente com o passar do tempo, também estava presente na construção da imagem política da deputada. Essa estrutura se tornou, inclusive, relevante para o seu sucesso profissional, assim como de outras mulheres que enveredaram pelo caminho da política institucional.

A deputada, como ela mesma escreve em sua autobiografia, era considerada uma mulher bonita, ou seja, dentro dos padrões estéticos para o período.⁶⁹ Suas vestimentas demonstravam a sua participação em classes sociais mais altas, tal qual eram utilizadas por mulheres na política institucional.⁷⁰ Apesar dessa aparência dentro das normas, a maioria de seus discursos orais era “agressiva e combativa”.⁷¹ A deputada fugia muito da performance de mulher passiva, sendo considerada uma mulher de “língua ferina”, “agressiva” e com quem era “difícil de dialogar”, além da comicidade e acidez de seus discursos. A sua performance, entendida aqui

⁶⁷ Idem

⁶⁸ A performance aqui é pensada no sentido de um conjunto de signos e práticas sociais que nos relacionam ao gênero e à classe, conceito desenvolvido por BUTLER, Judith. em *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

⁶⁹ A utilização do termo “bonita” é uma citação da própria deputada, não demonstrando que nós acatamos o padrão vigente como julgamento estético.

⁷⁰ Isso pode ser observado em várias fotografias oficiais às quais tivemos acesso das sessões na Assembleia.

⁷¹ Os discursos eram agressivos e combativos ao se relacionarem com o discurso que era esperado de uma mulher naquele período, então, uma mulher que se posicionava de forma assertiva era considerada agressiva.

como um comportamento atrelado ao gênero, era identificada por muitos como mais próxima ao gênero masculino. Mesmo sendo uma mulher dentro dos padrões de vestimenta e estéticos femininos do período, frequentemente a deputada sofria⁷² com tal associação.⁷³ Isso pode ter acontecido como forma de negociações inconscientes ou conscientes que a deputada necessitou fazer nesse ambiente hostil e masculino⁷⁴, culminando numa tentativa de apagamento da sua diferença de gênero. Portanto, ao que parece, ela queria ser igualada aos homens presentes na Assembleia, sem pontuar sua diferença de gênero. Sendo assim, utilizava-se de seu sobrenome em uma manobra que escondia o seu nome feminino, além da performance pouco passiva, como já abordado, mais atrelada ao gênero masculino. Apesar da tentativa da deputada de passar uma imagem dentro dos padrões estéticos e de gênero, a imagem que não era controlada por ela a associava ao gênero masculino. Isso demonstra que não controlava as associações misóginas às quais era submetida, o que é uma conotação marcante das relações de gênero.

As publicações em Diário Oficial dos discursos referidos a ela muitas vezes a colocavam como “deputado” Conceição da Costa Neves. A utilização do termo no masculino podia ter diversos significados, desde uma tendência linguística, como recentemente pudemos observar na língua portuguesa com a recusa de se utilizar “presidenta”, no caso de Dilma Rousseff, e no espanhol, com Cristina Kirchner, ambas ex-presidentas, do Brasil e da Argentina, respectivamente. (MARTINS, 2019b) Nesse sentido, a utilização do termo deputado no masculino para se referir a uma mulher era uma forma sutil de machismo linguístico, colocando o padrão sempre no masculino. Mas também poderia ser uma forma de “heterogeneizar” os deputados, algo que, como já citado, não era completamente refutado por Conceição. Na época, as mulheres buscavam espaço no debate público, mas muitas vezes não queriam que sua diferença fosse acentuada e nem que tivessem diferenciação de tratamento. Frequentemente utilizavam o sobrenome e os termos que as designavam no masculino, como o caso de

⁷² O termo “sofria” está relacionado ao que a sociedade esperava de uma mulher, sendo que uma mulher com performance mais próxima ao que se espera do gênero masculino sofria preconceito.

⁷³ A contradição aqui se insere no fato de a deputada ter uma aparência que denota feminilidade, mas com um comportamento mais agressivo, que era o que era mais esperado de um homem naquele período.

⁷⁴ Entendemos que a hostilidade aqui poderia não ser totalmente explícita, mas fazia parte de um conjunto de práticas sociais que visava deixar as minorias desconfortáveis.

“deputado Costa Neves”. Esse fato reforça a teoria de uma tentativa de se atrelar a uma performance masculina no pleito público.

Essa prática de igualar mulheres a homens nos espaços de poder político ainda exerce forte influência até atualmente, pois o espaço político é pensado como público, que seria sempre masculino.⁷⁵ Portanto, as mulheres que estivessem no espaço público deveriam se “masculinizar”. Ou seja, não poderiam demonstrar “fraqueza” e, muitas vezes, deveriam agir de forma mais “agressiva” que os outros deputados. Isso acontecia também porque eram muito mais atacadas, colocadas em dúvida, tachadas de sentimentais e pouco racionais.

Os tensionamentos causados por uma mulher no espaço político geram mudanças no imaginário e na performance de outras mulheres que quisessem ocupar o mesmo espaço. Portanto, é possível elucidar algumas possíveis inspirações de Conceição para criar um padrão de comportamento, performance e vestimenta na Assembleia. Mesmo que não estivessem ocupando cargos na política institucional, as mulheres que figuravam como primeiras-damas e filhas de políticos influentes poderiam servir como referência. Esse poderia ser o caso de Evita Perón, pois é possível traçar algumas semelhanças entre as formas de agir e alcançar o público entre Conceição e Evita, respeitando os alcances políticos de cada uma delas. Ambas mobilizavam afetos parecidos para ter alcance político, mas Evita, mesmo sendo primeira-dama, teve um alcance muito maior que Conceição.⁷⁶ Entretanto, a deputada parecia seguir a tendência dessas mobilizações de afetos mais ligados à ideia da mulher cuidadora.⁷⁷

Outro fator que pode ter sofrido influência de outras mulheres na política é a forma como distribuía os assuntos em seus discursos orais. Em seus discursos⁷⁸ oralizados, acessados por nós na forma escrita e taquigrafada, têm presente uma questão que é muito constante nos escritos de mulheres: a desvalorização intelectual inicial. Essa prática se configura na apresentação de que sua análise de fatos seria inferior e que homens poderiam expor de forma

⁷⁵ OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 16(2), maio-agosto/2008.

⁷⁶ Em SOIHET e COSTA (2016), analisa-se a trajetória de mulheres no espaço público, entre elas Evita Perón, em que podemos observar a utilização da figura maternal.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Nesse ponto, utilizamos discursos no sentido lato do termo: discurso oralizado.

mais apropriada o mesmo assunto. Essa introdução serviria como um pedido de desculpas por ocupar um espaço masculino. Entretanto, essa desculpa parecia ficar somente no início e para os pares de seu partido ou sua base aliada, pois a deputada era bastante combativa no que se dizia respeito ao debate político, sendo bastante atacada por outros deputados por esse motivo. Geralmente, era mais questionada quanto à comprovação documental dos fatos que expunha – principalmente ao se tratar de assuntos técnicos – e quanto à propriedade com que ela tratava os assuntos, algo que acontecia em menor medida com oradores do gênero masculino. A deputada, em resposta, parecia se colocar de forma cada vez mais agressiva com o passar do tempo. As desculpas no início dos discursos geralmente eram as mesmas, desqualificando-se e inferiorizando-se, mas o discurso que segue foi se tornando cada vez mais agressivo⁷⁹ com o passar dos anos.

A imagem de agressividade da deputada era reforçada pelo Jornal O Estado de São Paulo⁸⁰, principalmente pela sua defesa de uma forma diferente de tratamento dos doentes de Hanseníase pelo governo do estado, o qual o jornal apoiava. (PORTO, 2016) Já jornais como O Correio da Manhã passavam uma imagem de “boa samaritana” e “mãe dos pobres” da deputada, que era reforçada por ela mesma.⁸¹

Em seus discursos, Conceição se utilizava muito desses estereótipos sobre a mulher, tais como a mulher cuidadora e a mulher maternal. Porém, não era tão convincente com a elite paulista, por exemplo. O jornal O Estado de São Paulo recebeu cartas⁸² de eleitoras da elite

⁷⁹ Entendemos que a utilização da palavra “agressivo” se refere ao combativo, sem querer aqui dizer que uma mulher que se posiciona em alguma situação seja agressiva, de uma forma negativa, sentido que muitas vezes é usado para deslegitimar a indignação de mulheres.

⁸⁰ Tivemos acesso, em um primeiro momento, aos discursos agressivos em relação à deputada nas publicações do jornal O Estado de São Paulo, no artigo de Porto (2016). Entendemos que este, no período, era um jornal de impacto, mas outros jornais também seguiam a mesma linha editorial, como o veículo A Tribuna, pois pesquisas posteriores, que serão melhor abordadas no capítulo II, ao analisarmos o conflito da deputada com o coronel da Reserva, Américo Fontenelle, revelam essa tendência no último jornal citado. Entretanto, em nossas pesquisas, encontramos poucas citações diretas do jornal “O Estado de São Paulo”. Em suas reportagens, a imagem aparecia de forma indireta, e algumas vezes de forma mais direta, como a carta recebida pela leitora. Esse tipo de publicação era previamente selecionado para ser publicada, passando a ideia de ser uma opinião do público e não do jornal em si.

⁸¹ PORTO, Carla Lisboa. Conceição Santamaria: elementos biográficos na construção de um discurso pelo jornal O Estado de São Paulo. Patrimônio e Memória. Unesp. São Paulo. V. 12, n.1. 2016.

⁸² Ao pesquisarmos as fontes sobre a escrita das cartas, acessada por nós em um primeiro momento no artigo

paulista em que diziam não se sentirem representadas pela deputada no Congresso.⁸³ Seja por não ser proveniente de uma elite política paulista, seja por seu passado considerado polêmico na época⁸⁴, ou mesmo por posicionamentos polêmicos para essa elite⁸⁵, a deputada não parecia representar as mulheres citadas na carta, por exemplo, que faziam parte da elite mais alta de São Paulo.

A performance de Conceição, assim como sua “imagem pública”, construída a partir de sua história pregressa no teatro, seus relacionamentos pessoais e sua proximidade com o varguismo faziam com que fosse malvista entre as mulheres da elite paulista, a qual era historicamente contrária a Getúlio Vargas desde a Revolução de 1932. Portanto, apesar de seguir certos padrões, não conseguia adentrar certos grupos seletos do estado, que eram designados por laços familiares de pertencimento a uma elite aristocrática e seleta.

Não obstante essa recusa das mulheres de uma elite acadêmica do direito, Conceição tinha uma base eleitoral fixa que a elegeu e reelegeu nas eleições para deputada estadual. Pode-se dizer, portanto, que apesar de performar uma mulher de elite e branca, a deputada acabava por representar uma classe trabalhadora muito próxima às políticas varguistas e mobilizar afetos⁸⁶ em relação à saúde pública.⁸⁷

escrito por Porto (2016), não foi possível comprovar se essa carta era real ou forjada pelo jornal. Esta era uma prática comum de alguns jornais para que os leitores acreditassem que uma determinada opinião foi expressa por outros leitores e não pelo próprio jornal. Coadunamos essa percepção ao tentarmos encontrar fontes que nos fizessem entender que eram as mulheres autoras da carta, sendo que a mulher que se identificou como escritora não é encontrada com esse nome nos registros do Centro Acadêmico XI de Agosto, conforme Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP.

⁸³ PORTO, Carla Lisboa. Conceição Santamaria: elementos biográficos na construção de um discurso pelo jornal O Estado de São Paulo. Patrimônio e Memória. Unesp. São Paulo. V. 12, n.1. 2016.

⁸⁴ A carreira de atriz era considerada de baixo prestígio social, sendo vista quase como uma “prostituição”, uma carreira que não deveria ser seguida por mulheres “de bem” e de “boas famílias”. Além da carreira pregressa como atriz, a deputada era uma mulher divorciada, quando o divórcio ainda não era legalizado, portanto, ela tinha somente o desquite. Ainda, durante sua carreira como atriz, havia vivido um romance com Procópio Ferreira, que também era desquitado e tinha um filho, o que se tornou escandaloso nos jornais do Rio de Janeiro.

⁸⁵ A elite paulista era conhecidamente antivarguista, animosidade que remonta ao período da Revolução Constitucionalista de 1932 e, como a deputada era da base de Vargas, essa animosidade se refletia sobre ela.

⁸⁶ Aqui, a ideia de afetos é relacionada a conceitos desenvolvidos por Safatle (2016), em que os afetos seriam mobilizados por uma série de práticas que traria empatia do “senso comum” para uma série de assuntos.

⁸⁷ SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ª ed ver. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

A seguir, a transcrição de uma dessas cartas:

Apelo a um deputado

São Paulo, 6 de setembro de 1954.

Deputada Conceição Santamaria

Durante quatro séculos a Mulher Paulista se impôs ao Brasil por exemplos de dignidade e de heroísmo. Em nome desses quatro séculos nos dirigimos à V. Exa.

Senhora Deputada!

Já são de todos conhecidas as negociatas, as imoralidades, as malversações, por que V. Exa. desonra o mandato, a cujas culminâncias de dignidade não soube alçar-se. E a cada dia que passa, mais se confunde V. Exa. na politiquice e nos interesses escusos, e ainda mais levanta-se contra aqueles que com ombridade aceitam o encargo de preservar a causa pública.

Por isso erguemos a nossa voz!

É a mocidade quem clama, Deputada Conceição Santamaria, e a mocidade é generosa. Traz com o seu clamor e com a sua condenação a dádiva da redenção. E essa dádiva que generosamente oferecemos só poderá ser alcançada por um caminho: - o afastamento de V. Exa. da vida pública nacional.

Senhora deputada!

Encerre a vida pública que não soube dignificar. Com o conselho da experiência propiciada por sua existência atribulada e com o pouco de compreensão e de solidariedade humana que acreditamos ainda encontrem lugar na consciência de V. Exa.

DESISTA DA CANDIDATURA QUE EM TÃO MÁ HORA PLEITEOU!

*Não desmoralize a Mulher Paulista perante o Brasil!*⁸⁸

Na carta acima, além de acusar moralmente a deputada, a Presidente do departamento feminino do Centro Acadêmico “XI de Agosto” solicita que a deputada se retire do cargo, tamanho o seu incômodo com a presença da deputada no pleito. Esse incômodo era causado pela recusa do varguismo, pela associação da deputada com a carreira de atriz, que era marginalizada, pela colocação da deputada na Assembleia e pelo seu discurso assistencialista. É possível que essa carta tenha sido um recurso utilizado pelo jornal para reforçar uma farsa, porém, caso assim o fosse, não teria sido refutado pelas mulheres citadas na publicação.

Contudo, como veremos mais à frente, o varguismo e o trabalhismo eram duas correntes políticas que mobilizavam as massas mais pobres. Entretanto, principalmente em São Paulo, existia uma forte oposição entre as elites liberais a políticas atreladas a essas correntes. A

⁸⁸ Centro Acadêmico “XI de Agosto” – Departamento feminino – Clara Christina Hernandez – Presidente. Jornal O Estado de São Paulo, 18 de setembro de 1954, p. 15. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19540918-24346-nac-0015-999-15-not/busca/Concei%C3%A7%C3%A3o+Santamaria>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

deputada se coloca nesse campo político, como veremos a seguir, como proponente de políticas trabalhistas no estado, legislando principalmente nesse sentido, além do seu mote de campanha, que era a melhoria de condições para doentes de hanseníase, especialmente os que estavam nos asilos colônias. Podemos pensar que ela representaria essas pessoas, já que tinha uma base eleitoral fixa.

Por seu envolvimento com a questão dos hansenianos, pelas questões do trabalhismo, o apoio de Getúlio Vargas, os sindicatos, além do fato de ser mulher, ela atraía uma diversa gama de eleitores.⁸⁹ Para entender as diferentes faixas de eleitores às quais Costa Neves atingia, demos atenção às suas campanhas políticas. A campanha política, para qualquer candidato, é um momento tenso em que são destacados os principais atributos que faziam daquela ou daquele candidato, a fim de convencer o eleitor de que seria alguém apto a ocupar uma cadeira em um cargo público. Entretanto, podia ser um espaço utilizado como estratégia para prejudicar a imagem de seus opositores entre os eleitores.⁹⁰ Com as mulheres isso ocorria principalmente as distanciando de estereótipos do padrão de mulher daquele período. No caso de Costa Neves, seu já abordado lado agressivo, que fugia da passividade esperada das mulheres na época, era um grande mote a ser abordado como característica negativa, como pudemos observar acima. Entretanto, a deputada buscava fugir dessa imagem nas campanhas. Nesse sentido, separamos alguns panfletos de campanha para análise.

⁸⁹ Alguns teóricos, como Young (2006), teorizam que a representação pode ser de múltiplos “eus”. Portanto, a deputada poderia representar diversas classes sociais e diversos gêneros.

⁹⁰ Em Figueiredo; Aldé; Dias & Jorge (1997) os autores sugerem que “no estudo das campanhas eleitorais podemos encontrar as razões que levam os eleitores a escolherem ou rejeitarem candidatos, tendo como referência o estado geral de uma sociedade, tal como as campanhas o interpretam e apresentam para o público eleitor. As campanhas dialogam com o eleitor com o objetivo de persuadi-lo a votar em determinado candidato e rejeitar seus adversários. Neste sentido, a explicação do resultado eleitoral observado passa, necessariamente, pela análise do debate que as campanhas travam entre si.” Nesse sentido, procuramos analisar quais as razões e afetos abordados por Costa Neves.



Podemos observar esses afetos em seus panfletos de campanha. Utilizamos aqui um panfleto de campanha intitulado “Prestação de contas ao povo de São Paulo”⁹². Podemos observar logo em sua capa que entre as principais qualidades da candidata estão a assiduidade e participação na Assembleia Legislativa, com a autoria do maior número de projetos convertidos em lei até então, Presidente e membro de quase todas as comissões da Assembleia e Vice-Presidente da Assembleia nos anos de 1959 a 1962.

Não se pode estabelecer a data exata desse panfleto de campanha, mas ao considerarmos que as leis aprovadas e os demais conteúdos que possuem datas constam somente até o ano de 1963, há indícios de que o panfleto pode ter sido utilizado na campanha de 1964.⁹³ O panfleto tem 48 páginas ao longo das quais podemos perceber os pontos considerados relevantes pela

⁹¹ Prestação de contas ao povo de São Paulo – Deputada Maria da Conceição da Costa Neves. Acervo pessoal de Conceição da Costa Neves, Instituto Lauro Souza e Lima, Bauru, data não especificada.

⁹² O panfleto da campanha “Prestação de contas ao povo de São Paulo – Deputada Maria da Conceição da Costa Neves” está no acervo pessoal de Conceição da Costa Neves, presente no arquivo do Instituto Lauro Souza e Lima em Bauru. O panfleto faz parte dos documentos que foram guardados pela deputada e doados por sua família para o instituto, após a sua morte. Inferimos que fosse um panfleto de campanha, pois ele tinha essa marcação catalográfica e pelas informações presentes nele. Não existe uma data específica de quando foi produzido, mas como os fatos abordados no extenso panfleto datam até 1963, pressupomos que ele tenha sido utilizado na campanha de 1963 para a legislatura de 1964.

⁹³ Idem.

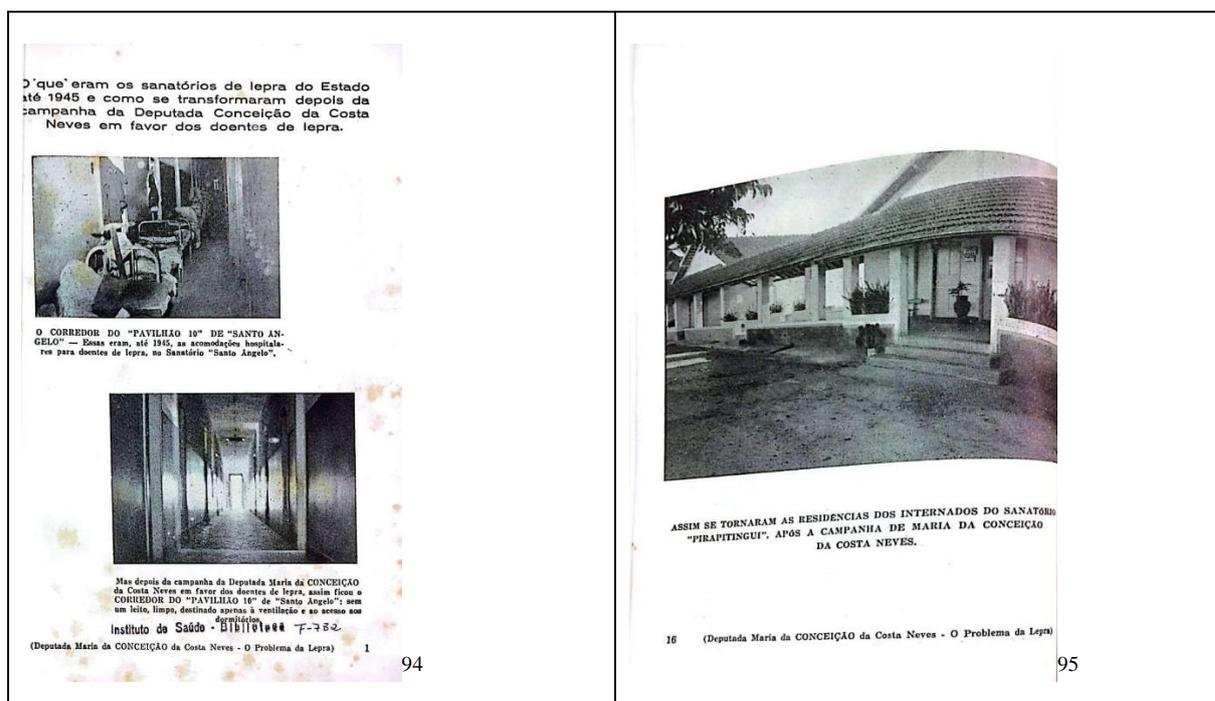
equipe da deputada, e por ela mesma, para convencer os eleitores de que Costa Neves estava apta a ocupar o pleito. As páginas nos revelam o apelo e os afetos que a deputada desejava abordar sobre a saúde pública. Como ainda abordaremos neste trabalho, a deputada se inseria principalmente na temática dos tratamentos de hanseníase e esse era seu principal mote de campanha, algo que sempre aparecia de forma contundente em sua propaganda.

Logo na capa, a deputada levanta quatro prerrogativas positivas sobre si mesma: ser campeã de presença em plenário, autora do maior número de projetos que se tornaram leis, Presidente ou membro de quase todas as comissões da Assembleia e Primeira Vice-Presidente da ALESP de 1959 a 1961. Percebemos assim que a deputada procura, logo nesse início, reforçar o seu compromisso e responsabilidade com a Assembleia. Essa seria, segundo a mensagem ali estampada, a sua maior vantagem apresentada para o eleitor.

Nas páginas seguintes, a deputada buscou mostrar os resultados de suas campanhas, políticas e projetos de lei aprovados em prol dos sanatórios de profilaxia de lepra, indicando com fotos as situações anterior e posterior à sua iniciativa. Após essas imagens, trazia listas de ações empreendidas pela deputada em sanatórios, além de alguns depoimentos sobre tais ações. É interessante a evidência que é dada às políticas da deputada em relação à hanseníase, separando-as da lista dos projetos aprovados de outros assuntos. A deputada, como veremos mais à frente, tendo na realidade aprovado mais projetos de lei na área de educação, utiliza como seu principal mote de campanha a saúde pública. É possível estabelecer um paralelo entre a imagem que quer construir de si mesma, principalmente como uma mulher preocupada com a saúde, antes de tudo. Aderia de forma bem intensa ao estereótipo da mulher que cuida, dessa forma afirmando que deveria ocupar aquele espaço político, não que lhe fosse de direito, mas porque as mulheres teriam mais sensibilidade “natural” para cuidar das pessoas.

Ficou evidente que tanto a primeira página quanto a página 16 do panfleto mostravam os resultados do seu trabalho em sanatórios de hanseníase. Na primeira página do panfleto abaixo, lê-se: “O que eram os sanatórios de lepra do Estado até 1945 e como se transformaram depois da campanha da deputada Conceição da Costa Neves em favor dos doentes de lepra”. Abaixo são apresentadas as imagens da primeira e 16ª página do panfleto. Na primeira página, podem-

se observar duas fotos de um corredor, aparentemente de hospital, com várias macas e pessoas deitadas nelas. Na legenda da primeira imagem, lê-se: “O corredor do pavilhão 10 de Santo Ângelo – Essas eram as acomodações até 1945, as acomodações hospitalares para os doentes de lepra, no sanatório de Santo Ângelo.” A segunda imagem, em preto e branco, mostra um corredor vazio e iluminado. Na legenda, lê-se: “Mas, depois da campanha da deputada Conceição da Costa Neves em favor dos doentes de lepra, assim ficou o corredor do ‘Pavilhão 10’ de ‘Santo Ângelo’: sem um leito, limpo, destinado apenas à ventilação e ao acesso aos dormitórios.”. Já na página 16, a última com fotografias, a imagem é da fachada do sanatório de Pirapitingui, seguida da legenda: “Assim se tornaram as residências dos internados do sanatório ‘Pirapitingui’, após a campanha de Maria da Conceição da Costa Neves.”

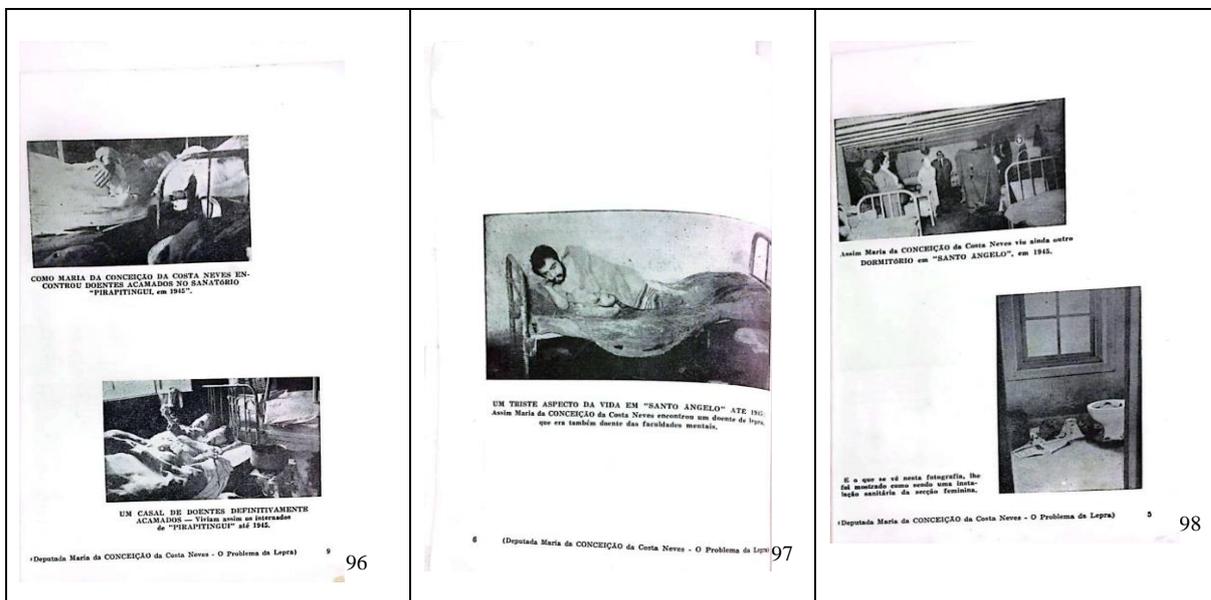


O discurso dos panfletos comprova que a deputada buscava estabelecer uma relação entre a política praticada por ela e as benfeitorias nos sanatórios de hanseníase, demonstrando o antes e depois dessa política. Entre a primeira e a 16ª página, Costa Neves expôs mudanças

⁹⁴ Prestação de contas ao povo de São Paulo – Deputada Maria da Conceição da Costa Neves. Acervo pessoal de Conceição da Costa Neves. Arquivo do Instituto Lauro Souza e Lima, Bauru, data não especificada, pp. 1.

⁹⁵ Idem, pp.16.

que teriam sido realizadas nos sanatórios durante seus mandatos, com várias outras demonstrações. Em alguns momentos, utilizou imagens dos doentes, possivelmente como uma estratégia para causar comoção entre os eleitores, como segue:



Os exemplos destacados nas páginas acima utilizam a imagem dos doentes para demonstrar a “realidade” da situação em que se encontravam os sanatórios de hanseníase e as “melhorias” praticadas pelas políticas de Costa Neves. Essa escolha reflete a imagem de cuidadora e caridosa que Costa Neves buscava construir acerca dos cuidados com os doentes de hanseníase, como já abordado.

Outro ponto importante a ser observado em seus panfletos, tanto na primeira como na última página, é a colocação de Costa Neves nas fotos. Na primeira, expressa um olhar “sonhador” e não olha para a câmera. Sorrindo, ela está defronte a um microfone, utiliza roupas sóbrias e joias aparentes. Essa primeira imagem como chamariz, na qualidade de uma mulher sorridente e com olhar sonhador, parece querer afirmar o argumento de que era essa a imagem da mulher bondosa e cuidadora que buscava passar aos eleitores.

⁹⁶ Idem, pp.17.

⁹⁷ Ibidem, pp.18.

⁹⁸ Ibidem II, pp. 19.

Peter Burke (2017) discorre sobre a metodologia de análise de imagens como fonte histórica. Nessa análise, são várias as camadas em que o historiador deve se debruçar. As fotos, muitas vezes tomadas como demonstrativas dos fatos a priori, podem ser montadas para demonstrar um discurso ou construir uma imagem. Seguindo essa linha de análise, as fotos aqui analisadas não são tomadas como “verdade absoluta”. Nesse sentido, entendemos que assim como toda fonte histórica, são construções que derivam de um discurso e de um período. Da mesma maneira que se dá com os documentos escritos, é necessário decifrar as camadas do que é mostrado na imagem e daquilo que não é explicitado. Nas imagens a seguir, podemos ver alguns exemplos desse tipo de construção:



A deputada aparece duas vezes nesse panfleto em fotos, o que é interessante, pois o panfleto tem 48 páginas e ela só aparece no início e no final.¹⁰¹ Na imagem a seguir, podemos ver a foto selecionada para a última página. Nessa imagem, observamos a deputada com uma

⁹⁹ Capa do panfleto de campanha. Acervo pessoal de Conceição da Costa Neves. Arquivo do Instituto Lauro Souza e Lima, Bauru, data não especificada.

¹⁰⁰ Contra-capa do panfleto de campanha. Acervo pessoal de Conceição da Costa Neves. Arquivo do Instituto Lauro Souza e Lima, Bauru, data não especificada.

¹⁰¹ Exceto em uma imagem na página 18, em que a deputada aparece em meio a uma das alocações com os doentes. Prestação de contas ao povo de São Paulo – Deputada Maria da Conceição da Costa Neves. Acervo pessoal de Conceição da Costa Neves. Arquivo do Instituto Lauro Souza e Lima, Bauru, data não especificada.

expressão séria, de perfil, também sem estabelecer contato com a câmera fotográfica, sentada em sua mesa em plenário, e à sua volta podemos ver outros deputados. Essa imagem, pela sua colocação¹⁰², remonta à época em que a deputada foi Vice-Presidente das sessões em plenária. A imagem que fecha o panfleto mostra um discurso construído ao longo do documento. Primeiramente, iniciamos com o chamariz da mulher sorridente e com um semblante “bondoso”, enquanto ao longo do panfleto, vemos os feitos dessa mulher, que termina com uma expressão mais séria, abandonando o sorriso. Uma estratégia de inicialmente mostrar uma imagem, mais aceitável para a sociedade, da mulher em uma posição “comum” e sorridente, e somente na contracapa inserir uma imagem da deputada em seu posto de trabalho, em uma posição de poder e com um semblante mais sério. Essa estratégia se assemelha à estratégia oral da deputada, cujos discursos sempre se iniciavam com uma carga mais passiva e contendo um tom de desculpas, tornando-se mais firme conforme avançava.

O panfleto continha vários relatos elogiosos de outras pessoas sobre sua personalidade e sua carreira. Um deles foi uma matéria do jornal O Correio da Manhã, que, em oposição ao jornal O Estado de São Paulo, tecia reportagens mais elogiosas aos varguistas. Segue um trecho da reportagem “O destino de Regina Maura”, de Oswaldo de Andrade:

Como psicologia e como iconografia, acabo de assistir a uma dessas pasmosas ressurreições da santificação pelo amor, em que, foi fértil a Idade Média europeia. Visitei demoradamente um leprosário, coisa que tenho feito algumas vezes como romancista, mas agora vi o que viram os primeiros devotos de Assis no século XI. Uma pessoa ser envolvida pelo carinho e pelas lágrimas dos olhos sem fundo de um milhar de doentes, erguendo suas falanges mutiladas para saudá-la, improvisando hinos em seu louvor com as vozes abemoladas pelos lepromas, e formando cortejos enormes numa noite de lua em torno de sua aparição milagrosa. [...]

Não se fez freira nem se encerrou na mística solitária de uma cela. Ao contrário, é deputada à Assembleia Legislativa de meu Estado.

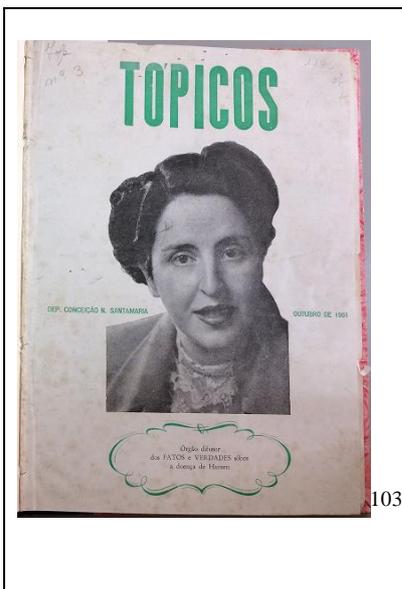
De há muito eu queria visitar com ela um desses campos de concentração que não precisaram do nazismo para colecionar os maiores horrores vivos da terra. [...]

Todos a esperavam, a todos ela conhecia pelo nome e pela história. A todos atendia, mancos, paralíticos, mutilados e cegos. Os que a família abandonavam, tinham nela a sua família. Os que os amigos não mais conheciam, tinham nela a sua amiga. [...]

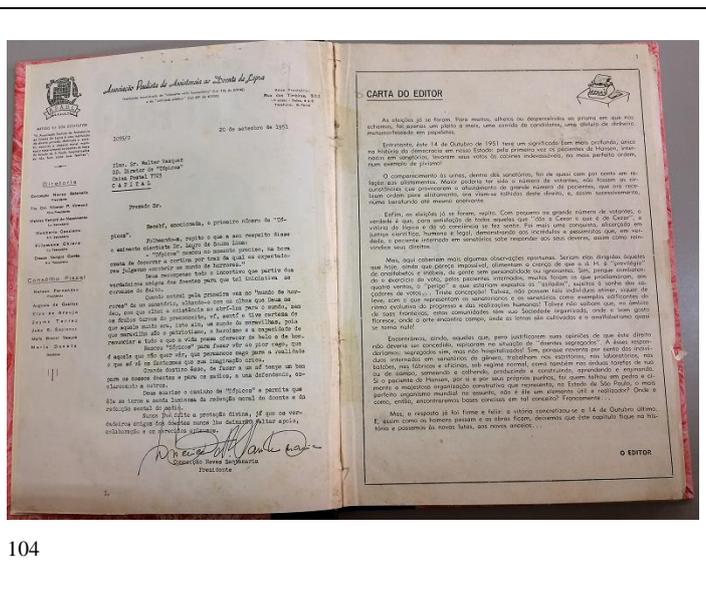
¹⁰² Nesse panfleto não foram encontradas referência de data, ano, ou local, somente as dos sanatórios de lepra.

Consideramos a escolha pelo material reproduzido nesse panfleto por demonstrar a imagem de campanha que Costa Neves desejava produzir. Ao trazer um relato elogioso de Oswaldo de Andrade, conhecido literário brasileiro, exaltando-a quase como uma divindade, a deputada trouxe referências que influenciariam a opinião pública sobre sua atuação política, além de se utilizar de reportagem de um jornal específico que, como citado, tinha uma inclinação positiva em relação a ela.

Outro material imagético que utilizamos para a análise da construção desse sujeito representativo de Costa Neves é anterior ao panfleto antes analisado, datando de 1951, ainda nos anos iniciais da carreira política da deputada Costa Neves. Trata-se da revista *Tópicos*, atrelada à Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra”, uma instituição sem fins lucrativos da qual a deputada era presidente na época. A revista tem como assunto em sua primeira edição a trajetória da deputada, tratando-se de uma edição comemorativa da conquista do voto pelos hansenianos internados nos sanatórios de lepra, que se deu na eleição anterior à publicação.



103



104

¹⁰³ Revista *Tópicos*. Acervo pessoal de Conceição da Costa Neves. Arquivo do Instituto Lauro Souza e Lima, Bauru, data não especificada, p. 1.

¹⁰⁴ Idem, pp. 2.

A foto de Costa Neves aparecia na capa da revista e na primeira página constava uma carta, da qual destacamos alguns trechos, conforme se seguem:

[...] “Tópicos” nasceu no momento preciso, na hora exata de decerrar a cortina por trás da qual os espectadores julgavam encobrir um mundo de horrores.”

Deus recompense todo o incentivo que partiu dos verdadeiros amigos dos doentes para que tal iniciativa se coroasse de êxito.

Quando entrei pela primeira vez no “mundo de horrores” de um sanatório, olhando-o com os olhos que Deus me deu, com que olhei a existência ao abri-los para o mundo, sem os óculos turvos do preconceito, vi, senti e tive certeza de que aquele mundo era, isto sim, um mundo de maravilhas, pois que maravilha são o patriotismo, o heroísmo e a capacidade de renunciar a tudo o que a vida possa oferecer de belo e de bom.

Nasceu “Tópicos” para fazer ver ao pior cego, que é aquele que não quer ver, que permanece cego para a realidade e que só vê os fantasmas que sua imaginação criou.

Grande destino esse, de fazer a um só tempo um bem para os nossos doentes e para os sadios, a uns defendendo, esclarecendo a outros.

Deus suavize o caminho de “Tópicos” e permita que ele se torne a senda luminosa da redenção moral do doente e da redenção mental do sadio.

Nunca lhe falte a proteção divina, já que os verdadeiros amigos dos doentes nunca lhe deixarão faltar apoio, colaboração e merecidos aplausos.¹⁰⁵

A revista trouxe um apanhado da trajetória da deputada até então, principalmente no que concernia aos tratamentos dos doentes de lepra. Além disso, apesar de não ser um panfleto de campanha, trazia um tom de campanha política, mostrando a busca para conseguir o direito do sufrágio aos hansenianos, além de fotos e depoimentos. A edição foi comemorativa e versou principalmente sobre a conquista do voto para os internos do departamento de profilaxia de lepra.

Ao ler e analisar a seção Carta do Editor, que abre a revista, como se observa no trecho completo acima, podemos perceber diferentes assuntos e afetos que a deputada abordou em seu discurso. O primeiro deles é a citação do médico Lauro Souza e Lima, pois, ao citar um médico e cientista, parece querer legitimar seu lugar de fala. Logo depois, ela mostra a emoção de entrar no “mundo de horrores” da hanseníase. Em seguida, estabelece uma relação entre patriotismo, heroísmo e renúncia ao belo com os cuidados aos doentes de hanseníase. Ainda, estabelece relação entre a redenção mental do sadio e a moral do doente de hanseníase. Nessa espécie de

¹⁰⁵ Ibidem, p. 2.

carta aberta, a deputada mostrou diversas opiniões sobre o assunto da hanseníase as quais podemos observar. A primeira delas, com um recorte de gênero, de que ela seria uma interlocutora, entretanto, os médicos é que tinham a verdade sobre a doença. A segunda parecia construir o discurso de boa samaritana, conforme já abordado. Já a terceira mostra seu apoio ao patriotismo e encara como heroísmo cuidar dos doentes de hanseníase. Por sua vez, a última estabelece uma relação entre os cuidados dos doentes e uma redenção mental dos sadios por meio do altruísmo. Mas o termo “redenção moral” para os doentes chama a atenção, no sentido de se relacionar não só a uma questão de saúde, mas uma questão moral com a doença. A questão moral, por sua vez, está relacionada àquilo que a sociedade imagina dos doentes, como no aspecto bíblico, ou colocando-os como detentores de um castigo “moral”. A revista mostra principalmente a trajetória política da deputada em relação à sua campanha quanto à hanseníase, dando legitimidade à Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepre – da qual ela foi presidente durante muitos anos. Costa Neves esteve em várias posições de poder ao longo dos anos, desde o retorno à saúde pública e hanseníase, como abordado acima, até o cargo público de deputada. Em um cargo público, a deputada tinha uma posição de poder, porém, devido ao machismo que estrutura toda a sociedade, geralmente uma mulher em um espaço de poder é prejudicada em relação a seus pares do sexo masculino. Entretanto, essas mesmas mulheres podem acabar reforçando estereótipos e políticas misóginas que acabam por prejudicar outras mulheres. Seria esse o caso de Conceição?

O discurso que Conceição constrói sobre si mesma – nesse ponto o discurso entendido como um conceito de Foucault (2014), como uma série de signos que produzimos sobre nós mesmos – gira em torno da ideia de mulher, mãe e cuidadora. E é interessante que esse discurso seja produzido sobre ela, pois quando entrou na carreira política, já tinha perdido sua filha, ou seja, não era mãe da forma como se era esperado da sociedade. Além disso, por ser uma mulher de certas posses financeiras, também não era “cuidadora” no sentido físico do termo. Porém, para que conseguissem se manter na vida política, era esperado das mulheres que assumissem esse papel, quase como uma desculpa pela presença das mulheres no púlpito público, afinal, para a sociedade em geral, as mulheres não deveriam participar da vida política. Apesar de entendermos que a representatividade de gênero seja algo importante, é necessário questionar se a deputada também assumia um discurso opressor para se manter no poder.

Ao analisarmos as fontes aqui elencadas, podemos perceber que é muito complexo entender se o oprimido pode se tornar opressor. Isso seria possível por microestruturas de poder a partir dos quais o poder fica pulverizado em diferentes situações, tornando possível em um momento estar em uma posição de poder, mas essa mesma posição ser subordinada em outros momentos.¹⁰⁶ Afinal, apesar de criar políticas públicas que beneficiassem trabalhadores, mulheres, educadores, doentes de hanseníase e outros grupos, além de atender demandas desses grupos marginalizados, a deputada, indireta ou diretamente, pode ter prejudicado outros grupos, ou ajudado a oprimi-los.

O momento principal em que podemos observar esse tipo de colocação é na sua tomada mais à direita no espectro político. O discurso anticomunista da deputada, seu apoio ao Golpe de 1964, participando da “Marcha da família com Deus pela liberdade”, mesmo que tal participação tenha sido rejeitada posteriormente pela deputada, dava respaldo para uma série de práticas violentas e persecutórias sobre diversos grupos políticos. O discurso aqui se move do conjunto de imagens e se estende à vivência do palpável. Então, apesar de não propor leis que pudessem diretamente ajudar a perseguir diversos grupos, o seu discurso dava respaldo, legitimidade e apoio a grupos que praticavam violência contra os grupos aos quais a deputada era contrária.

O discurso produzido pela deputada ora protege o oprimido, ora dá legitimidade ao opressor. E esse tipo de prática fazia parte da negociação política que existia para que mulheres pudessem se manter no poder no período, pois caso não se apoiasse em partidos ou imagens masculinas, como poderemos ver no próximo capítulo, ela perderia cabedal político. Nesse sentido, vale ressaltar que suas políticas para minorias seguiam uma ideologia partidária trabalhista, antes de feminista.

Portanto, a imagem de Costa Neves vai se transformando ao longo de sua trajetória, sendo acompanhada pela influência de contextos políticos sociais e pela sua agência, que buscava reforçar ou recusar certos estereótipos de gênero. Circulava entre representações, ora da mulher cuidadora e “mãe dos pobres”, ora da anticomunista e defensora do patriotismo.

¹⁰⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Editora Paz & Terra. 6ª Ed, 2017.

Abaixo, segue um “diploma” da Legião Brasileira Anticomunista, exemplificando o que abordamos anteriormente:



Conforme a imagem acima, a deputada recebeu um diploma da Legião Brasileira Anticomunista, em 21 de novembro de 1963, emitido meses antes do Golpe Militar de 1964, demonstrando assim seu envolvimento com o anticomunismo naquele período histórico. Esse envolvimento havia se acentuado no fim da década de 1950 e início da década de 1960, depois que a deputada entrou no PSB. Esse diploma, guardado em seu acervo pessoal, é um dado de que no referido período, a deputada tinha orgulho de participar de uma instituição que combatia o comunismo e não escondia isso em seu discurso e construção da imagem. A inserção da deputada no anticomunismo será analisada com mais profundidade neste trabalho, entretanto, aqui já indicaremos que essa questão esteve presente em toda a sua trajetória política, e mesmo na pessoal. Não podemos, portanto, desvincular esse dado da análise da construção da sua imagem e discurso político.

Já a imagem de cuidadora e mãe dos pobres estava muito mais atrelada à sua campanha política – como demonstrado acima – e, principalmente, à sua inserção na área da educação e

¹⁰⁷ Diploma da Legião Brasileira Anticomunista. Acervo pessoal de Conceição da Costa Neves. Arquivo do Instituto Lauro Souza e Lima, Bauru, 1963.

saúde pública, como veremos mais à frente. Entretanto, naquele período, as imagens não eram conflituosas, muito pelo contrário, a imagem conservadora da mulher se encaixava no anticomunismo e na religiosidade da deputada. Ideias mais libertárias em relação à sexualidade feminina e direitos reprodutivos eram geralmente atreladas a posições políticas de esquerda mais próximas ao comunismo.

Capítulo II – Na praça pública: uma mulher na política institucional.

La donna è mobile
Qual pluma al vento
Muta d'accento
E di pensiero.
Sempre un amabile
Leggiadro viso
In pianto o in riso
è menzognero.
La donna è mobile
Qual piuma al vento
Muta d'accento
E di pensier
E di pensier
E di pensier!¹⁰⁸

Giuseppe Verdi. *La donna è mobile*. Ópera *Rigoletto*. Veneza, 1851.

Sr. Lincoln Feliciano – “La donna é mobile!

Sra. Conceição Santamaria – V. Exas. Do Partido Social Democrático, não tem nenhuma mulher eleita e não há ninguém mais “mobile” do que os do seu partido.

Sr Lincoln Feliciano – Eu, por exemplo, não mudei de atitude desde o tempo em que V. Exa. me conhece!

Sra. Conceição Santamaria – V. Exa., com estas palavras está levantando uma campanha desprimorosa não para mim, mas, sim, para com os deputados desta Casa. Quantos há aqui que mudaram de partido! A deputada Conceição Santamaria continua, no entanto, getulista mais do que nunca, quemista, trabalhista. E quantos trabalhistas desta Casa, todos homens, mudaram de partido? Quantos pessedistas tiveram a mesma atitude? V. Exa., pensando nisso, verificará que não é “donna” que é “mobile”. V. Exas., como políticos, são muito mais “mobile” que uma pluma ao vento. V. Exas. são o próprio vento. Concorda V. Exa. comigo?¹⁰⁹

Hoje V. Exa. já passa a ser mais branda. Esta brandura não é do vosso temperamento.¹¹⁰ Sodré, Abreu.

¹⁰⁸ “A mulher é volúvel/ Como pluma ao vento, / Muda de sotaque/ E de pensamento/ Sempre um amável, / Gracioso rosto, / Em pranto ou em riso, / É mentiroso. / A mulher é volúvel/ Como pluma ao vento, / Muda de sotaque/ E de pensamento. / E de pensamento. / E de pensamento/ É sempre um infeliz/ Quem a ela se entrega/ Quem lhe confia/ Incautamente o coração/ Também nunca se sente/ Feliz em cheio/ Quem naquele seio/ Não saboreia amor. / A mulher é volúvel/ Como pluma ao vento, / Muda de sotaque/ E de pensamento. / E de pensamento. / E de pensamento!” Tradução nossa.

¹⁰⁹ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 15 jan 1955, p. 44, Seção 1.

¹¹⁰ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 12 ago 1954, p. 43, Seção 1.

O principal objetivo deste capítulo é entender como a deputada Conceição da Costa Neves lidou com as pressões e negociações de sua trajetória política, a qual, à primeira vista, mostrou-se pouco coerente, pois, em diversos momentos políticos, esteve atrelada aos direitos trabalhistas, educacionais e de saúde pública, já em outros, mais atrelada à direita conservadora. O nosso fio condutor neste capítulo serão os contextos políticos dos quais a deputada fez parte, entretanto, não seguiremos exatamente uma linha cronológica dos acontecimentos. Para sua melhor organização e coerência, procuramos, na medida do possível, manejar os acontecimentos de forma a inseri-los numa linearidade, porém, nem sempre foi possível seguir esse critério com exatidão, pois entendemos que as trajetórias não têm necessariamente coerência em si mesmas, sejam elas temporais ou ideológicas. Uma história de vida, como a de Costa Neves ou qualquer outra personagem, não parte de um ponto determinado, segue um caminho rígido ou chega a um outro ponto, de forma coerente e linear.¹¹¹ Além disso, várias intercorrências podem mudar as decisões ao longo da trajetória do sujeito, como novas experiências vividas, preconceitos sofridos, processos de amadurecimento, mudanças de perspectiva e tendências da cultura política dos locais onde trilhou seu percurso. Buscaremos entender essas mudanças, tendo como objetivo perceber como os contextos históricos afetaram sua agência política e histórica.

As principais fontes utilizadas neste subcapítulo são os discursos proferidos pela deputada em Assembleia, diversas vezes tocando em temas que aqui analisaremos, e as notícias dos periódicos *A Tribuna* e *O Estado de São Paulo*.¹¹² Já os discursos, publicados no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, estão disponíveis online¹¹³ e não são tomados como fontes sem interferências, pois, como abordado em nossa introdução, partimos do pressuposto de que ao passarem por revisão da oradora, permaneceu público aquilo que ela desejava que assim o fosse. Portanto, analisaremos o discurso não somente quanto ao que é dito, mas no sentido da imagem

¹¹¹ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

¹¹² A escolha por essas publicações se justifica por tais veículos serem conhecidos críticos à linha política da deputada, como observamos no artigo de Porto (2016).

¹¹³ Os textos, como se pode observar na introdução, passavam pelas mãos de diversas pessoas, incluindo vários taquígrafos e editores, podendo passar por revisão do orador.

demonstrada pela personagem. Para tanto, utilizaremos os textos como fonte que expressam tal publicização.

Levamos em consideração que os discursos foram produzidos por uma equipe formada por assessores e pessoas de confiança de Costa Neves, mesmo que passasse pelo crivo da personagem política. Entretanto, não foi possível encontrar registros de como era feita essa assessoria, ou mesmo se realmente ela existia de forma contundente. O único momento em que encontramos registro de um assessor político foi em uma entrevista concedida na inauguração do Museu de Conceição da Costa Neves, no Instituto Lauro Souza e Lima, em 2015. João Batista Prado Garcia, em vídeo, comentou sua participação na carreira política de Costa Neves, entretanto, não foi possível acessá-lo no presente.¹¹⁴

Este capítulo está ancorado nas análises da história política renovada, (REMOND, 2003), uma vertente da historiografia que busca entender não somente os “heróis” e grandes políticos da história tradicional, mas também estudar personagens diversos e formas políticas não institucionais. Uma vez que nosso trabalho está baseado na análise a partir da história das relações de gênero (SCOTT, 2008; BEAUVOIR, 1949), utilizaremos o cabedal teórico dessas áreas, além de outras, conforme nossa introdução, para analisarmos a construção e participação política de Costa Neves. É importante ressaltar que tal análise será conduzida sem perdermos de vista as questões ligadas às relações de gênero na sociedade brasileira e as negociações políticas.

Neste capítulo não nos debruçamos sobre os projetos de lei e resoluções oriundas da atuação de Costa Neves, mas sim sobre as articulações políticas que estabeleceu, as quais a mantiveram no poder. Para tanto, utilizamos como recurso a bibliografia historiográfica pertinente. A deputada utiliza seus discursos não somente para ancorar suas propostas e projetos de lei, mas também para negociar e se inserir no campo político.

¹¹⁴ A reportagem citada se tratava da inauguração de uma exposição sobre a deputada Conceição da Costa Neves, no Instituto Lauro Souza e Lima, na cidade de Itu. Na reportagem, feita em 2008 pela TV PREVE, a sobrinha neta de Costa Neves, Mônica Rocha Teles, comentou sobre a doação dos itens para o Instituto e a importância de lembrar a memória de sua tia-avó. Nesse mesmo vídeo, João Batista Prado Neves declarou ser ex-assessor da deputada, entretanto, não conseguimos contato com ele. Acesso em 20 de outubro de 2023. <https://www.youtube.com/watch?v=V-6rwsanCw&t=10s>

2.1 – Caminhando por ruas tortuosas – A hostilidade nos primeiros anos de carreira

No início de sua carreira política, Costa Neves buscou forte apoio no varguismo, iniciando sua carreira política ao se candidatar pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). O PTB tinha um posicionamento político voltado ao sindicalismo e ao trabalhismo. O partido era entendido como um braço à esquerda de Vargas, numa tentativa de impedir a entrada de ideais comunistas entre os trabalhadores e sindicatos. Portanto, o anticomunismo já estava presente nesse movimento político do qual a deputada fazia parte. (GOMES, 2015) Mesmo assim, não aparecia de forma tão proeminente em seus discursos iniciais como viria a aparecer depois. Nesse período, a deputada chega até mesmo a concordar e votar a favor de projetos de lei de deputados do Partido Comunista.

Para entendermos o cenário político de São Paulo em 1947, quando ocorreu a eleição da deputada Conceição da Costa Neves (Conceição Santamaria à época), é necessário compreendermos o antivarguismo no estado de São Paulo. Desde a Revolução de 1932 – guerra civil que criou no estado de São Paulo uma série de figuras e heróis históricos –, o antivarguismo se faz presente no imaginário de parte da população paulista, pois a Revolução foi fortemente combatida por Vargas. Dessa maneira, foi se formando uma rejeição à imagem de Vargas, principalmente entre as elites liberais, que criticavam o estadismo do governante. (GOMES & FERREIRA, 2007)

Após a Revolução de 1932, aconteceram mudanças significativas no rumo das políticas nacionais e dinâmicas do Estado de São Paulo. Uma das mudanças foi a conquista do sufrágio feminino. Após anos de luta, as mulheres conquistaram esse direito em 1932, elegendo apenas uma deputada federal e duas deputadas estaduais, no estado de São Paulo.¹¹⁵ Após a ascensão do governo autoritário de Getúlio Vargas e a instituição do Estado Novo em 1937, essas mulheres, juntamente a outros deputados estaduais e federais, perderam seus direitos de exercer o mandato devido aos fechamentos de assembleias legislativas estaduais e federais. As eleições só seriam retomadas após o fim do Estado Novo, em 1946.¹¹⁶ Conceição da Costa Neves, à

¹¹⁵ Em AVELAR, 2001, a autora analisa as mulheres na elite política brasileira, enquanto BLAY, 2015, analisa a participação política das mulheres nas prefeituras no Brasil.

¹¹⁶ O Estado Novo foi um regime ditatorial que durou de 1937 a 1946, sob liderança de Getúlio Vargas.

época Conceição Santamaria, se candidatou pela primeira vez a deputada estadual, pelo PTB, partido que surgiu sob a égide de Vargas, pensado como um braço trabalhista sob sua influência.¹¹⁷ Apesar de sua candidatura ter se dado nesse contexto, a sua relação com o varguismo já tinha uma longa data e continuou por todo o período em que teve atuação na política institucional.

Foi durante o momento em que foi atriz da Companhia Procópio Ferreira que a personagem entrou em contato com a ala varguista e começou a estabelecer uma relação com ela. Nesse período, a Companhia Procópio Ferreira recebeu vários fomentos do Governo Vargas e foi privilegiada por ele.¹¹⁸ Ao se mudar para São Paulo e se casar com o médico Matheus Galdi Santamaria, a deputada continuou próxima à política varguista, exercendo uma oposição à ala “da situação”, principalmente em questões relacionadas à saúde pública. Portanto, sua campanha, além do envolvimento com a política partidária, também teve envolvimento com campanhas de saúde pública. Costa Neves foi presidente da Cruz Vermelha de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1943 e 1945, o que aumentou sua popularidade em relação aos cuidados com os doentes de hanseníase, além de, como já explicitado, à imagem maternal e caridosa, estereótipo da mulher na época.

Alistou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro e lançou sua campanha política para a Constituinte Paulista de 1947 e, após esse período, para deputada estadual da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP-SP). A deputada entrou na política em um período conturbado para os apoiadores de Vargas, que havia renunciado ao poder e lidava com forte oposição da UDN. A eleição de Eurico Gaspar Dutra – aliado de Vargas – e o movimento queremista – que pedia a volta de Getúlio Vargas ao poder – amenizaram a situação negativa do presidente.

O PTB e o PSD se originaram à sombra de Vargas, dividindo seus aliados políticos. Apesar da já abordada recusa do varguismo pela ala liberal desde a Revolução de 1932, alguns

(GOMES, 2015).

¹¹⁷ Em GOMES, 2015, a autora analisa a construção do pensamento trabalhista, como uma valorização do trabalhador situado à direita no espectro político.

¹¹⁸ A Companhia Procópio Ferreira era financiada por políticas públicas e editais durante a década de 1930 pela ala ligada ao governo varguista e frequentemente associada à figura de Vargas. (PEREIRA, 2007).

membros de partidos da ala varguista tinham uma ampla margem de votos em São Paulo.¹¹⁹ Conceição da Costa Neves estava entre eles por motivos relacionados à construção da sua imagem ligada à saúde pública e ao trabalhismo. A deputada também se beneficiou do “queremismo”, movimento das camadas populares que pedia a permanência de Vargas no poder. O varguismo teve uma construção complexa, que não pode ser lida como consequência de políticas populistas, ou apenas por investimento e controle da propaganda política. Apesar de o regime autoritário perseguir e censurar uma parcela da população, em contraponto, iniciou políticas de direitos trabalhistas, como a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), que nunca tinham sido vivenciadas pela classe trabalhadora.¹²⁰

O trabalhismo, outra corrente política ligada a Getúlio Vargas, também foi inserida no pensamento social de forma complexa. A construção do imaginário em torno do “trabalhador assalariado” brasileiro, iniciada após a abolição da escravidão, colocava o “trabalho” em um patamar positivo. Para que se construísse uma mão de obra que buscasse o trabalho como forma de “dignidade”, forma-se uma moral relacionando o trabalho com algo valoroso.¹²¹ Esse imaginário social foi utilizado em diversos momentos pelos varguistas para a construção do trabalhismo, que pode ser entendido como uma corrente política que buscava gerar uma imagem positiva do trabalho e do trabalhador, valorizando-o, mas com pautas da direita, como o conservadorismo.¹²²

A década de 1930 foi decisiva para o desenvolvimento do liberalismo mundial. A crise na bolsa de valores de Nova York de 1929 tinha influenciado economias por todo o planeta, incluindo a economia brasileira, trazendo um baque sem precedentes no setor cafeeiro, principal ramo exportador da economia. O trabalhismo brasileiro, sob a égide de Vargas, surge num

¹¹⁹ A chamada “Revolução Constitucionalista de 1932” foi uma revolução liberal, ocorrida em São Paulo, que criticava o governo provisório de Getúlio Vargas e pedia uma Constituição para o país, liderada pelo estado de São Paulo, tendo sido fortemente reprimida.

¹²⁰ Em FERREIRA & DELGADO (2019), discute-se a relação profunda do queremismo com a classe trabalhadora, que nunca tinha experimentado a consolidação das leis trabalhistas, em uma crítica ao pensamento de que essas pessoas teriam sido “cooptadas” pela propaganda e populismo varguista.

¹²¹ Em Chalhoub, 2012, o autor discorre sobre a construção da ideia do trabalho no Brasil pós-abolição da escravização, relacionando-a à necessidade de criar uma ideia de trabalho mais atrativa para a mão de obra assalariada. Portanto, seria necessário garantir uma imagem positiva do trabalho.

¹²² Em Gomes, 2015, a autora discorre sobre a criação do trabalhismo ao longo das primeiras décadas do século XX, como um movimento de valorização dos trabalhadores situado à direita política.

momento em que diversas correntes políticas buscavam respostas à crise. Para alguns setores da sociedade, era preocupante que movimentos trabalhistas tomassem a frente das respostas para a crise na classe trabalhadora. Logo, seria interessante que o Estado controlasse esses movimentos, impedindo que se tornassem relacionados ao espectro político da esquerda. Para tanto, foram criadas regras para a organização dos sindicatos, sob o controle do Estado, com o intuito de diminuir o controle do operariado sobre suas reivindicações. (GOMES, 2015)

O crescente investimento na indústria brasileira, também como resposta à crise, levou ao crescimento da classe trabalhadora desse setor, assim como ao crescimento urbano. Os trabalhadores se viam atraídos aos sindicatos, pois teriam acesso aos direitos trabalhistas somente se fossem filiados. Os trabalhadores dos centros urbanos foram os principais beneficiários dessa política, que acabou por atrair trabalhadores da área rural, em busca de melhores condições de trabalho e usufruto dos direitos trabalhistas. Assim, cada vez mais pessoas abandonavam a área rural para buscarem trabalho nas cidades, garantindo a mão de obra para a indústria, bem como a manutenção dos sindicatos. Entretanto, os sindicatos não se diferenciavam da cultura política nacional do período e, nesse cenário, eram eleitas sempre as mesmas elites políticas para suas direções, o que garantia pouco embate com os industriais.¹²³

Contudo, o processo político brasileiro em relação ao trabalhismo é complexo, a construção da figura paternalista de Getúlio Vargas não pode ser entendida como uma construção de mera propaganda política e influência dos sindicatos. As políticas trabalhistas trouxeram ganhos palpáveis aos trabalhadores durante o Estado Novo, que nunca haviam sido experienciadas pela classe operária. Ainda, mesmo que houvesse o privilégio para os trabalhadores dos centros urbanos, boa parte da população mais pobre enxergava Vargas como um político que, além de populista, trazia algum benefício que poderia ser sentido por parte da classe trabalhadora nacional, tornando-se um objetivo alcançável.¹²⁴ A esquerda e a direita buscavam espaço entre os trabalhadores. Entretanto, o trabalhismo varguista pode ser

¹²³ Em Motta (2021), o autor discutiu a relação entre os sindicatos e movimentos de direita ligados ao trabalhismo e sua intrincada construção. Em Gomes (2015), a autora discorre sobre a construção do pensamento trabalhista entre os sindicatos.

¹²⁴ Em FERREIRA & DELGADO (2019), discute-se o impacto da criação das Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre outras políticas públicas trabalhistas do período, em relação ao imaginário dos trabalhadores.

entendido, além de uma tentativa de manter a esquerda fora das associações de trabalhadores, como uma estratégia para construir uma base eleitoral fiel nessa classe.¹²⁵ Para tanto, o político mobilizava afetos em torno de uma imagem de um político que se importava, principalmente, com os pobres e com a classe trabalhadora.

Costa Neves iniciou sua carreira política no PTB, atrelando sua campanha ao trabalhismo numa versão maternal do paternalismo varguista. A experiência da população com a política varguista representava o benefício de uma base eleitoral fixa, que a enxergava como parte da classe política relacionada ao trabalhismo, além de sua participação em relação à área da saúde, que abordava os afetos vinculados à prática da caridade. Durante a Segunda Guerra Mundial, sua participação na Cruz Vermelha Paulista fez com que tivesse certa visibilidade na área da saúde, impulsionando sua candidatura posteriormente.

Após a crise do fim do Estado Novo e a abertura de novas eleições, Conceição concorreu para a Assembleia Constituinte estadual, quando foi eleita com uma ampla margem de votos. A Assembleia Constituinte se iniciou em 17 de março de 1947. Seu discurso não aconteceu até 27 de março e não foi publicado na data em que os outros discursos que ocorreram ao mesmo tempo. Escreveu-se somente: “Senhora Conceição da Costa Neves – Proferiu discurso que será publicado depois.”¹²⁶ A publicação veio somente alguns dias depois, em 30 de março, e tratava da situação de descaso nos asilos-colônia de profilaxia de lepra. O discurso continha a acusação a membros do Departamento de Profilaxia de Lepra¹²⁷ de ameaçarem internos dos asilos, andarem armados e impedirem visitas de parentes.¹²⁸

Nesse momento, existia uma tensão entre a política de saúde pública defendida pela deputada Costa Neves e aquela aplicada pelo estado de São Paulo. Na época, entre outras consequências da política aplicada pelo estado, estava a exclusão social das pessoas com hanseníase.¹²⁹ Como o discurso era longo e tinha um tom de denúncia, infere-se que pode ter

¹²⁵ Idem nota de rodapé 109.

¹²⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 28 mar. 1947, p. 6, Seção 1.

¹²⁷ O Departamento de Profilaxia de Lepra seria o departamento responsável pelos asilo-colônias, órgão do governo do estado de São Paulo.

¹²⁸ O discurso em que a deputada abordou o acontecido nos asilo-colônias e foi publicado posteriormente está disponível em: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 29 mar 1947, p. 12, Seção 1.

¹²⁹ Em Monteiro (2019), a autora discorre sobre a forma como se dava o tratamento aos doentes de hanseníase no

sofrido algum tipo de censura, pela própria deputada, ou por seus pares, pois na maioria das vezes eram publicados com revisão do orador. Na introdução, percebemos que ela se coloca como alguém que tem uma “voz apagada”, e que não seria a melhor pessoa para falar daquele tema, entretanto, continuou seu longo discurso. Esse era um recurso muito utilizado por mulheres que ocupavam cargos públicos, qual seja, a sua própria diminuição, colocando-se em situação inferior, na fala, como quem pedisse permissão para continuar falando. Uma estratégia para ganhar reconhecimento de seus pares homens, diminuindo a hostilidade, como que se colocando em “seu lugar” antes de iniciar o discurso.¹³⁰

A deputada frequentemente sofria com o questionamento de seu conhecimento técnico sobre as propostas que realizava, como podemos observar na resposta que deu a uma indagação sobre uma proposta de emenda à Constituinte estadual:

Perfeitamente. Concordo e louvo a emenda que, realmente, foi muito feliz. (Muito bem). Não quero eximir-me da má redação. Na realidade, não fui quem a redigiu, mas acho que a emenda de esclarecimento do nobre colega é feliz, pelo que me congratulo com S. Excia.¹³¹

Costa Neves salienta em sua resposta que não seria ela mesma quem redigiu as propostas. Uma das hipóteses que levantamos para explicar essa colocação é de que ela se eximiu da produção do texto da emenda, tentando colocar em evidência que teria assessoria técnica para tanto, a fim de tornar legítima a sua proposta, mas também para evidenciar que não seria ela quem escrevia as propostas, legitimando que seguia um posicionamento do partido político. A colocação, apesar de sutil, exprimia várias nuances sobre as pressões de gênero que Costa Neves sofreu relacionadas ao fato de pertencer ao púlpito público.¹³²

Após o período de um ano da produção da Constituição Estadual, houve uma nova eleição da personagem, então para a legislatura de 1948 a 1951, agora para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Além de lidar com certa hostilidade por ser uma

estado de São Paulo e no Brasil. O assunto será abordado com mais detalhes no terceiro capítulo.

¹³⁰ Em PERROT (1998), a autora discute as dificuldades de as mulheres se colocarem no espaço público durante os séculos XIX e XX, as zombarias que sofriam e o impacto em seus discursos.

¹³¹ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 29 mar 1947, p. 12, Seção 1.

¹³² A situação abordada pode ser observada em vários discursos neste trabalho e será mais bem analisada no próximo capítulo. Em alguns momentos, a deputada sofreu agressões verbais e físicas e ofensas à sua pessoa, tais como “natureza pouco branda”, ou “mulher volúvel”, entre outros adjetivos que não foram abordados em nossos recortes neste trabalho.

mulher na política, estava em oposição ao governador do Estado, Adhemar de Barros, da UDN, partido conhecido pela sua recusa à figura de Getúlio Vargas. A deputada, em vários momentos, não poupou críticas ao então governador, Adhemar de Barros. Fez críticas ao seu caráter, pois o enxergava como inimigo político naquele período, algo que aparece em seu discurso de 9 de novembro de 1948: “Acredito na palavra do líder da bancada de V. Excia., mas não na do Governador [...]” Em outra situação, em 29 de dezembro de 1949, ao comentar sobre a reclamação do deputado Porphyrio da Paz acerca dos gastos do governador com uma queima de fogos no evento de inauguração do viaduto gasômetro próximo ao Hospital Pedro II, é ainda mais contundente:

Nobre deputado Porphyrio da Paz, protesto contra a expressão “palhaçada” que V. Excia. Usou. Palhaço é um homem digno que ganha a vida honradamente, fazendo com que outros homens riem, o que é muito difícil. V. Excia. Devia protestar em nome dos doentes do Hospital Pedro II, que não puderam dormir, doentes que haviam sido operados naquele dia, doentes em estado de coma, que tiveram como presente do Sr. Adhemar de Barros, aquele tiroteio! Palhaçada não foi! Foi “adhemarada”!¹³³

As críticas ao então governador do estado de São Paulo, Adhemar de Barros, estão possivelmente atreladas ao contexto político do PTB, partido do qual fazia parte no período. Naquele momento, o governador configura a oposição paulista, mas é possível perceber, com o passar dos anos, um recrudescimento das críticas que realizava ao político. Isso fica claro principalmente após a coalizão entre Getúlio Vargas e Adhemar de Barros, durante a eleição de 1950, pois, para ganhar a eleição de 1950, Vargas tinha buscado apoio entre diversos adversários políticos, como Adhemar de Barros, membro do PSD e alguns membros da UDN, partido antivarguista. (DELGADO, 1989)

Essa mudança aparece até mesmo no discurso sobre um evento grave de agressão, ocorrido em 1951, o qual analisaremos a seguir. Costa Neves tinha não só de lidar com a oposição política ou ideológica, mas também com a hostilidade de ser uma das únicas mulheres, em alguns momentos a única, a fazer parte do parlamento estadual paulista. Isso se refletia não

¹³³ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 29 mar 1947, p. 12, Seção 1.

só na forma como os outros deputados se reportavam a ela, mas na agressividade com que se opunham à deputada, ou nas falas estereotipadas.

No início da década de 1950, o Brasil se posicionava em relação à Guerra Fria que se formava entre Estados Unidos e União Soviética. No âmbito regional, as disputas entre linhas de pensamento atreladas ao fascismo e ao integralismo pleiteavam espaço com o pensamento liberal e com o comunismo. (FILHO, 2011 e MOTTA, 2019). As mulheres, apesar de terem conseguido o sufrágio, ainda sofriam com os preconceitos da sociedade conservadora da época.

Durante a década de 1950, uma mulher no espaço de poder era uma presença subversiva por si só. Pela relação que se fazia entre as mulheres e o ‘privado’, ou seja, não sendo participantes e atuantes no âmbito público, tal presença frequentemente incomodava, principalmente se a mulher em questão fosse opositora política. A participação política das mulheres estava atrelada a uma série de fatores, entre eles a classe social, a aparência, as redes e os campos políticos, a aceitação de suas ideias e até mesmo seus relacionamentos. As mulheres estavam mais propensas a fazer negociações para lidar com a hostilidade que sua presença causava. (SCOTT, 2008) Entretanto, quando levada a uma tensão, poderiam se romper limites da hostilidade e violência que ficavam no simbólico, sendo esses conflitos alçados ao patamar do palpável.

Estavam à prova as situações de diferenciação por seu gênero em toda a sua carreira, mas, em alguns momentos, essas mesmas diferenças fizeram com que sofresse consequências mais graves do que homens na mesma situação. Um evento ocorrido em 1951 causou um episódio de agressão física contra Costa Neves por parte de um deputado das fileiras de seu próprio partido. O deputado Francisco Eumene Machado, do PTB, se irritou com declarações da deputada e foi ao seu gabinete agredi-la. O momento era de conflito em relação ao PTB e havia especulações de que sairia do partido. Em seu discurso sobre o ocorrido, com um tom de justificativa, abordando sua carreira como atriz, afirmou: “Sr. Presidente, passando de Regina Maura para a parlamentar Conceição Santamaria [...] que levou um pouco de consolo e um pouco de conforto a entes que estavam desprezados dentro dos sanatórios de lepra [...]”.¹³⁴

¹³⁴ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 12 ago 1954, p. 43, Seção 1.

Contudo, o assunto abordado pela deputada após essa introdução pouco tinha a ver com sua carreira como atriz. De alguma forma, a sociedade entendia que ser uma atriz, carreira que trazia um encargo social complexo, muitas vezes associado à prostituição, pudesse justificar uma agressão. Outros incidentes ocorridos entre o deputado Martinho Di Ciero e a deputada são citados no discurso, como aquele em que o deputado se desculpara, fazendo com que o assunto não saísse do âmbito do plenário. Cita outro desentendimento com o deputado Lincoln Feliciano, que teve o mesmo desfecho do anterior. Costa Neves menciona ainda um outro entrevero, com característica de preconceito de gênero, em que o deputado Lino de Matos a teria acusado de um comportamento que, para ele, seria negativo para o caráter de uma mulher que quisesse ser deputada, envergonhando-a. Mas, segundo a deputada, mesmo esse desentendimento, de caráter ofensivo, não teve o desfecho do que ela narra a seguir.¹³⁵

É possível perceber nesse discurso que essa mulher, francamente envolvida com a política, trilha uma trajetória de desentendimentos, narrando as hostilidades que sofria. Percebe-se que em alguns momentos trazia assuntos que pouco tinham relação com a política, mas sim com a moral da época, além do preconceito de gênero. Como veremos a seguir, essas tensões passaram do limite do discurso para a agressão física em um ocorrido em 1951 entre ela e o deputado Eumene Machado, do seu próprio partido, o PTB. A narração do episódio se inicia com um relato do desentendimento entre ela e o deputado em assembleia, versando sobre sua permanência no PTB. Segundo sua narrativa, ele teria ido até seu gabinete, quando teria ocorrido o que ela narrou a seguir: “Foi nesse momento que S. Exa., o deputado Machado, dizendo que eu ia perder a mania de pensar que era dona desta Casa, respondeu que eu seria tratada como homem e, como homem, ia apanhar. E desfechou-me o primeiro bofetão. No lado esquerdo do meu rosto.”¹³⁶ Fica claro na frase proferida pelo deputado que a violência com que lidou com o embate tinha relação com o gênero da deputada e o lugar que ocupava, majoritariamente dominado por pessoas do sexo masculino. A seguir, o documento traz uma série de justificativas para convencer os leitores de que ela não era culpada:

Senhor Presidente, ninguém, nenhuma pessoa, homem ou mulher, por mais que tenha descido, por mais indigno que seja, faria galardão de glória o fato de ter sido

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 12 ago 1954, p. 43, Seção 1.

esbofeteado, muito menos se o esbofeteado é uma mulher e esta mulher é parlamentar, e estes bofetões tinham sido dados no Parlamento do maior Estado do Brasil.¹³⁷

Observemos aqui que a vítima da agressão – ela própria – se justifica de forma a convencer sobre a veracidade do que estava dizendo. Esse é um sinal da baixa credibilidade dada às mulheres no período. Esse tipo de comportamento demonstra também a dificuldade em fazer com que seus pares percebessem a gravidade do ocorrido, algo tão presente naquela sociedade que dava pouca credibilidade às mulheres ao sofrerem violências. A deputada segue assim narrando o ocorrido:

Aturdida, Sr. Presidente – porque fui colhida de surpresa, nunca me passara pela cabeça que um deputado desta Casa pudesse esbofetear uma mulher – pretendi defender-me. Não encontrei nada na minha sala de trabalho, vi apenas um pequenino vaso que lá está com flores. – Quando fiz o gesto para apanhar o vaso, foi que levei o segundo bofetão; aí o vaso caiu ao solo, espalhando-se as flores e derramando-se a água. Desnorteada e aturdida estava, quando a servente pretendeu entrar entre os dois deputados para afastar o deputado Eumene Machado, e foi empurrada na porta que separa esta sala das nossas instalações. Neste momento, levei o terceiro bofetão, Sr. Presidente, que me jogou à parede. E Sr. Presidente, foi quando o deputado Eumene Machado apanhou o ventilador que estava no canto da sala, um ventilador pesado, e, com tanto ódio, tão dominado, tão vencido pelos seus instintos de selvageria que amassou os arcos que protegem as pás desse ventilador, levantou-o num gesto indisfarçável de que me esmagaria a cabeça com ele. Foi quando a servente saiu gritando e entrou na sala o deputado Athié Coury.¹³⁸

O relato sobre o acontecido traz detalhes do evento, numa tentativa de angariar legitimidade para o relato. Esse tipo de discurso servia para mostrar a veracidade do fato, uma vez que a mulher como vítima de violência era comumente vista como culpada, um aspecto que se confirma no trecho seguinte: “[...] Sr. Presidente, não é minha intenção pedir, e não pedirei, desta tribuna, o testemunho de quem quer que seja. [...]”.¹³⁹ Novamente, a deputada se justifica, dizendo que não pediria a nenhum dos deputados o testemunho. Nesse tom de justificativa, ainda cita outros envolvidos, na contínua tentativa de legitimar o acontecido: “Foi quando entrou o deputado Athié Coury, que arrancou da mão do deputado Machado, o ventilador.” E daí, o deputado a uns declarava que realmente tínhamos tido um atrito e que ele me havia batido, a outros [...] o deputado Machado negava.”¹⁴⁰ Nesse trecho, deixa transparecer que a palavra do deputado, que era homem, valeria mais do que a palavra dela, como mulher. E ainda tentando

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Ibidem.

¹⁴⁰ Ibidem II.

legitimar o acontecido, afirma: “Mas, Sr. Presidente, os deputados viram o meu rosto marcado, os deputados constataram a vermelhidão do meu rosto.”¹⁴¹.

É possível observar, em toda a sua narração, a enorme quantidade de vezes em que usa justificativas para convencer o interlocutor de que estava dizendo a verdade. A seriedade do assunto e a necessidade das justificativas nos dão um indício do quanto sofria com a falta de credibilidade, algo muito atrelado aos preconceitos de gênero. Nesse caso em específico, a questão das ideologias políticas foi ultrapassada, pois o deputado em questão, como já mencionado, era do mesmo partido que Costa Neves. Essa situação ocorrida em 1951 foi um dos fatores que colaborou para seu afastamento do PTB, vindo então a culminar em sua saída em 1956. Nota-se que, apesar da situação humilhante, a deputada ainda continuou no partido por mais 5 anos antes de sua saída definitiva.

Vargas ingressou no poder novamente em 1951, estabelecendo uma aliança com políticos como o ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Essa alteração na oposição em São Paulo pode ter feito a deputada realizar outras alianças para se manter no poder, com um setor conservador e católico e abertamente anticomunista. Ela também viu sua imagem como uma personagem política pouco “branda”¹⁴² se intensificar, como podemos observar no discurso do deputado Abreu Sodré, interpelando-a, em 1954.

Sr. Abreu Sodré – Folgo, nobre deputada getulista em ouvir a mudança de voz de V. Exa. anteontem, quando discursava, protestando contra o ignóbil atentado do partido dos homens do Catete, V. Exa. foi de uma veemência extraordinária.

Sra. Conceição Santamaria – Equivalente à de V. Exa.

Sr. Abreu Sodré – Hoje V. Exa. já passa a ser mais branda. Esta brandura não é do vosso temperamento.¹⁴³

Entendemos que esse comportamento político, menos “brando”, além de ter relação com o contexto político e partidos políticos dos quais fez parte, tinha ligação com as relações de gênero e a forma como ela se colocava no campo político do qual fazia parte. Portanto, quanto

¹⁴¹ Ibidem III.

¹⁴² No capítulo anterior, citamos o endurecimento da performance da deputada com o passar dos anos quanto à passividade e sua relação com o que eram considerados comportamentos masculinos.

¹⁴³ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 12 ago 1954, p. 43, Seção 1.

mais se firmava no campo político, menos vinculava sua imagem aos estereótipos de gênero de passividade, distanciando-se de uma imagem muito atrelada ao feminino.

Isso ocorreu com muitas mulheres que se envolveram com a política institucional posteriormente, pois esse campo da política era pensado como essencialmente masculino. Nesse sentido, por não terem abertura ou por ideologia política, algumas mulheres se atrelaram à política não institucional.¹⁴⁴ Portanto, nesse primeiro momento, ao se colocar na política, Costa Neves aderiu a um comportamento que a colocasse em conformidade com seus pares homens. A nossa hipótese, nesse caso, é de que isso era feito por temer que ao ser diferenciada, sofreria mais com a opressão de gênero, quase como se, caso agisse em conformidade com o ambiente, passaria despercebida a sua identidade de gênero.

Contudo, além das questões mais relacionadas ao gênero, outros problemas também influenciavam nas negociações a serem feitas. No início da década de 1950, o partido político ao qual pertencia viu o aumento da influência de João Goulart. Nesse cenário, alguns políticos da ala varguista se incomodavam com a inclinação do político mais à esquerda, aceitando passivamente a participação de comunistas nos sindicatos. Entretanto, mesmo sofrendo com pressão do partido, a eleição de Getúlio Vargas em 1951 a colocou em melhor posição política, mantendo-a no partido varguista, o que tem a ver com a deputada ter permanecido no partido apenas dois anos após a morte de Getúlio.

Ainda, devemos considerar o fato de Costa Neves não ter chegado à posição de liderança, como chegaria no partido subsequente, o PSD. Portanto, entendemos que o espaço que tinha no partido era limitado. Dessa maneira, seu rompimento não teria sido por razões ideológicas, pois o PSD tinha ligação com suas origens na ala varguista, mas sim com os rumos que a política veio a tomar após a morte de Getúlio Vargas.

Pode-se entender que a hostilidade política que sofreu, além de estar vinculada às relações de gênero, se atrelada ao contexto político e ao partido político do qual fazia parte, assim como o seu apoio eleitoral e a base eleitoral que a mantiveram no poder por várias legislaturas. A deputada foi eleita e reeleita ininterruptamente de 1947 até a eleição legislativa

¹⁴⁴ Idem.

de 1966, quando teve seu mandato cassado em 1969 pela Ditadura Militar. Portanto, inseriu-se no campo político de forma que a sua participação política na ala varguista, no trabalhismo e na saúde pública ultrapassara relativamente o preconceito de gênero entre seus eleitores, sem, contudo, chegarem a impedi-la de sofrer com as pressões e discriminações de gênero.

2.2 – “*La donna è mobile*” – Trânsitos políticos e tensões no varguismo

As tensões da política nacional do início dos anos 1950 afetavam a política regional e, por consequência, a atuação da deputada. Essas tensões, dentro dos partidos aliados a Vargas, como o PTB, faziam com que a deputada fosse constantemente interpelada sobre sua manutenção como membro do partido.

A principal fonte de tensão do governo Vargas, iniciado em 1951, foi a questão econômica. Internacionalmente crescia a tensão do início da Guerra Fria entre os blocos capitalista e socialista, o primeiro liderado pelos Estados Unidos e o segundo pela União Soviética. Internamente, as tensões também se relacionavam a dois movimentos em relação à economia, um nacionalista e outro liberal. Os nacionalistas defendiam que o Estado controlasse a economia, limitando a entrada de empresas estrangeiras, e investisse nas empresas estatais, já os liberais defendiam a entrada de capital estrangeiro e atuação limitada do Estado na economia. Vargas optou pela proposta desenvolvimentista-nacionalista. Foi nesse período que foram criadas a Petrobras e Eletrobras. Ainda nesse mandato, o Presidente buscou outras alianças políticas além dos apoios que já tinha, o que irritou as suas bases aliadas entre o PTB e PSD, pois estava buscando apoio de adversários políticos de longa data, como os membros da UDN. Com o embate entre sua base aliada, cresce a influência exercida pela UDN. (FERREIRA, 2005 e FERREIRA & DELGADO, 2019)

Vargas era acusado principalmente de escândalos relacionados à corrupção, além de ser frequentemente associado ao peronismo argentino. Os adversários políticos se aproveitaram dos temores do país acerca do comunismo e da falta de conhecimento da população em geral para disseminar a ideia de que seria criada uma espécie de “república sindicalista”, associada a Perón. Esse tipo de escândalo se intensificou quando foi aberta uma CPI sobre transferência de dinheiro para o jornal de situação, o Última Hora.

Outro fator que prejudicava Vargas era a crise econômica e o aumento do custo de vida. Em 1953 surgiram os movimentos “Marcha das panelas vazias” e “Greve dos 300 mil”, ambas manifestações de cunho social de grande vulto. Essa crise econômica foi agravada com a importação de bens para industrialização, pois existia preocupação com a Guerra da Coreia e

seus desdobramentos. Além disso, o Presidente dos Estados Unidos, Dwight D. Eisenhower, não estava interessado em investimento em países da América Latina, realocando os seus investimentos para conter o avanço do comunismo na Ásia e reconstruir a Europa,¹⁴⁵ destruída após a Segunda Guerra Mundial. (FERREIRA & DELGADO, 2019)

Outros acontecimentos que afetaram o governo de Vargas se referem à atuação do Ministro do Trabalho, João Goulart, que foi nomeado por sua capacidade de negociação e histórico de bom relacionamento com os sindicatos. O intuito era aproximar o trabalhador do governo, mas sua atuação afastou a classe média. João Goulart propôs o aumento do salário-mínimo em 100%. A UDN e a imprensa intensificaram a propaganda negativa de João Goulart, mas o Exército também se incomodou com a proposta. O aumento do salário-mínimo igualaria trabalhadores comuns a militares qualificados, além fazê-los acreditar que seus salários eram muito baixos. A crise se agravou e foi necessário que Vargas negociasse com Goulart para sua saída do Ministério. Houve um pedido de impeachment que foi barrado no Congresso, e a possibilidade de golpe era real, principalmente após o “Manifesto dos Coronéis”, em que 82 coronéis do Exército assinaram um documento pedindo a saída de Vargas. (MOTTA, 2019)

Todavia, acontecimentos ocorridos no ano de 1954 aumentaram a crise para os aliados de Vargas, causando mudanças no contexto político. No discurso a seguir, a deputada analisa fatos ocorridos após a eleição de Getúlio Vargas em 1954, respondendo a crítica dos “socialistas”: “Srs. Deputados, quero deixar aqui a minha estranheza quanto à crítica feita por um socialista ao voto livre de um povo livre. O Sr. Getúlio Vargas foi eleito Senador da República [...] e foi eleito Presidente da República, depois de um período de ditadura [...]”¹⁴⁶ Nesse trecho está presente o tema da democracia, com a afirmação de que Getúlio tinha sido eleito nesse Regime. Entretanto, não cita que a Ditadura era liderada pelo próprio Vargas. Demonstrava que a ala varguista tentava se distanciar do passado ditatorial para ganhar espaço na democracia de forma legítima. Rebate a crítica contra Getúlio Vargas por parte daqueles que

¹⁴⁵ Ficou conhecido como Plano Marshall, o plano de investimento econômico para a reconstrução dos países aliados aos Estados Unidos, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Recebeu esse nome em homenagem ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, George Marshall. Além disso, foram criados outros órgãos, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, o intuito era reconstruir o sistema monetário internacional após a guerra.

¹⁴⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 24 ago. 1954, p. 42, Seção 1.

chama de “socialistas”, comentando que estariam criticando a democracia: “[...] devolvendo-as à fonte de origem, as acusações que os socialistas desta Casa, que, na verdade, não sei se são realmente socialistas, querem fazer ao povo brasileiro, ao eleitor livre de nossa terra.”¹⁴⁷ A deputada se refere à recusa da esquerda quanto à candidatura de Getúlio Vargas à eleição presidencial.

Nesse momento, deparamo-nos com um discurso um pouco mais conciso em relação aos colegas socialistas, colocando-se como adversária política. Esse teor contrário ao socialismo é algo que viria a se intensificar nos anos seguintes. Podemos ver no discurso a seguir as críticas da deputada ao comunismo e aos adversários políticos da ala varguista, quase que igualando-os: “(sem revisão do orador”) Sr. Presidente, há duas categorias de inimigos do Brasil, neste momento, interessadas, ambas na mazorca. Uma [...] de cripto-comunistas que deseja, que só a eles pode servir, o desastre do Brasil.”¹⁴⁸ Nota-se claramente a oposição à esquerda de Vargas, trazendo o apelo do “pânico moral” quanto ao comunismo.¹⁴⁹ Mas, para Vargas, naquele momento o grande adversário era na verdade o grupo de direita liberal, encabeçado por políticos da UDN. Nesse sentido, em diversos momentos a deputada os elencou também como os principais adversários políticos da ala varguista.¹⁵⁰ Portanto, tanto os socialistas quanto a direita liberal ligada à UDN estavam constantemente em embate com os políticos que tinham relação partidária com Vargas ou com a própria pessoa de Vargas. Essas críticas a Vargas eram veiculadas em jornais, como O Estado de São Paulo, que tinha ligação com a direita liberal, além de outros meios.

¹⁴⁷ *Idem*.

¹⁴⁸ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 24 ago. 1954, p. 42, Seção 1.

¹⁴⁹ O conceito de “pânico moral” teve como seu precursor Stanley Cohen (1972), que entendia o evento como “um súbito e excessivo sentimento de alarme ou medo, geralmente afetando o corpo do indivíduo e levando a extravagantes ou insensatos esforços para garantir segurança”. (COHEN, 1972) O conceito foi sendo trabalhado por outros cientistas, e aqui entendemos que ele abarca o acontecido nas vésperas do Golpe de 1964, bem como os eventos que vieram depois, criando um pânico moral acerca do comunismo e um perigo iminente de cisão social.

¹⁵⁰ “Outro grupo é aquele que, na ânsia de conseguir o poder, e não conseguindo nunca, através do voto dos eleitores conscientes do Brasil, quer pela força, ainda que seja com prejuízo da Nação, alcançar o Catete. Sr. Presidente, os canalhas, os miseráveis, os traidores da pátria, os vendidos de Moscou, os irresponsáveis, os bêbedos físicos e morais, esses Sr. Presidente, querem a mazorca, querem o sangue derramado no Brasil para a satisfação dos seus próprios apetites. São uns covardes que estão com medo das eleições. São os irresponsáveis, os vendidos que a esta altura pretendem conspurcar o voto do povo que elegeu o Sr. Getúlio Vargas para um mandato de cinco anos.”

De 1951 até 1954, o governo de Vargas sofreu com diversas crises, mas a mais aguda foi a que levou o político a cometer suicídio. Havia acontecido um atentado na Rua Toneleros, no Rio de Janeiro, contra o jornalista Carlos Lacerda, adversário político de Vargas, evento no qual foi assassinado um major da Aeronáutica, Rubens Vaz. Esse atentado contou com a participação da guarda pessoal de Vargas, mais especificamente de Gregório Fortunato, que foi chamado de “anjo negro”. O fato foi amplamente divulgado pelos jornais e emissoras de rádio na época. Descobriu-se que Fortunato participava de um grande esquema de corrupção e havia sido o mandante, mas as investigações não encontraram participação direta de Getúlio Vargas. Mesmo assim, em 24 de agosto de 1954, Getúlio recebeu a informação de que os altos comandos militares queriam que se afastasse do cargo de Presidente da República, cometendo então suicídio. (FERREIRA & DELGADO, 2019)

Costa Neves elencou os culpados por essa pressão política, citando indiretamente Carlos Lacerda, um dos principais adversários políticos de Vargas, e a Revolta Paulista de 1924, algo que se torna evidente no trecho a seguir: “Mas S. Exa acabou de declarar que de lá sairá preso ou morto. E quem está à frente desse movimento? O Brigadeiro Eduardo Gomes [...]. Quem está a frente desse movimento? Um jornalista irresponsável que, a soldo de comunistas, vem querendo implantar a mazorca na nossa Pátria.”¹⁵¹

Com essas colocações, a deputada tentou trazer à tona fatos que amenizariam a popularidade do movimento de pressão a Vargas em São Paulo, lembrando eventos que membros do movimento teriam realizado contra o estado. Contudo, não pôde prever o quanto o ano de 1954 se tornaria emblemático para os apoiadores de Vargas, em decorrência de seu suicídio. Isso abalou ainda mais seus apoiadores políticos e criou fissuras em uniões que tinham Vargas como base. Segue excerto de discurso da deputada após o suicídio do político:

[...] Eu ainda tenho o coração ferido e a alma doída com a morte do meu amigo, o Presidente Getúlio Vargas. Durante dias aqui neste Plenário, semanas, que antecederam o infausto acontecimento, deputados, desta tribuna, pretendendo ofender-me, chamavam-me de deputada getulista. E os Anais aí estão para comprovar o que eu respondi sempre: “e com muita honra”. Sou getulista, hoje, mais do que nunca. Sou getulista de 1930. [...] Eu fui sempre e sempre serei, enquanto viver. [...]¹⁵²

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 3 set 1954, p. 31, Seção 1.

Conforme o trecho do discurso acima, como “getulista”, além de afirmar seu pesar, Costa Neves afirmou seu laço político com Vargas em um momento em que a popularidade do político tendia a aumentar. O seu discurso foi de se colocar como apoiadora de longa data de Getúlio Vargas e criticar aqueles que deixaram sua base aliada. Além de fazer essa alusão, também condenou o uso político da figura de Vargas, pois, como estava implícito em seu discurso, somente os apoiadores de longa data do presidente poderiam fazê-lo.¹⁵³ Além disso, trouxe a discussão à ala adversária, a UDN, colocando-os como “assassinos” de Vargas, como podemos observar a seguir: “Sr. Presidente, os assassinos de Getúlio Vargas, os udenistas, ainda hoje, com as mãos cheias de sangue, estão com medo das eleições [...]. Até ontem, o líder da UDN vinha à tribuna e dizia: “A deputada getulista desta Casa”, a que eu respondia – “com muita honra” [...]”.¹⁵⁴ A seguir, a deputada criticou a utilização da imagem de Getúlio mesmo após sua morte, acreditando que nas eleições prejudicaria os adversários políticos da UDN.

Naquele momento, posicionou-se concomitantemente a vários políticos da ala varguista, pois, após o suicídio de Vargas, houve uma forte comoção nacional em relação ao político. Algo que, de certa forma, beneficiou sua base aliada e prejudicou a ala opositora, como a UDN.¹⁵⁵ Ela se utilizou de sua proximidade com Vargas para afirmar o seu apoio incondicional ao político antes de sua morte, como observamos a seguir: “[...] sou Maria Conceição das Neves Santamaria, reeleita, amiga incondicional de Getúlio Vargas, em todas as horas; getulista hoje como ontem e como amanhã, e isto, Sr. Presidente, é o que está doendo àqueles que estão com as mãos ensanguentadas do crime de 24 de agosto.”¹⁵⁶

Nesse mesmo momento, declara se sentir ofendida, pois, ao tecerem críticas contra ela, trocaram seu nome. “[...] pretenderam, trocando meu nome, não sei por que, pois o meu nome é meu, de meu pai e de meu marido – ambos não se casaram com mulheres ricas para levar uma

¹⁵³ “[...] eu gostaria que nesta Casa, por um pouco de respeito a um homem cuja carne está se desmanchando debaixo da terra, mas cujo espírito estará intacto no Brasil, enquanto o Brasil existir, que nesta Casa não se fizesse exploração política com o nome, com a atitude, com aquilo que aconteceu nas últimas horas no Palácio do Catete e que culminou com o gesto de desespero do meu [ilegível], do meu amigo, do meu mestre, o presidente Getúlio Vargas”. Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 3 set 1954, p. 31, Seção 1.

¹⁵⁴ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 3 set 1954, p. 31, Seção 1.

¹⁵⁵ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 3 set 1954, p. 31, Seção 1.

¹⁵⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 10 set 1954, p. 28, Seção 1.

vida folgada [...], mas, eu sou a deputada Maria Conceição da Costa Neves Santamaria [...]”. A troca de seu nome representou uma violência de gênero velada, pois poderia facilmente ser justificada como um erro não intencional. Entretanto, o histórico das ofensas com as quais teve de lidar fez com que ela acreditasse ser intencional, pois se caracterizava como uma forma de deslegitimar a sua identidade, mostrando a pouca importância que o jornal dava à sua pessoa.

Em 3 de outubro de 1954 ocorreram as eleições para as cadeiras legislativas, e a UDN viu sua influência retroceder nas assembleias, bem como os partidos da base aliada de Vargas viram seus políticos crescerem em popularidade, como o PTB e PSD. No ano seguinte, esse processo foi intensificado, pois o PTB e PSD criaram uma coalizão em torno de Juscelino Kubitschek, que foi então eleito. (BENEVIDES, 1972) Antes disso, a deputada já tinha uma certa aproximação com o político, como pode ser visto no trecho seguinte:

“Sou, neste momento, até este momento, para melhor dizer, partidária da candidatura Juscelino Kubitschek (muito bem!), logo não posso estar com V. Exa., que não adota, nem com o deputado Osny Silveira, que é partidário de uma candidatura militar. Aí está a beleza deste regime, deputado Lincoln Feliciano, que precisamos preservar, trabalhando, não fazendo tanta política, nem tanto jogo escondido! **Amanhã – repito – poderei não estar com a candidatura Juscelino Kubitschek.**”¹⁵⁷

Recebeu críticas por esse posicionamento por parte do deputado Lincoln Feliciano, do PSD, partido do qual posteriormente faria parte. O posicionamento de Costa Neves irritou o deputado que a interpelava, pois, para ele, ela demonstrava pouca “fidelidade” política. Feliciano trouxe como referência uma frase de uma ária do terceiro ato da ópera *Rigoletto* de Giuseppe Verdi, de mesmo nome da colocação do político: “*La donna è mobile.*” O título da música, em tradução literal do italiano para o português seria “A mulher é volúvel”. A letra da canção também faz alusão à suposta “volatilidade” inerente à mulher. A crítica do deputado tinha características de preconceito de gênero, pois indicou que a deputada seria “volúvel”, assim como todas as mulheres. Ela respondeu a ele citando a falta de mulheres entre as fileiras do PSD, partido para o qual, ironicamente, migraria alguns anos depois: “V. Exas. Do Partido Social Democrático, não tem nenhuma mulher eleita e não há ninguém mais “mobile” do que

¹⁵⁷ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 15 jan 1955, p. 44, Seção 1.

os do seu partido.” A discussão segue e, para se defender, a deputada citou a sua real “fidelidade”:

A deputada Conceição Santamaria continua, no entanto, getulista mais do que nunca, quemista, trabalhista. E quantos trabalhistas desta Casa, todos homens, mudaram de partido? Quantos pessedistas tiveram a mesma atitude? V. Exa., pensando nisso, verificará que não é “donna” que é “mobile”. V. Exas., como políticos, são muito mais “mobile” que uma pluma ao vento. V. Exas. são o próprio vento. Concordo V. Exa. comigo?¹⁵⁸

A ideia de que existia uma coerência política nas decisões tomadas por Costa Neves pode ser entendida não de acordo com os parâmetros europeus entre direita e esquerda, mas com as características da cultura política regional e nacional. Essa cultura política, historicamente pautada no personalismo, trazido pelo “coronelismo” e “patrimonialismo” da Primeira República, ainda muito presente no país, criava uma fidelidade política, não a um partido ou a uma ideologia política, mas sim à personalidade em questão. (MOTTA, 2014) Portanto, ao se colocar como getulista, a deputada se eximiu de estar presa a uma ideologia ou partido político, justificando que não existia volatilidade em sua atuação que destoasse dos outros deputados de seu campo político. Para se manter em campo naquele período, procurava entender como seguiria o “jogo” político sem Getúlio Vargas. Assim como os apoiadores de Vargas agiriam a seguir, então, mostrou-se aberta à possibilidade de realizar alianças políticas, como explicou: “[...] se amanhã for lançada a candidatura do Sr. Lucas Nogueira Garcez, especificamente, ficará a deputada Conceição Santamaria – que é mineira, mas que é deputada paulista – contra São Paulo, contra um candidato paulista [...]?! Nunca! Ficaria com o candidato de São Paulo!” A colocação reforça a ideia de que Costa Neves quis fixar seu lugar como deputada paulista e getulista, sobretudo, devido à rejeição liberal paulista à ala getulista.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 15 jan 1955, p. 44, Seção 1.

¹⁵⁹ Entretanto, as colocações da deputada fazendo alusão às mulheres, assim como do deputado Lincoln Feliciano, levaram uma outra deputada eleita naquela legislatura a comentar o assunto. “Sra. Tereza Delta – Eu já disse a V. Exa. que antes de ser brasileira, sou paulista, mas de maneira nenhuma aceitaria para governar os destinos de minha nação um homem como Lucas Nogueira Garcez (Muito bem! Não apoiado!), que não venceria nem como candidato a deputado federal, nem como candidato a vereador, porque o povo paulista o detesta. (Muito bem! Não apoiado!) Tenha a certeza, nobre deputado, de que se amanhã aparecer um mato-grossense como o Marechal Dutra, um gaúcho, como Getúlio Vargas, ou brasileiros de outros Estados para disputar as eleições, a fim de dirigir os destinos da Nação, se preciso for, deputado Lincoln Feliciano, aqui estará a humilde deputada Tereza Delta para defender esses brasileiros, embora filhos de outros Estados, e até para pegar armas em defesa de São Paulo e do Brasil, contra um Lucas Nogueira Garcez.” Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 15 jan 1955, p. 43, Seção 1. Podemos perceber, com a colocação da deputada Tereza Delta, que era exigido das mulheres que a todo

Apesar de sua aliança com Vargas, a deputada viria a necessitar de alianças políticas para a manutenção de seu cargo. Portanto, em muitos momentos precisou se adequar ao contexto. Podemos presumir que diversos fatores contribuíram para seu rompimento com o PTB e para a entrada no PSD. A deputada parecia estar insatisfeita com sua participação no PTB, partido no qual, ao longo dos anos posteriores, cita que nunca fora líder de bancada, ou vice-presidente, ou secretária, como viria a ser futuramente. Então, a hipótese mais provável é que foi oferecido mais espaço político para Conceição da Costa Neves no partido, não saindo da ala varguista.

momento afirmassem sua posição política, além de serem mais interpeladas sobre sua posição, em outro sentido, sofreriam pressões para negociar sua manutenção no poder.

2.3 – Ultrapassando a cortina de ferro: viagem à URSS e anticomunismo

Em um primeiro momento, o PSD era considerado um partido que mantinha a influência de Getúlio Vargas entre as elites e mais à direita entre os varguistas ¹⁶⁰ Entretanto, tinha no anticomunismo o elemento em comum com o PTB, partido que tinha uma imagem mais sindicalista, trabalhista e progressista entre os varguistas. O anticomunismo não era uma ideologia nova no Brasil. Durante as décadas de 1920 e 1930, existiram diversos movimentos atrelados ao fascismo e mesmo ao nazismo, enquanto durante o período do Estado Novo, houve perseguições, prisões, tortura e assassinatos de pessoas ligadas a movimentos comunistas. Vargas, portanto, sempre se mostrou anticomunista e em diversos momentos apoiou movimentos fascistas e xenófobos. Entretanto, após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em apoio aos aliados, recrudescer seu apoio ao fascismo brasileiro – o movimento integralista. (FILHO, 2011 e MOTTA, 2019) Esse histórico anticomunista acompanhava o varguismo, mesmo em sua ala mais progressista, ligada aos sindicatos e ao trabalhismo. Porém, nos fins da década de 1950, intensificou-se a Guerra Fria e questões internacionais interferiram na política nacional, com o país se atrelando ao bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos, em oposição ao bloco socialista, liderado pela União Soviética. (FERREIRA & DELGADO, 2019)

A deputada havia recém adentrado o PSD, partido considerado mais à direita da ala varguista, e já demonstrava apoio ao então presidente Juscelino Kubitschek. (GOMES, 2015) Entretanto, recebeu um convite para ir à União Soviética, em 1957, uma oportunidade que poucos políticos fora da “cortina de ferro” tinham. A viagem à União Soviética em 1957 aconteceu a convite do VI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, realizado em Moscou – em um período de maior abertura da URSS, buscando apoiadores na América Latina. A viagem, que causou grande impacto na deputada, foi realizada em um momento de pouco “brilho” da URSS, período em que aconteceu a morte de Stalin e algumas tensões em relação à

¹⁶⁰ Segundo Delgado, o PTB tinha ligação com movimentos à esquerda da política de Getúlio Vargas, que evitaria maior inserção do PCB em sindicatos e associações de trabalhadores, já o PSD tinha relação com movimentos à direita da política, que manteria a influência da figura de Vargas entre as elites. (DELGADO, 2011, p. 29 e 33).

Guerra Fria se evidenciaram com o crescimento de movimentos comunistas na América. Uma viagem a um “outro mundo” era uma oportunidade única de confirmar ou refutar argumentos que eram levantados pela política nacional.

A narrativa aqui analisada,¹⁶¹ apesar de fugir dos relatos de viagem tradicionais, demonstra várias características que se relacionam com as encontradas nesses relatos. Principalmente a busca pelo conhecido no outro “desconhecido” e a possível decepção ao encontrar assimetrias. (FRANCO, 2018, p.19) Portanto, ao discursar sobre a URSS, Costa Neves discursava mais sobre seu país de origem e sobre o bloco capitalista.

Costa Neves realizou a viagem, com vários outros deputados, a convite de “um deputado”, cujo nome não citou em seus discursos. Há algumas hipóteses quanto ao motivo de ter sido convidada para a viagem, uma delas é a de que tinha tendências à esquerda, apesar do forte anticomunismo varguista, e poderia ser considerada uma possível aliada em um momento em que a União Soviética, como citado, vinha buscando maior abertura na América Latina. Isso porque, com a morte de Stalin, em 1953, houve a ocupação de alguns países em uma política de expansão da URSS – entre eles a Tchecoslováquia, local que aparece na narrativa sobre a citada viagem – e uma política de maior liberalização. Em seu relato, a deputada articula um discurso no qual conta os percalços da viagem e mostra suas impressões negativas sobre a União Soviética. Discorre principalmente sobre o tema da democracia, que parece ser o principal problema, em sua opinião, sobre o Regime Soviético. “[...] a democracia o regime ideal para as liberdades do povo. [...] por aquilo que pudermos dizer aos nossos semelhantes de tudo que pudemos depreender da grande e imensa mentira comunista pregada no mundo atual.”¹⁶²

Apesar de tecer esses comentários sobre a democracia, como sua defensora, também era aliada de Vargas, o qual, por muito tempo, exerceu um regime autoritário que impediu o exercício da democracia. O seu discurso, aparentemente incoerente com seu posicionamento em relação a Vargas, também era o posicionamento esperado da sociedade no período. Existia uma grande pressão no bloco capitalista durante a Guerra Fria para que houvesse regimes

¹⁶¹ O discurso em que Costa Neves relata a sua viagem à URSS está disponível em: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 51, Seção 1.

¹⁶² Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 51, Seção 1.

democráticos, chegando, em alguns casos, à interferência forçada nesse sentido, principalmente pelos EUA – algo que seria abandonado nos anos posteriores com o apoio a regimes autoritários, desde que não fossem comunistas.

Seguindo seu relato, narrou sua passagem pela então Tchecoslováquia, antes de se destinar a Moscou, momento em que fala sobre a decadência da cidade de Praga – ocupada pelos soviéticos. A narrativa da violência das ocupações soviéticas fazia parte do discurso negativo do bloco capitalista em relação à União Soviética, a qual foi reforçada pela deputada ao relatar a situação da cidade ocupada da seguinte maneira:

Atravessamos a cidade, e pela primeira vez em minha vida, tive ideia do que seja uma cidade ocupada, [...] E espero que nenhum brasileiro, e se possível nenhuma criatura, [...] tenha na vida decepção igual a que eu tive em Praga, uma cidade às escuras. [...] como se todas as casas de Praga estivessem desocupadas. [...]

Ali naquela praça do hotel passava insistentemente uma patrulha. Uma patrulha estranha [...] a patrulha de Praga traria metralhadora empunhada [...]

Além da tensão policial na cidade, observou a situação das pessoas que a habitavam e a aparente pobreza que assolava a população. Exemplo disso é esta passagem sobre as filas para aquisição de comida, em que afirma ter testemunhado: “A fila era em um corredor interno. Eram criaturas maltrapilhas que estavam comprando uma fatia de pão preto com uma salsicha por cima. Quando nos dirigimos a um desses cidadãos [...] o medo estampou o seu rosto. [...]” O relato era sobre a Tchecoslováquia ocupada pelos soviéticos, e a deputada seguiu seu discurso criticando o domínio dos soviéticos sobre o país, que se mostrava, de acordo com sua versão, violento e incoerente com a ideologia que pregavam. Segundo narra: “[...]também o sou [contra], sinceramente o domínio de um país sobre o outro. Mas eles são apenas contra o domínio de outros países, não contra o domínio que eles, comunistas, exercem na Tchecoslováquia.”¹⁶³ Nessa parte do discurso aparecem outras críticas ao regime comunista soviético, direcionadas às ocupações, apontando que os soviéticos seriam hipócritas por chamarem de liberdade aquilo que só queriam para seu próprio povo, dominando de forma violenta outros países.

¹⁶³ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52, Seção 1.

A narrativa segue e aborda então sua chegada em Moscou, na então URSS, descrevendo a existência de uma enorme série de aviões, algo que ela entendeu como uma demonstração de poderio bélico russo. Já o festival em si foi na realidade um grande desfile em um estádio, onde o mundo estava sendo representado.¹⁶⁴ Ainda, a deputada destaca que quem chefiava a comitiva brasileira era o deputado socialista Rogê Ferreira, além de que, como se soube posteriormente, a representação brasileira teve números tão baixos que tiveram de “enxertar” elementos para que parecesse mais numerosa. Aparentemente, o que ela deseja destacar é que os deputados de sua comitiva participaram do festival apenas como espectadores. Faz isso para se explicar em relação aos deputados que viajaram à URSS em meio às tensões da Guerra Fria. Além disso, ao acentuar que a participação brasileira fora pequena, afirmava que os brasileiros não concordavam com o comunismo soviético. O festival, segundo Costa Neves, era parte de um plano de “construção” de uma imagem de Moscou.

A monumentalidade da cidade foi um aspecto que chamou a sua atenção. Em suas palavras: “O que estranhei foi que eles, da República Popular Russa, seguissem aquela arquitetura pesada, cara, luxuosa, [...] Eles continuam, na República Popular da Rússia, nesse setor da construção, fazendo aquilo mesmo que fizeram os czares”. [...] ¹⁶⁵ No trecho anterior, podemos perceber o tom de crítica na observação quanto ao gasto e ao luxo nas construções de Moscou. Deparar-se com tais gastos e tal esse luxo frustrava as suas expectativas em relação ao comunismo, que deveria negar esse tipo de prática e de discurso. Não perdia, portanto, a oportunidade de criticar a postura que acreditava ser hipócrita por parte dos soviéticos. Após o festival, destaca que foi recebida por outras autoridades soviéticas:

Fomos recebidos por algumas autoridades de alta direção da política russa, entre elas, o presidente do Presidium, que corresponde à nossa Câmara Federal.

[...] uma demonstração de democracia “sui generis”. É assim que funciona a direção e representação popular nas câmaras: reuniões correspondentes às de nossas câmaras

¹⁶⁴ A deputada sentiu a falta de Portugal. Em suas palavras: “Pude notar apenas a ausência de Portugal. Portugal não estava, mas estava a Espanha, e não digam que Portugal é ditadura.” É interessante que a deputada cite a ausência de Portugal e sua descrença em um regime ditatorial no país, assunto que aparecerá nesta dissertação com relação à saúde pública, pois a deputada estabeleceu relações com o país nessa área, tendo recebido premiações durante o regime autoritário.

¹⁶⁵ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52, Seção 1.

estaduais, uma semana por ano. E duas semanas por ano para as sessões que corresponderiam aqui à nossa Câmara Federal.¹⁶⁶

Em seu relato, a deputada aproveitou para mais uma vez expressar sua crítica à falta de democracia na URSS. Costa Neves parece ter aproveitado a viagem para fazer uma análise de vários setores da sociedade soviética. Sobre a vida econômica, no que se refere ao operariado, menciona que o salário era alto se comparado ao salário brasileiro, mas que o custo de vida era igualmente alto. Pelo que se pode observar por seu relato, enfatiza que a indústria parecia muito atrasada se comparada à brasileira, assim como a indústria farmacêutica e os procedimentos médicos do país. Apesar de, em sua opinião, ter atestado um “atraso técnico” na então URSS, não tinha dúvida de que o Estado soviético era rico, opinião esta que se baseou na suntuosidade dos edifícios em que foram recebidos. Porém, para ela, o Estado era rico e o povo pobre, além de que havia pouca preocupação por parte do Estado com a indústria essencial ao povo.

Destacou ainda uma conversa mais direcionada à questão da mulher, que teria tido com uma deputada russa: “Tive a oportunidade, em conversar [...] com uma senhora ilustre, deputada, médica, diretora de uma clínica, [...] de fazer perguntas a respeito da assistência à mulher, por exemplo.” Nesse momento, Costa Neves trouxe ao interlocutor um outro argumento para sua ida a Moscou, o fato de ser uma mulher e o interesse soviético em entender a opinião feminina sobre o Brasil. Não por acaso, citou vários momentos em que os direitos das mulheres eram colocados em questão em sua visita. Ao seguir seu discurso, comentou a situação das mulheres soviéticas.

Eu, que já tinha visto mulheres de idade, velhas, de cabeças brancas, trabalhando à uma e meia da madrugada, debaixo de uma garoa à paulista, carregando asfalto fervente nas pás e fazendo asfaltamento; eu, que as tinha visto trabalhando nos esgotos até quase à cintura; que as tinha visto em construções [...] trabalhando, de acordo com a altura da construção, no terceiro, quarto ou no quinto andar, puxando material como os nossos serventes de pedreiros; eu que as tinha visto varrendo as ruas, perguntei se não havia na Rússia nenhum trabalho proibido à mulher; e essa ilustre senhora, de uma cultura extraordinária, respondeu que não; que a mulher, na Rússia, disputava, palmo a palmo, com o homem, todos os lugares.

Ao trazer esse relato, afirmou a posição do Brasil em relação ao trabalho que era praticado pelas mulheres. Ao questionar se não haveria trabalho proibido às mulheres, buscava levar ao discurso os avanços que considerava positivos em relação à legislação trabalhista no

¹⁶⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52, Seção 1.

que concernia às mulheres, afirmando que no Brasil existiam trabalhos proibidos para as mulheres: “[...] as mulheres do Brasil, [...] também disputamos com os homens os lugares a que temos direito, mas que existe um artigo em nossa lei maior, que é a Constituição Brasileira, proibindo a mulher, como ao menor, determinados trabalhos perigosos e insalubres [...]”. Com essa afirmação sobre o trabalho das mulheres em funções perigosas e insalubres, procurava sutilmente colocar sua opinião sobre os avanços da legislação trabalhista. Entretanto, a realidade das mulheres pobres brasileiras no período era bem diferente do que a lei previa, pois as mulheres pobres, sobretudo as mulheres não brancas, tinham trabalhos precários, insalubres, baixos salários e pouca segurança trabalhista, sendo empregadas, em grande parte, no trabalho informal. Com essas observações, buscava não somente firmar sua posição como contrária à forma como os soviéticos tratavam as mulheres, mas também propagandear e defender as políticas trabalhistas nacionais, mesmo que tivessem um alcance limitado.

É importante enfatizar que Costa Neves buscou se distanciar de movimentos feministas que surgiam naquele período, atrelando-o a uma opinião mais conservadora sobre a forma de utilizar o corpo feminino. “[...] aqui a mulher é considerada como deve ser no mundo inteiro: fisicamente fraca e preciosa, já que a ela foi dada a missão suprema de ser mãe, e que no Brasil havia esta preocupação: a de proteger a mulher. Ela me respondeu que na Rússia não, que as mulheres trabalhavam em todos os serviços.”¹⁶⁷

Além de se colocar contrariamente a pautas feministas de um movimento internacional incipiente que questionava a forma com que o corpo feminino ocupava o espaço, a deputada destacou algumas questões que provavelmente já tinha em mente: a proibição de certos trabalhos às mulheres, a afirmação de sua opinião sobre o destino primordial das mulheres e a afirmação de sua posição em relação à Igreja Católica. Demonstra acreditar no discurso do essencialismo biológico¹⁶⁸, em que as mulheres seriam essencialmente frágeis e deveriam ser protegidas, principalmente por serem as progenitoras da nação, as mães. Um trecho em que se pode vislumbrar essa crença está reproduzido a seguir: “Indaguei da proteção à mulher gestante,

¹⁶⁷ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52, Seção 1.

¹⁶⁸ O essencialismo biológico é a teoria de que certas características seriam iminentes aos seres humanos a depender de seu sexo. Essa teoria foi combatida por diversas autoras feministas, entre elas Beauvoir (2016).

e ela disse: “[...] deve entender que a gestação, que a gravidez é um ato biológico como outro qualquer”. Respondi-lhe: “[...] há uma diferença: o organismo da mulher passa por uma modificação, e muitas vezes penosa”. Como abordado, ao afirmar sua posição como defensora da mulher maternal, também se protegia de ser atrelada a uma imagem não maternal da mulher. Isso porque era naquele momento uma mulher desquitada e sem filhos, mesmo que estes tivessem falecido. Conforme mencionado, a proteção que a deputada citou em seu discurso era limitada pela estrutura elitista e racista que existia no período. Portanto, essa política protecionista, apesar do discurso, não alcançava todas as mulheres. Contudo, durante todo o discurso, ela aparentemente procurava por meio da comparação reforçar seu argumento de que os brasileiros viviam melhor que os soviéticos. Ainda sobre a mulher e a maternidade, afirmou: “Não! Na Rússia elas só são atendidas quando há algum incidente na gestação. Então, elas vão para as casas de repouso. Caso contrário, ficam nos seus trabalhos – porque são mulheres fortes, até a hora em que sentem as dores do parto”¹⁶⁹ Em outros termos, pode-se afirmar que a deputada defendia a licença maternidade e a diminuição dos esforços do trabalho durante a gestação por acreditar na ideia de que a mulher era biologicamente frágil e deveria ser protegida.

Ao ser indagada sobre não ter nenhum aspecto que acreditasse ser bom na União Soviética, chegou a abrandar um pouco a sua análise: “Não há nobres deputados, nada que seja totalmente ruim, como acredito que nada há que seja totalmente bom [...]”. Mas, em seguida, comparou a URSS a países que ela acreditava ter uma experiência social e política igualmente reprovável.

[...] não acho que seja bom aquilo que se está fazendo na democracia norte-americana, em Arkansas, não se permitindo que criaturas humanas, devido à diferença de pigmentação da pele, frequentem escolas. (Muito bem). Negando-se-lhes um direito que é absoluto e até elogiável; como também recrimino e combato o que vi na África do Sul, realizado por um governo calvinista, intransigente, mudando aldeias de pretos, com 40 mil habitantes, que moravam ali há mais de vinte anos. Assisti a essa mudança, feita por ordem do governo, de metralhadoras em punho.¹⁷⁰

Percebemos que a deputada se utilizou do seu discurso sobre a Rússia para afirmar que não concordava totalmente com as políticas do mundo capitalista, criticando o racismo nos Estados Unidos e na África do Sul.¹⁷¹ Porém, ela aparentemente usou esse discurso para afirmar

¹⁶⁹ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52, Seção 1.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ Nesse período, havia movimentações nos Estados Unidos pelo direito civis das pessoas negras e contra a

que mesmo com seus defeitos, a via do capitalismo seria preferível à adesão ao comunismo. Vale destacar que encarava o que acontecia como uma exceção e não citou o racismo no contexto do Brasil, por exemplo. Entretanto, ao tratar da estrutura social e política, Costa Neves, assim como muitos viajantes, buscou referências daquilo que existia em seu país, sendo que o choque cultural a fez acreditar que a URSS fosse um lugar sem felicidade: “Não conheço o que seja conceito de felicidade para o povo russo. [...] Que não tem amor, que não demonstra carinho, ternura, sentimentos que fazem a vida de qualquer povo, um povo sem cachorro, não acredito na felicidade desse povo.”¹⁷² Com essa afirmação, parecia se fiar em um conceito de felicidade que ela conhecia e no qual acreditava. Baseada nessas premissas apriorísticas, julgava o que não parecia existir no povo russo. Causou-lhe estranheza a aparente frieza do povo, sem demonstrações de carinho ou sentimentos. Porém, vale lembrar que a deputada passou muito pouco tempo com a população e que foi uma observação rápida e provavelmente já pré-concebida, como citado, pois parecia carregada de preconceitos que circulavam entre os países do bloco capitalista e parte da propaganda norte-americana sobre o comunismo.

Um outro tema abordado em seu relato sobre a viagem à URSS era a religião. Em relação a esse âmbito, considerou que o sistema existente era decadente e criticou a falta de incentivo religioso do governo: “[...] há liberdade de credo, dirão aqueles que me querem contestar. O governo proíbe? Acredito que não. Mas o governo incentiva a prática ou a pregação desta ou daquela crença? Não. Há, ali, um materialismo frio.”¹⁷³ Aqui já podemos perceber o posicionamento conservador da deputada quanto à religião e à posição do Estado e sua laicidade. Para ela, era necessário que o Estado incentivasse alguma religião, ou algum tipo de crença religiosa. Isso apareceu em seu discurso também para fixar sua posição como pessoa religiosa e se alinhar ao pensamento anticomunista católico. Isso ocorria não somente pela crença, mas também pela influência que a Igreja Católica exercia entre os seus eleitores.

Costa Neves também comentou sobre a “cortina de ferro”¹⁷⁴, que, segundo ela, fazia com que o povo russo ficasse alienado do resto do mundo: “Há o Estado dirigindo e o povo

política segregacionista do Apartheid na África do Sul.

¹⁷² Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52, Seção 1.

¹⁷³ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52, Seção 1.

¹⁷⁴ O termo “cortina de ferro” se referia a uma espécie de barreira feita pelos países que aderiram ao bloco socialista, principalmente no leste europeu e Ásia, seja por domínio soviético ou adesão ao socialismo. A barreira

dirigido, que não conhece outra coisa, mais nada além daquilo, porque quem disse que há na Rússia uma “cortina de ferro” disse a mais acertada frase do século, pois há mesmo uma “cortina de ferro. [...] Eles não conhecem nada, não sabem nada, não tem contato nenhum.”¹⁷⁵ A deputada afirmou, ainda, que o cinema e os jornais russos eram controlados e não recebiam produções estrangeiras. A expressão “cortina de ferro” foi popularizada pelo ex-Primeiro-Ministro britânico Wiston Churchill, ao se referir ao bloco de países socialistas e países sob influência ou domínio da União Soviética (TÔRRES, 2019). Apesar de ser uma barreira imaginária, existiram marcos físicos como o Muro de Berlim, na atual Alemanha, além de que, em muitos casos, era proibido ou desincentivado o consumo de produções do bloco capitalista. Para a deputada, isso fazia com que a população do bloco socialista que ficava no leste europeu, isolada do restante do mundo, não pudesse pensar sobre o contrário.

O único item que a deputada considerou passível de ser “copiado” pelos brasileiros diz respeito à questão educacional. Como se sabe, Costa Neves produziu diversos projetos de lei em relação ao trabalhismo na educação. Elogiar a educação soviética era algo que a conectava à ala mais à esquerda do professorado. “[...] a questão do ensino. É interessante. É obrigatório, nas cidades, dois ciclos, o primeiro e o segundo, e, nos campos, o primeiro, como nós aqui também consideramos obrigatório o ensino, embora nem sempre cumprida. [...] E dizem eles que em 1960 na URSS, [...] haverá a obrigatoriedade dos dois ciclos.”¹⁷⁶ Nesse discurso, ela se colocava em consonância com o que vinha sendo produzido em relação à educação, além de afirmar a defesa da obrigatoriedade do ensino. O discurso de Costa Neves foi construído de forma a criticar a maior parte dos aspectos possíveis da URSS, sem se colocar em contradição com os motes políticos que defendia, como a saúde pública, a educação e o trabalhismo. Porém, nesse momento já começara a se fixar na política como essencialmente anticomunista, começando a ser desatrelada da imagem de Getúlio Vargas e aderindo ao anticomunismo de forma mais acentuada.

No fim de seu discurso, Conceição ainda estabelece uma relação entre os “sonhadores”, que eram seduzidos pelo comunismo, e Jesus Cristo, acreditando que eles eram enganados por

se referia às influências do bloco capitalista na região.

¹⁷⁵ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52, Seção 1.

¹⁷⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52, Seção 1.

falsas promessas utópicas. Entendemos que essa afirmação servia para fixar seu comprometimento com o anticomunismo, mas mantendo ainda uma abertura de negociação política, como veremos a seguir, na resposta da deputada a um candidato da bancada socialista: “[...] Não considero V. Exa. Comunista, considero-o sonhador, e a sonhadores como V. Exa. Eles têm enganado. V. Exa. Sonha com aquilo que eu sonho também, com que sonhou Jesus, [...] que morreu nessa luta. V. Exa. sonha com um mundo melhor. V. Exa. ama seus semelhantes [...]”. Ao colocar esta afirmação abrandava seu discurso em relação aos comunistas “nacionais”.

Esse discurso pode ter relação com o momento político delicado vivido pelos varguistas. A deputada demonstrava seu apoio a Juscelino Kubitschek, entretanto, sua base eleitoral era principalmente ligada ao varguismo, à saúde pública e ao trabalhismo, abarcando a classe trabalhadora no geral. A negociação, nesse sentido, não era somente com o partido socialista, mas sim com parte da classe trabalhadora que fosse simpática ao discurso do partido. Mesmo assim, a deputada afirmava que o que era sonhado pelos socialistas estava muito longe do que vinha sendo aplicado na URSS: “[...] e como o regime comunista está distante, e como disseram a V. Exa. que é formidável, porque acreditou que naquele regime V. Exa. poderia realizar o seu sonho de solidariedade cristã.”¹⁷⁷ Além de manter sua crítica à URSS, aproximou seu discurso da esquerda cristã, que associava o comunismo à caridade. Portanto, as suas críticas a Moscou acabaram por afirmar sua oposição à União Soviética, porém, uma possível abertura para negociação com os socialistas dentro do país se manteve. Chegou a afirmar que não tinha receio da implantação do comunismo no Brasil, mas sim da mentira contada pelos comunistas. Ainda, segundo ela, a “mentira comunista” falava aos “ouvidos do homem, do trabalhador do campo e nos portos ou nas cidades.”¹⁷⁸ De acordo com a deputada, o longo relato e a viagem tinham sido um sacrifício que ela fazia para que o povo brasileiro conhecesse o verdadeiro comunismo, que ela viu na URSS.

Enfim, Costa Neves buscou afirmar sua posição anticomunista, colocando a viagem como mera observação para tecer críticas. Ao mesmo tempo, podemos perceber nas entrelinhas do discurso que tinha receio de ser atrelada ao comunismo, por ter realizado a viagem em um

¹⁷⁷ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52, Seção 1.

¹⁷⁸ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52, Seção 1.

momento de intensificação do anticomunismo no bloco capitalista. Podemos concluir que as políticas regional, nacional e internacional influenciaram suficientemente no posicionamento da deputada no que diz respeito ao anticomunismo. Ainda assim, isso não fez com que evitasse viajar à URSS, o que se justifica por ter pretendido manter certa abertura de negociação com parte da classe trabalhadora simpática ao pensamento socialista ou comunista, bem como com o Partido Socialista. O convite que recebeu para conhecer a União Soviética era um sinal de que mesmo tendo um discurso abertamente anticomunista, atrelado ao varguismo, poderia ter sido cotada como possível aliada pelos socialistas, caso não fosse bem-posicionada dentro do PSD.

Para entendermos o posicionamento da deputada, é necessário refletirmos sobre a cultura política nacional e regional daquele momento. Em uma cultura política de acomodação (MOTTA, 2014), as forças atuantes no poder sempre tentam manter a ordem sem conflitos intensos que signifiquem algum tipo de ruptura na estrutura política. Portanto, há cessões momentâneas em alguns pontos, o que é feito inclusive para se manter as estruturas de poder.

2.4 – Um caminho sem volta: o movimento antecessor ao Golpe de 1964.

No final dos anos 1950, a bipolaridade mundial da Guerra Fria se intensificou consideravelmente. Após a Revolução Cubana, em 1959, e sua adesão ao bloco socialista, surgiu um novo momento do conflito para a América Latina. Os Estados Unidos, que antes tinham investido massivamente na reconstrução da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial, receando o crescimento da União Soviética em relação ao continente, agora se viam preocupados com o crescimento da influência soviética no continente americano e sua proximidade territorial. Essa “preocupação” levou os EUA a incentivarem regimes antidemocráticos e autoritários, desde que combatessem o comunismo, ou mesmo a imposição de democracias na América Latina. Esse movimento incentivou o anticomunismo e a adesão ao bloco capitalista por parte desses países. (MOTTA, 2021)

Entretanto, movimentos de extrema direita, conservadores e anticomunistas cresciam em vários locais do globo terrestre. Não só na América Latina se fez presente o anticomunismo, na Europa, países como Portugal passavam por experiências semelhantes com regimes autoritários. Costa Neves visitou Portugal no final de 1961 e fez uma visita ao Movimento Nacional Feminino em Lisboa, que foi criado em apoio à Guerra Colonial e a Antônio de Oliveira Salazar.¹⁷⁹ Com essa atitude, demonstrou o seu apoio ao regime autoritário de Salazar. No ano seguinte, em 1962, elogiou o anticomunismo português em discurso:

Realismo político na defesa anticomunista. É aquilo que os Estados Unidos da América do Norte não querem ou não sabem ver. É aquilo que o ex-presidente Jânio Quadros não quis ver: a situação de Portugal, pequenino, velho, mas decidido e altivo, vigoroso e moço na sua posição, posição que Lenin, em 1918, quando no exílio, em Paris, declarava ao mundo – Portugal será um empecilho a propaganda comunista na Europa.

Ao fazer um elogio ao regime português, aproveitou para realizar uma crítica a Jânio Quadros, pois, a seu ver, ele deveria ter seguido o exemplo de Salazar. Demonstrava com isso que apoiaria um regime antidemocrático como o que estava instalado em Portugal. Associou o

¹⁷⁹ Foi possível ter acesso a registros em foto e vídeo da visita da deputada a Portugal, no contexto do Movimento Nacional Feminino em Lisboa, um movimento criado em apoio à Guerra Colonial empreendida por Portugal no continente africano, bem como a Antônio de Oliveira Salazar, ao encontrá-lo em cerimônia oficial. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conceicao-costa-neves-em-lisboa/>; <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/salazar-recebe-conceicao-costa-neves/>. Acesso em 20/08/2023.

movimento português à direita ao heroísmo, como podemos ver a seguir: “[...] coloca no lugar certo o heroísmo, a altivez e a decisão do povo português. E nós, brasileiros que somos antes de brasileiros, portugueses, e sempre portugueses, não podemos deixar de render nossas homenagens ao povo do nosso próprio povo: ao povo português.”¹⁸⁰

Além de associar o anticomunismo e o regime de Salazar ao heroísmo, a deputada também colocou o povo brasileiro como sendo originalmente “português”, destacando assim a criação do país como resultado da presença do povo branco e europeu. Como o racismo estrutural no nosso país privilegiava o ponto de vista da raça branca em detrimento de raças não brancas, ao colocar o povo brasileiro como “português” em sua essência, a deputada buscava, além de demonstrar seu apoio à comunidade com ancestralidade portuguesa, afirmar que, para ela, na história do país, os povos não brancos seriam coadjuvantes.¹⁸¹ Esse diálogo também ocorria no contexto norte-americano, em que se processavam os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos e sua influência sobre as mobilizações nacionais, assim como a luta contra o Apartheid na África do Sul. Entendemos que a deputada buscava mostrar que apoiava o ponto de vista europeu sobre a história nacional e que apoiaria um regime antidemocrático, caso fosse necessário, desde que fosse anticomunista.

Costa Neves fazia esse tipo de declaração num momento em que a tensão mundial em relação aos blocos socialista e capitalista aumentava, elevando assim a preocupação da “infiltração comunista entre os estudantes, movimentos de trabalhadores, entre outros movimentos sociais, no Brasil e nos Estados Unidos”.¹⁸² (MOTTA, 2019) Além disso, havia a propaganda negativa em relação ao comunismo, principalmente na área da religião católica. Tanto é assim que, anteriormente, no mesmo discurso, mostrara-se preocupada com a propaganda comunista entre os movimentos estudantis, como se depreende desta passagem:

[...] Moscou convocou na verdade os líderes comunistas para receberem orientação nova. Naquela reunião, líderes italianos criticaram – admitidos que foram excepcionalmente na reunião dos líderes sul-americanos – criticaram os líderes italianos que a média de idade da maioria comunista na América do Sul e na América

¹⁸⁰ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 mai 1962, p. 10, Seção 1.

¹⁸¹ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 mai 1962, p. 10, Seção 1.

¹⁸² Nos Estados Unidos se intensificavam a luta pelos direitos civis e a recusa ao Apartheid na África do Sul. Com o crescente movimento de globalização mundial, movimentos que aconteciam em grandes potências influenciavam as políticas ao redor do mundo rapidamente e de forma significativa.

Central era da ordem de 45 anos. Consideravam os italianos que era para liderança uma idade já avançada e que havia necessidade, necessidade premente, de uma renovação, e para isso aconselhavam eles, os líderes comunistas da Itália, aos líderes comunistas da América do Sul e da América Central, uma penetração mais ativa nos meios estudantis.¹⁸³

Foi foco de sua discussão a orientação russa no interior dos movimentos estudantis, ocultando que ela mesma havia estado em Moscou em 1957, a convite do VI Festival da Juventude, como abordamos anteriormente. Esse episódio nos mostra que, nesse contexto, a deputada procurava cada vez mais atrelar sua imagem ao anticomunismo, talvez por estar muito ligada à política pública no que concernia à educação, à saúde pública e ao trabalhismo. Entendia que necessitava afirmar seu posicionamento crítico em relação ao comunismo de forma recorrente.

No que segue o discurso, ela citou os movimentos estudantis e suas ações, que vinham se tornando, de acordo com sua visão, cada vez mais violentos: “[...] passaram eles a ter uma ação violenta nos meios estudantis. Ambiente fácil, porque o moço é, ele mesmo, um entusiasmado, o moço é, ele mesmo, um ansioso. Deseja encontrar caminhos melhores e, muitas vezes, desorientadamente, envereda pelos piores. [...]” Ao fazer essa colocação, mais uma vez busca abrandar seu discurso em relação aos movimentos sociais brasileiros, associando-os a uma espécie de “lavagem cerebral” feita pelos comunistas soviéticos. Isso ocorre porque fazia em sua campanha um apelo à classe trabalhadora, que, como citado, tinha uma parcela que se mostrava simpática a pautas defendidas pelos socialistas. Associando a movimentação nacional a um comunismo vindo de Moscou, a deputada afirmava que os ideais revolucionários estavam fora da “essência” do povo brasileiro. Apelava, assim, para o pensamento xenófobo em relação aos soviéticos. Como grande parte de suas propostas de lei estavam atreladas à classe trabalhadora do ensino, ela sentiu a necessidade de afirmar que não apoiava o comunismo nos movimentos estudantis, afastando-se da associação a eles.

E a ação dos líderes comunistas na América Central e do Sul foi realmente efetiva e produtiva. Os estudantes passaram a uma ação a favor, consciente e, muitas vezes, inconscientemente, dos programas emanados de Moscou. Estamos assistindo no mundo todo, mas principalmente em São Paulo, os comunistas deixaram um pouco os meios estudantis de cursos superiores e fizeram voltar a sua ação toda para o ensino médio [...] ¹⁸⁴

¹⁸³ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 mai. 1962, p. 10, Seção 1.

¹⁸⁴ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 mai. 1962, p. 10, Seção 1.

Costa Neves, cuja maior parte de seus projetos de lei aprovados diz respeito à educação, posicionou-se quanto ao seu apoio ao anticomunismo no ensino, para marcar sua posição em relação a essa área, como citado, mas revelou sua preocupação quanto ao crescimento do movimento nos meios do ensino secundarista ou médio. A justificativa para tal preocupação se dava, para ela, porque os estudantes eram mais “vulneráveis” à influência comunista. Tirando a agência do estudante brasileiro, e colocando-a na URSS, buscava não perder uma parcela de eleitores que hipoteticamente não era tão antipática ao comunismo, porém, também afirmava sua posição política nesse âmbito. Costa Neves mostrou nesse discurso sua aversão à retomada de relações com a União Soviética por parte do governo brasileiro. “[...] o número enorme de russos em terras do Brasil, através desse restabelecimento de relações que o Brasil promoveu com a Rússia nos últimos tempos.”¹⁸⁵

Como vimos, já havia um cenário contrário ao socialismo soviético, mas a intensificação do “pânico moral” em torno do comunismo fazia com que um discurso mais agressivo ao pensamento político fosse publicamente aceito. Esse medo transformava um receio distante em algo alarmante, como um pânico moral. (COHEN, 1972) A afirmação contundente de Costa Neves era de que os russos não iriam cumprir o acordo com o Brasil¹⁸⁶ e que a única intenção deles seria a infiltração comunista: “Tão grave é a situação – com a situação da Argentina, com a situação das Repúblicas da América Central, com a situação de Cuba [...]”¹⁸⁷ Para comprovar sua hipótese de que havia motivos para sua preocupação, aludia ao perigo vermelho que se alastrava pela América Latina, encabeçado pela Revolução Cubana.¹⁸⁸ E já nesse momento demonstra o posicionamento de parte da camada da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, situada no Palácio 9 de julho, de lutar contra a ameaça iminente: “[...] a alta responsabilidade de ser o Palácio ‘9 de julho’, que traz no seu nome a homenagem àqueles que

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Os acordos mencionados pela deputada foram estabelecidos entre Brasil e Rússia no dia 23 de novembro de 1961, quando retomaram as suas relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética. Referem-se principalmente à retomada de relações comerciais. O debate sobre a retomada de relações diplomáticas e o anúncio à imprensa estão disponíveis em:

<http://biblioteca.in.gov.br/documents/20127/0/Reatamento+de+Rela%C3%A7%C3%B5es+Diplom%C3%A1tica+s+Entre+o+Brasil+e+a+Uni%C3%A3o+Sovi%C3%A9tica+1961--MRE-1962.pdf>

¹⁸⁷ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 mai. 1962, p. 10, Seção 1.

¹⁸⁸ Idem.

morreram em 32 e que devem não ter morrido em vão. (Muito bem!) Devem não ter morrido em vão, repito, pois morreram lutando por um ideal, um ideal cívico. (Muito bem!)”¹⁸⁹

Paralelamente ao apelo ao pânico moral acerca do comunismo, encontramos uma tentativa de retomada de outro marco revolucionário que não o cubano. Falamos da Revolução Constitucionalista de São Paulo de 1932, comemorada em 9 de julho, que deu nome ao então novo Palácio da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. A Revolução de 32 foi evocada para se fixar como apoiadora da política paulista anticomunista, pois a ala varguista, como já abordado, não tinha uma boa recepção entre as classes mais altas e liberais do Estado, sendo que então um evento marcante sobre a recusa a Vargas foi mobilizado estrategicamente com fins políticos. Portanto, em vários momentos, Costa Neves lembrou tal evento para aproximar sua imagem de movimentos políticos simpáticos à memória dessa Revolução. Implícito em seu discurso, existia um incentivo ou um possível apoio a um movimento “revolucionário”, a seu ver, contra o comunismo no país. A memória de 1932 foi amplamente utilizada pelo movimento golpista de 1964 como apelo aos afetos da população paulista.

Ao tocar em aspectos sensíveis à política paulista, afirmava sua posição ideológica, mobilizando temas como a Revolução de 1932 e o próprio anticomunismo. A Revolução representava um tópico que fazia os varguistas serem historicamente malquistos em São Paulo, portanto, a deputada procurava afirmar sua posição, não sendo paulista, em relação à política regional. Costa Neves parecia buscar se inserir no movimento insurgente, que depois daria origem ao Golpe de 1964, colocando-se como deputada paulista. (GOMES, 2015) Procurava naquele momento se afirmar em relação ao movimento que daria vazão ao Golpe de 1964, e mesmo sobre pautas internacionais. A seguir, mostramos como ela se posicionou sobre a questão da autodeterminação, corroborando o que abordamos anteriormente, em diálogo com questões raciais que estavam entrando em pauta no país.

“[...] A eleição está próxima. Cada candidato tem medo de desagradar a essa esquerda [...], numa época de desmoralização da gramática no mundo: - O que é autodeterminação? É encostar estudantes no “paredón” e fuzilá-los? [...] É chamar para a ONU uma representação preta, que não está ainda à altura, porque não representa ainda uma civilização.”¹⁹⁰

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 mai. 1962, p. 10, Seção 1.

O tema da “autodeterminação dos povos” faz referência a uma das premissas presentes na Carta das Nações Unidas, documento fundador da Organização das Nações Unidas. Tal premissa prevê que os povos tenham direito à autodeterminação, ou seja, direito a terem sua própria estrutura social, cultural e política, limitando a interferência internacional em diferentes culturas. Tendo servido para garantir a paz entre os países e a ONU, a premissa em questão se caracterizaria como negociadora quando interesses de diferentes nações entrassem em colapso, ou se houvesse casos de crimes contra os Direitos Humanos Universais. (ONU, 1945) Contudo, alguns consideram que esse tipo de direito abriria precedentes para que pessoas não preparadas adquirissem poder.

Esse tipo de pensamento estava baseado em uma análise preconceituosa que estabelecia uma oposição entre o mundo “civilizado” e o mundo “selvagem”. Costa Neves compactuava com esse pensamento, como podemos ver a seguir: “Aqueles que estão na ONU representando suas tabas, representando suas senzalas, fizeram cursos na Oxford e tem [...] outra cultura, mas os seus ascendentes e descendentes ainda estão tirando restos de crianças de entre os dentes.”¹⁹¹ Nesse trecho, fez uma referência ao grande número de pessoas de outros países que foram colonizadas ou estudaram em universidades estrangeiras, em especial em países do “Norte global”, como países pertencentes à Europa Ocidental. Para a deputada, essas pessoas reivindicavam o poder para seus países de origem, porém, seu povo, por não ter se educado em países “desenvolvidos”, seria despreparado e “selvagem”. Portanto, não teriam legitimidade para ter poder.

Aqui se afirmou a sua visão preconceituosa, pois relacionava a selvageria principalmente a países com população predominantemente não branca. Ainda, curiosamente, a deputada se desvinculou da cultura brasileira, pois, conforme o diálogo que estabeleceu com o povo português, atrelou-se ao discurso europeu sobre a colonização. Em seguida, criticou a ONU: “É esta ONU que estabelece no mundo o que seja autodeterminação, que recebe lá essa representação selvagem, de total e absoluta selvageria [...]”. Implicitamente em crítica à ONU, foi possível entender que a deputada também afirmava para seus aliados que estava disposta a criticar e ser contrária a preceitos defendidos pela ONU e, em consequência, pela Declaração

¹⁹¹ Idem.

Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948). Dialogava com a parcela conservadora da sociedade que enxergava algumas posições tomadas pela ONU como dismanteladoras da ordem preestabelecida.¹⁹² A ONU, sob seu olhar, colocaria empecilhos para que os países agissem da forma que deveriam contra o “ateísmo de Moscou”: “[...] certo medo de que está impregnado os Estados Unidos, com certo medo desse mesmo “slogan” que chama esse país de capitalista. Com esse medo, [...] entre um tremor e outro, vão permitindo que as suas fronteiras e [...] dos países que ainda lutam para a manutenção de uma democracia, sejam esfaceladas e entregues ao ateísmo de Moscou.”¹⁹³

Como abordado, Costa Neves expressiu uma visão preconceituosa sobre os países que buscavam autodeterminação, principalmente na África, algo que relacionava ao medo que os Estados Unidos tinham do socialismo soviético, apoiando a “selvageria”. Esse discurso expressiu sua opinião não só sobre as reivindicações das populações pretas africanas, mas das brasileiras, pois, naquele período, era comum taxar qualquer movimento social reivindicatório de comunista, como uma forma de deslegitimar o movimento.¹⁹⁴

A abordagem do tema da autodeterminação de países africanos se deu de forma instrumental para alertar para o “perigo” de algo parecido acontecer no Brasil. Importante salientar que suas alegações sobre o “ateísmo” faziam parte do “pânico moral” que trouxe ao seu discurso sobre o comunismo, visto por ela como algo que atentava contra a religião.¹⁹⁵ Com isso, acenava de forma a buscar uma atração política da Igreja Católica, que tinha posição contrária ao sistema laico comunista.

Em seguida, nesse mesmo discurso, criticou o comportamento de seus pares que entendia como antidemocrático: “[...] Deputados que assinam telegramas, manifestos e apoios que são a negação total dos nossos próprios mandatos. Viemos para cá no regime democrático, e [...] distraídos, despreocupados ou preocupados com seus assuntos, assinam mensagens, apoios e protestos que negam o cumprimento e o nosso dever nesta Casa.”¹⁹⁶

¹⁹² Ibidem II.

¹⁹³ Ibidem III.

¹⁹⁴ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 mai. 1962, p. 10, Seção 1.

¹⁹⁵ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 mai. 1962, p. 10, Seção 1.

¹⁹⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 mai. 1962, p. 10, Seção 1.

Finalmente, concluiu o seu discurso com uma alusão ao que viria a se tornar o movimento para o golpe, com a ideia de que São Paulo deveria moldar a nação contra o comunismo. É possível observar, a seguir, que mobilizou a religião contra o comunismo, com a ideia de que o comunismo e a religião não poderiam conviver e de que o este traria um regime ateu: “[...] ao invés de darmos nossa vida naquele momento derradeiro, quando já estivesse implantado o regime ateu, o regime da quebra e morte das liberdades, que déssemos as nossas vidas a serviço do fortalecimento da democracia [...]”¹⁹⁷ Ela havia se aproximado da Igreja Católica nesse momento de sua carreira e trazia o assunto da religião com frequência em plenário. Naquele período, a Igreja Católica tinha um posicionamento de forte combate ao comunismo, em que a deputada também tomou parte. (MOTTA, 2019) Costa Neves finalizou seu discurso fazendo uma crítica à Revolução Cubana, afirmando que era defensora da democracia.

[...] nas comemorações da data da independência de Cuba, publicou edital com este título “O símbolo da estrela solitária”, que é a bandeira que foi ensanguentada, conspurcada e espezinhada por Fidel Castro, esse Hitler renovado, fortalecido e endiabrado que ensanguenta as terras da nossa América, matando moços, velhos e crianças, em nome de uma autodeterminação que outra coisa não é senão servilismo a Moscou, senão a entrega de um território livre, anexando mais um povo ao banditismo de exportação do Sr. Nikita Kruschev.¹⁹⁸

No trecho acima, percebemos outra forma de posicionamento da deputada contra o comunismo. Ao comparar Fidel Castro a Adolf Hitler, a deputada tenta estabelecer uma ligação entre o movimento liderado por Fidel e o nazismo alemão de Hitler. Essa comparação fazia parte do discurso que fomentava o pânico moral da população sobre Cuba, pois o Brasil estava alinhado ao bloco capitalista da Guerra Fria, liderado pelos Estados Unidos. A partir da Revolução Cubana, em 1959, e com a posterior adesão de Cuba ao bloco socialista, em 1961, a política anticomunista estadunidense se intensificou, pois a grande proximidade territorial de Cuba colocava os Estados Unidos em situação desconfortável em relação à URSS. Portanto, o governo estadunidense iniciou políticas com maior controle sobre o crescimento do comunismo na América Latina, temendo que mais países aderissem ao bloco socialista.¹⁹⁹ Nesse período,

¹⁹⁷ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 mai. 1962, p. 10, Seção 1.

¹⁹⁸ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 mai. 1962, p. 10, Seção 1.

¹⁹⁹ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 mai. 1962, p. 10, Seção 1.

pode-se entender que no discurso da deputada já havia uma adesão a um movimento que daria origem ao movimento golpista de 1964, como vemos a seguir: “[...] que São Paulo possa mais uma vez, no prosseguimento do seu destino, na confirmação do seu ideal, ainda este ano, defendendo o regime democrático, defender o Brasil e o Continente. (Muito bem!)”²⁰⁰

Esse tipo de declaração ocorreu devido ao crescimento do apelo econômico e político do estado de São Paulo em relação ao anticomunismo, além do crescimento de multinacionais capitalistas sendo instaladas no estado de São Paulo, que influenciavam as políticas regional e nacional no sentido de seus interesses. No âmbito ideológico nacional, o crescente pensamento liberal e a entrada de capital cultural e econômico estadunidense influenciaram a forma como a política e a cultura foram se modificando. (FERREIRA & DELGADO, 2019) No Brasil, o anticomunismo não era um sentimento “novo”, pois o país contou com o maior partido nazista fora da Alemanha durante a década de 1930. Além disso, o apoio a regimes fascistas, durante o período varguista, a perseguição de comunistas e até a proibição de formação de partido político foram presentes. (FILHO, 2019)

Portanto, o medo do comunismo tinha sido construído socialmente entre a parcela conservadora da população durante várias décadas. O trabalhismo varguista e a criação do PTB tinham o intuito de impedir o crescimento da ideologia comunista entre sindicatos e associações de trabalhadores. Naquele período, a Igreja Católica também tinha forte preocupação com o comunismo, incentivando o anticomunismo entre os cristãos, como abordado. Tanto a ala política da direita liberal quanto a ala varguista eram anticomunistas, contudo, entre os liberais havia uma forte recusa ao varguismo, relacionando-o ao atraso.

Em meio a todas essas tensões, a deputada, apesar de defender o anticomunismo, sendo benemérita da Legião Brasileira Anticomunista, e apoiar o pensamento religioso conservador, mas sendo liberal na economia, ainda tinha como oposição algumas alas políticas que seriam seus pares no apoio ao Golpe Militar de 1964. Porém, sua oposição a Jânio Quadros, desde o período em que era governador do estado de São Paulo, superou a oposição partidária à UDN, por exemplo.

²⁰⁰ Idem.

2.5. Percorrendo um caminho obscuro: movimentação após o Golpe de 1964

O Golpe Civil-militar de 1964 foi um acontecimento cujos impactos ainda se fazem presentes em nossa cultura, nos discursos e nas memórias políticas do nosso país. A Ditadura que se seguiu ao Golpe durou mais de 20 anos e muitos estudos na área das ciências sociais, historiografia, entre outras áreas das ciências humanas buscaram entender os porquês do Golpe e do Regime (MOTTA, 2019). Neste trabalho não nos aprofundaremos sobre essas questões, pois nosso enfoque é a atuação política da deputada Costa Neves. Entretanto, para contextualizar o período, adentraremos em questões que ainda exercem algum impacto na atualidade.

Em inícios da década de 1960, o estado de São Paulo passava por modificações intensas por causa da industrialização e do crescimento do aglomerado demográfico nos centros urbanos. A entrada de empresas multinacionais no estado trazia consigo a influência econômica liberal, tornando o estado um polo econômico efervescente. Logo, o foco do interesse internacional no Brasil passou se direcionar às regiões com maior influência econômica.

Nesse ínterim, a política nacional tomava rumos que não agradavam a elite liberal paulista. Costa Neves se atrelava cada vez mais a um pensamento liberal, pois, naquele momento, já tinha se fixado como aliada durante o governo de Juscelino Kubitschek, logo sendo a favor da entrada de capital estrangeiro de fonte capitalista. Entretanto, a deputada não estava entre a elite liberal antivarguista paulista. Apesar de posteriormente a direita ter feito uma aliança para deflagrar o Golpe, seus apoiadores não participavam todos do mesmo grupo político. A recusa de muitos anos da elite paulista ao varguismo fazia com que, ainda que os grupos políticos tivessem o mesmo intuito, como o caso do Golpe, ainda não estivessem unidos como um grupo único. (MOTTA, 2019) Como veremos mais à frente, existiam grupos de mulheres que se uniram em apoio ao Golpe, dos quais a deputada não fazia efetivamente parte, entretanto, participou juntamente com essas mulheres na “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que apoiou o Golpe de 1964, defendendo a saída de João Goulart.

Para historiadores como Simões (1985) e Cordeiro (2009), o movimento golpista teve uma grande influência de movimentos de mulheres organizados em várias regiões do país,

articulados com um objetivo em comum. Esses grupos eram liderados por mulheres que apesar de serem “donas-de-casa”, geralmente tinham envolvimento político e influência de parentes que defendiam uma saída antidemocrática para o “perigo” que acreditavam estar correndo. (SIMÕES, 1985) O pânico moral disseminado por entre essas mulheres, e por elas para as camadas mais baixas, pregava que haveria uma quebra da estrutura e rompimento de tabus morais, ideológicos e religiosos, causando transformações indesejadas por esse setor social para o país. (COHEN, 1972) Dentre essas ideias, estavam principalmente a associação do comunismo ao ateísmo e a forma dos comunistas conceberem a família, fora dos moldes burgueses, o que assustava as elites. (MOTTA, 2019)

Em um discurso anterior ao Golpe, foi interpelada sobre sua posição em relação a ser reacionária. Naquele momento, a deputada não a negou, associando o movimento golpista a uma reação ao suposto perigo iminente: “[...] o nobre deputado Costábile Romano, meu particularíssimo amigo, que disse que sou reacionária. Eu reajo, mesmo, contra isto que estão querendo fazer em minha Pátria. Reajo e reagirei. Em qualquer terreno reagirei.”²⁰¹ Como abordado por MOTTA (2014), era característica da cultura política brasileira a acomodação de legitimar o movimento golpista entre a população. Em seus discursos, anteriores à Marcha, não faltaram críticas ao governo de Jango, muitas vezes chamando a atenção para sua proximidade com o comunismo, usando a religião como justificativa. Ao se intensificar o sentimento e movimento golpistas entre 1963 e 1964, a deputada proferiu diversos discursos agressivos ao governo, incentivando o Golpe de 1964. Como veremos a seguir, acreditava que o governo de João Goulart estava se distanciando da Igreja Católica e que esse era um problema.

Quanto a ida de S. Ema. Reverendíssima, o Príncipe da Igreja Católica Apostólica Romana, a que pertença, a S. Exa. o Presidente da República e eu explico de duas maneiras. Primeiro, por um dever cristão, de Pastor. S. Ema. Reverendíssima foi procurar o transviado para acalmá-lo, foi procurar esse conturbado para ver se consegue, com a sua serena e altiva palavra, trazer de novo para o bom caminho essa ovelha transviada que é o Sr. Presidente da República, Dr. João Goulart.²⁰²

Para ela, o Presidente estava cercado de pessoas que defendiam o comunismo, citando o comício com Leonel Brizola, ocorrido no dia 13 de março de 1964, em que criticou a participação de movimentos comunistas entre a plateia, além de mensagens de apoio ao

²⁰¹ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 31 mar. 1964, p. 10, Seção 1.

²⁰² Idem.

fechamento do Congresso Nacional. A principal crítica de Costa Neves foi quanto ao posicionamento, a seu ver, passivo do Presidente da República, João Goulart, passando uma ideia de apoio ao movimento. Citou ainda que apesar de ser seu amigo de outros períodos, não podia apoiá-lo: “não posso aplaudir um amigo que está errado, que está destruindo as nossas liberdades, as nossas tradições, o nosso conceito de povo livre. Não posso estar a favor desse amigo, porque ele está sendo um mau amigo da nação brasileira.”²⁰³

Em 31 de abril de 1964, o Golpe Civil-Militar se efetivou no mandato do então Presidente João Goulart. Antes disso, a extrema direita tinha se mobilizado para apoiar o movimento golpista. Entre eles estavam grupos de mulheres de vários pontos do país. A deputada foi uma das convocadoras da “Marcha com Deus pela Liberdade”, conhecida por dar apoio social à Ditadura.²⁰⁴ Inclusive, um dia antes, fez uma performance em plenário em que começou a rezar um terço, pedindo que o país não se tornasse comunista, o que foi noticiado em jornais da época. Sobre a Marcha, em discurso após o Golpe, a deputada afirmou:

A Marcha da família com Deus pela Liberdade – inspirado por uma freira, neta do imortal Ruy Barbosa, e que tinha como finalidade desagrar o rosário, pretensiosamente agravado pelo Sr. Presidente da República, Dr. João Goulart, no comício do dia 13. Foi esse o objetivo da marcha. Mas nós, os seus organizadores, que pretendíamos percorrer as ruas da cidade de rosário em punho, vimos que o povo tomou conta daquela marcha. E ela deixou de ser da freira, deixou de ser nossa, para ser do povo.²⁰⁵

Entretanto, após o Golpe, discursava sobre a perseguição que começava a sofrer, comentando sobre a carta que Juscelino Kubitschek tinha encaminhado como denúncia e sobre o Golpe que chamava de “Revolução”: “O comando da revolução tem feito, na defesa dos interesses legítimos do operariado brasileiro, a intervenção nos sindicatos, contra os aproveitadores, contra os pelegos e contra os agitadores [...]”.²⁰⁶

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Para organizar o evento foram realizadas diversas reuniões de organizações de direita e seus representantes, entre elas a Fraterna Amizade Urbana e Rural, Sociedade Rural Brasileira, a União Cívica Feminina, além de organizações católicas conservadoras como a Cruzada pelo Rosário em Família, Confederação Católica do Arcebispado do Rio de Janeiro, Associação dos Antigos Alunos do Sagrado Coração de Jesus e o Grupo de Reabilitação do Rosário. (SIMÕES, 1985).

²⁰⁵ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 28 mai. 1964, p. 10, Seção 1.

²⁰⁶ Idem.

Nesse comentário, Costa Neves indica qual seria em seu entendimento o real intuito do que chamava de revolução. Mas em seu comentário, já sinaliza a percepção de que a situação política de uma parte dos apoiadores do golpe piorava. “[...] o Comando da Revolução, de fazer idêntica intervenção, e não apenas intervenção, mas extinção do sindicato do ódio, esse sindicato que está instalado com forças extraordinárias nesta Nação [...]”²⁰⁷. O “sindicato do ódio”, sinalizado pela deputada, era a perseguição a alguns políticos apoiadores do Golpe, e o encaminhamento para a manutenção do regime autoritário. Ainda, a deputada comenta sobre o encaminhamento do regime: “[...] conspurcando a nossa revolução, que é mais do povo do que dos políticos e das forças armadas – transferir esses direitos do povo, em perseguições em cobranças de ódio pessoal, transformando todo este esplendor revolucionário num comitê de ódio, de perseguições e de maldades.”²⁰⁸ Nesse sentido, a deputada comentava que as forças armadas e uma ala política se apropriaram do poder, que antes tinha uma outra gama de participantes.

O que fazem hoje com Juscelino Kubitschek de Oliveira, através desse sindicato do ódio, nada mais é, Sr. Presidente e nobres colegas, do que medo, medo da vitória insofismável nas urnas onde se exerce na sua plenitude a democracia, a vitória insofismável de Juscelino Kubitschek de Oliveira, seja em 66, em 80, ou até no princípio do outro século. Esta vitória não há espada, não há comitê de ódio, não há recalque dos eternos derrotados, que faça mudar, porque é a vontade soberana de um povo e essa vontade vai ser exercida no momento em que as eleições forem marcadas candidate comparecerem os senhores candidatos às urnas democráticas.”²⁰⁹

A mudança de tom foi seguida por muitos de seus colegas, pois se inicia já a perseguição ditatorial. Entretanto, a deputada criticou a participação de líderes do Golpe e adversários políticos de longa data que teriam tomado o movimento para si, movimento este que seria do “povo”, em suas palavras. “Esta é uma Revolução legítima, e uma Revolução que o povo exigiu, é uma Revolução legitimamente do povo.” Aqui citou a “Revolução”, em referência ao Golpe, já criticando a interferência internacional no ocorrido, e em um tom de explicação. Isso nos faz perceber certa apreensão sobre a repercussão internacional do Golpe. Em outro discurso, no dia 23 de abril, já chamava o regime de “ditadura”.

Querem fechar o parlamento paulista? Que fechem, mas que venham de pé, pois, estaremos de pé. Não venham de rastros, pois não estaremos de bruços. Isto não é

²⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁸ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 28 mai. 1964, p. 10, Seção 1.

²⁰⁹ Idem.

maneira de exercer a democracia. Isto é ditadura e das mais sórdidas, porque não tem coragem de dizer que é ditadura, mas, querem usar a democracia para fazer biombo para as imoralidades sórdidas.²¹⁰

Nesse discurso, citou o uso da “democracia” como um veículo para atender a interesses próprios e chamou o regime de ditadura. Isso indicava que em menos de um mês já percebera que o andamento dos acontecimentos apontava para a formação de uma ditadura, mesmo para aqueles que a apoiavam. Esse discurso está marcado com “sem revisão do orador”, e são poucas as vezes em que a deputada apareceu nas fontes utilizando o termo. Isso pode denotar uma autocensura, ou mesmo censura por parte da casa legislativa, como a deputada afirmou no discurso acima.

Ao retornar nossa análise ao discurso proferido posteriormente, em 28 de maio, a deputada utilizou a palavra “Revolução” em lugar de ditadura. Segundo ela, o movimento foi subvertido e apropriado por pessoas que não estariam preocupadas com o bem do país, mas sim com o ganho pessoal. Costa Neves também mencionou a “Marcha da família com Deus pela Liberdade”, da qual foi uma das agitadoras, já em um tom de explicação. “O primeiro movimento da Revolução, eminentemente partido do povo, foi aquele movimento da marcha.”

²¹¹ Para ela, afirmar a memória da Marcha seria também afirmar que o seu apoio ao Golpe tinha ocorrido em conjunto com o “povo”. Além disso, para a deputada, esse movimento estava perdendo seu caráter popular: “Mas hoje vimos, nos jornais, a notícia de que senhores, cujos nomes não conheço, conheço o número, 85 mil mulheres, procuraram o Sr. Governador de São Paulo em nome das mulheres revolucionárias.” Segundo sua perspectiva, noticiava-se que o movimento tinha sido influenciado por ganho pessoal dos envolvidos. “Não encontrei 85 mil mulheres nas nossas reuniões madrugada adentro, e a nossa Revolução não era para secretárias ocuparem cargos em secretarias ou em quaisquer serviços públicos, a nossa marcha, a nossa Revolução era exatamente aquilo que seu nome ostentava: Da família, com Deus, pela Liberdade. [...]”²¹²

Em seguida, Costa Neves citou algumas das mulheres participantes da Marcha, também para comprovar que as participantes não estavam interessadas em cargos públicos: “Encontrei

²¹⁰ Ibidem.

²¹¹ Ibidem II.

²¹² Ibidem III.

algumas grandes mulheres, como Sebastiana de Almeida Prado, mulher fabulosa, com capacidade de direção, líder inata, mulher de pulso, mas nunca ouvi dessa mulher, como nunca ouvi de Acyr Guizard, ou nenhuma relação ao nosso movimento como política de troca para cargos públicos. [...]” De acordo com sua compreensão, isso vinha sendo causado pela ideia de que as mulheres seriam “joguetes” nas mãos dos políticos do gênero masculino. “As mulheres estão tomando a dianteira na defesa desta nação e que os homens se acomodam atrás dessas mulheres para alcançar determinados objetivos, este, por exemplo, espúrio.” Ainda, com base em seu interesse em fixar o movimento como algo que tinha relação com um movimento público e apartidário, entendeu que a perseguição política que se iniciava não tinha relação com o “cerne” do movimento.

[...] mulheres que fizeram, que organizaram a marcha, algumas delas pertencentes a outras legendas. Mas todos nós, esquecidas das nossas legendas, das nossas quizilas políticas, unimo-nos na defesa de um interesse comum, que era e Brasil, que era a democracia, Brasil e democracia que não podem ser confundidos com esses oportunistas que têm o atrevimento de vir ameaçar deputados.²¹³

Costa Neves acreditava que um movimento legítimo de “revolução” foi capturado por aqueles que queriam somente o “poder”. Parecia já sentir o movimento que se formaria posteriormente contra a ala varguista, assim como contra os comunistas. Finaliza seu discurso com uma lamentação sobre os rumos da “revolução”.

Isso, Srs. Deputados, tem até o sabor do ridículo (Muito bem!) o odor da imbecilidade. Contudo, é bem um sintoma dos tempos. Isso não tem valor algum, [...] não fosse o detalhe que indica o todo. É isso o que está acontecendo no Brasil. Para isso fizemos uma revolução. Para que um tal Sr. Moura, que quer ser Secretário da Saúde [...] passe a ameaçar o Sr. Governador de São Paulo e o Poder Legislativo. Mas não vamos aceitar essa ameaça: vamos devolvê-la, pois a nossa revolução não foi para fazer secretários, não foi para ajudar o sindicato do ódio.²¹⁴

As ameaças que vinham sofrendo o governador e o Poder Legislativo foram citadas. Mesmo nesse primeiro momento, com a ideia de que a Ditadura fora mais “branda” inicialmente, já se iniciam o autoritarismo e as ameaças a diversos campos da sociedade. Entretanto, devido à cultura política de acomodação, o regime foi se fixando no poder e aumentando o controle sobre a sociedade. Mesmo assim, após o Golpe, a deputada percebeu

²¹³ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 28 mai. 1964, p. 10, Seção 1.

²¹⁴ Idem.

que os antigos aliados políticos do movimento golpista estavam sendo excluídos e perseguidos pelos militares golpistas, assim como seus opositores. Ao perceber a cassação de deputados de sua base aliada, assim como a perseguição de pares como Juscelino Kubitschek, ela se voltou contra o Regime. Esse giro foi seguido por vários setores sociais que anteriormente tinham apoiado o Golpe de 1964. A seguir, critica o posicionamento do político Adhemar de Barros, antigo adversário político. “[...] o sr. Adhemar de Barros, em determinado momento, aconselhara as mulheres de São Paulo, que estavam decididas a seguir as mulheres de Minas Gerais em sua atitude corajosa, S. Exa. aconselhara prudência, cautela estava ele apalpando o terreno, com receio [...]” Portanto, ao colocar o político Adhemar de Barros como apaziguador dos ânimos, colocou-se como sua aliada política e demonstrou a forma como a cultura política, já abordada, influenciava a forma como o poder era exercido, pois Costa Neves percebeu que o antigo adversário político era mais cauteloso do que o movimento de mulheres: “[...] quando nós estávamos, sem cautelas e sem receio, enfrentando o si. Presidente da República, desafiando o Sr. Presidente da República e o Sr. Governador estava com cautela”.

Agora, empunhando indevidamente essa bandeira que não é dele e não é minha, - mas acho que é mais minha do que dele, não há a menor dúvida, e a história vai dizer isto, porque não tive as costas quentes de rena secretaria da segurança pública, de um Dops e enfrentei os comunistas neste país, não em São Paulo apenas, sozinha, sendo chamada aqui de “gorila”, de reacionária, de vendida a Esso a "Standard", não sei o que mais, quando s. Exa. Sabe, em sã consciência, que os funcionários comunistas foram colocados nesta casa por injunções políticas dele e do então Partido Comunista, através do secretário da Mesa Catullo Branco, quando ele usou os comunistas para se eleger governador de São Paulo, - e então pega esta bandeira, que não é de ninguém porque é da democracia, porque não deve ser patrimônio de alguns, e pega essa Rede da Liberdade e faz dessa rede da liberdade uma gazua para abrir portas falsas, para arrombar gavetas secretas e agora está com a ideia de carimbar todos os deputados que não concordam S. Exa. de comunistas. Então, a rede, hoje, por volta do meio-dia, põe no ar uma calúnia, uma infâmia...

Nesse momento, Costa Neves citou novamente a “Marcha pela família com Deus pela Liberdade” como um movimento que foi cooptado pela ala golpista, para, em suas palavras, se referir aos adversários políticos de “comunistas”. Seguiu seu discurso, citando o ocorrido com o deputado Fernando Mauro. Conceição demonstrou sintoma sentido por vários outros políticos que apoiaram inicialmente o Golpe e começavam a se ver perseguidos pelos antigos aliados no movimento golpista. Chega a mencionar o risco de fechamento da Assembleia Legislativa.

Pois o Sr. Adhemar de Barros que fique ciente que não temos medo dele nem da Polícia dele, nem da Polícia do Exército, nós só temos medo e respeito, mais respeito

do que medo de Deus. Mais respeito do que medo! O Sr. Adhemar de Barros está enganado se vai começar a desafiar esta Assembleia, desvirtuá-la! Iremos às ruas para contar a verdade toda sobre o Sr. Governador Adhemar de Barros. Esta Casa não vai ser silenciada. Não vai! Querem fechar o Parlamento paulista? Que fechem, mas que venham de pé, porque vão nos encontrar de pé. Não venham de rastros, porque nós não estaremos de bruços. Isto não é maneira de exercer a democracia. Isto é ditadura e das mais sórdidas, porque não tem coragem de dizer que é ditadura, mas querem usar a democracia para fazer biombo para imoralidades próprias.²¹⁵

Apesar de discursar inflamadamente, Costa Neves já vê o risco de se proibirem os trabalhos na Assembleia, bem como a perseguição de deputados, chamando de ditadura o que antes nomeava de revolução. A seguir, em discurso do deputado aliado a Conceição, Jayme Daige, é citado o risco de serem considerados “comunistas”. “[...] Nesta altura dos acontecimentos preocupa-nos o que virá amanhã – se alguém não virá dizer que eu sou comunista, que a nobre deputada Conceição da Costa Neves é comunista. [...] para não sairmos daqui expulsos apenas porque alguém tem qualquer animosidade pessoal com qualquer colega.”

216

A deputada iniciou uma oposição ao Regime, entretanto, era malquista por setores que sempre estiveram na oposição ao Golpe, algo que viria a influenciar sua carreira política posteriormente. Apesar disso, não teve seu mandato cassado em um primeiro momento pela Ditadura. Uma das hipóteses levantadas aqui para sua mudança é a já abordada mudança de direcionamento após o Golpe de perseguir antigos aliados, apoiadores de Juscelino Kubitschek e da ala varguista. Porém, devido à sua popularidade entre o eleitorado e parcela da população apoiadora do Golpe, em um primeiro momento, não teve seu mandato cassado, como vários outros colegas deputados.

Após o Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 1966, Costa Neves entrou para o MDB, retornando a um aspecto menos conservador da política, apesar de o MDB ser considerado uma oposição de “fachada”, que não conseguia implementar muitas leis ou projetos. Eleita nessa legislatura com ampla margem de votos, ainda mantinha sua popularidade e era forte vetor de influência política. Nesse momento, a perseguição política ainda não a tinha atingido de maneira mais incisiva, talvez por causa dessa popularidade. Motta (2014) discute a estratégia e

²¹⁵ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 abr. 1964, p. 10, Seção V.

²¹⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 23 abr. 1964, p. 18, Seção V.

cultura de acomodação política da Ditadura brasileira, em que se evitava o conflito direto, fazendo certas concessões sociais.

Entretanto, a popularidade de Costa Neves sofreu alguns reveses. Em 1967, houve uma forte discussão com o coronel da reserva Américo Fontenelle, que era responsável pela reorganização do trânsito na cidade de São Paulo. Essa discussão, que se desenrolou em um programa de televisão aberta, culminou na exoneração do coronel, que já sofria uma CPI, logo após o ocorrido.²¹⁷ Após dois meses, em um outro debate em televisão, o coronel sofreu um infarto do miocárdio, ao vivo.²¹⁸ Apesar de a maioria das notícias encontradas sobre o ocorrido não afirmar com quem o coronel debatia, a imagem de Costa Neves ficou associada ao evento, o que minou sua popularidade em alguns setores da sociedade paulistana.

Naquele momento, parecia seguir uma tendência de centro-esquerda e oposição à Ditadura, porém, teve um sério embate com a militância de esquerda artística após sua discussão com Augusto Boal na televisão, em que foi acusada de comandar um ataque ao Teatro Galpão. A situação com o teatro aconteceu em 1968, o ano anterior à cassação de seu mandato pelo AI-5, em 1969. Em junho do mesmo ano, assistiu ao espetáculo Roda Viva, sobre o qual narrou as suas impressões em Assembleia:

Insistimos, enfaticamente, em dizer que o teatro tem uma missão, que não é apenas diversão, mas deve instruir, protestar, orientar, reivindicar. É um dos veículos que deve ser usado pelos conscientes, pelos que sabem o que querem.

A nossa exigência de censura é contra a pornografia, contra a obscenidade, contra o desaforo de nos atirar à cara, sem nenhuma justificativa. Sr. Presidente, todas aquelas obscenidades que não podem, em nenhum país – e não queremos para o nosso – ser chamada de arte.²¹⁹

No trecho destacado acima, é possível observar que o espetáculo causou um impacto negativo na deputada, que chega a pedir sua censura. A peça Roda Viva foi escrita por Chico Buarque, dirigida por José Celso Martinez Corrêa, e encenada na I Feira Paulista de Opinião, dirigida por Augusto Boal. Os espetáculos da feira eram encenados no Teatro Ruth Escobar, em São Paulo. Sua visão sobre a peça é a de que se tratava de uma obra obscena e pornográfica.

²¹⁷ CASCIONE, Vicente Fernandes. Crônica aos canalhas – II. A tribuna, São Paulo, 12 de março de 1967.

²¹⁸ Faleceu Fontenelle. O estado de S. Paulo, São Paulo, 9 de julho de 1967.

²¹⁹ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 21 jun. 1968, p. 26, Seção 1.

Houve um tensionamento com o tipo de espetáculo que esperava assistir, razão pela qual compara a peça com o que considera ser o ideal, como a seguir:

Somos contra a censura. (...) que até nós podemos ser criticados, coletiva ou individualmente em uma peça. Até como poder. Podemos ser criticados. Ofendidos, nunca. Humilhados, nunca. O sistema social de um país pode ser criticado. O econômico, o político, o social. Esta é uma das missões do teatro. (...) Esquecem-se que “Deus lhe Pague”, em início de uma ditadura, tinha uma mensagem que chamamos frontalmente socialista (...) “Deus lhe pague” tem uma mensagem e tem um protesto daquele sofredor que pode menos contra aquele embrutecido que pode mais. Mas o que é “Roda Viva”? É um achincalhe.²²⁰

No excerto acima, notamos que a deputada se justificou acerca daquilo que entendia poder e dever ser censurado, exemplificando com a peça “Deus lhe Pague”, que, para ela, era uma forma legítima de expressão artística. O que parecia uma questão de gosto ou opinião era embasado em um tipo de teatro que era financiado e incentivado pelo governo de Vargas, cenário do qual havia participado em seus tempos de atriz. Esse tipo de teatro que idealizava entraria em tensão com o novo teatro da esquerda.²²¹ Para ela, era preciso realizar a crítica do que entendia ser a destruição de toda a tradição artística. Amparada nesse pensamento, cobra a censura do espetáculo.

Para embasar seu argumento em prol da censura, alega que o teatro não tem condições de funcionar por não ter saída de emergência. Ainda, cita e critica indiretamente o autor Augusto Boal, ao dizer que Chico Buarque havia sido usado e enganado e que este, sim, era um líder autêntico.²²²

A I Feira Paulista de Opinião realizada por Augusto Boal, em São Paulo, no ano de 1968, planejava reunir diversos artistas de diferentes estratos para chegar a um objetivo político de engajamento na resistência à Ditadura. O espetáculo esteve desde o começo sob ameaça de censura e violência, tanto “institucional” quanto clandestina. Como narra a deputada, a peça

²²⁰ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 21 jun. 1968, p. 26, Seção 1.

²²¹ A peça “Deus lhe pague”, citada pela deputada, era de autoria de Joracy Camargo e foi encenada em 1932 pela Companhia Procópio Ferreira. Esse “teatro das ideias” de Joracy Camargo fazia críticas sociais, mas sem expor tais questões de forma crua. (PEREIRA, 2007).

²²² Ao contrário do que argumentou a deputada, o espetáculo tinha a aprovação de Chico Buarque, como consta no artigo disponível em: SOUZA, Miliandre Garcia de. Da resistência à desobediência. Augusto Boal e a I Feira Paulista de Opinião (1968). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 32, n.59, p.357-398, mai/ago 2016.

tem cenas de nudez e críticas à religião, o que para ela seria um ultraje, chegando a ficar indignada que a censura não estivesse agindo previamente de modo assertivo, para que peças como Roda Viva fossem impedidas. O uso desse tipo de teatro para mover resistência ao Regime, para ela, não era legítima.

Em meio a esses entreveros e indignações moralistas, foi até o programa Quarto Poder do Canal 4 e fez um discurso inflamado condenando o espetáculo Roda Viva. Tal fato gerou comoção de diversos setores da sociedade, tanto aqueles contrários, como aqueles a favor da censura. No dia seguinte ao espetáculo, acontece, segundo o diretor, o que é narrado a seguir:

Em 17 de julho de 1968, cerca de 30 homens armados com revólveres, cassetetes e socos-ingleses invadiram o Teatro Ruth Escobar, depredaram o teatro e o cenário, invadiram o camarim e agrediram todas as pessoas que estavam lá. O contrarregista José Luís teve a bacia fraturada ao ser atirado do palco nas cadeiras e a atriz Marília Pêra foi despida, espancada e obrigada a correr nua pelas ruas. O ataque ao teatro durou poucos minutos, mas causou enorme prejuízo ao Teatro Ruth Escobar, estimado em 40, 50 milhões de cruzeiros velhos, além das já citadas agressões que, se afirmou, foram motivadas pelo pronunciamento “Vou acabar com Roda Viva”, da deputada Conceição Costa Neves, em rede nacional. Três homens foram presos, mas como o delegado de plantão se recusou a lavar flagrante e, assim, a queixa-crime não serviu nem para identificar os agressores. [...] Sem nenhuma punição, ganharam ainda mais confiança e, num ato de ousadia, escreveram ao jornal O Estado de S. Paulo para avisar que a “Operação Quadro Negro”, como ficou denominada, era apenas uma amostra do que podiam fazer.²²³

O excerto acima demonstra a violência ocorrida contra os artistas no Teatro Ruth Escobar após o discurso de Costa Neves no programa de televisão Quarto Poder. Podemos ponderar que, apesar de seu discurso, seria improvável que tivesse força política, naquele momento, para comandar o tipo de operação de censura que foi instalado. Mais possível é que tenha sido utilizada como “bode expiatório”, tendo em vista que seu mandato seria cassado e seus direitos políticos suspensos por 10 anos, alguns meses após o ocorrido. A ação ainda poderia ter ocorrido para calar e aterrorizar setores da resistência artística de uma só vez.

A hipótese mais provável é de que se uniram nas intenções de criar uma má reputação para a deputada entre setores de resistência à Ditadura. Apesar de seus discursos em favor da censura

²²³ Segundo Souza (2008), as “informações foram extraídas de: O teatro exige justiça. Artistas foram a Sodré, estão indignados porque dois terroristas sumiram.”

com justificativa moral, realizava um tanto de outros atos criticando de forma agressiva a Ditadura que se instalara.

Ao que parece, o ato de depredação do teatro Ruth Escobar teve como alvo o elenco da peça *Roda Viva*, que ensaiara mais cedo no teatro naquele dia, mas quem acabou sofrendo o ataque foram os participantes da I Feira Paulista de Opinião, que se acreditava ser um alvo dos censores “não-oficiais”.²²⁴ Após o evento, houve forte mobilização da classe artística em repúdio à personagem, com Augusto Boal solicitando um debate em resposta. Não é por menos que esses fatos acabaram por corroborar para depreciar a imagem de Costa Neves entre a classe artística de esquerda, passando a ser considerada pessoa que contribuiu para a censura artística.

É possível perceber que a resistência considerada “tolerada” poderia gozar de privilégios em relação à que era considerada “exagerada”, além de que os próprios atores dessa resistência, vista como um pouco mais comportada, serviam como perseguidores do que consideravam exageros com tensionamento de sensibilidades morais de setores mais conservadores e da Igreja Católica.

No ano seguinte, foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), considerado uma das medidas que “selou” a Ditadura Militar, cassando direitos políticos e civis e fechando assembleias e parlamentos. Nos anos seguintes, intensificaram-se as perseguições políticas, prisões e torturas que já ocorriam. Nesse contexto, teve seu mandato cassado juntamente com outros deputados, pois o Regime tentava afastar políticos que tivessem popularidade ligada a movimentos de grande vulto, como o varguismo, ou que tivessem relação com Juscelino Kubitschek. Esse movimento de maior fechamento também tinha influência internacional, pois nos anos anteriores haviam assistido a várias manifestações de cunho progressista, como Movimento Negro nos Estados Unidos, a “Primavera de Praga” e o “Maio de 1968”, em Paris. Portanto, a preocupação principal era com o crescimento das reivindicações dos movimentos sociais, inspiradas em outros acontecimentos pelo mundo. (REIS FILHO, 2014)

Após esses eventos e com a intensificação e o acirramento da Ditadura, a deputada integrou a lista dos deputados que tiveram seu mandato cassado pelo Ato Institucional 5 da Ditadura

²²⁴ SOUZA, Miliandre Garcia de. Da resistência à desobediência. Augusto Boal e a I Feira Paulista de Opinião (1968). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 32, n.59, p.357-398, mai./ago. 2016.

Militar, ao final de 1968. Apesar de seus embates com a militância à esquerda, a deputada fazia uma oposição que não passaria a ser mais tolerada com a intensificação da violência do Regime. Então, em 1969, teve sua cassação política oficializada e seus direitos políticos suspensos por 10 anos.²²⁵ Após a sua cassação, aderiu ao movimento de anistia política, também seguido por diversos políticos que tiveram seus mandatos cassados no período.

Em todo esse contexto, procuramos, com esta análise, entender as mudanças políticas operadas por Costa Neves ao longo de sua trajetória. Filiada durante muito tempo ao varguismo, circulou entre as alas trabalhista, conservadora e anticomunista, dificultando que se encontre uma coerência em sua trajetória, pois aparentemente migrava de uma ala mais à esquerda para outra mais à direita. No entanto, devemos pensar que não podemos utilizar os moldes de “direita” e “esquerda” na cultura política brasileira de forma tão “fechada”, pois existia uma dinâmica nacional e regional na política fortemente pautada em questões contextuais e, sobretudo, nas conveniências políticas que tocavam a vida dessa personagem.

Em diversos momentos de sua carreira, Conceição da Costa Neves teve de realizar negociações, mas também contou com sua agência na tomada de decisões. Uma trajetória que, à primeira vista, parece circular entre aspectos diferentes da política, podendo ser ancorada em alguns fatores. O primeiro deles são as ideias políticas com as quais a deputada teve mais afinidade no início de sua carreira. Conforme abordamos, estas foram principalmente o trabalhismo, em relação ao professorado paulista, e a saúde pública, relacionada à hanseníase. Mesmo sendo pautas progressistas, o discurso sobre o trabalhismo, vinculado ao PTB, trazia uma ideia anticomunista em relação ao trabalhador, já no caso da saúde pública, as questões também estavam relacionadas à benemerência de forma conservadora, mesmo que a ideia do tratamento fosse em si progressista. Isso se dava na forma como o pensamento sobre esses dois temas foram pautados na sociedade brasileira desde o início do século XX. Mesmo tendo um discurso progressista em relação à legislação trabalhista e valorização do trabalhador, Vargas também compactuava com discursos eugenistas de melhoria da raça ou do fascismo integralista.

²²⁵ Não nos ateremos aos motivos alegados pelo Regime para a cassação da deputada, uma vez que seria muito difícil determinar o que seria real e o que teria sido uma “armação” da Ditadura para eliminar opositores políticos.

Dessa maneira, a complexidade no interior desse campo político brasileiro não poderia ser medida nos padrões simplificadores de “esquerda” versus “direita”.

Portanto, apesar de ser progressista em alguns aspectos, desde o início de sua carreira, percebe-se um certo anticomunismo, que seria demonstrado com mais clareza nos anos próximos ao Golpe de 1964. Além do anticomunismo, por toda a sua carreira, trabalhou sua imagem a partir de um discurso populista, que a ligava à maternidade e à benemerência. Esse discurso está atrelado a uma parcela conservadora da sociedade, que seria uma ampla gama de eleitores da deputada. Assim, é possível entender que a deputada tomava decisões, lado, partido ou era levada a tomar, de acordo com as marés políticas e as repercussões destas em sua trajetória. Apesar da tendência de apoio ao varguismo, fez adesões aqui e ali, ora mais intensas com o campo que costumamos designar como a ala progressista, ora mais coligadas ao conservadorismo católico e de direita. A sua produção, como veremos mais à frente, foi pautada pelo preconceito de gênero, mas também pela agência, que estava influenciada pelas ideologias políticas e pelos contextos políticos nacional, regional e internacional que afetavam o momento vivido.

Capítulo III - Uma mulher na política institucional: caminhos possíveis para a atuação de Conceição da Costa Neves na política e as relações de gênero

“A mulher está votada à imoralidade porque a moral consiste para ela em encarnar uma entidade inumana: a mulher forte, a mãe admirável, a mulher de bem”.

Beauvoir, Simone, 1949 B.

O Senhor disse a Moisés e a Aarão: 2 “Se alguém notar na sua pele um inchaço ou uma crosta ou um empolamento, deverá ser suspeito de estar com lepra. Será levado a Aarão, o sacerdote, ou a um dos seus filhos, três para ser observado. Se o pelo desse sítio afetado se tiver tornado branco e tiver a aparência de algo mais profundo que a pele, é porque se trata de lepra; o sacerdote terá de o declarar impuro.

Levítico, 13:1-3

3.1. Filantropia, ética do cuidado, maternidade e saúde pública

A atuação de Costa Neves na política institucional sempre esteve relacionada à sua presença na saúde pública. Para que possamos entender como ela está inserida nesse campo, é necessário esclarecermos o contexto histórico da saúde pública e da hanseníase no Brasil no início do século XX.²²⁶ Escrevemos sobre um país que foi palco de uma série de ideias eugênicas, racistas e de “melhoria da raça”. Essas ideias reverberaram na sociedade médica e, conseqüentemente, na exclusão e violência contra alguns indivíduos.²²⁷ Pessoas acometidas por doenças contagiosas começaram a ser alvo de políticas de cunho eugenista, que visavam fazer uma “limpeza” da sociedade.

No sentido de se realizar essa “limpeza”, uma das ações foi planejar o isolamento dos doentes de hanseníase do restante da sociedade, separando-os de suas famílias, comunidade e amigos. A seguir, destacamos o trecho da pesquisa de Porto (2018) sobre as questões relacionadas ao “novo” tratamento que passou a ser implementado no estado de São Paulo:

Com a ideia de criar uma sociedade à parte para receber “os infelizes” portadores do Mal de Hansen, foram adotadas várias políticas de controle no estado de São Paulo, bem como a construção de diversos locais para receber um número cada vez maior de pessoas doentes, nas primeiras décadas do século passado. Alguns viriam transferidos de clínicas particulares, porém, a maioria perambulava pelas estradas e cidades do interior paulista para conseguir dinheiro ou donativos. Esses grupos acabavam por disseminar o medo do contágio e a doença tornava-se, rapidamente, questão de saúde pública.

(PORTO, 2018, 35.)

²²⁶ No início do século XX, o país foi impactado pela pandemia de gripe espanhola que assolou o mundo. Isso deu impulso para movimentos que surgiram antes da Primeira Guerra Mundial: os higienistas e sanitaristas. Em sua pesquisa, Santos, 2004, p. 4, resume da seguinte maneira a questão do sanitarismo brasileiro: “a história da reforma sanitária brasileira, ao menos em seu período de formação, é tema típico de conquistas ‘pelo alto’, em que estão em jogo percepções e valores de intelectuais, camadas médias e altas e a participação direta do Estado nacional. [...] No período histórico de que aqui se trata, não se pode falar de lutas ‘sociais’ pela saúde, ou de ‘movimentos de trabalhadores’ em defesa dos ‘direitos da saúde’, agendas políticas às quais só muito mais tarde, em décadas recentes, poderemos nos referir.” Já em Lima e Hochman, 2000, p. 1, já no resumo o autor pontua que a doença fazia parte da construção do ser brasileiro: “papel central e prolongado dos registros e textos médico-higienistas e do movimento pelo saneamento do Brasil, das três primeiras décadas do século XX, na reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como elemento distintivo da condição de ser brasileiro”.

²²⁷ Porto (2018) explica que “As ideias eugênicas serviram de base para a formação dos médicos isolacionistas [...], partindo da premissa de que, com o aperfeiçoamento da raça humana, por meio da eliminação do indolente, do pobre, do doente mental, e, por que não, do doente de lepra, seria possível afirmar uma nova ordem social para alcançar o progresso. O primeiro registro no Brasil de grupos ligados a essa ideologia foi em 1918, com a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, formada por membros da elite paulista, principalmente médicos e juristas.” Porto, 2018, p.42.

No trecho acima, Porto (2018) nos deixa uma pequena amostra do início do processo de internação compulsória dos doentes com hanseníase no estado de São Paulo. Antes de iniciar esse processo, houve uma série de debates entre os chamados humanitários e os isolacionistas. Os humanitários faziam parte da corrente que acreditava que medidas menos severas poderiam conter o avanço da epidemia de lepra, enquanto os isolacionistas acreditavam que somente afastando os sujeitos infectados da sociedade é que se alcançaria tal resultado. (Monteiro, 2019 e Porto, 2018). Apesar da recusa da corrente humanitária, a internação compulsória dos doentes de hanseníase se iniciou no estado de São Paulo. Foram criados cinco leprosários, ou asilos-colônia (como eram chamados à época), em localidades próximas às estradas de ferro. Os asilos-colônia estavam divididos em Sanatório Santo Ângelo, localizado em Mogi das Cruzes, Asilo-colônia padre Bento, localizado em Guarulhos, Asilo-colônia de Cocais, localizado em Casa Branca, Asilo-colônia Aimorés, localizado em Bauru e Asilo-colônia de Pirapitingui, localizado em Itu.²²⁸

A doença da lepra tinha apelo religioso, pois está presente na Bíblia cristã e no ‘imaginário popular’ como uma moléstia contagiosa, que causava sofrimento e era de difícil cura. Transmitida pela saliva, a lepra causa manchas pelo corpo, necrose e perda de membros, podendo levar ao óbito.²²⁹ Assim como a tuberculose, a lepra era uma epidemia no Brasil, e

²²⁸ Porto, Carla Lisboa. Memórias da exclusão: narrativas de ex-portadores do mal de Hansen na cidade de Bauru (1945-1969). Jundiá: Paco, 2018, p.39-40.

²²⁹ “A hanseníase é uma doença infecciosa, contagiosa, de evolução crônica, causada pela bactéria *Mycobacterium leprae*. Atinge principalmente a pele, as mucosas e os nervos periféricos, com capacidade de ocasionar lesões neurais, podendo acarretar danos irreversíveis, inclusive exclusão social, caso o diagnóstico seja tardio ou o tratamento inadequado. [...] A infecção por hanseníase acomete pessoas de ambos os sexos e de qualquer idade. Entretanto, é necessário um longo período de exposição à bactéria, sendo que apenas uma pequena parcela da população infectada realmente adoece. [...] As lesões neurais decorrentes conferem à doença um alto poder incapacitante, principal responsável pelo estigma e discriminação às pessoas acometidas pela doença. [...] Os sinais e sintomas mais frequentes da hanseníase são: Manchas (brancas, avermelhadas, acastanhadas ou amarronzadas) e/ou área (s) da pele com alteração da sensibilidade térmica (ao calor e frio) e/ou dolorosa (à dor) e/ou tátil (ao tato); Comprometimento do (s) nervo (s) periférico (s) – geralmente espessamento (engrossamento) –, associado a alterações sensitivas e/ou motoras e/ou autonômicas; Áreas com diminuição dos pelos e do suor; Sensação de formigamento e/ou fisgadas, principalmente em mãos e pés; Diminuição ou ausência da sensibilidade e/ou da força muscular na face, e/ou nas mãos e/ou nos pés; Caroços (nódulos) no corpo, em alguns casos avermelhados e dolorosos. [...] A transmissão ocorre quando uma pessoa com hanseníase, na forma infectante da doença, sem tratamento, elimina o bacilo para o meio exterior, infectando outras pessoas suscetíveis, ou seja, com maior probabilidade de adoecer. A forma de eliminação do bacilo pelo doente são as vias aéreas superiores (por meio do espirro ou tosse), e não pelos objetos utilizados pelo paciente. Também é necessário um contato próximo e prolongado. [...] A hanseníase apresenta longo período de incubação, ou seja, o tempo em que os sinais e sintomas se manifestam desde a infecção. Geralmente, esse período dura em média de dois a sete anos; porém, há referências

mesmo com os esforços dos sanitaristas nas décadas anteriores, essas não eram as únicas doenças endêmicas do país.²³⁰ Destacamos abaixo um trecho do livro de Monteiro (2019) em que a autora discorre sobre o imaginário da doença presente no pensamento religioso cristão.

A lepra é uma enfermidade intrínseca ao campo do sagrado, e dessa forma foi ao longo dos tempos associada a deuses e demônios. O doente de lepra era comumente visto como alguém que estava à mercê da vontade dos deuses e posteriormente, como vítima da ação de demônios. A doença era tema recorrente nos rituais de cura e estava vinculada à ideia de penitência nas religiões monoteístas, tanto no judaísmo quanto no cristianismo. Na Bíblia, a lepra está presente no Velho e no Novo Testamento e, em suas representações neste livro sagrado dos cristãos, ela é apontada com determinadas implicações morais.

Um dos livros que compõem a Bíblia, o Levítico, faz algumas referências à lepra. Tal livro, que pode ser comparado a “um manual de saúde pública”, traz diagnósticos sobre a doença, recomendações de reclusão do doente e orientações sobre os cuidados com suas roupas e casas. De acordo com Yara Monteiro, o Levítico é uma obra de relevância para a história da lepra, pois é nesse livro que aparece o termo *Tsara'ath*, posteriormente traduzido como lepra. As descrições sobre o doente de lepra no Levítico estão associadas à impureza e ao pecado, e o aparecimento da enfermidade é visto como sinônimo de maldição e de castigo. Conforme as considerações desse livro bíblico, a possibilidade de uma cura representava o alcance de uma graça divina.

(Monteiro, 2019, p.)

A autora trouxe a relação social que a lepra, ou hanseníase, estabelecia para a sociedade da primeira metade do século XX. Nesse sentido, a doença era relacionada ao pensamento religioso muitas vezes como um castigo, outras como uma possibilidade de redenção, tanto para os doentes quanto para os cuidadores. Esse discurso, presente na religiosidade, reverberava na forma como a sociedade via as pessoas que lidavam com a doença. Então, além do crescimento da pseudociência eugenista, a religião também impactava na forma como as pessoas tratavam a doença, os doentes e as pessoas atreladas aos cuidados com ambos. (PORTO, 2018)

As ideias eugenistas tinham amplo espaço no discurso da saúde pública do período, fazendo-se presentes em políticas para a maternidade, infância, juventude e permeando toda a

a períodos inferiores a dois e superiores a dez anos.” BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde de A à Z. Hanseníase. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hanseníase-1>. Acesso em 17 de agosto de 2022.

²³⁰ Outras doenças endêmicas eram a febre amarela, a peste bubônica, a malária, a leishmaniose e a doença de Chagas. Aproximadamente após 1930, juntaram-se à lista a leptospirose, tracoma, difteria, meningite, escarlatina, sarampo, febre tifóide, tuberculose e poliomielite. Aproximadamente após 1945, a malária, a leishmaniose, a febre amarela e a doença de Chagas têm sua incidência diminuída, mas se adiciona a esquistossomose às endemias e epidemias. Essas informações foram obtidas de Barata, Rita Barradas. Cem anos de endemias e epidemias. *Ciência e saúde coletiva*, 5 (2) 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232000000200008>, acessado em 17 de agosto de 2022.

sociedade.²³¹ Para essas pessoas, o discurso científico sobre raça também estava relacionado ao contágio de doenças, preconceituosamente. Esse discurso, ao qual Vargas estava alinhado, mudaria após a Segunda Guerra Mundial.²³²

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil, assim como Vargas, estava alinhado às potências aliadas.²³³ Havia um incentivo discursivo e prático para que as mulheres se propusessem a entrar na área de enfermagem. Costa Neves aproveitou a inserção e o incentivo nacional e internacional para se envolver ainda mais com a área, realizando um curso de enfermagem. Posteriormente, tornou-se benemérita e presidente da Cruz Vermelha Paulista, fazendo também parte de grupos de senhoras beneméritas da saúde pública. Segundo Cytrynowicz (2000), o envio de enfermeiras para a frente de batalha durante a Segunda Guerra era:

[...] relacionado às políticas do governo Vargas de mobilização da população civil e de montagem de um *front* interno. O Estado Novo e a guerra foram importantes para a afirmação da enfermagem ‘moderna’, conforme o sistema *Nightingale*, inclusive como modelo profissional para as mulheres de classe média. A enfermagem permitiu ao Estado engendrar uma de suas mais persuasivas imagens: a da pátria-mãe, que estendia os cuidados maternos à frente de batalha, tornando a guerra uma experiência coletiva que deveria unir todos os homens e mulheres, todos os brasileiros, sem quaisquer estratificações sociais.

(Cytrynowicz, 2000, p. 73)

O investimento na carreira de enfermagem durante a Segunda Guerra Mundial foi um importante ponto de entrada para mulheres na área da saúde. Entretanto, o discurso voltado às mulheres inseridas nessa área era justificado pela visão de que elas deveriam ser as cuidadoras por essência. Uma visão que associava o comportamento socialmente construído da mulher como cuidadora e portadora da ética do cuidado ao campo biológico. (GILLIGAN, 1997 e BEAUVOIR, 2016) A questão da maternidade se mostrava presente no discurso, conforme a seguir: “[...]a imagem da pátria-mãe, que estendia os cuidados (maternos) aos soldados no *front*

²³¹ Verificamos em Brasileiro; Ramos; Ferro e Marques (2018) que o discurso estava presente em várias publicações oficiais com um caráter eugenista sobre a infância destinado às mães e cuidadores.

²³² Em GOMES (2015), podemos compreender as mudanças no discurso de Vargas, inclusive em relação ao trabalho.

²³³ Idem.

de guerra, aos filhos da pátria.” O imaginário sobre a mulher e a área da saúde pública se modificaria durante a Segunda Guerra Mundial, como podemos observar no trecho a seguir:

As enfermeiras e a enfermagem, especialmente a participação militar nas duas guerras mundiais na Europa, estiveram no centro do imaginário que definiu um novo lugar da mulher na cultura e na sociedade do século XX, seja na França, Inglaterra ou nos Estados Unidos. Referindo-se à Primeira Guerra Mundial, a historiadora Françoise Thébaud escreveu (s. d., p. 51): "personificando a abnegação, a enfermeira, anjo e mãe, é a personagem feminina mais louvada da guerra, tema predileto dos artistas de guerra". Já a historiadora Michelle Perrot (1998, p. 108) registra que "na cabeceira dos doentes, as mulheres (enfermeiras) substituem as religiosas, que tradicionalmente cuidavam dos doentes e cujo véu elas usavam. Maternais e angelicais, elas consolam, imagem magnificada durante as guerras, principalmente a Primeira, que exalta *the greatest mother in the world*, título de um cartaz da Cruz Vermelha para o alistamento das mulheres.

(Cytrynowicz, 2000, p. 75)

O discurso maternal quanto à questão da “nova mulher” que se formava era o principal alvo de Costa Neves no âmbito da legislação. Nesse período, consolidava-se a profissão de enfermeira, sendo que a enfermagem passaria a ocupar uma posição que ajudaria a trazer certo status social a mulheres de classe média, igualando-se assim ao magistério.

Nesse sentido, incidiram de forma significativa na consolidação de uma identidade da enfermagem como profissão ‘moderna’, conforme estabelecida no Rio de Janeiro naquela época, nos moldes praticados nos Estados Unidos e Inglaterra, ligada à disseminação do sistema hospitalar, subordinada aos médicos e integrante das políticas federais centralizadas de saúde pública (Barreira, 1997, p. 161-76; 1996, p. 52-63). [...]

A profissão de enfermeira constituía um importante canal de afirmação social e profissional de mulheres dos estratos médios da população a partir do final dos anos 1920 e especialmente nas décadas de 1930 e 1940. A carreira de enfermeira, junto à de professora primária, era uma das opções possíveis, desde o século passado, para moças destes estratos sociais. Todas as 38 alunas matriculadas na primeira turma da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (USP) em 1946 eram professoras normalistas (Carvalho, 1980, p. 41). Com o alargamento da estrutura burocrática do Estado e o incremento de funções públicas e privadas ligadas ao crescimento urbano, particularmente na década de 1930, as classes médias urbanas foram beneficiadas, incluindo as mulheres que tinham escolaridade e formação profissional. [...] É esta nova lógica da guerra na qual se dá a participação das enfermeiras, neste caso relacionado ao intenso imaginário que associa as enfermeiras a uma presença materna (a imagem da pátria-mãe) no campo de batalha, aliviando a dor e o sofrimento dos soldados feridos.

(Cytrynowicz, 2000, p.75)

Essa nova imagem de mulher que se formava, da enfermeira, mãe dos feridos de guerra, foi incorporada por Conceição da Costa Neves, que, a essa altura, já estava casada com o médico sanitarista Matheus Galdi Santamaria, ele próprio sendo um estudioso da hanseníase.

Portanto, como foi possível observar no capítulo anterior, ao se inserir na disputa pela política institucional, Conceição da Costa Neves se utilizou de diversos recursos que tinha em mãos. Dentre eles a sua atuação entre os doentes de hanseníase (inclusive participando de greves e manifestações)²³⁴, a inserção na saúde pública e o discurso ligado à maternidade e à assistência social. Para além desses recursos mencionados, é imprescindível ressaltar a sua fama como atriz e a sua proximidade com políticos da ala Vargas, que contribuíram significativamente para a criação de uma base eleitoral.²³⁵ Ela foi lançada candidata à deputada estadual pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), sendo eleita como a terceira mais votada nessa eleição.

Um dos nossos objetivos neste capítulo é compreender se o discurso sobre a saúde pública se refletiu nos projetos de lei que Costa Neves propôs em Assembleia, e principalmente se estava relacionado à corrente política humanitária que se alinhava mais à sua perspectiva.²³⁶ Para tanto, utilizaremos dados e análises em relação a esses projetos a partir desse olhar. Ao longo dos 21 anos de mandato da deputada, foram aprovados 46 projetos e reprovados 69 na área da saúde pública. A seguir, procuramos esmiuçar esses dados.

Na sua primeira legislatura, das 26 proposições feitas, foram aprovados sete projetos de lei sobre a área da saúde, contra 19 não aprovados. Cinco dos projetos que se tornaram leis concediam auxílios a instituições de saúde e, por sua vez, um deles versava sobre a criação de

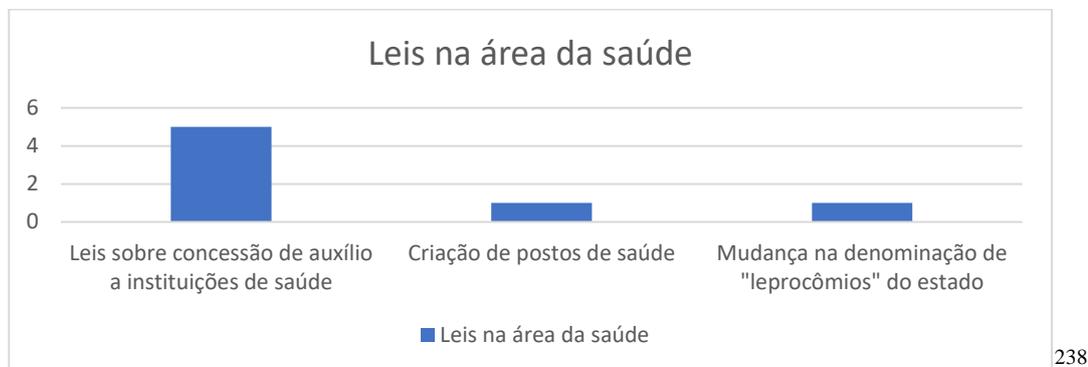
²³⁴ Porto (2018) e Porto (2016) cita a participação da deputada Conceição da Costa Neves na “quebra do parlatório”, que foi uma revolta na qual os internos, além de alguns apoiadores da causa, quebraram o local chamado de “parlatório”. O parlatório era o local onde os infectados com lepra podiam ter contato com pessoas externas ao asilo, entretanto, era dividido por um vidro e não era possível ter contato físico, em alguns casos nem isso era permitido.

²³⁵ A deputada foi eleita na primeira legislatura como a terceira mais votada, tendo votos significativos nas legislaturas seguintes. São Paulo (Estado) – Assembleia Legislativa – história. 2. Parlamentares paulistas (1835-2003) I. Título. II. Caliman, Auro Augusto, coord. 1998.

²³⁶ Como mencionado, os projetos de lei são votados, vindo a se tornar leis se forem aprovados em assembleia ou arquivados se forem reprovados.

12 postos de saúde. Um dos projetos aprovados modificava a denominação de “leprocômios”²³⁷, de responsabilidade do estado, para sanatórios.

Gráfico 1 - Leis na área da saúde



Fonte: Silva, Nicole S. R., 2022.

No fim da década de 1940, existia uma forte discussão sobre a mudança de nomenclatura da lepra, visando diminuir o estigma da doença ao utilizar os termos “mal de Hansen” e “hanseníase”, que eram considerados mais adequados. Acreditava-se que tal modificação diminuiria o preconceito que as pessoas portadoras da doença sofriam. Essa discussão aparece nos projetos de lei de Costa Neves, sendo que, dentre as leis dessa legislatura, um dos projetos aprovados se referia à mudança de nome dos “leprocômios” do estado para “sanatórios”. Isso comprova que a deputada estava a par dessa discussão acerca do termo. Entretanto, mesmo sendo uma discussão importante, não trazia uma mudança prática de grande vulto, já que a maioria das leis aprovadas versava sobre o auxílio a instituições de saúde variadas.

Uma última pauta que apareceu entre os projetos aprovados foi a do sustento das pessoas que contraíam a doença, mesmo após sua recuperação. As pessoas acometidas por hanseníase sofriam um estigma tão grande após contraírem a doença que tinham dificuldades de se manter

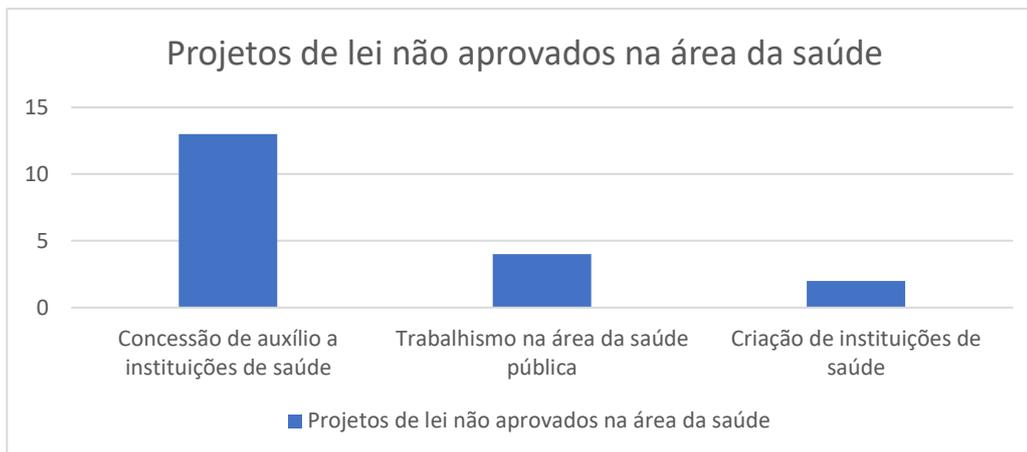
²³⁷ Os termos “lepra” e “leprocômios” são a forma como os pacientes e seus locais de internação eram referenciados durante o período, sendo assim, não afirmamos que sejam a forma correta de se referir à hanseníase ou aos sanatórios.

²³⁸ As listas com todos os projetos de lei aprovados e não aprovados de autoria da deputada estão disponíveis nos Anexos I e II, ao final deste trabalho. Os demais gráficos aqui presentes foram construídos com base nos mesmos dados desses anexos. As leis, projetos, ementas e o texto na íntegra estão disponíveis em: <https://app.al.sp.gov.br/acervo/historico/>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

e conseguir empregos, mesmo estando completamente curadas. Em muitos casos, a população encarava a doença quase como uma “maldição” bíblica, pois tal enfermidade trazia essa carga histórico-social.²³⁹

Conforme abordado, os 19 projetos de lei não aprovados nesse mandato somavam mais que o dobro dos projetos aprovados sobre o assunto. Os temas dos projetos não aprovados, em sua maioria, abordaram a concessão de auxílios a instituições da área da saúde no estado e a disposição de cuidados odontológicos e médicos nos sanatórios de lepra. Em números menores, versavam sobre providências para pessoas com hanseníase durante o enfrentamento da doença ou após sua recuperação, tratando de auxílio financeiro ou cotas empregatícias, além de alguns mais ligados à educação sanitária rural.

Gráfico 2 – Projetos de lei não aprovados na área da saúde



Fonte: Silva, Nicole S. R., 2022.

Entre os projetos que não foram aprovados, chamam-nos a atenção aqueles em que se exigia a obrigatoriedade de médicos e dentistas nos sanatórios de lepra. O discurso institucional sobre os sanatórios e asilos-colônia era de que os doentes seriam afastados da sociedade para que o tratamento fosse realizado sem perigo de contágio, mas, ao que parece, era necessário garantir por lei a estadia de médicos e dentistas nesses locais. Pode-se assim supor que os doentes residentes não tinham seus direitos mínimos garantidos. Parece que essa situação

²³⁹ A hanseníase/lepra aparece na Bíblia cristã em diversos momentos ora como uma punição, ora como uma oportunidade de redenção.

perdurou por muitas décadas, como podemos observar em várias pesquisas sobre o assunto e relatos de antigos pacientes, dessa maneira, as políticas eugenistas não garantiam uma vida digna para quem estava internado nos sanatórios.²⁴⁰

No excerto de discurso abaixo, podemos observar a opinião da deputada sobre os “leprocômios” do estado:

Estou ouvindo com muita atenção o brilhante discurso de V. Excia. e devo dizer que, até certo ponto, estou aplaudindo o que diz, com referência aos leprosários. Infelizmente, outra parte não posso aplaudir, porque se esses leprosários foram criados como V. Excia., muito bem, diz, com a intenção humana de assistir os portadores do mal de Hansen, no entanto, o programa não foi fielmente cumprido, mesmo no leprosário de Bauru, como nos outros quatro – e aqui há deputados que verificaram a situação miserável de desconforto a que estão sujeitos os internados. De forma que o programa foi traçado e cumprido na parte material de construções etc. mas na parte humana, e até mesmo na de assistência alimentar e medicamentosa, não foi cumprido.²⁴¹

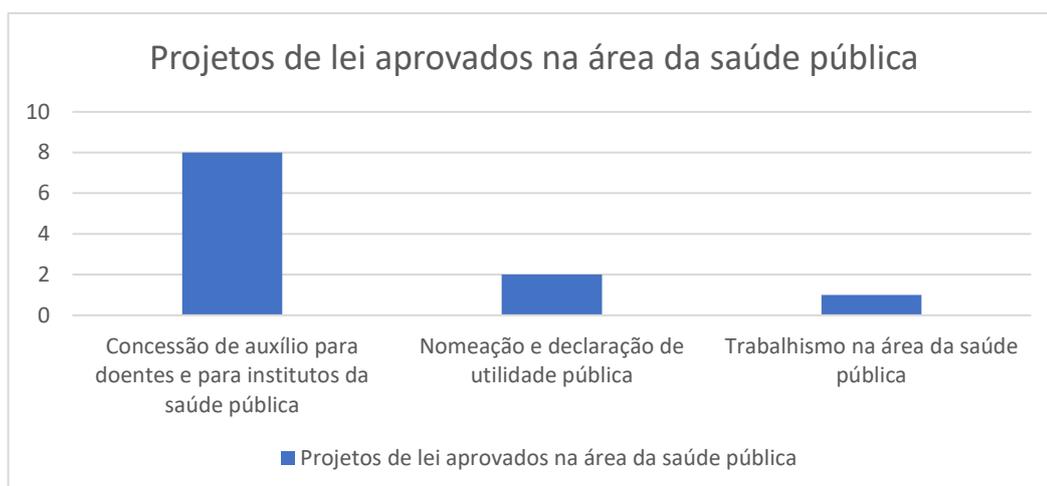
Conceição partia da opinião de que os asilos-colônia para pessoas portadoras da hanseníase não eram a melhor opção, afinal, essas pessoas estariam vivendo em condições deploráveis nessas localidades. Entretanto, as propostas de Costa Neves não foram radicais no sentido de eliminar os asilos-colônias, na realidade, suas ingerências se direcionaram a engendrar políticas mais reformistas. A maioria das leis que Conceição conseguiu aprovar ou propôs seguia uma linha de manutenção dos asilos, em contrapartida a uma melhor condição de vida aos doentes.

Em seu segundo mandato, de 1951 a 1954, a deputada conseguiu aprovar 11 projetos sobre o assunto, sendo que a maioria deles destinava verba ou auxílio a instituições de ensino na área da saúde ou a instituições de saúde, principalmente na área da hanseníase. Em menor número, havia projetos para auxiliar os doentes de lepra enquanto tinham a doença ou após a sua cura, além de algumas proposições para que as entidades de saúde fossem renomeadas.

²⁴⁰ A pesquisa de história oral de Porto (2018) mostra diversos relatos sobre as dificuldades que os internos dos asilo-colônias passavam.

²⁴¹ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 13 ago. 1948, p. 16, Seção V.

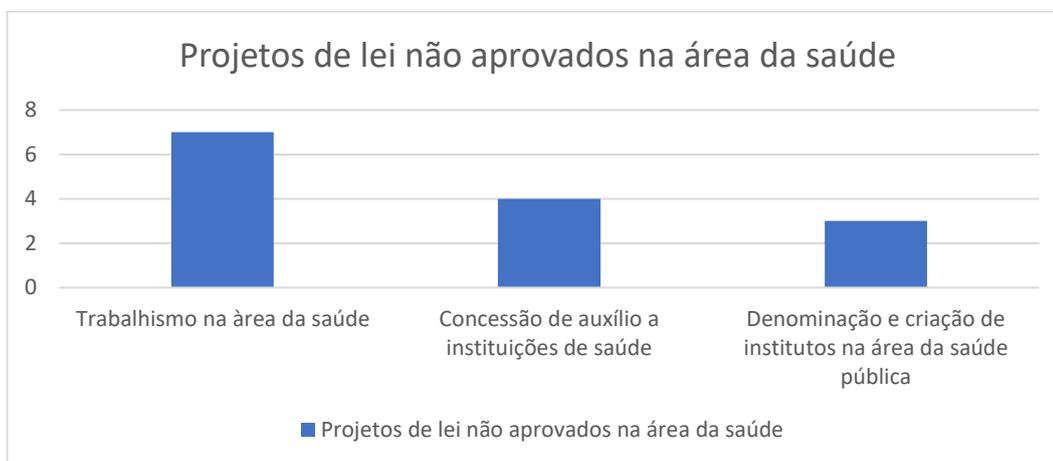
Gráfico 3 – Projetos de lei aprovados na área da saúde pública



Fonte: Silva, Nicole Soares Ricardo da, 2022

Já em seu segundo mandato foram 14 projetos não aprovados, em sua maioria versando sobre a área do trabalhismo em relação à saúde. Em um número um pouco menor, tais projetos também tratavam da concessão de crédito ou auxílio para instituições de ensino na área da saúde, bem como da nomeação e criação de instituições na área da saúde.

Gráfico 4 – Projetos de lei aprovados na área da saúde pública



Fonte: Silva, Nicole Soares Ricardo da, 2022

O país vivia um momento conturbado em relação à política nacional, como abordado no capítulo anterior. Porém, houve pouca mudança em relação à saúde pública naquele período. O

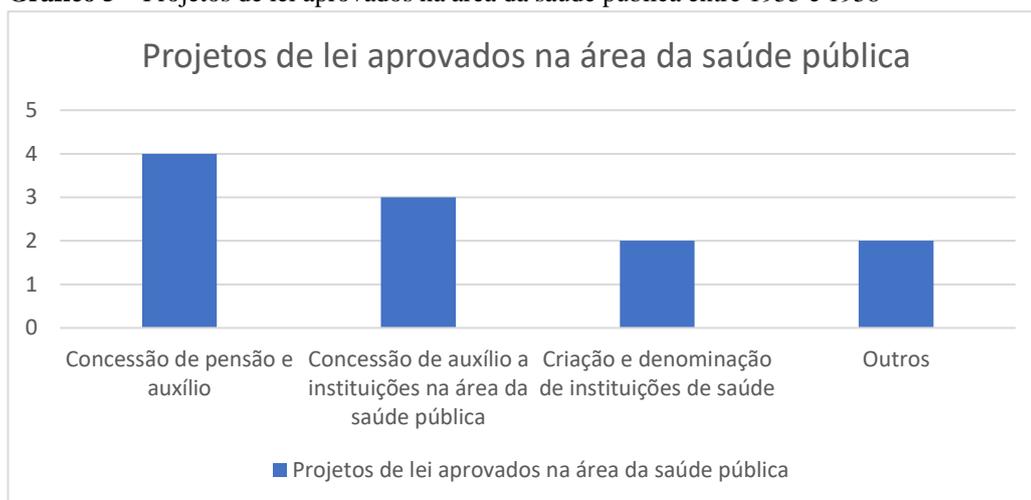
que podemos observar, contudo, é uma continuidade nos projetos que se mostraram reformistas. Outro assunto que entra em pauta é a área do ensino relacionado à saúde, com propostas de abertura de cursos e vagas. Nesse sentido, as políticas públicas relacionavam a área do ensino – na qual a deputada legislou em grande número, como veremos mais à frente – e a área da saúde pública.

Naquele período, foi permitido aos internos dos departamentos de profilaxia de lepra o direito ao sufrágio, algo que não havia sido permitido na legislatura anterior. Portanto, além de ser privado de sua liberdade e do convívio de sua família, o doente também não tinha seus direitos fundamentais de cidadania democrática exercidos. Os asilos, além de depositários de pessoas, privaram essas pessoas não só de ir e vir, mas de sua liberdade de escolha democrática.²⁴² A campanha pelo voto dos doentes residentes dos asilos-colônias foi realizada em grande vulto pela deputada.

O ano de 1954 foi conturbado para a ala aliada à Vargas. Com o suicídio de Getúlio, suas bases políticas, como o PTB, ficaram desestabilizadas. Algum tempo após esse período de crise, a deputada aderiu a um partido que estava um pouco mais à direita no espectro político. Foi eleita novamente para o mandato de 1955 a 1958, com 11 projetos aprovados na área da saúde, dos quais quatro versavam sobre a concessão de pensão e auxílio a egressos dos departamentos de profilaxia de lepra. Um número menor de projetos concedia auxílio financeiro a instituições de saúde e declarava algumas instituições como sendo de utilidade pública.

²⁴² Conforme consta nas fontes primárias, como a Revista Tópicos, que apareceu no capítulo anterior, além de em Porto, 2018, e Monteiro, 2019.

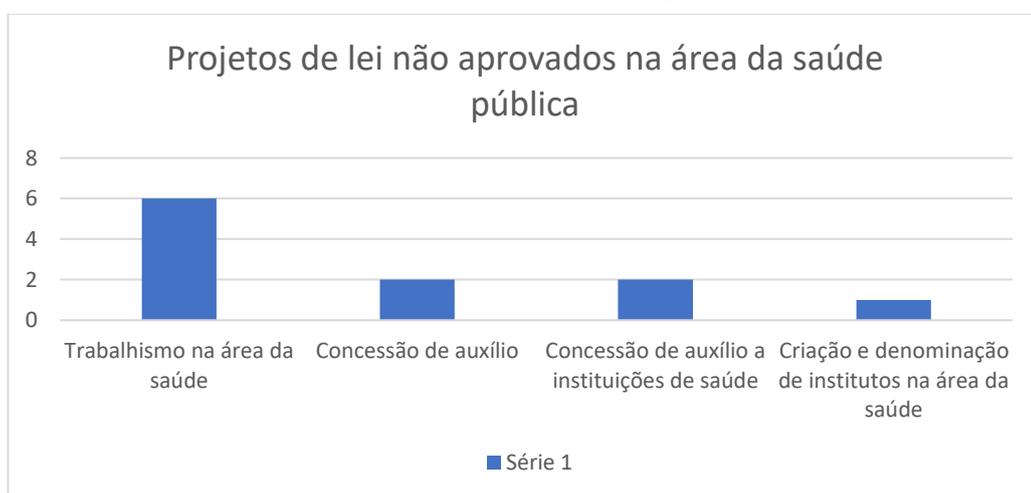
Gráfico 5 – Projetos de lei aprovados na área da saúde pública entre 1955 e 1958



Fonte: Silva, Nicole S. R., 2022.

Por sua vez, o período contou com 10 projetos negados, sendo que a maioria versava sobre a concessão de crédito ou auxílio a trabalhadores de instituições de saúde ou aposentadoria de trabalhadores em geral. Em um menor número, os projetos versavam sobre concessões de auxílios a doentes e egressos dos departamentos de profilaxia de lepra, concessão de auxílio para instituições de saúde e criação e denominação de instituições de saúde.

Gráfico 6 – Projetos de lei não aprovados na área da saúde pública entre 1955 e 1958



Fonte: Silva, Nicole S. R., 2022.

Apesar da mudança de partido, a deputada ainda estava envolvida com a área do trabalhismo em relação à saúde pública. Inclusive, a maioria dos projetos se direcionava nesse sentido, aparentemente representando um campo em que tinha respaldo eleitoral e discursivo, pois orientou a maior parte da sua carreira. Naquele período, a deputada teve sua imagem mais atrelada ao político Juscelino Kubitschek, bem como as políticas públicas em relação à saúde se alteraram um pouco, conforme destacamos no trecho a seguir:

“[...] o programa de saúde do candidato à Presidência da República Juscelino Kubitschek e seu diálogo com interpretações que identificavam o Brasil como 'país doente' a ser recuperado pela medicina. Os contextos nacional e internacional são marcados pela ideia de desenvolvimento e pelo otimismo sanitário do pós-Segunda Guerra Mundial. Aborda o modo como Kubitschek elaborou, no contexto de seu projeto de desenvolvimento, os temas da centralidade das endemias rurais e do abandono do trabalhador rural, caros ao movimento sanitário da década de 1910, e indica a articulação de saúde e desenvolvimento nesse programa setorial, bem como a introdução de agendas sanitárias emergentes.”

(Hochman, 2009, p. 2)

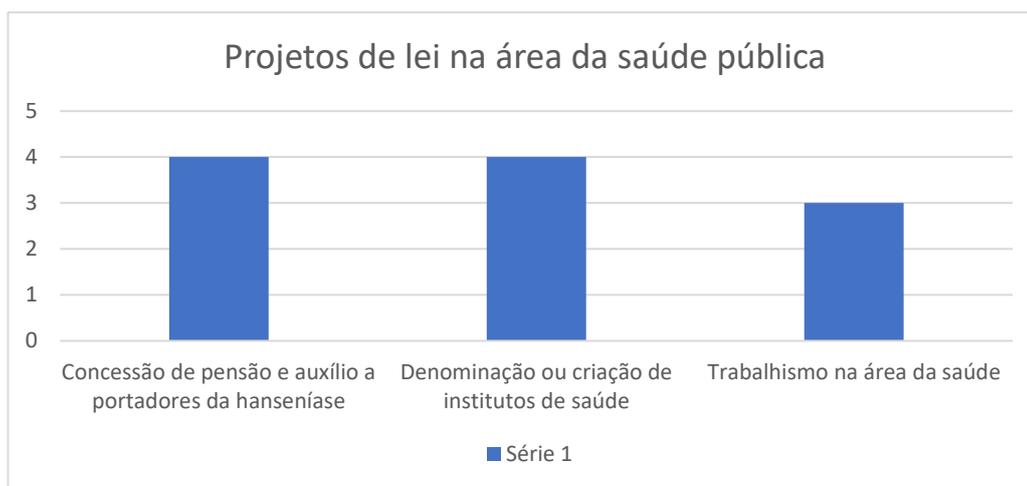
Ao que tudo indica, Costa Neves estava inserida nesse campo político de “modernização” da saúde pública, que, por sua vez, estava atrelado, como vimos, a outros setores em que ela legislou, como o trabalhismo e a educação. Ainda, no final da década de 1950, a Guerra Fria entre os blocos capitalista e socialista se intensificou, levando a uma elevação no discurso anticomunista em vários setores da sociedade brasileira, pois o Brasil se alinhara ao bloco capitalista do conflito. Nesse ínterim, o discurso da social-democracia dominava a política liberal, que buscava mostrar para a população um caminho alternativo para o socialismo.²⁴³ O Brasil se espelhava na política estadunidense em vários sentidos, algo que se reverberava na saúde pública. O discurso pelo fim dos asilos-colônia ganhou força, nesse sentido, seria aprovada uma lei que proibia a internação compulsória em 1962. Essa lei acabou não sendo seguida pelo estado de São Paulo, tão forte era a estrutura eugenista dessas internações.²⁴⁴

²⁴³ A questão da social-democracia foi discutida por muitos autores, como Fraser (2007), que discorre sobre a construção desse movimento como oposição ao socialismo soviético.

²⁴⁴ A coletânea *Eugenia e História: Ciência, Educação e Regionalidades*, de Mota e Marinho (2013), nos permite entender os diversos caminhos que a eugenia tomou no território nacional, inclusive adentrando movimentos de esquerda, além da sua forte estruturação ligada ao discurso médico e à religião católica no estado de São Paulo.

Na legislatura de 1959 a 1962, a deputada aprovou 11 projetos na área da saúde pública, os quais se relacionavam à concessão de pensão para egressos e doentes dos asilos-colônia do departamento de profilaxia de lepra. Em número menor, foram aprovados projetos de menos impacto, como a declaração de utilidade pública ou a mudança de denominação de instituições de saúde, além de alguns que dispunham sobre a criação de status de insalubridade e criação de cargos em instituições de profilaxia de lepra.

Gráfico 7 – Projetos de lei aprovados na área da saúde pública entre 1959 e 1963

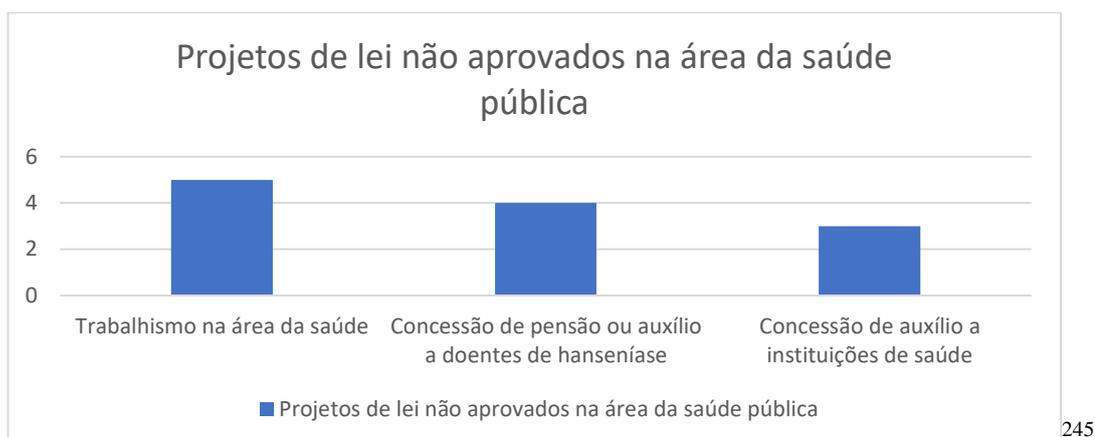


Fonte: Silva, Nicole S. R., 2022.

Por sua vez, foram 12 projetos não aprovados durante aquele mandato, a maioria versando sobre providências relacionadas aos trabalhadores da saúde, concessão de pensão a pessoas convalescentes de doenças, principalmente a lepra, e criação de alguns hospitais ou concessão de auxílio a instituições de saúde.

Portanto, podemos relacionar esse complexo imbricamento ao tratamento da hanseníase no estado.

Gráfico 8 – Projetos de lei não aprovados na área da saúde pública entre 1959 e 1963



Fonte: Silva, Nicole S. R., 2022.

Naquele período, já no fim do mandato, Juscelino, de quem Costa Neves era aliada, começa a ter seu impacto diminuído na política nacional. Há historiadores, inclusive, que relacionam a tentativa de eliminação dos varguistas como um dos motivos para o Golpe Civil-Militar de 1964. –Conforme abordamos mais profundamente no capítulo anterior, a deputada se distanciou um pouco da imagem de Vargas, atrelando-se mais à imagem de Juscelino Kubitschek. Entretanto, no fim da década de 1950 e início da década de 1960, o político também já vinha perdendo prestígio.²⁴⁶ A deputada se alinhou, então, ao anticomunismo, apoiando o liberalismo que viria a causar o Golpe. Em termos políticos, podemos perceber que o espaço da deputada foi diminuindo no PSD no que concernia à aprovação de projetos de lei, sendo assim, os projetos na área da saúde ficavam mais atrelados à questão assistencialista. Tal cenário pode ser observado pela maior porcentagem de concessões de auxílio financeiro para pessoas específicas e menos concessões atreladas a projetos coletivos.²⁴⁷

²⁴⁵ Idem.

²⁴⁶ Após dois mandatos, Juscelino teve seu cabedal político e prestígio diminuídos. (FERREIRA & DELGADO, 2019).

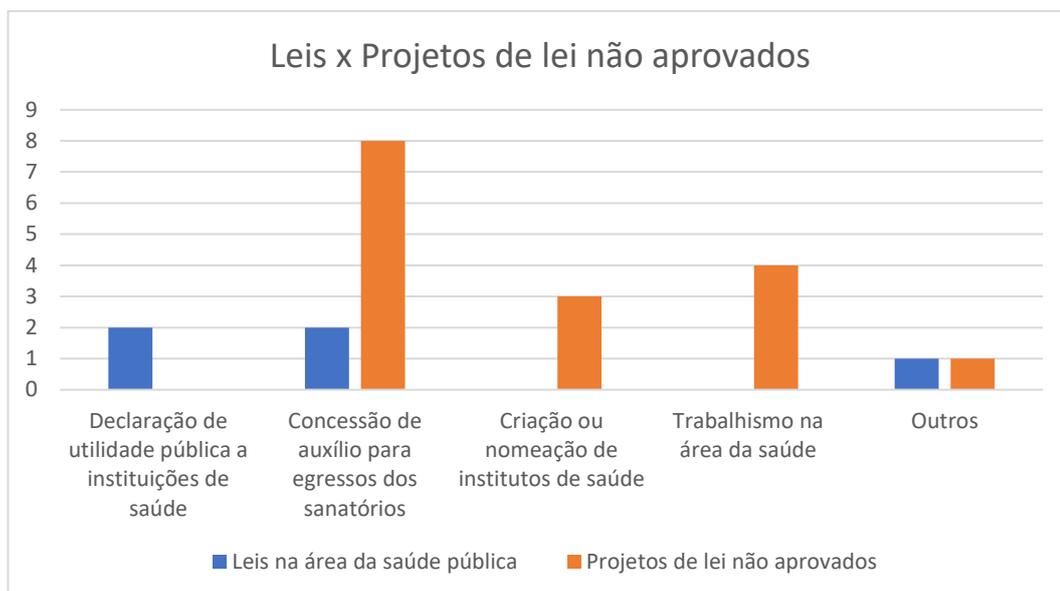
²⁴⁷ Os anexos I e II, especificamente as leis e projetos de lei não aprovados, comprovam essa tese, pois sua grande maioria era nominal, ou seja, para uma pessoa “física” e não para uma instituição ou órgão, mostrando um aumento de leis e projetos de direcionamento individual e não coletivo, como anteriormente.

Já no mandato de 1963 a 1966, período em que acontece o Golpe de 1964, a deputada aprovou somente 5 projetos na área da saúde pública, sendo a maioria deles sobre a concessão de benefícios a egressos do sanatório de profilaxia de lepra e a declaração de utilidade pública de instituições de saúde, além da criação de um dia comemorativo para a profissão de educador sanitário. Podemos observar que seus projetos aprovados diminuíram tanto em número quanto em impacto em relação à legislatura anterior.

Foram 16 projetos não aprovados, quase o triplo dos projetos aprovados, a maioria sobre a concessão de pensão, principalmente a egressos dos sanatórios de profilaxia de lepra e ex-combatentes da Revolução Constitucionalista de 1932 – tema muito abordado pela deputada no período. Havia ainda alguns projetos que previam a criação de hospitais ou instituições de saúde, além de outros que se relacionavam a questões trabalhistas no setor da saúde pública. Esses dados comprovam que a deputada diminuiu consideravelmente seu capital político de aprovação de projetos na área da saúde pública. O momento político era conturbado e ela tinha ido do apoio ao Golpe de 1964 à crítica e recusa da Ditadura que se segue. Entretanto, tal abordagem política, seguida por alguns deputados, foi vista com desconfiança tanto pela direita ditatorial quanto pela esquerda militante.²⁴⁸

²⁴⁸ Após o Golpe de 1964, iniciam-se perseguições, prisões e cassações de mandato de políticos, fazendo com que a muitos políticos que tinham apoiado o Golpe começassem a perceber que a situação estava se tornando negativa para eles. O governo ditatorial via alguns políticos como Juscelino Kubitschek, aliado de Costa Neves, como uma ameaça, sendo assim, já no primeiro ano após o Golpe, o ex-presidente foi obrigado a se exilar. A deputada, assim como outros políticos, sentiu que as perseguições se aproximavam de seu campo político e segue a posição de vários outros que haviam apoiado o Golpe e passaram a se opor à Ditadura. Ainda, podemos levantar outros motivos, tais como a crescente violência com que a Ditadura tratava a oposição.

Gráfico 9 – Projetos de lei aprovados e não aprovados na área da saúde pública entre 1963 e 1966



Fonte: Silva, Nicole S. R., 2022.

Já no mandato de 1966 a 1969, durante a fase em que a Ditadura se mostrava mais estruturada, a deputada aprovou somente três projetos na área da saúde pública, sendo um deles sobre a declaração de utilidade pública da Federação de Obras Sociais da Capital, um sobre a concessão de pensão mensal do IPESP²⁴⁹ às filhas e irmãs incapacitadas²⁵⁰ do contribuinte e um sobre a redenominação do Instituto de Profilaxia de Lepra para o Instituto de Dermatologia Sanitária. Podemos observar que seus projetos aprovados novamente diminuíram em termos de quantidade e impacto pragmático de suas ações. Apenas um projeto não foi aprovado nessa legislatura, o qual versava sobre a contagem para tempo de aposentadoria de trabalhos prestados aos institutos de lepra e tuberculose. A diminuição das leis de sua autoria teve relação não apenas com questões de diminuição de cabedal político, mas também questões contextuais da saúde pública que passavam para um âmbito de controle federal.²⁵¹

²⁴⁹ Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

²⁵⁰ O termo utilizado na lei foi “inválidas”, porém, como esse conceito foi desconstruído pela luta de pessoas com deficiência e pessoas idosas, preferimos utilizar “incapacitadas”.

²⁵¹ Durante a Ditadura, vários setores da sociedade passaram a ser controlados pelo governo ditatorial em tempo integral, inclusive com o uso de censura. Ferreira e Reis Filho, 2007.

Portanto, apesar de utilizar como grande mote de campanha a questão da saúde pública, a deputada teve uma participação ativa sobre o assunto, porém, mais reformista do que radical em termos de mudanças em relação aos sanatórios de profilaxia de lepra. Para aumentar seu cabedal, criou o Instituto de Assistência ao Doente de Lepra, o que presidiu por muitos anos.

Podemos entender que essa contribuição de forma mais reformista para com a hanseníase, como abordado, possivelmente se deu pela menor força política de Costa Neves para empreender uma ação pelo fim dos “leprocômios”. Em sua maioria, as legislações propostas e aprovadas na área pediam melhorias e financiamentos para que a sobrevivência e vivência das pessoas com hanseníase fossem mais humanas. Outra contribuição da deputada foi a aprovação de pensões para doentes e/ou curados que adquiriram sequelas da doença. A partir dos projetos aprovados, podemos depreender também os problemas sociais existentes em relação à hanseníase, pois, as pessoas sofriam preconceito e exclusão social mesmo após curadas, independentemente de terem adquirido sequelas ou não. Essa política mais reformista mantinha os asilos-colônia existentes em condições precárias, mesmo que visasse torná-los locais mais habitáveis. As políticas trabalhistas na área da saúde pública, como podemos compreender, tinham um caráter político, assim como a concessão de auxílio financeiro às instituições de saúde. Ou seja, seguiam a linha política da deputada, como resposta a seus motes de campanha, assim como a corrente médica humanitária, mesmo que de uma forma menos radical. Ainda, mesmo assumindo tal postura, a deputada sofria perseguições e era considerada subversiva por trazer a público as situações que aconteciam nos entremuros dos asilo-colônia.²⁵²

²⁵² Tais fatos foram comprovados com base nas fontes primárias às quais tivemos acesso no acervo do Instituto Lauro Souza e Lima, na cidade de Bauru-SP.

3.2. Educação e gênero: projetos de lei e discursos relacionados a professores e professoras

A educação foi local de disputas ideológicas, sociais e políticas na formação da maioria dos estados democráticos, inclusive no Brasil. Nesse contexto, a educação esteve atrelada à saúde pública principalmente durante o início do século XX. O discurso sanitarista era de que a população deveria receber educação como forma de exterminar as epidemias que assolavam o território brasileiro e, principalmente, a parcela mais pobre da população.²⁵³ Com esse discurso, a educação, especialmente no âmbito pública, foi sendo construída e imaginada como área da saúde pública. Não à toa, o Ministério da Educação e Saúde Pública permaneceu o mesmo durante muitas décadas. Essas áreas também acabavam atreladas ao escopo das mulheres, por estarem relacionadas à área do cuidado.²⁵⁴

Esse estereótipo da educação como âmbito do feminino não é uma construção histórica linear, porém, podemos afirmar que no Brasil das décadas de 1940, 1950 e 1960, a responsabilidade sobre as crianças e jovens era tida como tarefa feminina, tanto que se pensava a educação primária como incumbência principalmente de mulheres.²⁵⁵ Tal cenário é historicamente fruto das estruturas que oferecem privilégios a uns e não a outros, fazendo com que homens tivessem vantagens em cargos mais bem pagos na área da educação. Dessa maneira, a educação no Brasil esteve muito ligada a uma questão de classe social.²⁵⁶

Ao longo do período do Império, o ensino era extremamente elitizado: os mais ricos contratavam preceptoras que cuidavam da educação dos jovens em tempo integral, a classe média contratava professores horistas para o ensino particular, ao passo que o ensino público era extremamente precário e pouco difundido. Os escravizados não tinham acesso ao ensino, salvo os conhecimentos necessários para o desempenho de sua função na cadeia exploratória

²⁵³ Esse assunto já foi abordado anteriormente, utilizando a pesquisa de Santos, 2004, em que o autor discute a construção do discurso nacional sanitarista e higienista.

²⁵⁴ A questão da construção da imagem nacional da enfermeira e professora atrelada à maternidade já foi abordada anteriormente. A primeira teve sua construção durante a Segunda Guerra Mundial, ao passo que a segunda imagem já tinha se cristalizado no imaginário durante a Era Vargas. Cytrynowicz, 2000.

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Em Souza (1999) e Veiga (2008), podemos entender a construção do espaço escolar como espaço de controle do tempo com o objetivo moldar a “nação”, passando do ensino residencial das elites para o ensino coletivo, além de como esse ensino coletivo e público atingiu as pessoas mais pobres, que tinham mais dificuldade de acessá-lo.

na qual estavam inseridos.²⁵⁷ Já durante a República, algumas iniciativas começaram a difundir mais o ensino público, porém sem grande sucesso. A baixa oferta e a dificuldade de acesso das populações de regiões mais afastadas dos centros acabaram colaborando para manter o ensino limitado a uma área elitizada, salvo algumas exceções. As elites continuaram com o ensino particular para os jovens, com medo e preconceito de que se misturassem às classes mais pobres.²⁵⁸

Nesse cenário, o ensino público primário, que era oferecido pelo estado, passou a ser uma área ocupada por mulheres das classes médias ou mais baixas que desejavam um complemento de renda ou buscavam alguma independência financeira e uma profissão reconhecida. Em meados da década de 1930, a educação no Brasil se tornou uma área com ampla participação feminina, sobretudo de mulheres brancas, as quais encontravam nas carreiras de professoras para os anos iniciais da educação justamente a oportunidade de trabalho e algum reconhecimento social. Muitas cursavam o magistério mesmo que não fossem exercer a profissão, apenas para obterem algum título de escolaridade. Entretanto, a maioria das mulheres nos cursos de magistério era branca. No começo do século XX, a baixa escolarização das mulheres pobres, que, devido às estruturas remanescentes da escravidão eram negras, além de as pauperizar ainda mais, as levava a terem uma baixa participação nesse nicho de trabalho. A profissão, além de atrair as mulheres, em sua maioria brancas, como abordado, também atraía homens negros que encontravam na profissão uma forma de trabalho que não envolvia riscos e que não os colocava em disputa com homens brancos²⁵⁹.

A partir da década de 1930, o Estado brasileiro passou a intervir de forma mais incisiva na educação. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde e a Constituição de 1934 passou a incluir um capítulo sobre “Educação e Cultura”. Após a instituição do Estado Novo e a reabertura democrática ao fim da Segunda Guerra Mundial, os Ministérios da Educação e

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Ibidem.

²⁵⁹ Naquele período, a maioria das mulheres negras não conseguia alcançar cargos que necessitavam de maior escolarização. Infelizmente, devido ao racismo estrutural que as prejudicava e as pauperizava, acabavam em cargos de maior esforço físico, insalubridade e mal remunerados. Os homens negros são historicamente prejudicados pelo racismo em detrimento dos homens brancos, acabando em cargos mal remunerados, de maior risco físico e com maior insalubridade. Veiga, 2008.

Saúde continuaram sendo um só,²⁶⁰ o que poderia indicar a forte influência do movimento sanitarista do começo do século, o qual relacionava a saúde pública à educação da população.²⁶¹ As áreas da educação e saúde só foram se desatrelar uma da outra com o crescimento do ensino industrial e técnico, além do surgimento de uma outra ideia de modernização por meio da educação.²⁶² Ainda assim, o discurso sanitarista influenciou por muito tempo as políticas de educação no país.

Existia ainda uma grande taxa de analfabetismo no país nos anos 1940. Segundo uma pesquisa do IBGE, os analfabetos totalizavam 56% da população. Portanto, a leitura e a escrita acabavam se tornando um privilégio usufruído, em sua maioria, pela população branca e de altas classes sociais. Dessa maneira, o grande desafio seria chegar às classes menos abastadas, que moravam em regiões mais afastadas e de difícil acesso. Costa Neves parecia entender que o ensino técnico industrial tinha potencial para chegar a essa população, uma vez que era voltado ao campo do trabalho.²⁶³

A deputada Conceição da Costa Neves ingressou na política institucional e, seja por pressão ou por construção social da ideia de feminino no período, respondeu à expectativa de se importar com a educação por ser mulher. Não à toa, ao longo dos seus 21 anos de mandato, apresentou 149 projetos de lei na área, dos quais conseguiu aprovar 57 e 92 foram rejeitados, representando mais de 60% das suas propostas.

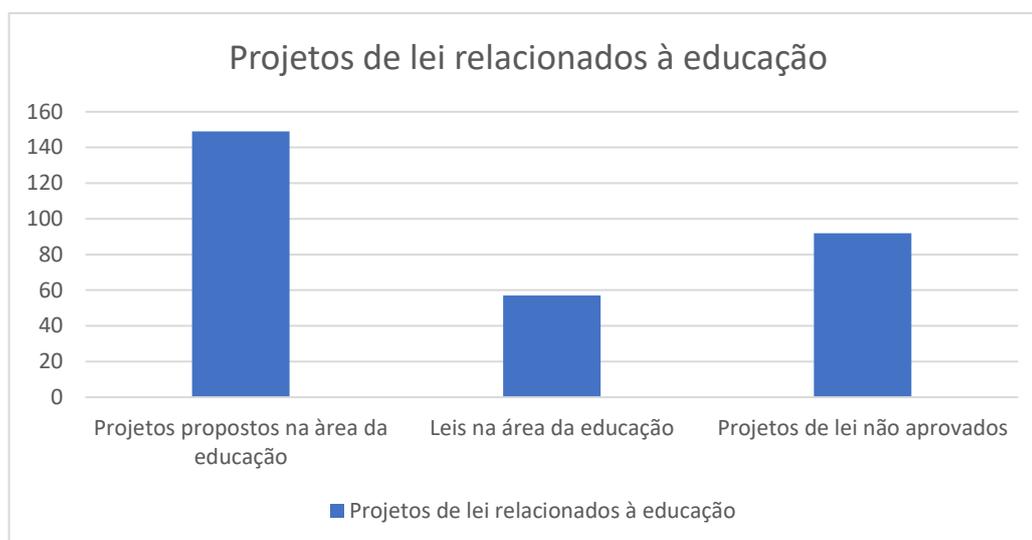
²⁶⁰ Lima e Hochman (2000) explicam a questão da associação entre saúde pública e educação.

²⁶¹ Santos (2004) discorre sobre os movimentos sanitarista e higienista.

²⁶² Hochman (2009) nos apresenta um panorama das políticas públicas em prol da modernização do Brasil, abrangendo desde a saúde pública até a inserção do ensino industrial.

²⁶³ Veiga (2008) e Hochman (2009) dissertam sobre a construção da educação para pessoas mais pobres e a inserção de novas políticas públicas para essa população.

Gráfico 10 – Projetos de lei aprovados e não aprovados na área da educação



Fonte:

Silva, Nicole S. R., 2022.

Naquele período, houve duas discussões principais em relação à educação, que viriam a se reacender com o passar do tempo. Uma se baseava na ideia de uma escola pública para todos, enquanto a outra defendia que escolas privadas seriam mais interessantes para a sociedade brasileira. Tal discussão remontava a décadas e experimentou um período de grande vulto na época do Manifesto Escola Nova de 1959, estando mais relacionada à primeira corrente citada.²⁶⁴ Como poderemos observar mais à frente, a deputada parecia estar mais atrelada ao trabalhismo no setor educacional, defendendo a escola pública e gratuita.

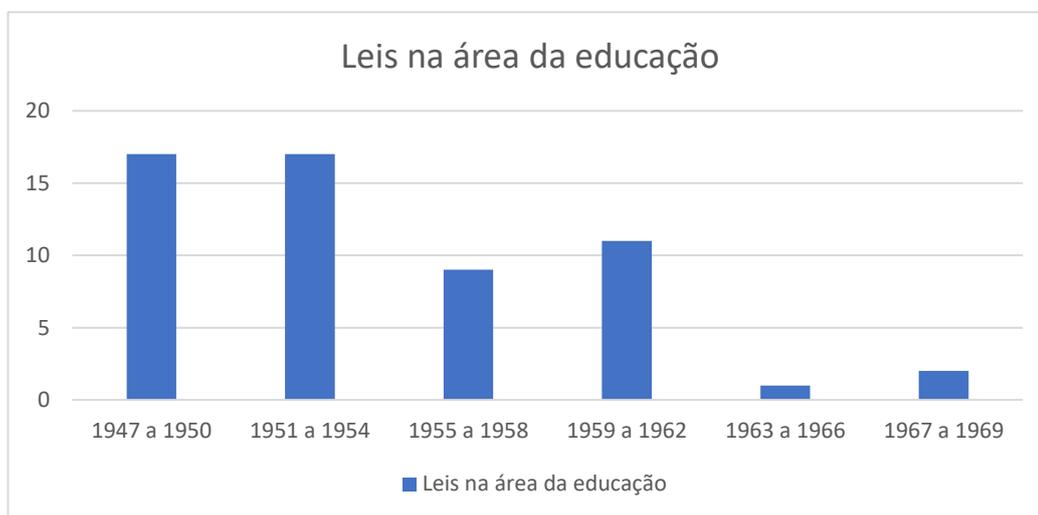
Ao observarmos os contextos mandato a mandato, notamos como a deputada se relacionava com as correntes educacionais da época. Em seu primeiro mandato, de 1947 a 1950, conseguiu aprovar 17 projetos de lei na área de educação; já em seu segundo mandato, de 1951 a 1954, 17 projetos na área foram aprovados; em seu terceiro mandato, de 1955 a 1958²⁶⁵, somente 9; em seu quarto mandato, de 1959 a 1962, 11 projetos e em seu último mandato, antes

²⁶⁴ Um movimento que se inicia em meados da década de 1950 e tinha como princípio uma escola gratuita e disponível para toda a população. (ANJOS, 2013)

²⁶⁵ Nesse período, há uma mudança de partido, sendo que nas duas primeiras legislaturas, a deputada foi candidata pelo PTB, já na terceira a deputada altera sua legenda para o PSD.

do Golpe de 1964, apenas um projeto de lei na área de educação obteve aprovação; já em 1966, no MDB, foram aprovados dois projetos de lei.

Gráfico 11 – Projetos de lei aprovados e não aprovados na área da educação



Fonte: Silva, Nicole S. R., 2022.

É possível observar ao longo dos mandatos a diminuição dos projetos de autoria da deputada em relação ao primeiro mandato. Podemos relacionar tal diminuição ao cenário da educação no Brasil, à situação da região de São Paulo naquele período e ao envolvimento político da deputada com área da educação. Uma vez que os anos iniciais de sua carreira na política institucional coincidiram com um contexto de reorganização política do país, a deputada se mostrava capaz de convencer um número maior de deputados com suas propostas.

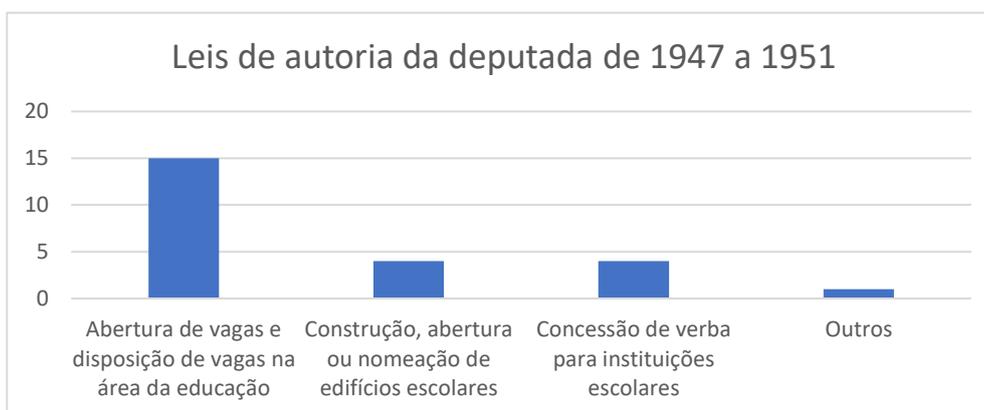
Com o término da Segunda Guerra Mundial e o fim do Estado Novo, surgiam novas demandas, influenciadas por acontecimentos regionais e internacionais, incluindo duas que ganharam mais força: uma que pleiteava maior acesso da população ao ensino básico, mesmo entre os trabalhadores rurais, e outra, defendida pelo setor industrial, por mais mão de obra qualificada.²⁶⁶

²⁶⁶ Hochman (2009) destaca o sentido da industrialização que vários setores da política de Juscelino tomam no período.

A maior parte dos seus projetos de lei aprovados no primeiro mandato tinham alguma relação com a legislação referente aos concursos e cursos do magistério secundário e normal, os quais eram amplamente ocupados por mulheres. Algumas das leis de sua autoria em tal período previam a concessão de verba para congressos científicos, construção de escolas e grupos escolares, além de disporem sobre o funcionamento noturno das escolas, enquanto outras propunham modificar os nomes desses centros educacionais.²⁶⁷

Nesse período de redemocratização, nos fins da década de 1940 e início da década de 1950, a deputada estava filiada ao PTB, partido que tinha força entre os trabalhadores²⁶⁸, algo que se reflete no número de leis aprovadas, já que contemplavam principalmente os trabalhadores e professores da área da educação. Naquele momento, o cenário era de pós-Segunda Guerra Mundial e reabertura democrática, quando houve uma grande reorganização na área da educação, com a criação de mais centros educacionais e cargos na área.

Gráfico 12 – Projetos de lei aprovados na área da educação de 1947 a 1951.



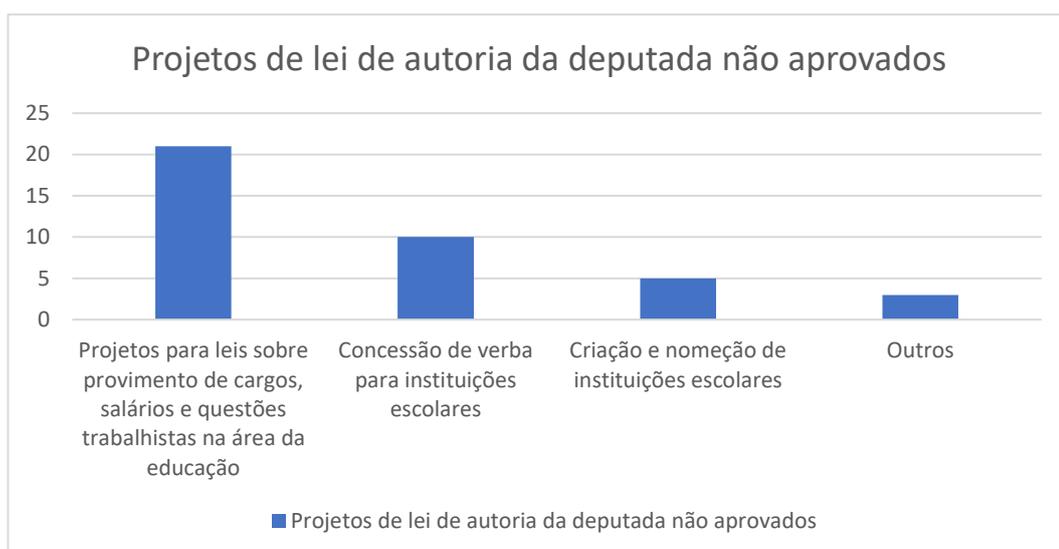
Contudo, os projetos que não chegaram a se tornar leis também exerceram um peso na análise, pois naquele mandato, 39 projetos de lei na área de educação não foram aprovados. A maioria tratava de propostas de melhorias sobre a profissão de professores normalistas, magistrados e funcionários da área de educação e seus direitos trabalhistas, como aposentadoria

²⁶⁷Vide anexos ao final do trabalho.

²⁶⁸ DELGADO, Lucília Neves de Almeida. PTB: Do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

e salário. Um número um pouco menor, mas ainda considerável, pedia a concessão de auxílios às instituições de educação e a criação de escolas, ginásios ou grupos escolares, ou ainda propunham transferir uma unidade de ensino particular para o bem público. Ainda, um número menor dispunha sobre algumas providências, como a modificação do nome de instituições de ensino, criação de superintendência regional rural e criação de disciplinas de trabalhos manuais no magistério.

Gráfico 13 – Projetos de lei não aprovados na área da educação de 1947 a 1951.



Fonte: Silva, Nicole S. R., 2022.

Apesar das suas variadas demandas, a maioria dos projetos de lei que não foram aprovados dispunha sobre os vencimentos, as condições de trabalho e a aposentadoria dos trabalhadores da educação. Em alguns casos, esses projetos foram sendo modificados e apresentados até que fossem aceitos pelos outros deputados. O contexto social que pedia mudanças poderia explicar a não desistência de alguns assuntos. A criação de leis no campo da educação que atendiam a demandas dos trabalhadores da área tinha como um de seus objetivos impedir a entrada de movimentos de cunho comunista nas escolas, um dos principais objetivos da criação do PTB – o braço à esquerda de Vargas. Podemos depreender, portanto, que além da pressão relacionada ao gênero, existia uma pressão política pelo partido para que houvesse produção da deputada nesse sentido. A popularidade de Costa Neves e seu alcance entre os

trabalhadores da área representaram um meio de manter os varguistas entre os trabalhadores da educação.²⁶⁹

O segundo mandato de Conceição, de 1951 a 1954, foi um período mais turbulento para os aliados de Vargas. Apesar de ter conseguido se eleger novamente de forma democrática, seus aliados, assim como o próprio Vargas, sofriam ataques da oposição. (DELGADO, 1989). Nesse período, entretanto, a deputada aprovou 9 projetos de lei na área da educação, a maioria deles relacionados com questões trabalhistas sobre os professores, com a possibilidade de os formados se candidatarem aos concursos de magistério, com a criação de ginásios escolares em cidades do estado, a organização dos grupos escolares e o ingresso em cursos secundários e concursos de magistério.²⁷⁰

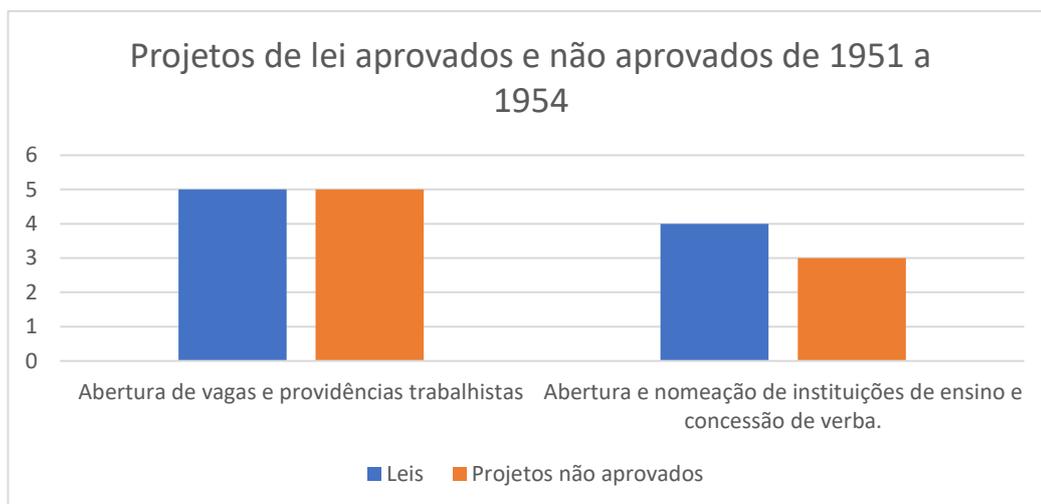
Naquele mandato foram 8 projetos de lei não aprovados, os quais dispunham sobre providências para professores normalistas, magistrados, universitários e funcionários da área de educação. As providências incluíam seus direitos trabalhistas, tais como horário de trabalho, aposentadoria e salário, além de alguns outros que tratavam da mudança na denominação de orfanatos para educandários, escolas, lares ou creches e no nome de algumas instituições de ensino, bem como da concessão de auxílio a instituições de ensino.²⁷¹

²⁶⁹ DELGADO, Lucília Neves de Almeida. PTB: Do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Ibidem.

Gráfico 14 – Projetos de lei aprovados e não aprovados na área da educação de 1951 a 1954.



Fonte: Silva, Nicole S. R., 2022.

No que diz respeito àquele mandato, entre os projetos aprovados e não aprovados, podemos perceber novamente que Costa Neves não se debruçou sobre questões pedagógicas do ensino, mas sim, majoritariamente, sobre a área do trabalhismo nesse campo. Naquele período, as demandas por leis trabalhistas mais claras representavam uma reivindicação de diversos setores, inclusive os educacionais. Já a abertura de instituições de ensino, creches e concessão de verba a essas instituições era um ponto atrelado a uma demanda de configuração familiar entre as classes menos abastadas, ou do “trabalhador” comum. Famílias em que antes a mulher seria dona de casa e cuidaria dos filhos, sem trabalhar fora, necessitavam agora de um local para que as crianças ficassem sob cuidados de outrem, assim poderiam trabalhar formalmente. Essa também era uma demanda de mulheres mães em busca da independência financeira.

Conforme sabemos, Getúlio Vargas cometeu suicídio em 1954, o que desestabilizou todas as suas bases aliadas – que já estavam em crise – por motivos que analisamos melhor no capítulo anterior. Nesse período, Costa Neves rompeu com o PTB. Já no terceiro mandato, de 1955 a 1958, quando mudou sua legenda para o PSD, a deputada obteve 11 leis aprovadas. Não houve uma diminuição significativa dos projetos aprovados na área, mas os assuntos mudaram. A maioria dos projetos aprovados versavam sobre renomeações de grupos escolares e, em número menor, sobre concursos de magistério, criação de grupos escolares e escolas e

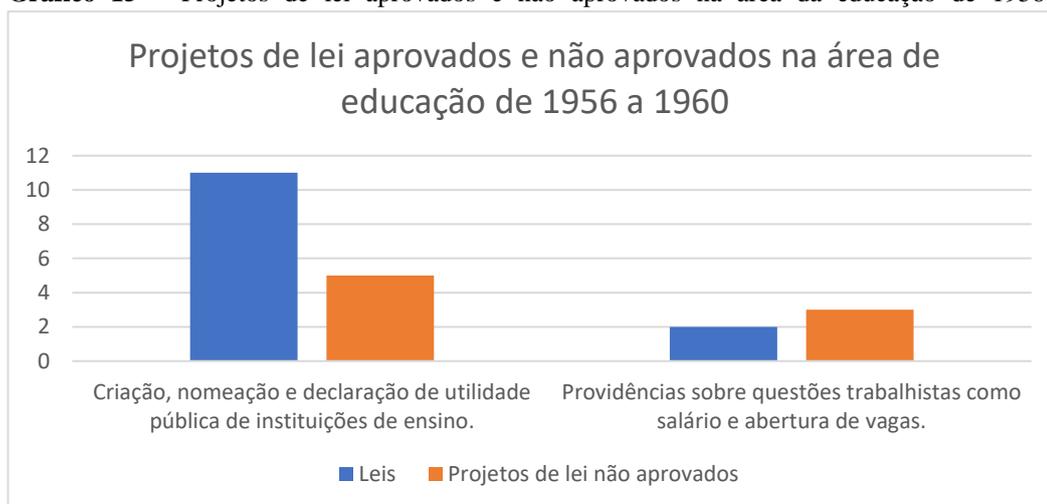
declaração de utilidade pública para institutos educacionais. Podemos observar que as leis que realizavam mudanças mais significativas na área de educação diminuíram um pouco. A maioria tratou de ações reformistas que não buscavam muitas mudanças significativas em direitos trabalhistas, como os projetos anteriores. Podemos entender que Costa Neves se distanciou um pouco do trabalhismo, mesmo que ainda legislasse sobre os concursos na área, mas aprovou mais projetos sobre assuntos com menos impacto prático.²⁷²

Entretanto, não é que a deputada não tenha lançado projetos de lei que buscassem mudanças significativas, mas sim que alguns deles ficaram entre os projetos não aprovados. A maioria destes dispunha sobre providências para professores e funcionários de instituições de ensino acerca de horário de trabalho, salário e aposentadoria, ou propunha que se criassem instituições de assistência a menores de idade, faculdades, escolas, ginásios ou grupos escolares. Ainda, um número significativo de projetos asseguraria aos professores primários casados com servidores extranumerários a concessão de remoção para a cidade do cônjuge, enquanto outros, em menor número, alterariam ou criariam concursos na área da educação e mudariam a denominação de escolas. Portanto, depreendemos que na sua posição mais à direita, a deputada teve menos cabedal político para aprovar projetos que significassem mudanças para os direitos trabalhistas na área da educação, ou criações de escolas. Muito provavelmente, tal cenário se deu pelo seu distanciamento do trabalhismo, do PTB, e mesmo em razão da própria imagem de Vargas.²⁷³

²⁷² DELGADO, Lucília Neves de Almeida. *PTB: Do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

²⁷³ *Idem*.

Gráfico 15 – Projetos de lei aprovados e não aprovados na área da educação de 1956 a 1960.



Fonte: Silva, Nicole S. R., 2022.

O olhar de Costa Neves para a educação tinha um cunho trabalhista, porém, como já abordado, também visava impedir que ideias comunistas chegassem às escolas. Essa atitude cerceadora petebista, apesar de não ser direta, como no caso da deputada e seus projetos aprovados, impedia a livre expressão de ideias nas escolas, podendo ter contribuído para que se legitimasse a perseguição dos comunistas durante várias épocas.²⁷⁴

Apesar do seu anticomunismo exacerbado, é curioso que em decorrência de sua viagem emblemática que realizou à União Soviética em 1957²⁷⁵, da qual tratamos mais longamente no capítulo anterior, a deputada – embora tenha enxergado de forma negativa praticamente todas as políticas públicas no país – citou a educação como algo a ser copiado, conforme destacamos no excerto abaixo:

[...] a questão do ensino. É interessante. É obrigatório, nas cidades, dois ciclos, o primeiro e o segundo, e, nos campos, o primeiro, como nós aqui também consideramos obrigatório o ensino, embora nem sempre cumprida. [...] E dizem eles que em 1960 na URSS, na União das Repúblicas Socialistas

²⁷⁴ GOMES, Angela de Castro (Coord.). *Olhando para dentro: 1930-1964*. Coleção: História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

²⁷⁵ Sua viagem à União Soviética se deu por um convite do VI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, realizado em Moscou, conforme seus discursos sobre a viagem, já abordados no capítulo anterior.

Soviéticas, em todos os territórios, nos campos ou nas cidades, haverá a obrigatoriedade dos dois ciclos. Isso é interessante, não há dúvida.²⁷⁶

Portanto, para Costa Neves, a obrigatoriedade do ensino era algo a ser instalado no Brasil, uma vez que, embora houvesse leis versando sobre a obrigatoriedade do ensino, estas não eram cumpridas. A deputada afirma aqui a hipótese, conforme propusemos mais acima, de que a sua ideia de ensino se tratava de um ensino obrigatório e acessível para toda a população. Esse conceito ultrapassava mesmo ideologias fortemente arraigadas na personagem, como seu anticomunismo e sua visão negativa sobre a União Soviética.

Nesse ideário trabalhista e anticomunista, Costa Neves defendia o ensino noturno, pois lhe agradava a ideia de que o ensino nesse turno abriria mais oportunidade para o jovem trabalhar, pois se manteria ocupado durante o dia e poderia estudar à noite, não precisando abandonar nenhuma das duas funções. Apesar de facilitar o estudo para o jovem que necessitava trabalhar, a qualidade do estudo no período noturno foi diminuída, pois o aluno tinha uma dupla jornada, que resultava em pouco tempo para se dedicar aos estudos, além do acúmulo do cansaço.

Durante seu quarto mandato, de 1959 a 1963, 11 projetos de lei na área de educação foram aprovados. Desses, a maioria dispunha sobre a aposentadoria de professores e membros da magistratura, criação de escolas técnicas e industriais em cidades do estado, além de, em número menor, a denominação e declaração de utilidade pública de institutos de educação. Portanto, mesmo que grande parte das leis aprovadas tivesse relação com questões mais burocráticas do ensino, a maioria das leis naquele período versava sobre a criação de centros de ensino técnico e industrial, bem como sobre a aposentadoria de professores, caracterizando assim a demanda que a deputada buscou atender em um período político tão conturbado. Aparentemente, tal postura se justificava principalmente para atender à mão de obra técnica e industrial e aqueles que pleiteavam melhorias nas leis de aposentadorias para os professores. Nesse período em que Costa Neves se aproxima da imagem de Juscelino Kubitschek, o ensino técnico e industrial era visto como o grande trunfo para levar o país à modernidade e ao

²⁷⁶ Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52, Seção 1.

desenvolvimento.²⁷⁷ Entre os projetos aprovados, a maioria tem ligação com a questão do ensino técnico industrial, corroborando o que afirmamos acima acerca da maior facilidade da deputada em aprovar leis relacionadas a essa área naquele período.

Entre os não aprovados, estavam projetos sobre providências ligadas a direitos trabalhistas de professores e trabalhadores da educação, assim como mudanças no tempo de trabalho e locais de trabalho. Um número menor dispunha de verba para grupos e escolas e criaria escolas técnicas e de enfermagem, assim como a denominação de escolas e criação de prêmios e bolsas de estudo.

Já no início da década de 1960, a deputada estava fortemente envolvida com o anticomunismo. Em seu último mandato antes da instituição do bipartidarismo pela Ditadura, que foi de 1962 a 1965, aprovou somente um projeto de lei, o qual declarava uma organização civil de ensino ser de utilidade pública. Ou seja, aparentemente, a influência na área e o cabedal para aprovação de leis na área da educação diminuiu muito no período do Golpe de 1964. A deputada também parecia estar muito envolvida com a política golpista e com o anticomunismo, além de, logo após o Golpe, na resistência institucional à Ditadura, conforme abordamos no capítulo anterior. Há um maior número de projetos não aprovados, os quais teriam um alcance maior do que o único projeto aprovado pela deputada. A maioria deles versava sobre mudanças em cargos nas áreas de ensino, como aumento de salário e concessão de auxílio financeiro a instituição de ensino e bolsas de estudos, ou ainda alteraria artigos das leis de ensino. Ou seja, os projetos de Costa Neves aprovados na área da educação não só diminuíram consideravelmente em número, mas também em impacto. Naquele período, além da perseguição de políticas que parecessem estar mais atreladas ao espectro de esquerda, passa a haver uma maior concentração das políticas da educação em âmbito federal, o que também influenciou no impacto dos projetos que a deputada propôs.²⁷⁸

²⁷⁷ Essa ideia de modernidade estava principalmente atrelada ao crescimento industrial nos moldes estadunidenses, como verificamos em Hochman (2009).

²⁷⁸ Aqui, fazemos um adendo importante sobre as transformações históricas que os conceitos sofrem. No período da Guerra Fria, a esquerda estava muito atrelada ao comunismo militante e ligada à União Soviética, porém, qualquer política mais “progressista” no que concerne aos direitos dos trabalhadores, diminuição da desigualdade social, entre outros, poderia ser atrelada à esquerda. Nesse sentido, podemos levantar a hipótese de que o anticomunismo defendido pela deputada tinha o sentido de se afastar da esquerda soviética, que ela tanto criticou

Em seu último mandato antes da cassação de seus direitos políticos pela Ditadura após o AI-5, em 1969, a deputada aprovou somente dois projetos de lei. Um dispunha sobre a declaração de utilidade pública de uma instituição de ensino e o outro denominava uma instituição de ensino. Ao que podemos perceber, a deputada foi afetada pela política ditatorial, que, naquele período, iniciava uma perseguição a políticas que parecessem estar mais alinhadas ao espectro político da esquerda. Como consequência, Costa Neves teve diminuído seu cabedal de influência legislativa em número significativo, conseguindo aprovar somente projetos com menor impacto prático na área. A diminuição dos projetos de lei também teve relação com a sua resistência à Ditadura, que ela mesma tinha ajudado a erguer.

Ao notarmos que o distanciamento do PTB coincidiu com a diminuição significativa do número de projetos voltados ao tema da educação, argumentamos que as relações com os partidos realmente pareciam influenciar no desempenho político de Costa Neves, impactando o número de projetos que a deputada propunha na área. Como já observado, o PTB tinha uma alta entrada em sindicatos e associações de trabalhadores, sendo que a área da educação era permeada pela preocupação com a inserção do comunismo, contra o qual Costa Neves começa a se colocar.²⁷⁹ Aqui, nesse sentido, não estamos dizendo que ela simplesmente atendia aos interesses dos partidos, na realidade, é preciso pensar que traços da agência da personagem vão se fazendo presentes em diversos exemplos e contextos, como quando se aproximou de um conservadorismo religioso e do anticomunismo ferrenho após sair do PTB.²⁸⁰ Isso pode ter corroborado para o seu envolvimento em outras discussões políticas que não a educação, além de para o menor impacto de suas ações nessa área. É necessário lembrar também que, nesse contexto, ela se aproximou das propostas da educação industrial e técnica, uma área em crescimento no período.²⁸¹ Também vale lembrar que ela sofreu consequências por ter apoiado o Golpe de 1964, o que a levou a ter sua imagem desgastada. Mais tarde, quando passou a

em viagem em 1957, como vimos no capítulo anterior.

²⁷⁹ GOMES, Angela de Castro. Org. FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base*. In: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.

²⁸⁰ Seus discursos demonstraram que ataques ao comunismo e pautas religiosas passaram a aparecer com mais frequência, conforme abordamos no capítulo anterior.

²⁸¹ Hochman, 2009, discorre sobre as modificações nas políticas públicas realizadas no governo de Juscelino.

recusar a Ditadura, também desagradou a direita ditatorial e já não tinha adesão da militância de esquerda.

Podemos entender que a maior contribuição da deputada para a educação se deu em relação aos direitos trabalhistas e à abertura de concursos, principalmente no início de sua carreira, quando parecia ter mais apoio para que seus projetos de lei fossem aprovados. Costa Neves se colocava a favor do ensino noturno e das escolas técnicas e industriais, estando a par da discussão e atendendo às demandas de indústrias crescentes. Como observado, além desses setores, ela esteve atrelada à ideia de uma educação voltada ao meio industrial, à industrialização da agricultura, à saúde e à pedagogia. Sua tratativa não era sobre o conteúdo do ensino, mas sim sobre a abertura de escolas, centros de estudo, universidades e vagas para professores e alunos. Apesar de ter um posicionamento conservador sobre uma série de questões morais, como vimos no capítulo anterior, isso não se refletiu na escrita de seus projetos de lei.

3.3. Produções legislativas relacionadas a gênero e ao trabalhismo

Devido às consequências sociais, educacionais, políticas e culturais da misoginia, o gênero feminino se vê geralmente em desvantagem nas esferas do poder político. Até este momento, buscamos entender o impacto desse cenário em uma porção da produção acadêmica da deputada Conceição da Costa Neves. Quais as complexidades contextuais, históricas e sociais do período em que se inseria? Tentaremos formular possíveis respostas para a seguinte indagação: uma mulher necessariamente produz a favor do gênero feminino? Para responder essa questão, buscaremos analisar as propostas legislativas da deputada e a misoginia projetada sobre os debates políticos engendrados por ela.

Pudemos perceber que o tema mais amplamente abordado pela deputada foi o trabalhismo²⁸², ao lado do tema da saúde, que ela utilizou como mote de campanha, e da educação, que forma grande parte de sua produção. Entretanto, o tema do trabalhismo estava entrelaçado a outras questões, atravessadas pelas relações de gênero. Conceição da Costa Neves geralmente atrelava as legislações criadas no âmbito do trabalhismo a questões específicas relacionadas ao gênero feminino²⁸³. Não podemos nos esquecer de que a questão de gênero era abordada pela deputada em meio a um espaço político institucional pouco aberto às demandas das mulheres ou até mesmo à sua participação no espaço público. Essa inclinação ao trabalhismo pode ser explicada pela inserção do tema no debate político e os afetos que ele mobilizava.²⁸⁴

O espaço político institucional brasileiro naquele período era – e assim permanece até hoje, não só no Brasil – predominantemente masculino (MARTINS, 2019b e SCOTT, 2002). Como já abordado, eram recentes a conquista do direito ao sufrágio feminino e a possibilidade de

²⁸² GOMES, Angela de Castro. 1948 – A invenção do trabalhismo. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

²⁸³ SCOTT, Joan Walach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Vol.20, nº2. Porto Alegre: Educação & Realidade, jul./dez. 1995.

²⁸⁴ Aqui, utilizamos afetos no sentido conceitual de Safatle (2016). Ao discorrer sobre um complexo circuito de afetos que construiria a experiência humana, o autor os nomeia como experiências que partem do sujeito, porém os construindo também externamente. Portanto, na nossa percepção, o sujeito político de Costa Neves sempre tentaria negociar de maneira favorável os afetos mobilizados por ela e para ela nesse circuito.

pleitear vagas na política institucional por mulheres. Em um contexto internacional, pós-Segunda Guerra Mundial e início de Guerra Fria, algumas questões voltavam ao debate público, como as próprias pautas feministas. As pautas mais escutadas pela sociedade vinham de mulheres de classe média e brancas. Em muitos países, elas passavam a precisar sair de casa para trabalharem e complementarem a renda.²⁸⁵ Mesmo assim, o sufrágio feminino e a participação política das mulheres eram ainda incipientes no geral se comparados à participação masculina.²⁸⁶

As mulheres que tinham destaque na política internacional, ou mesmo no Brasil, geralmente figuravam como primeiras-damas ou tinham um vínculo familiar com a política, ou seja, seus pais, irmãos, primos, tios, tinham cargos no meio político institucional²⁸⁷, o que não era o caso da deputada. Desde seu primeiro mandato, como já explicitado, ela se inseriu em um ambiente predominantemente masculino. Além disso, apesar das solidariedades que pudessem existir politicamente e da sua adequação a padrões brancos e heteronormativos, Conceição fugia muito ao estereótipo da mulher passiva, dona de casa, recatada e sofria com as pressões do machismo, da misoginia e dos padrões estéticos. Como procuraremos mostrar a seguir, era muito frequente que sofresse com interrupções em seus discursos e que duvidassem de temas que ela dizia dominar. Seu gênero interferiria nos projetos sobre os quais ela se empenhava, no que era esperado dela e no sucesso de seus projetos de lei? Abaixo analisaremos, além das relações políticas, as relações em torno do contexto histórico em que estava inserida.

Ao longo de seus discursos, Conceição da Costa Neves foi muitas vezes interrompida, tendo suas habilidades intelectuais questionadas, conforme destacamos no excerto abaixo.

“A Sra. Conceição Santamaria – Infelizmente não compreendi o nobre deputado Pinheiro Júnior.

O Sr. Pinheiro Júnior – V. Excia. Nunca compreende ninguém. [...]

A Sra. Conceição Santamaria – S. Excia, o nobre deputado Pinheiro Júnior, iniciou o aparte dizendo que V. Excia. havia injuriado o diretor da Sorocabana...

²⁸⁵ SOIHET e COSTA (2016) analisam a presença de mulheres no espaço público, entre elas Evita Perón, já a trajetória de Ivete Vargas foi analisada por D’Araujo (1988).

²⁸⁶ León (1994) explica sobre essa tendência é observada na América Latina.

²⁸⁷ Uma dessas mulheres foi Evita Perón, que foi inclusive considerada uma santa por alguns na Argentina. Uma primeira-dama que tinha muito destaque político, era adepta do populismo e seguia alguns padrões normativos, mesmo que quebrasse outros. Podemos entender que Evita poderia servir de inspiração para muitas mulheres que se inseriam na política institucional. SOIHET e COSTA (2016).

O Sr. Pinheiro Júnior – Injúria todo mundo.

A Sra. Conceição Santamaria - ...depois disse que havia feito um brilhante discurso. Em que ficamos? Ah! Tenha paciência. Com V. Excia. é difícil ser compreendido!

O Sr. Pinheiro Júnior – Para quem não quer compreender.”²⁸⁸

Nesse excerto de um discurso de 1948, segundo ano de sua carreira política, a deputada teve alguns embates significativos com alguns deputados. Era o caso do deputado Pinheiro Júnior, do PSP (Partido Social Progressista), que integrava o partido do então governador Ademar de Barros, além de ser adversário político da ala varguista. No discurso em questão, Costa Neves discutia a conduta do governador Ademar de Barros, no que foi interpelada pelo deputado Pinheiro Júnior. Dessa maneira, podemos perceber o questionamento das faculdades intelectuais de Conceição, além da interrupção de sua explanação, o que nos permite inferir que o gênero pode até influenciar pouco nos contextos em que existem pontos de concordância. No entanto, quando existe a discordância, a crítica logo se resvala para o julgamento das capacidades intelectuais da mulher em questão. Conforme explanamos anteriormente, era tão comum que as faculdades intelectuais das mulheres fossem colocadas em questão que elas faziam esse tipo de comentário sobre si próprias. É como se afirmassem, talvez até estrategicamente, que sabiam que estavam em um lugar que não era esperado, que sabiam que os homens eram mais “brilhantes” do que elas e, portanto, desculpavam-se pela subversão que sua presença representava.

Voltando ao elemento da misoginia, em alguns momentos até suas características físicas são lembradas, como no excerto a seguir:

A Sra. Conceição Santamaria – V. Excia. bem sabe que estou falando com aquela boa vontade que me caracteriza, e com o direito de ocupar a tribuna para defender o povo dentro da minha pobreza de conhecimentos. (Não apoiados) [...]

O Sr. Salles Filhos – Discordo de V. Excia. na parte em que se refere à sua pobreza de conhecimentos.

A Sra. Conceição Santamaria – É gentileza de V. Exa.

O Sr. Salles Filho – Discordo porque V. Exa. É titular de riqueza de dotes morais, intelectuais, físicos e sobretudo inteligência.

A Sra. Conceição Santamaria – Não estamos num concurso de beleza, no qual contaria com o voto de V. Exa. Estamos num concurso moral, porque estamos defendendo a bolsa do povo, e V. Exa. Pode verificar que, nesse caso, não será computado o seu voto quanto à minha beleza física.

²⁸⁸ Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], São Paulo, SP, 28 dez 1948, Caderno executivo, referente a discurso do dia 27 dez 1948, p. 30.

O Sr. Salles Filho – V. Exa., além de possuir dotes físicos, possui também dotes morais e intelectuais.
A Sra. Conceição Santamaria – Muito obrigada a V. Exa.²⁸⁹

Nesse trecho, a deputada se diminui intelectualmente, o que pode ser pensado como uma estratégia comumente utilizada por mulheres em ambiente com predominância masculina, como se ao reconhecerem a sua “inferioridade” intelectual, elas passassem a ter o direito de continuar a discursar. Além dessa diminuição, Costa Neves teve seus dotes físicos elogiados, o que não se relaciona ao que está sendo abordado por ela em tribuna.

O comentário sobre os “dotes físicos” de Costa Neves, além de mostrar a diferença de gênero da deputada, faz com que o interlocutor masculino se coloque em uma posição de poder, desestabilizando a adversária, que acaba por se sentir diminuída a uma posição ornamental do ambiente e não ao que estava defendendo no momento. Tal estratégia visava confundir e colocar a adversária em “seu lugar”, que deveria ser do embelezamento e não da discussão política, sendo amplamente utilizada contra mulheres em cargos de poder, causando um impacto defensivo nos discursos da deputada, que já esperando algum comentário desse tipo. (MARTINS, 2019b) Afinal, não era incomum que essas espécies de comentários fossem feitas, tanto em forma de crítica quanto até mesmo de elogio. Nesse discurso, a própria deputada diminuiu até mesmo o impacto de suas palavras: “Muito obrigada a V. Excia. Mas, quer me parecer, deputado Sebastião Carneiro – e V. Excia. muito me honrou com seu aparte às minhas apagadíssimas palavras (Não apoiado) – mas não compreendo...”.²⁹⁰

Já as situações relacionadas a políticas públicas voltadas a uma população de mais baixa renda são ligadas a trabalhadores informais e doentes de hanseníase, além de frequentemente também entrecruzarem questões de gênero e raça. Nesse sentido do discurso da maternidade e caridade, temos a situação na qual se cruzam as histórias de Conceição da Costa Neves a da escritora Carolina Maria de Jesus. Em seu livro Quarto de despejo: diário de uma favelada, Carolina Maria de Jesus cita a deputada Conceição da Costa Neves.

²⁸⁹ Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], São Paulo, SP, 09 nov 1948, Caderno executivo, referente ao discurso do dia 07 nov. 1948, p. 23.

²⁹⁰ Idem.

“17 de agosto – Quando eu fui almoçar fiquei nervosa porque não tinha mistura. Comecei ficar nervosa. Vi um jornal com o retrato da deputada Conceição da Costa Neves, rasguei e *pus* no fogo. Nas épocas *eleitoraes* ela diz que luta por nós.”²⁹¹

Carolina Maria de Jesus foi uma escritora, mulher negra, que teve seus diários publicados pela primeira vez em 1960, nos quais descreve uma rotina de luta, pobreza, fome, violência e descaso público. Entretanto, entre as figuras públicas citadas, Costa Neves é uma das únicas, como observamos acima, citadas de forma negativa. No excerto destacado, podemos perceber uma expectativa de Carolina de que Costa Neves, talvez por ser uma mulher e se colocar na posição de “mãe dos pobres”, poderia realmente cumprir suas propostas de campanha, vindo então a se decepcionar.²⁹²

Posteriormente à publicação do livro, Costa Neves tentou aprovar dois projetos que se relacionam à Carolina Maria de Jesus: um concederia um prêmio, na importância de Cr\$500.000,00 à autora, enquanto o outro, em 1965, concederia a ela uma pensão mensal. Contudo, nenhum dos dois projetos foi aprovado, o que pode ter a ver com a diminuição do cabedal político da deputada, mas também o não reconhecimento de Carolina Maria de Jesus como escritora, por ser uma mulher negra e marginalizada. Entretanto, uma questão que aparece nessas proposições é a preocupação da deputada em relação à sua imagem enquanto “cuidadora dos pobres”, ou “mãe dos pobres”, mesmo que a legislação não favorecesse aqueles que eram tão pobres. Tal cenário teve relação com a forma com a qual a deputada e sua base aliada lidavam com as questões de gênero. Questões como raça e classe não eram abordadas com frequência e um discurso meritocrático prevalecia. A deputada frequentemente mostrava uma postura de defesa das mulheres, mas era ao mesmo tempo muito conservadora, principalmente no que dizia respeito aos direitos reprodutivos das mulheres. Além disso, era extremamente influenciada pela religião, pois com o passar dos anos foi se tornando fervorosamente católica. Portanto, em seus discursos e mesmo nas suas proposições por legislação, demonstrava que a mulher ideal era aquela que seguia um certo padrão, ou de dona de casa ou de mulher trabalhadora, mas, ainda assim, casada e com filhos.

²⁹¹ Jesus, Maria Carolina de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

²⁹² Idem.

No âmbito de um feminismo mais radical, seu principal tema de combate era o aborto, o qual continua tabu no Brasil até hoje, sendo permitido por lei somente em casos específicos, contudo, na época não havia qualquer tipo de permissão.²⁹³ Seu desagrado com o assunto se revela em sua viagem realizada à União Soviética em 1957. Em um discurso em 8 de outubro de 1957, quando perguntada sobre os tratamentos para a lepra na União Soviética, respondeu que lá os tratamentos eram muito ultrapassados em relação ao Brasil, dos quais discordava, incluindo a permissão para o aborto em qualquer situação: “Quanto ao aborto, V. Exas já sabem que é permitido, oficialmente até três meses, tinha sido proibido e foi instituído de novo pelo governo, com um pagamento de 50 rublos.” Já ao retornarmos ao discurso de 19 de setembro, o tema não foi citado, contudo, a deputada dialogou sobre os direitos da mulher gestante, mencionando a sua discussão sobre a questão da gestação e a utilizando como base para criticar o comunismo.²⁹⁴ Costa Neves citou as mulheres que exerciam trabalhos braçais na União Soviética, em uma tentativa de alçar a legislação brasileira sobre o trabalho a um nível positivo, pois, mesmo que houvesse trabalhos proibidos para as mulheres, as de classes mais pobres e sem outras opções de trabalho exerciam o trabalho braçal desde a escravização. Ao abordar as proibições do trabalho no Brasil, ela também buscou levar as leis brasileiras de autoria do seu campo político para a discussão, o trabalhismo, lembrando a sua posição quanto a elas. A saúde física da mulher foi um dos assuntos abordados.²⁹⁵

Foi possível identificar algumas opiniões da deputada sobre quais seriam as políticas públicas eficientes para as mulheres no Brasil ao compará-las com as políticas na URSS. A deputada destaca que a mulher, por ser mãe, deveria ser protegida e impedida de realizar trabalhos pesados. Algo que, apesar de a deputada pontuar que a legislação brasileira previa,

²⁹³ Até o presente, o aborto não é permitido no Brasil. Apesar das lutas constantes acerca dos direitos reprodutivos das mulheres, o aborto só é permitido em casos específicos, a saber: se a gravidez é fruto de uma situação de violência sexual, se sua continuidade apresenta perigo de morte, ou em caso de outras condições de saúde física da mãe ou do feto que impeçam a continuidade da gestação. Esse cenário, fruto da influência cultural religiosa que condena o ato, gera um alto número de procedimentos clandestinos de interrupção de gestação, que podem colocar as pessoas que recorrem a eles em risco e se causar uma experiência dolorosa (BONI, 2017).

²⁹⁴ Abordamos o assunto anteriormente no capítulo 2, página 99 deste trabalho, quando analisamos a sua viagem à URSS. Está disponível em: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52.

²⁹⁵ Abordamos o assunto anteriormente no capítulo 2, página 100 deste trabalho, quando analisamos a sua viagem à URSS. Está disponível em: Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOESP), 19 set 1957, p. 52.

não existia na prática, a não ser que se excluíssem as mulheres pobres e negras, que sempre executaram trabalhos insalubres e de grande esforço físico. Seu discurso relata sobre a situação da gestante na Rússia, quando citou a sua interlocutora, a deputada russa, como abordado anteriormente: “deve entender que a gestação, que a gravidez é um ato biológico como outro qualquer”.

Costa Neves destacou que na URSS as mulheres não teriam direito à licença maternidade e trabalhavam até o momento do parto. Entretanto, no Brasil, as mulheres que tinham acesso a esses direitos pertenciam à elite ou se inseriam em trabalhos formais. A ampla gama de trabalhadoras informais não tinha acesso a esses direitos, sendo que, conforme citado, havia um recorte de raça e classe. Percebemos aqui que a deputada tem uma relação conservadora com o ideário do feminismo. As mulheres a serem protegidas seriam as mães e aquelas com trabalhos considerados “dignos”. Já as marginalizadas, que não usufruíam de direitos previstos na letra da lei, não pareciam estar em seu imaginário. Apesar disso, era bem quista pela parcela da população, ignorada algumas vezes por sua produção política, beneficiando-se, como abordado, da imagem da mulher enfermeira e maternal criada pela ala Vargas durante o Estado Novo.

O Estado Novo buscou construir uma nova ideia do nacional, com enfoque no mercado interno, situação que se intensifica durante a Segunda Guerra Mundial por crises de abastecimento de importação. Apesar do desenvolvimento da indústria nacional, o regime de Vargas exercia políticas fascistas de perseguição a imigrantes e ao comunismo. Getúlio buscava diversos pontos de apoio na população, dentre eles uma classe artística alinhada a seus interesses e ao trabalhismo. Com um discurso paternalista e a criação de leis trabalhistas, torna-se adorado por boa parte da população.²⁹⁶

Com o término da Segunda Guerra Mundial, as ambiguidades da política fascista interna e o combate externo, questões com as Forças Armadas e com a oposição somavam aspectos suficientes para deixar o governo fora de eixo. Getúlio então se exila e reabre os congressos

²⁹⁶ DELGADO, Lucília Neves de Almeida. PTB: Do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

para as eleições. Sob sua égide, são criados o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), um braço trabalhista, e o PSD (Partido Social-Democrata), um braço mais relacionado às elites econômicas e sociais ²⁹⁷. Foi eleito o General do Exército de Vargas, Eurico Gaspar Dutra. A influência de Getúlio continuou forte. Um outro movimento que surge nesse período é o “queremismo”, um movimento popular pela volta de Getúlio Vargas²⁹⁸ que ocorreu paralelamente aos anos iniciais da Guerra Fria, conflito entre Estados Unidos e União Soviética (URSS).

O Brasil, nesse cenário, alinhou-se ao bloco capitalista dos Estados Unidos, aumentando a perseguição aos comunistas e cortando relações com a União Soviética. O partido comunista chegou a ser proibido e seus deputados tiveram o mandato cassado, ainda nos anos que se seguiram. Após esse mandato, Getúlio Vargas foi eleito ainda democraticamente – um caso curioso sobre o quanto sua figura magnética levantava multidões com seus discursos convincentes e eloquentes. Além disso, atuou de forma a exercer maior controle dos sindicatos e dos trabalhadores. Porém, a criação da CLT e de novas leis sobre aposentadoria dificilmente seriam esquecidas pela população mais pobre, mais próxima ao discurso do trabalhismo.²⁹⁹

Nesse sentido, as mulheres se inseriram no trabalhismo como força de trabalho pungente. Ao contrário das mulheres das classes mais abastadas que procuravam se inserir em cargos de destaque, as mulheres pobres sempre necessitaram trabalhar para complementar a renda ou mesmo como arrimo de família. O discurso do trabalhismo se atrela às relações de gênero no sentido de colocar destaque para a profissão feminina em algumas áreas profissionais. Essas áreas sempre estariam mais atreladas à assistência em geral. Daí a inserção de mulheres como educadoras, enfermeiras e demais funcionárias das áreas de assistência como secretariado, funcionalismo público administrativo e bancário. Entretanto, os salários geralmente não eram

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ Ibidem.

²⁹⁹ O conceito de trabalhismo foi desenvolvido, entre outros autores, por Gomes (2015). O trabalhismo seria uma corrente ideológica que mobilizava afetos em torno da ideia positiva do trabalho. Entretanto, o trabalhismo de Getúlio Vargas se utilizava desse discurso para apresentar políticas xenófobas, controle de sindicatos e perseguição a movimentos sociais atrelados à esquerda. Portanto, o trabalhismo varguista possuía um forte fundo anticomunista, no período apresentado, visando afastar os trabalhadores de movimentos políticos à esquerda, apesar dos ganhos legislativos conquistados pelos trabalhadores no período, como a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), 13º salários, férias, entre outros.

os mesmos dos homens nessas áreas e a misoginia atingia essas mulheres – que tentavam se adaptar a setores mais hostis – de várias formas. O trabalhismo buscava captar as demandas dessas mulheres se utilizando de um discurso meritocrático e conservador.

Não se pode desvincular a ideia de trabalho no Brasil das questões ligadas ao contexto pós-escravidão. A ideia de trabalho assalariado começou a ser escrita em fins do século XIX, com a abolição da escravatura. Autores como Chalhoub (2012) afirmam que após a abolição do trabalho forçado, era necessário construir uma nova ideia de trabalhador no Brasil, a qual teria de ser mais positiva que para convencer aqueles que antes eram obrigados a trabalhar a continuarem trabalhando, porém, recebendo um salário, o qual frequentemente não era suficiente para garantir uma vida digna. Esse tipo de “senso comum” sobre o trabalho veiculado no Brasil se misturou a conceitos crescentes na Europa, com uma grande massa de trabalhadores europeus e asiáticos que vieram para o Brasil.³⁰⁰

Era necessário, portanto, construir o trabalhador brasileiro. Assim, é impossível entender o trabalhismo brasileiro sem se perceber essa construção histórica do conceito de trabalhador e trabalho. O conceito de trabalhismo brasileiro, que foi mais bem abordado no capítulo anterior, mobilizou uma série de afetos políticos e sociais que estavam relacionados à construção da ideia de trabalho no Brasil.³⁰¹ Esse trabalhador foi construído com um ideal eugênico e muitas vezes fascista de branqueamento populacional. Dessa maneira, o trabalhador deveria ser branco e só era considerado realmente digno de políticas públicas se participasse de trabalhos formais.³⁰² Graças a políticas racistas presentes em toda a estrutura política do país, eram em sua maioria brancos e homens, apesar do discurso do trabalhismo também se destinar aos trabalhadores informais.

³⁰⁰ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 2012.

³⁰¹ O conceito do trabalhismo ainda é muito forte no imaginário brasileiro. Políticas públicas meritocráticas que acabam por privilegiar estratos sociais e raciais que já são beneficiados há décadas são um exemplo de como o conceito de trabalhador vai se transformando, ao mesmo tempo em que mantém certas estruturas sociais que beneficiam alguns trabalhadores específicos, conforme Gomes (2015).

³⁰² Tais acepções são observadas em Mota e Marinho (2013).

Foram 54 as leis de autoria de Costa Neves na área do trabalhismo, das quais 101 não foram aprovados. Já as leis destinadas a mulheres foram 29 e os projetos de lei não aprovados foram 45. O gráfico abaixo mostra as diferenças entre os números dessas leis.

Gráfico 16 – Projetos de lei aprovados e não aprovados destinados às mulheres e ao trabalhismo



Fonte: Silva, Nicole S. R., 2022.³⁰³

Na letra da lei, podemos observar que as áreas do trabalhismo em que Conceição atuou abrangeram as de grande participação da classe trabalhadora feminina.³⁰⁴ Ou seja, mesmo que a área principal fosse o trabalhismo, ainda assim os projetos eram destinados a áreas em que mulheres eram atuantes: educação e saúde pública. Entretanto, uma área que foi muito

³⁰³ Usamos como referência leis e projetos de lei que se referiam a benefícios para mulheres, fossem eles pensões ou direitos trabalhistas. Não usamos como referência leis e projetos de lei que abordavam profissões ocupadas majoritariamente por mulheres, apesar de fazer parte das nossas conclusões de análise. As leis e os projetos de lei não aprovados de autoria da deputada, estão disponíveis nos Anexos I e II, ao final deste trabalho. Em alguns casos a ementa das leis e projetos de lei citou somente o benefício concedido e não a quem ele era destinado, tendo sido necessário o acesso à lei ou projeto na íntegra para análise. As leis, projetos de lei, ementas e o texto na íntegra estão disponíveis em: <https://app.al.sp.gov.br/acervo/historico/>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

³⁰⁴ Tanuri (2000) nos esclarece como se deu a formação da classe trabalhadora de professores e professoras nas primeiras décadas do século XX.

contemplada nessas proposições foi a dos trabalhadores de polícia, mostrando a inclinação mais conservadora do trabalhismo da deputada.³⁰⁵

A partir da análise de seus projetos de lei aprovados e não aprovados, podemos estabelecer que seu principal público-alvo foram os trabalhadores. Portanto, a sua principal produção esteve mais ligada ao trabalhismo que às mulheres em si, ou mesmo à saúde – seu mote de campanha.

Contabilizando o total de todos os mandatos, foram 29 projetos diretamente relacionados a algum benefício que atingiria mulheres. Trata-se de um número bem menor que o total em relação a outros temas sobre os quais a deputada legislou. Foram 45 projetos não aprovados. O tema principal desses projetos era a concessão de auxílio a mulheres viúvas e pensão para trabalhadoras aposentadas, algo que segue bem na linha do que debatemos até aqui em termos de argumento. Ao legislar em direção às mulheres, a deputada o fazia de forma indireta por meio de leis para as trabalhadoras de educação e saúde, e seu discurso, mesmo mais à direita, estava atrelado ao trabalhismo nesse sentido.

Um exemplo de que estava mais ligada ao trabalhismo é um amplo grupo beneficiado por projetos de lei da deputada, que são os trabalhadores de polícia e operários. Ao ganhar apoio principalmente da classe de trabalhadores da polícia, Costa Neves tinha apoio de parte da população mais conservadora.

Ao ingressar no PSD, partido mais conservador, a deputada parece ter tido seu cabedal político diminuído em relação ao número de projetos de lei que conseguiram ser aprovados e transformados em leis. Tal fato pode ter tido relação com as relações de gênero, pois parece ter perdido espaço ao se aproximar da aristocracia e da ala mais conservadora que o PTB getulista representava. No final da década de 1950 e início da década de 1960, concentrou muito de sua política e seu esforço no anticomunismo. Seus discursos circulavam por esse tema com frequência, sobressaindo-se inclusive sobre as áreas com as quais esteve mais afim, como saúde

³⁰⁵ Entre os projetos para trabalhadores, cerca de 40% se direcionavam a trabalhadores de polícia, conforme o Anexo I ao final deste trabalho.

pública, trabalhismo e educação. Tal postura a afastou da posição partidária de proposição legislativa, apesar de continuar sendo uma forte oradora do partido.

A análise dos projetos de lei aprovados e não aprovados sobre o assunto leva à conclusão de que a deputada tinha um grupo preferencial de mulheres a quem se destinavam seus projetos de lei, sendo que essas mulheres estavam atreladas principalmente à questão do trabalhismo, ou seja, tinham trabalhos formais ou eram esposas e viúvas de trabalhadores formais. A grande massa de trabalhadores informais da época não parecia receber muita atenção da deputada.³⁰⁶ Os projetos de lei aprovados relacionados diretamente às mulheres tinham a ver com suas relações pessoais com trabalhadores públicos, como esposas, irmãs e filhas, ou mesmo elas próprias como funcionárias a serem beneficiadas pela legislação, como demonstrado anteriormente.

As relações de gênero influenciaram a produção legislativa de Costa Neves de diversas formas, tais como na construção de sua imagem, de suas campanhas políticas e de suas políticas públicas em relação às mulheres. Nesse sentido, podemos entender que Conceição atendia a um nicho populacional específico em seus projetos de lei, bem como projetar quem eram essas mulheres inseridas nesses nichos específicos. Desse nicho estavam excluídos certos setores da sociedade, como as mulheres comunistas, por exemplo. Porém, a deputada era uma mulher de seu tempo, nesse sentido, não podemos estabelecer uma análise de forma anacrônica com questões que não estavam colocadas na época. A questão dos direitos trabalhistas das mulheres tinha forte vulto e mesmo subversiva em relação às políticas públicas da época, as quais abarcavam lutas diversas por melhores condições de trabalho. As mulheres eram, e ainda são, as que recebem menos, além de geralmente terem uma dupla jornada de trabalho, fora e dentro de casa. Portanto, as leis que beneficiavam essas mulheres serviam a um propósito, contudo, não podemos nos esquecer de que favorecer um nicho também pode aumentar a exclusão de outro, principalmente quando se trata de políticas públicas. Nesse caso, eram favorecidas principalmente as mulheres casadas e que estavam em um emprego formal. Portanto, eram

³⁰⁶ Nossa pesquisa revela que a grande maioria dos projetos de lei de autoria de Costa Neves se relacionava a direitos trabalhistas do trabalho formal. Uma das únicas categorias informais que aparecem em nossas pesquisas diz respeito aos feirantes e às mulheres “donas de casa”.

geralmente heterossexuais, brancas e mães, pois, nesse período, a maioria dos trabalhadores formais tinha esse recorte de raça por questões relacionadas ao racismo estrutural, algo que ocorre até hoje. Então, mesmo que isso não fosse expresso explicitamente, a legislação tinha um recorte de raça e classe.

Podemos observar que o gênero influenciou nas áreas em que a produção legislativa de Costa Neves se concentrou. A área da saúde pública, como analisamos anteriormente, foi à qual a deputada mais se dedicou em suas campanhas, além de em boa parte de seus projetos de lei. Assim também ocorreu com a área da educação, principalmente a de base, que, até a década de 1970, contava com uma forte participação feminina, assim como ocorria na área de assistência da saúde pública. Portanto, Costa Neves parece ter se aproveitado dos estereótipos imperantes sobre as mulheres para fortalecer suas negociações e relações de gênero. Utilizando-se do discurso de que uma mulher seria naturalmente mais sensível às questões do cuidado, ela arregimentou uma vasta gama de eleitores e apoiadores. Mesmo que não tivesse a conduta “comum” de dona de casa e mãe, a associação da maternidade com a mulher era muito forte. O discurso de que uma mulher sem filhos poderia “adotar” uma causa fazia parte do “senso comum”. Ainda, como abordado no primeiro capítulo, Conceição muitas vezes se apropriou desse estereótipo para construir sua imagem.³⁰⁷

As relações de gênero, como procuramos demonstrar neste capítulo, atravessaram a trajetória de Costa Neves, o que não foi exclusivo da sua trajetória, mas um dado social. As relações de gênero interferiram na forma como ela se vestia e até mesmo na forma como se comportava – sua performance, seu trabalho, suas propostas e negociações. É impossível desvincular o gênero do restante da análise, pois tal fator está extremamente imbricado na existência e na história da deputada em questão. Ao adentrar o ambiente masculino da política, sua presença se tornou subversiva, podendo assim facilmente ser vista como uma ameaça a ser eliminada. Sendo assim, foi necessário que Conceição se submetesse a negociações diversas para que se mantivesse no poder e não fosse vista como uma ameaça a ser eliminada do campo

³⁰⁷ Badinter (1985) é uma das autoras que desenvolveu teoria sobre o mito do amor materno, desmistificando a questão da maternidade “instintiva” das mulheres.

político. Entretanto, isso acabou por acontecer em 1969, como vimos no capítulo anterior, quando teve seu mandato cassado pela Ditadura.

Considerações finais

A deputada Conceição da Costa Neves atuou em diversas áreas durante sua vida, logo, sua existência não se resumiu ao fato de ser uma mulher. O fato de que não se ateuve apenas aos temas de “interesse feminino” pode ser vislumbrando sob diferentes lances ao longo de sua trajetória. Apesar de ter sofrido pressões de gênero, os projetos de lei encaminhados por ela não se voltaram exclusivamente às mulheres, ou seja, os seus interesses políticos eram mais vastos. Seja por escolha própria ou por circunstâncias do contexto histórico, seus projetos de lei não tinham relação unicamente com os temas de interesse das mulheres. Embora as profissões sobre as quais legislava contassem com ampla participação das mulheres, elas não eram o principal público-alvo nas políticas públicas que engendrava. Em alguns momentos, as pressões de gênero foram utilizadas a seu favor, inclusive para promover sua imagem, seguindo estereótipos esperados pela sociedade de seu tempo, afinal, não é possível descolar do sujeito as pressões sociais e de gênero. Portanto, a análise da atuação de Conceição se mostrou complexa nesse sentido.

Tal complexidade de seu percurso já passa a ser expressa no título deste trabalho, fazendo alusão ao nome escolhido por ela para sua autobiografia: “Rua sem fim”. Considerando que nosso objetivo era analisar sua trajetória, entendemos que “caminhando” seria um complemento adequado. Apesar de mostrar certa melancolia, o título de sua obra trazia certo “cansaço”, como aquele gerado ao seguir por uma rua interminável, além do entendimento de que sua narrativa não se encerrava em sua autobiografia.

A referência para o título do nosso trabalho tem como base um momento da vida de Conceição em que estava idosa e fora da política institucional. Ela se debruçara sobre seu passado e suas conquistas e arrependimentos, mas seu olhar era “parcial” acerca da sua atuação. Desse modo, compreendemos que faríamos jus a ela ao investigarmos o que as demais fontes teriam a dizer sobre ela. Entretanto, assim como a personagem, concebemos que esse é um trabalho que não se encerra em si mesmo, abrindo portas e deixando brechas a serem exploradas sob outras perspectivas.

Para compreendermos a trajetória de Costa Neves, utilizamos uma grande quantidade e variedade de fontes que remontam a um período largo de sua atuação política, além de outros capítulos de sua história. No entanto, compreendemos que seria necessário um esforço por nos debruçarmos sobre diversos contextos e circunstâncias, o que nos permitiu compreender sua trajetória de maneira mais global. Não seria possível analisar sua vida na política institucional se não retrocedêssemos às décadas de 1920, 1930 e início da década de 1940, para assim apreendermos como se formou sua imagem política. Mesmo que não tenhamos seguido rigidamente uma linha cronológica, nosso trabalho frequentemente buscou organizar a narrativa respeitando um ciclo de transformações políticas ocorridas na sociedade entre as décadas de 1930 e 1980 – períodos abordados em nosso trabalho pela necessidade de contextualizar as atitudes e ações de Conceição.

Pela ampla gama de temas, contextos e períodos, entendemos que nosso trabalho contribui para a abertura de outros caminhos a serem seguidos em relação aos aqui tratados. Por essa razão, foi necessário realizar alguns recortes, buscando impedir que a análise, mesmo que abrangente, se tornasse superficial. Nesse sentido, focamos nos elementos relacionados à história das relações de gênero e à história política renovada, entendendo que contribuiríamos mais para o conhecimento histórico por meio da análise da participação política de uma deputada em um setor majoritariamente masculino, quando a participação de mulheres na vida institucional do país era muito baixa. Dessa maneira, o nosso recorte principal abrangeu os anos em que a deputada esteve presente na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (1947-1969), a fim de esclarecermos as nuances das pressões de gênero em sua vida, bem como o quanto influenciaram na sua atuação política.

No início desta pesquisa, introduzimos algumas questões que acompanhariam Costa Neves por toda sua trajetória, tais como o tabu em torno do desquite, a “maternidade solo” e a carreira de atriz. O primeiro deles, o desquite, era um recurso utilizado pelas mulheres para encerrar matrimônios, mas não eram todas que tinham a possibilidade de exercê-lo, pois existia uma pressão social pela continuidade do casamento, mesmo que em situações violentas. Eram necessárias uma rede de apoio e força emocional da mulher que decidia colocar fim a um casamento. Apesar da pressão social, ao analisar a trajetória de Conceição, concluímos que os

afetos abordados por ela em sua carreira política superaram os tabus trazidos pelo desquite e pela carreira de atriz. A maternidade, a caridade e o trabalhismo entravam presentes no imaginário social, pois ações de caridade e a valorização dos trabalhadores e seus direitos impactavam positivamente a população mais pobre. Assim, era possível se esquecer do seu passado, que, no imaginário social, não se relacionava à política institucional.

Outro tema do primeiro capítulo foi a questão da construção de sua imagem até se tornar um sujeito público. Conforme mencionamos, a deputada se utilizou do imaginário social acerca da mulher no período, que tinha sofrido mudanças significativas durante a Segunda Guerra Mundial, para mobilizar afetos em seus eleitores. Esses afetos associavam as mulheres às posições de cuidadora, caridosa e maternal por natureza. Durante a Segunda Guerra Mundial, esse tipo de associação serviu para que as mulheres enxergassem profissões dignas e honrosas nas áreas da enfermagem e dos cuidados com a saúde.

Portanto, após a Segunda Guerra Mundial, a saúde pública se tornou uma área de inserção para algumas mulheres que tinham recursos para galgar cargos nesse setor. Conceição exercera a profissão de enfermeira durante a Guerra e foi presidente da Cruz Vermelha Brasileira. Ao ocupar uma posição de destaque na área da saúde pública, compreendemos que o forte imaginário construído acerca da mulher, relacionando-a à caridade e à maternidade, por vezes, como era o caso de Costa Neves, ultrapassavam tabus sociais, no caso da deputada aqueles atrelados ao teatro e ao desquite.

Em sua autobiografia, abordou outros assuntos tabus, em relação aos quais tinha liberdade para falar durante a década de 1980, como a perda de seus primeiros filhos, a maternidade e o luto. O mesmo ocorria no tocante às relações amorosas que teve durante sua vida, sobre as quais não falava abertamente ao longo de sua carreira institucional. Podemos depreender que as relações de gênero influenciavam suas ações de forma significativa durante toda a sua vida. Concluimos que não era possível desvincular a sua participação como profissional, seja na área do teatro ou da política institucional, da sua posição de mulher de classe média em uma sociedade misógina como a do Brasil do século XX.

No segundo capítulo, abordamos o período em que a deputada ingressou na carreira institucional. Nessa parte, buscamos analisar as hostilidades que enfrentou em plenário por ser

mulher e por estar atrelada ao campo da política institucional. Foram diversos os momentos em que ela sofreu com a misoginia e a violência veladas. Para além do campo do simbólico, houve uma ocasião na qual ela sofreu uma agressão física de um deputado em seu gabinete, após uma discussão de teor político. Essas violências impactaram na forma como atuou em sua vida política.

Ainda no segundo capítulo, procuramos traçar o perfil e a trajetória política de Conceição da Costa Neves, cujo mote principal foram os aparentes trânsitos que estabeleceu ao longo da sua carreira política. Nossa questão era saber se ela seguia uma tendência coerente com os contextos políticos nos quais se viu envolvida. Nesse sentido, concluímos que alguns fatores sempre estiveram presentes em sua carreira política e que, apesar das mudanças de partidos e de discurso, esses mesmos fatores sempre permearam suas explicações, ainda que em diferentes intensidades. Dentre eles, temos o anticomunismo, o trabalhismo, o populismo, varguismo e a defesa de tratamentos mais adequados à saúde pública, principalmente em relação à hanseníase. Concluímos assim que a sua fidelidade política se destinava principalmente a esses temas. Mesmo que eles perpassassem, por vezes, alguns elementos progressistas, a deputada sempre se manteve atrelada a correntes políticas à direita ou à posição de centro-direita. Entendemos que a política brasileira não seguia um padrão de “esquerda” ou “direita”, como em moldes europeus, mas essa classificação foi necessária para organizar a análise e entender a que grupo pertencia a personagem.

O varguismo e o trabalhismo varguista são exemplos de movimentos políticos complexos de serem relacionados ao padrão comum de esquerda e direita políticas, pois, apesar de terem gerado ganhos aos direitos dos trabalhadores, perseguiram movimentos sociais e políticos relacionados à esquerda, além de, em vários momentos, apoiarem políticas xenófobas, eugênicas e preconceituosas. Entendemos assim o apelo político do varguismo entre a população, que buscava um caminho para políticas públicas mais favoráveis, que, mesmo sem serem alcançadas por todos, criavam um prisma mais positivo em relação ao direito do trabalho. (FERREIRA, 2005) Portanto, é complexo analisar a vertente política à qual ela estava associada, uma vez que, embora seu campo de atuação fosse relativamente definido, não se pode excluir o fato de que havia certos “trânsitos políticos”. Constatamos que o anticomunismo

foi a vertente que a acompanhou durante toda a sua carreira, pensamento do qual ela nunca abriu mão, mesmo que houvesse se mostrado mais suavizado em certos momentos.

De início, observamos diversos momentos ambíguos em sua trajetória, contudo, ao analisarmos as entrelinhas desses episódios, percebemos que tinham relação com o contexto histórico e assuntos que ela defendia. Dessa maneira, entendemos que no começo de sua carreira política, a deputada enfocou em políticas públicas mais atreladas à construção de sua imagem como uma mulher caridosa, maternal e ligada ao varguismo e ao trabalhismo. Após a morte de Vargas, houve a mudança de partido (passando do PTB para o PSD) e, acompanhando a tendência nacional e internacional, uma elevação do seu discurso contra o comunismo. Em seguida, passou a apoiar o Golpe Civil-Militar de 1964, seguindo tendências partidárias de uma política de direita liberal, porém, ao perceber a perseguição política e que seria desvantajoso para seu apoio público, passou a criticar a Ditadura que se instalara. Portanto, inferimos que nesse momento a Ditadura já começara a se mostrar como o regime autoritário e violento que se revelaria amplamente nos anos posteriores (MOTTA, 2019). Podemos ver a atuação da Ditadura nesse primeiro momento, pois já havia perseguição a vários setores que tinham apoiado o Golpe, com o objetivo de afastá-los do poder. Nesse cenário, Costa Neves estava negociando com as circunstâncias que lhe eram colocadas, vindo a aderir ao MDB em 1966, partido de oposição à ARENA. No entanto, o partido era considerado uma oposição moderada, gerando assim pouco impacto real nas políticas da Ditadura.

No terceiro capítulo, retornamos aos Projetos de Lei, abordando as propostas de Costa Neves, tanto os que foram aprovados quanto os não aprovados. Assim, interpretamos que, diferentemente dos discursos, nossa principal fonte no segundo capítulo, os projetos e leis eram efetivamente as ações de maior impacto que poderia empreender em seu cargo. Nesse capítulo, procuramos entender se ela seguia a linha de seus discursos, muitas vezes acalorados e agressivos, ou suas propostas tinham um tom mais moderado. Também elencamos o impacto que as relações de gênero tinham sobre suas propostas e produção de leis, ou seja, se a deputada se interessava pelas mulheres ao propor leis na qualidade de ser uma mulher. Nesse sentido, nosso objetivo foi entender se durante o seu mandato as questões de gênero influenciavam nas suas decisões. Nossa análise revelou que alguns assuntos se sobressaíam nas proposições de

leis, como a saúde pública, mais relacionado à hanseníase, educação e trabalhismo. As políticas, focadas no trabalhismo, na educação e na saúde pública, se relacionavam às mulheres indiretamente.

Este trabalho permitiu analisarmos diversas situações da vida da personagem. Entre elas, levantamos e abordamos várias questões e problemáticas acerca de sua trajetória política, que frequentemente se cruzou com sua trajetória pessoal, pois a política não está descolada da vida do indivíduo com um todo. Entretanto, considerando a existência de uma multiplicidade de situações, não pudemos abordar todos os pontos de sua trajetória. Os aspectos levantados foram estudados à luz do contexto histórico. Trouxemos a questão da hanseníase e seus tratamentos durante as décadas de 1940, 1950 e 1960, assim como os debates acerca do varguismo e do Golpe Civil-Militar de 1964. Nesse sentido, para que pudéssemos entender a trajetória complexa da personagem, foi necessário analisarmos esses contextos e conectá-los a diversas áreas de conhecimento.

Não há uma produção bibliográfica focada na personagem de Conceição da Costa Neves. Poucos artigos e menções à personagem em textos de outra temática compõem o cabedal bibliográfico sobre ela. Assim, compreendemos que este trabalho traz contribuições para que se inaugurem análises sobre essa figura controversa e importante na política brasileira. Procuramos entender sua atuação no campo político, tanto em um espectro mais micro, restrito ao estado de São Paulo, quanto no âmbito nacional. Por se tratar de um tema praticamente inexplorado, várias outras análises ainda podem ser desenvolvidas, nesse sentido, nosso trabalho representa um primeiro esforço nesse caminho.

Bibliografia

- ❖ ALDÉ, Alessandra; VASCONCELOS Fábio. A comunicação como variável de campanha, Revista Compolítica, v. 2, n. 1, s/p, jan/jun, 2012.
- ❖ ANJOS, Maria de Lourdes Porfírio R. T. dos. A escola nova e seus desdobramentos.
- ❖ ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. Curitiba: Revista de Sociologia Política. Jun/2005.
- ❖ ARENDT, Hannah. A condição humana. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ❖ ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- ❖ ARENDT, Hannah. O que é política? Fragmentos das obras póstumas compilados por Úrsula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ❖ AVELAR, Lúcia. “Participação política da mulher: o conservadorismo feminino”. In: OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de (ORG.) Mulheres: da domesticidade à cidadania. Brasil: Conselho Nacional de Direitos da Mulher, 1987.
- ❖ AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite política brasileira. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- ❖ BADINTER, Elisabeth. Um Amor conquistado: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ❖ BAQUERO, Marcelo; LINHARES, Bianca de Freitas. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. Revista Debates, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 89-114, 2011
- ❖ BEAUVOIR, Simone de. A força da idade. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- ❖ BEAUVOIR, Simone de. A força das coisas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

- ❖ BEAUVOIR, Simone de. Memórias de uma moça bem-comportada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- ❖ BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: A experiência vivida. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2016.
- ❖ BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. 3ª Edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2016.
- ❖ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. A UDN e o Udenismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- ❖ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O Governo Kubitschek (desenvolvimento econômico e estabilidade política). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- ❖ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ❖ BLAY, Eva Alterman e AVELAR, Lúcia (orgs.). 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos. São Paulo: EDUSP, FAPESP, 2017.
- ❖ BLAY, Eva Alterman. As prefeitas: a participação política da mulher no Brasil. São Paulo, Humanitas - CERU/ FFLCH/ USP, 2015.
- ❖ BOHOSLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane. (Orgs.) Pensar as direitas na América Latina. São Paulo: Alameda, 2019.
- ❖ BOITO, Armando. O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- ❖ BORDIEU, Pierre. Le trois états du capital culturel. In: Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, n. 30, nov-1979.
- ❖ BORDIEU, Pierre. O campo político. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, n. 5, jan.-jul., 2011. Pp 193-216.

- ❖ BORDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed., 1998.
- ❖ BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da História Oral. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.
- ❖ BRASILEIRO, D. F.; RAMOS, R. C.; FERRO, B. O.; MARQUES, M. C. C. “O Governo do Estado de São Paulo se interessa pelo teu filho”: o ideal de mãe em São Paulo de 1937 a 1964. Revista eletrônica de História da Enfermagem. 2018; 9 (1):20-34.
- ❖ BRASILEIRO, Danilo Fernandes; RAMOS, Rodrigo Contrera; FERRO, Bianca Oliveira; MARQUES, Maria Cristina da Costa. “O governo do Estado de São Paulo se interessa pelo teu filho”: o ideal de mãe paulista entre 1937 e 1964. História da enfermagem. Revista eletrônica [Internet]. 2018; 9(1): 20-34.
- ❖ BRESCIANI, Maria Stella M. A Mulher e o Espaço Público. In: BRESCIANI, M. S. M.; SAMARA, Eni de M.; LEWKOWICZ, Ida (org.). Jogos da política: Imagens, Representações e Práticas. ANPUH/São Paulo: Marco Zero, 1992.s
- ❖ BURKE, Peter. Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- ❖ BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- ❖ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- ❖ CALIMAN, Auro Augusto, coord. Parlamentares paulistas (1835-2003) I. Título. II. SÃO PAULO (Estado) - Assembleia Legislativa - história. 2004.
- ❖ CAMARGO, Angélica Ricci. O amparo ao teatro durante o governo Vargas: uma discussão sobre a concessão de subvenções (1930-1945). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

- ❖ CANCELLI, Elisabeth. O Brasil e os outros: o poder das ideias. 1ª edição, v.1. Porto Alegre: EDIPUCRS,2012.
- ❖ CANCELLI, Elisabeth. O mundo da violência: a polícia na Era Vargas. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- ❖ CANCELLI, Elisabeth. O poder da polícia e o mundo da prisão na Era Vargas. v.07. Uberlândia: História & Perspectivas, n. jul-dez, 1992, p.47-64.
- ❖ CAPELATO, Maria Helena Rolim. História do Brasil e revisões historiográficas. In: Dossiê – História Política: Problemas e Estudos. Anos 90, Porto Alegre, v. 23, p. 21-37, jul. 2016.
- ❖ CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. Revista de estudos históricos, n. 17, 1996.
- ❖ CARVALHEIRO, José da Rocha; MARQUES, Maria Cristina Costa; MOTA, André. A Construção da Saúde Pública no Brasil no Século XX e Início do Século XXI. In: Rocha, Aristides Almeida; Cesar, Chester Luiz Galvão; Ribeiro, Helena (eds). Saúde pública: bases conceituais [2.ed.]. SÃO PAULO: Atheneu, 2013. p.1-17.
- ❖ CASCIONE, Vicente Fernandes. Crônica aos canalhas – II. A tribuna, São Paulo, 12 de março de 1967.
- ❖ CEZARINO, Viviane Oranges. A resistência na Assembleia Legislativa de São Paulo: como atuaram os deputados estaduais que combateram a ditadura militar. Dissertação de Mestrado. Ciências Sociais – PUC-SP. 2018.
- ❖ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- ❖ CHARTIER, Roger. A mão do autor e a mente do editor. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

- ❖ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. São Paulo: Revista de Estudos Avançados, v. 11. n. 5. 1991.
- ❖ CORDEIRO, Janaína Martins. Direitas em movimento. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- ❖ CUNHA, Maria de Fátima da. Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença. V. 6. Londrina: História e Ensino - Revista do Laboratório de Ensino de História, 2000, p.141-161.
- ❖ CYTRYNOWICZ, Roney. A serviço da pátria: a mobilização das enfermeiras no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Hist. ciênc. saúde-Manguinhos; 7(1): 73-91, jun. 2000.
- ❖ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O PTB de São Paulo: de Vargas a Ivete. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. FGV: Rio de Janeiro, 1988.
- ❖ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo governo Vargas – 1951-1954. Rio de Janeiro: Zahar e Editores, 1982.
- ❖ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. Sindicato, carisma e poder. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- ❖ DE LAURETIS, T. “The Technology of Gender”. IN: Technologies of gender – Essays on Theory, Film and Fiction. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1987.
- ❖ DEL PRIORE, Mary. A história da mulher no Brasil. 4ªed. São Paulo: Contexto, 1994.
- ❖ DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. 10ª edição. São Paulo: Contexto, 2015.
- ❖ DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- ❖ DELGADO, Lucília Neves de Almeida. PTB: Do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

- ❖ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. Revista de História, São Paulo, n.114, p. 31-45, jan/jun., 1983.
- ❖ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ❖ DOSSE, François. O desafio biográfico: escrever uma vida. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- ❖ DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ❖ DUARTE, Adriano Luiz. Cultura popular e cultura política no após-guerra: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-1973.
- ❖ EIDT, Letícia Maria. Breve história da hanseníase: sua expansão do mundo para as Américas, o Brasil e o Rio Grande do Sul e sua trajetória na saúde pública brasileira. Saúde e Sociedade, v.13. nº2, maio-ago. 2004.
- ❖ EVANGELISTA, Marcela Boni. Dilemas da (sobre)vida: o aborto. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017
- ❖ FERREIRA, Adriano de Assis. Teatro Ligeiro e Cômico no Rio de Janeiro: a década de 1930. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- ❖ FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de A. Neves. (orgs.) Coleção O Brasil Republicano - O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Terceira República (1945-1964). Vol. 3. 8ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira. 2019.
- ❖ FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- ❖ FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular: 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ❖ FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro, RJ. Ed. Civilização Brasileira. 2007.
- ❖ FICO, Carlos. O golpe de 64: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- ❖ FIGUEIREDO, M.; ALDÉ, A.; DIAS, H.; JORGE, V. L. Estratégias de persuasão eleitoral. Opinião Pública, Campinas, vol. IV, nº 3, novembro, 1997, p.182-203
- ❖ FIGUEIREDO, Marcus. A decisão do voto, Introdução. In: Revista Compolítica, n. 4, vol. 1, ed. janeiro-julho, ano 2014. Rio de Janeiro: Compolítica, 2014.
- ❖ FILHO, Sidney Aguilar. Educação, autoritarismo e eugenia: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). Tese de Doutorado apresentada à Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2011.
- ❖ FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: O que é autor? Lisboa: Passagens. 1992.
- ❖ FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do Sujeito. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004.
- ❖ FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade do saber. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 6ª Ed, 2017.
- ❖ FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 2: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 3ª Ed, 2017.
- ❖ FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 3: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 15ª Ed, 2017.
- ❖ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. São Paulo: Editora Paz & Terra. 6ª Ed, 2017.

- ❖ FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 42ª ed, 2014.
- ❖ FRANCO, Stella Maris Scatena. Gênero em debate: problemas metodológicos e perspectivas historiográficas. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (org.). História das Américas: fontes e abordagens historiográficas. Humanitas: CAPES. São Paulo, 2015.
- ❖ FRANCO, Stella Maris Scatena. Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- ❖ FRANCO, Stella Maris Scatena. Viagens e relatos: representações e materialidade nos périplos de latino-americanos pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX. São Paulo: Intermeios, 2018.
- ❖ FRANCO, Stella Maris Scatena. Viagens e relatos: representações e materialidades dos périplos latino-americanos pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX. USP - Programa de Pós-graduação em História Social, 2018. Coleção Entre(H)istória. São Paulo: Intermeios, 2018.
- ❖ FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista. Estudos Feministas, Florianópolis, 15(2), maio-agosto/2007.
- ❖ Frederico, Celso. O jovem boal e a censura ontem e hoje. Revista comunicação & educação. Ano XXI, n2, jul./dez. – 2016.
- ❖ FREDERICO, Celso. O jovem boal e a censura ontem e hoje. Revista comunicação & educação. Ano XXI, n2, jul./dez. – 2016.
- ❖ GAY, Peter. O Cultivo do Ódio: a experiência da burguesia da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ❖ GILLIGAN, C. In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development. Cambridge: Harvard, 1982.

- ❖ GILLIGAN, C. Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- ❖ GOMES, Angela de Castro (Coord.). Olhando para dentro: 1930-1964. Coleção: História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- ❖ GOMES, Angela de Castro (Org.). Escrita de si, escrita da história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ❖ GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- ❖ GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. V.1, n. 2. Rio de Janeiro: Tempo, 1996.
- ❖ GOMES, Angela de Castro. Org. FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.
- ❖ HAKIM, Catherine. Capital Erótico – Pessoas atraentes são mais bem sucedidas – a Ciência garante. Editora Best Business. 2012.
- ❖ HIPOLITO, Lúcia. De raposas a reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ❖ HOCHMAN, Gilberto. ‘O Brasil não é só doença’: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. Dossiê Sanitarismo e Interpretações do Brasil. Hist. cienc. saude-Manguinhos 16 (supl. 1), Jul, 2009.
- ❖ HOLANDA, HELOISA B. (org.) Pensamento feminista. Conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- ❖ ILSL – Instituto Lauro Souza e Lima. Documentação pessoal da deputada Conceição da Costa Neves. Bauru, SP.

- ❖ JESUS, Maria Carolina de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.
- ❖ Jornal O estado de São Paulo. Faleceu Fontenelle. São Paulo, 9 de julho de 1967.
- ❖ JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: JUNQUEIRA, Mary Anne e FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). Cadernos de seminários de pesquisa. V. II. São Paulo: USP/FFLCH; Editora Humanitas, 2011.
- ❖ KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.
- ❖ KOSELLECK, Reinhart; MEIER, C.; GÜNTHER, H. e ENGELS, O. (Orgs.). O conceito de história. 1ªed. Belo horizonte: Autêntica editora, 2016.
- ❖ LAIA, Maria Aparecida de. Alcance e limites na produção legislativa das mulheres parlamentares paulistas. 2011. Monografia. Curso de pós-graduação em gestão pública legislativa. EACH- USP.
- ❖ LEANDRO, José Augusto. Em prol do sacrifício do isolamento: lepra e filantropia na Argentina e no Brasil,1930-1946. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.3, jul.-set. 2013, p.913-938.
- ❖ LEITE, Miriam L. Moreira. Livros de Viagem. São Paulo: Edusp, 1997.
- ❖ LEOGRANDE, William. Anger, Anti-Americanism, and the Break in U.S-Cuban Relations. Diplomatic History, 2016, 491-514.
- ❖ LEÓN, Magdalena. (org.) Mujeres y participacion politica. Avances y desafios em America Latina. Santafé de Bogotá, Colombia: TM Editores. 1994.
- ❖ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: Rémond, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- ❖ LEVY, Maria Stella Ferreira. A escolha do cônjuge. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 117-133, jan./jun. 2009.
- ❖ LIMA, Juliana Macedo de. Democracia no Brasil e participação das mulheres na política: algumas barreiras para o desenvolvimento democrático. I Seminário Internacional de Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, set. 2015.
- ❖ LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2):313-332, 2000.
- ❖ LORIGA, Sabina. O pequeno x: da biografia à história. Belo horizonte: Autêntica, 201.
- ❖ LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014
- ❖ MACIEL, Laurinda Rosa. Em proveito dos sãos, perde o lázaro a Liberdade: uma história das políticas públicas à lepra do Brasil (1941-1962). Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- ❖ MANZANO, Valeria. Sex, gender and the making of the “enemy within” in cold war Argentina. *Journal of Latin American Studies*, 2019, 47 (1), pp 1-29.
- ❖ MARCELINO, Douglas Attila. “Pátria, família e religião. Quando moral e política se misturam. In: _____. Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura dos livros e diversões públicas nos anos 1970. Dissertação de Mestrado. PPG História Social – IFCS/UFRJ, 2006. pp. 224-276.
- ❖ MARTINS FILHO, João Roberto. (Org.) O golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2014.
- ❖ MARTINS, Joyce Miranda Leão & CHAIA, Vera. A mãe, a guerreira e a herdeira: a construção da liderança política nas difusas fronteiras entre o público e o privado.

Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.13, n.39, p. 21-42, out. 2020-jan.2021.

- ❖ MARTINS, Joyce Miranda Leão. A disputa pela presidência e a hipótese do capital emotivo: imagens e discursos em candidaturas de mulheres no Brasil. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 23-45, 2019a.
- ❖ MARTINS, Joyce Miranda Leão. Imagens do gênero nas disputas pelo poder na América Latina. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019b.
- ❖ MARZLIAK, MLC; SILVA, RCP; NOGUEIRA, W; GUIARD, CL; FERREIRA, ME; METELLO, HN, LAFRATTA, TE; MOHALLEM, DF, CLEMENTE, TMG; MACEDO, HR. Breve histórico sobre os rumos do controle da Hanseníase no Brasil e no Estado de São Paulo. Hansen Int. 2008 33(2). Suppl. 1 p. 39-44.
- ❖ MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. Mulheres e poder: histórias ideias e indicadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- ❖ MONTEIRO, Yara Nogueira (org.). História da hanseníase no Brasil: silêncios e segregação. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ❖ MONTEIRO, Yara Nogueira. Hanseníase: história e poder no Estado de São Paulo. Hansen. Int.; 12(1): 1-7, jun. 1987.
- ❖ MOTA, André e MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. (orgs.). Eugenia e História: Ciência, Educação e Regionalidades. Coleção Medicina, Saúde & História. Vol. IV. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013.
- ❖ MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). Florianópolis: Cadernos Pagu (16) 2001: pp. 199-234.
- ❖ MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). Culturas Políticas na História: Novos Estudos. 2ªed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

- ❖ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A estratégia de acomodação na ditadura brasileira e a influência da cultura política. In: As universidades e o regime militar: modernização autoritária e cultura política brasileira, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2014.
- ❖ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. v. 1. pp. 48-65.
- ❖ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: Culturas Políticas na História: novos estudos. Belo horizonte: Argumentum, 2009.
- ❖ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- ❖ MOTTA, Rodrigo, RIDENTI, M. et all. (orgs.). O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois. Bauru: Edusc, 2004.
- ❖ MUAZE, Mariana. Memórias da Viscondessa. Família e poder no Brasil Império. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 2008.
- ❖ MULVEY, Laura. Visual pleasure and narrative cinema. In: Durham, Meenakshi Gigi & Kellner, Douglas M. Media and cultural studies: keywords. Malden: Blackwell publishing, 2006. p. 342-352.
- ❖ NAPOLITANO, Marcos e FRANCO, Stella Maris Scatena. Política e Sociedade na História do Brasil Contemporâneo. Revista Estudios del ISHIR – Unidad Ejecutora en del ISHIR – CONICET, Argentina, Año 8, Número 20, 2018.
- ❖ NAPOLITANO, Marcos. 1964 – História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.
- ❖ NAZÁRIO, Diva Nolf. Voto feminino e feminismo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

- ❖ NEVES, Conceição da Costa. Na esquina do mundo: poemas. Livros de Portugal. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda, 1970.
- ❖ NEVES, Conceição da Costa. Na praça da vida: poemas. São Paulo: Martins, 1976.
- ❖ NEVES, Conceição da Costa. Rua sem fim: autobiografia. São Paulo: Editora das Américas, 1984.
- ❖ OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008, pp. 305-332.
- ❖ OPROMOLLA, Paula Araújo & LAURENTI, Ruy. Controle da Hanseníase no Estado de São Paulo: análise histórica. Revista de Saúde Pública, 2011; 45(1):195-203.
- ❖ PEDRO, Joana Maria & SOIHET, Rachel. A emergência da pesquisa de História das Mulheres e das Relações de Gênero. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.27, nº 54, p. 281-300, 2007.
- ❖ PEDRO, Joana Maria. Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe; papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis -1880-1920. 1992. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. Acesso em: 18 set. 2022.
- ❖ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica.v.24, n.1. São Paulo: Revista História, 2005.
- ❖ PEREIRA, Victor Hugo Adler. Modernidade e conflito: o teatro de Nelson Rodrigues. Simpósio Nacional de História - 2007. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV. 2007.
- ❖ PERROT, Michelle. Mulheres públicas. São Paulo: UNESP,1998.
- ❖ PERROT, Michelle. Os Excluídos da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1988.

- ❖ PINTO, Céli Regina Jardim. Elas não ficaram em casa: As primeiras mulheres deputadas na década de 1950 no Brasil. v.33, n.62. Belo Horizonte: Revista Varia História, mai./ago. de 2017, p.459- 490.
- ❖ PINTO, Céli Regina Jardim. Uma mulher “recatada”: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). v. 15, n.29. Rio de Janeiro: Topoi, jul./dez de2014.
- ❖ PORTO, Carla Lisboa. Conceição Santamaria: elementos biográficos na construção de um discurso pelo jornal O Estado de São Paulo. Patrimônio e Memória. Unesp. São Paulo. V. 12, n.1. 2016.
- ❖ PORTO, Carla Lisboa. Memórias da exclusão: narrativas de ex-portadores do mal de Hansen na cidade de Bauru (1945-1969). Jundiaí: Paco Editorial, 2018.
- ❖ PRATT, Mary Louise. Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.
- ❖ PRATT, Mary Louise. Os olhos do império. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.
- ❖ RAGO, Margareth L. A Mulher na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia L. (org.) Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1994.
- ❖ RAGO, Margareth L. Do Cabaré ao lar – A Utopia da Cidade Disciplinar – 1880/1930. Rio de Janeiro: Paz eTerra, 1985.
- ❖ RAGO, Margareth L. Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global. Labrys, estudos feministas, nº3, janeiro/julho de 2003. Disponível em: <www.labrys.net.br>.
- ❖ RAGO, Margareth L. Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol e OLIVEIRA, Suely (org.). A mulher brasileira no espaço público e privado. São Paulo: Perseu Ábramo, 2004.

- ❖ RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível: estética e política. São Paulo, EXO / Ed. 34, 2005.
- ❖ RANCIÈRE, Jacques. O inconsciente estético. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- ❖ REIS FILHO, Daniel Aarão e Pedro de Moraes. 68, a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- ❖ REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- ❖ REIS, Eliana de Jesus. O parlamento paulista e a questão educacional: uma análise do discurso de Chiquinha Rodrigues. Dissertação de Mestrado apresentada Faculdade de Educação, História Política e Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.
- ❖ Rémond, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ❖ RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- ❖ ROSA, Suzel Oliveira da. Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; FAPESP, 2013.
- ❖ SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ªed ver. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- ❖ SANTANA, Ines Helena Batista de; RIOS, Luis Felipe & MENEZES, Jaileila de Araújo. Genealogia do desquite no Brasil. Psicologia Política. vol. 17. nº 39. p. 340-350. mai. – ago. 2017.
- ❖ SANTOS, Luiz Antonio de Castro. Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

- ❖ SÃO PAULO (Estado) - Assembleia Legislativa - história. 2. Parlamentares paulistas (1835-2003) I. Título. II. Caliman, Auro Augusto, coord. 1998.
- ❖ SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Anais das Sessões Ordinárias e Extraordinárias de 1948 a 1969. São Paulo, Imprensa Oficial, s. d.
- ❖ SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Informativo da Divisão Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Ano III, n.10, jan/fev de 2017.
- ❖ SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Livro de registro de legislaturas. São Paulo. Livro da 1ª legislatura. 1947.
- ❖ SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Revista da Divisão Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. V.2, 2º sem. 2004.
- ❖ SCHUMAHER, Schuma e CEVA, Antonia. Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
- ❖ SCOTT, Joan Walach. Cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.
- ❖ SCOTT, Joan Walach. Gender and the Politics of History Gender and Culture. Nova York: Columbia University Press, 1999.
- ❖ SCOTT, Joan Walach. Género y política. México: FCE, 2008.
- ❖ SCOTT, Joan Walach. Género: uma categoria útil de análise histórica. Vol.20, nº2. Porto Alegre: Educação & Realidade, jul./dez. 1995.
- ❖ SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

- ❖ SILVA, Elisandra Gasparini. O controle da Hanseníase em São Paulo: Departamento de Profilaxia de Lepra (1930-1969). Dissertação de Mestrado em História apresentada a Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- ❖ SILVA, Júlio Cláudio da. Relações raciais, gênero e memória: a trajetória de Ruth de Souza entre o Teatro Experimental do Negro e o Karamu House (1945-1952). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense da Professora Doutora Hebe Mattos, como requisito parcial para obtenção do título de doutor. Niterói, 2011.
- ❖ SILVA, N. S. R. Caminhando por uma rua sem fim - Trajetória política da deputada Conceição da Costa Neves na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo - 1947-1969. In: PELEGRINELLI, A. L. M.; BONAVENTURA, I.; MOREIRA, V. V.; Seminário do Programa de Pós-Graduação em História Social: Linhas de Pesquisa 2020, São Paulo. Caderno de resumos - Seminário do Programa de Pós-Graduação em História Social: Linhas de Pesquisa 2020. São Paulo, 2020.
- ❖ SILVA, Nicole Soares Ricardo da. As relações de gênero e a produção legislativa: o caso de Conceição da Costa Neves. In: V Encontro Nacional do GT de Estudos de Gênero da ANPUH/BRASIL. Gênero e colonialidade nos 200 anos de Brasil (in)dependente. Anais eletrônicos. Montes Claros - MG. Nov, 2022.
- ❖ SILVA, Nicole Soares Ricardo da. Mulheres na política em São Paulo – Deputada Conceição da Costa Neves. In: EVANGELISTA, Marcela Boni; SILVA, Cleonice Elias da; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado (orgs.). História de mulheres: entre lutas políticas e subjetividades. 1ªed. Rio de Janeiro: Ape’Ku Editora e Produtora Ltda, 2020.
- ❖ SILVA, Renata Bastos da. Caio Prado Júnior na Política, 1947-1948. 2012. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- ❖ SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. V. 8, n. 1, Vitória da Conquista: Politeia: Hist. e Soc., 2008, p. 223-231.

- ❖ SIMÕES, Solange de Deus. Deus, Pátria e Família: as mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ❖ SIQUEIRA, Elcio. Melhores que o patrão: a luta pela congestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963). 2009. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- ❖ SOIHET, Rachel & COSTA, Suely. (2016). Tutela e devir das mulheres no espaço público. La Manzana de la Discordia. Vol. 6 Núm. 2 (2011).
- ❖ SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. Campinas: Cadernos Pagu, janeiro-junho de 2013.
- ❖ SOIHET, Rachel; SOARES, Rosana M. A.; COSTA, Suely Gomes. História das mulheres. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia. V. 2, nº1. Niterói: Revista Gênero, 2º sem. 2001.
- ❖ SOUZA, Miliandre Garcia de. “Ou vocês mudam, ou acabam.”: Teatro e censura na Ditadura Militar (1964-1985). Tese de Doutorado da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008.
- ❖ SOUZA, Miliandre Garcia de. Da resistência à desobediência. Augusto Boal e a I Feira Paulista de Opinião (1968). Varia História, Belo Horizonte, vol. 32, n.59, p.357-398, mai./ago. 2016.
- ❖ SOUZA, Rosa Fátima. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 127-143, jul./dez. 1999.
- ❖ TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. Revista Brasileira de Educação. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 39 set./dez. 2008.
- ❖ TÔRRES, Raquel Mundim. Transpondo a Cortina de Ferro: relatos de viagem de brasileiros à União Soviética durante a Guerra Fria (1951-1963). Tese (Doutorado em

História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2019.

- ❖ VEIGA, Cynthia Greive. Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 39 set./dez. 2008.
- ❖ VERZOLLA, Beatriz Porto Lopes e MOTA, André. Representações do discurso médico-eugênico sobre a descendência: a eugenia mendelista nas teses doutorais da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo na década de 1920. *Saúde Soc. São Paulo*, v. 26, n. 3, p. 612-625, 2017.
- ❖ WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas. 1ª ed, 2014.
- ❖ WRIGHT, Jaime e ARNS, Paulo Evaristo (Coord.) *Relatório do projeto Brasil Nunca Mais*. Conselho Nacional de Igrejas e Arquidiocese de São Paulo. BNM 221. São Paulo, 2016.
- ❖ YOUNG, Iris. *Representação política, identidade e minorias*. São Paulo: Lua nova, 2006. Do original *Inclusion and democracy*, 2000.

Anexo I – Leis³⁰⁸

Anexo 1.1 – Leis e ementas – área de educação.

- Lei nº 164, de 30/09/1948 - Dispõe sobre a forma de provimento dos cargos docentes no magistério secundário e normal, nos estabelecimentos mantidos pelo estado.
- Lei nº 196, de 27/11/1948 - Dispõe sobre concurso de remoção e ingresso ao magistério secundário e normal.
- Lei nº 586, de 30/12/1949 - Concede auxílio de Cr\$ 200.000,00 ao instituto brasileiro de filosofia (seção de São Paulo) para realização do I Congresso Brasileiro de Filosofia a realizar-se nesta capital.
- Lei nº 547, de 22/12/1949 - Estende às professoras secundárias, casadas com servidores das estradas de ferro do estado, os benefícios da lei nº 497, de 1949.
- Lei nº 545, de 20/12/1949 - Dispõe sobre validade dos concursos de ingresso ao magistério secundário e normal
- Lei nº 502, de 10/11/1949 - Determina não sejam relacionados como vagas, no concurso de remoção do magistério secundário e normal, realizável em 1949, os cargos de professores secundários, ocupados interinamente por candidatos aprovados no 1º concurso.
- Lei nº 493, de 28/10/1949 - Assegura nomeação interina nas vagas existentes no magistério secundário e normal aos candidatos habilitados e não classificados no concurso realizado nos termos da lei 164, de 30/09/1948.
- Lei nº 308, de 21/06/1949 - Revoga o artigo 12 da lei 196, de 27/11/1948, na parte referente ao sobrestamento da realização de concursos para provimento de cargos de professor secundário da cadeira de trabalhos manuais dos ginásios do estado.

³⁰⁸ As leis, projetos, ementas e o texto na íntegra estão disponíveis em: <https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

- Lei nº 364, de 25/07/1949 - Cessão, pelo estado, de salas de aula de grupos escolares, para funcionamento, em período noturno, dos cursos da -universidade do ar-, mantida pelo serviço nacional de aprendizagem comercial.
- Lei nº 280, de 07/05/1949 - Dispõe sobre preferência para preenchimento dos cargos de professores do ensino secundário e normal, referidos na letra -b-
- Lei nº 586, de 30/12/1949 - Concede auxílio de Cr\$ 200.000,00 ao Instituto Brasileiro de Filosofia (seção de São Paulo) para realização do i congresso brasileiro de filosofia a realizar-se nesta capital.
- Lei nº 781, de 29/08/1950 - Veda as permutas entre professores primários, diretores de grupos escolares e inspetores escolares.
- Lei nº 764, de 22/08/1950 - Dá a denominação de Escola e Ginásio Estadual - Osvaldo Cruz - à Escola Normal e Ginásio Estadual de Cruzeiro.
- Lei nº 644, de 24/02/1950 - Assegura o provimento interino nas vagas existentes aos candidatos, não classificados, no concurso de ingresso no magistério industrial e agrícola.
- Lei nº 636, de 09/02/1950 - Equipara, aos titulares da carreira de artífice, das escolas industriais do estado, o horário de trabalho e regime de férias dos contramestres.
- Lei nº 781, de 29/08/1950 - Veda as permutas entre professores primários, diretores de grupos escolares e inspetores escolares.
- Lei nº 724, de 05/06/1950 - Concede auxílio de Cr\$ 300.000,00 ao círculo operário de vila prudente, para construção e instalação da Escola Dom José Gaspar.
- Lei nº 1.435, de 24/12/1951 - Denomina - trabalhos manuais - a disciplina de - artes industriais e domésticas -, componente da 4ª seção do Curso de Formação Profissional do Professor das Escolas Normais.
- Lei nº 1.432, de 24/12/1951 - A desanexação de classes de grupos escolares para constituírem curso de aplicação de escolas normais estaduais, não alterará o cálculo de pontos para os diretores.
- Lei nº 1.253, de 30/10/1951 - Dispõe sobre denominação de Escola Normal de Santa Rita do Passa Quatro.

- Lei nº 1.059, de 12/06/1951 - Inclui nos concursos de ingresso ao magistério secundário e normal a cadeira de trabalhos manuais dos ginásios.
- Lei nº 994, de 10/04/1951 - Dá nova redação à letra -b- do § 5º do art. 7º da lei 240, de 1949 (concurso de remoção no magistério primário).
- Lei nº 1.036, de 23/05/1951 - Concede auxílio de cr\$ 50.000,00 ao I.D.O.R.T., destinado à realização, na capital, do I Congresso de Organização Científica.
- Lei nº 1.007, de 08/05/1951 - Cria um grupo escolar na Vila de Buenos Aires, município da capital.
- Lei nº 2.246, de 11/08/1953 - Cria um ginásio na cidade de Cândido Mota.
- Lei nº 2.467, de 30/12/1953 - Dispõe sobre o agrupamento em categorias de grupos escolares para efeito de permuta de diretorias.
- Lei nº 2.785, de 18/11/1954 - Possibilita, aos portadores de diploma ou certificado de conclusão de Curso de Filosofia de seminário de nível equivalente a curso superior, a inscrição no próximo concurso de ingresso ao magistério secundário e normal.
- Lei nº 2.785, de 18/11/1954 - Possibilita, aos portadores de diploma ou certificado de conclusão de Curso de Filosofia de seminário de nível equivalente a curso superior, a inscrição no próximo concurso de ingresso ao magistério secundário e normal.
- Lei nº 2.857, de 10/12/1954 - Dispõe sobre concursos de remoção do magistério industrial.
- Lei nº 2.898, de 23/12/1954 - Dispõe sobre concessão de preferência para matrícula nos estabelecimentos do ensino elementar ou médio mantidos pelo Estado.
- Lei nº 2.586, de 14/01/1954 - Cria um ginásio estadual na cidade de Guarulhos.
- Lei nº 2.539, de 13/01/1954 - Cria um ginásio na cidade Bocaina.
- Lei nº 3.128, de 26/08/1955 - Dispõe sobre matrícula de casos que especifica, em estabelecimentos de ensino.
- Lei nº 3.336, de 04/01/1956 - Dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n. 2.785, de 18 de novembro de 1954.
- Lei nº 4.218, de 08/10/1957 - Dispõe sobre aquisição de imóvel, por doação, em Valinhos.

- Lei nº 4.106, de 05/09/1957 - Cria um grupo escolar no bairro de Vila Carmem, município de Cachoeira Paulista.
- Lei nº 3.961, de 24/07/1957 - Declara de utilidade pública a fundação Anita Pastore D'Angelo com sede nesta capital.
- Lei nº 3.932, de 03/07/1957 - Dispõe sobre concurso de ingresso ao magistério secundário e normal.
- Lei nº 3.695, de 02/01/1957 - Denomina - Dr. Francisco Borges Vieira- ao Grupo Escolar de Vila Alpina, nesta capital.
- Lei nº 4.953, de 18/11/1958 - Denomina - Visconde de Mauá- à Escola Industrial de Cruzeiro.
- Lei nº 4.913, de 11/11/1958 - Denomina - Prof. Júlia de Macedo Pantoja- ao Grupo Escolar do Parque Sevilha, Vila Prudente, desta capital.
- Lei nº 5.789, de 03/08/1960 - Cria uma escola industrial em Guarulhos.
- Lei nº 5.627, de 05/05/1960 - Denomina - Águia de Haia - ao Grupo Escolar de Bastos.
- Lei nº 5.614, de 03/05/1960 - Declara de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico Guarujá - Bertioga, com sede em Guarujá.
- Lei nº 6.042, de 16/01/1961 - Altera a composição do Conselho das Instituições de Pesquisas do Estado e dá outras providências .1961
- Lei nº 7.603, de 05/12/1962 - Cria Escola Técnica Industrial em São José do Rio Pardo.
- Lei nº 7.279, de 26/10/1962 - Declara de utilidade pública a Associação Riopardense Pró Bolsa de Estudos de São José do Rio Pardo, em São José do Rio Pardo.
- Lei nº 7.170, de 17/10/1962 - Dispõe sobre a concessão de prêmios a cientistas brasileiros que especifica e dá outras providências.
- Lei nº 6.881, de 27/08/1962 - Dispõe sobre aposentadoria dos professores de ensino de grau médio.
- Lei nº 6.861, de 09/08/1962 - Assegura aos membros da Magistratura a aposentadoria com vencimentos integrais, aos 25 (vinte e cinco) anos de função pública.

- Lei nº 6.809, de 08/06/1962 - Assegura às professoras do ensino normal, casadas com funcionário estável do Banco do Estado de São Paulo S.A., o direito de remoção por união de cônjuges e dá outras providências.
- Lei nº 7.679, de 09/01/1963 - Denomina - D. Cyrene de Oliveira Laet - o Grupo Escolar de Jaçanã, nesta capital.
- Lei nº 9.405, de 07/06/1966 - Declara de utilidade pública a organização civil de ensino, de Taubaté.
- Lei nº 10.286, de 08/11/1968 - Dá denominação ao 2º Grupo Escolar do bairro dos FONSECAS nesta Capital.

Anexo 1.2 - Leis e ementas – área da saúde

- Lei nº 530, de 09/12/1949 - Dispõe sobre criação de 12 postos de saúde, subordinados ao Departamento de Profilaxia da Lepra.
- Lei nº 520, de 01/12/1949 - Modifica a denominação de leprocômios do estado de São Paulo, para sanatórios.
- Lei nº 456, de 22/09/1949 - Concede auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 à Liga Paulista contra Tuberculose, com sede nesta capital.
- Lei nº 316, de 06/07/1949 - Concede anualmente duas bolsas de estudos a funcionários técnicos da Seção de Higiene Mental Escolar da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar.
- Lei nº 770, de 24/08/1950 - Concede auxílio de CR\$ 1.000.000,00 ao sanatório São Vicente de Paulo, de Campos do Jordão.
- Lei nº 864, de 28/11/1950 - Concede auxílio de CR\$ 50.000,00 à Associação Brasileira de enfermeiras diplomadas.
- Lei nº 634, de 06/02/1950 - Concede auxílio de CR\$ 500.000,00 à associação paulista de assistência aos doentes da lepra, para incremento de suas atividades.
- Lei nº 1.356, de 14/12/1951 - Retifica para Sociedade Espírita Santo Agostinho do Sanatório Pirapitingui, os nomes das entidades beneficiadas pelos itens 31 da lei 971 e 1154 e 1539 da lei 955 (auxílios).

- Lei nº 1.045, de 30/05/1951 - Dispõe sobre nomeação de doentes com alta hospitalar, para o exercício interino de cargos públicos.
- Lei nº 992, de 02/04/1951 - Altera a redação do art. 1º do Decreto-lei 15.020, de 1945 (isenção de impostos estaduais sobre propriedades rurais de valor não excedente a Cr\$ 100.000,00, para hansenianos pobres internados em leprocômios do estado).
- Lei nº 2.463, de 30/12/1953 - Dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n. 2.191, de 29 de julho de 1953. (Dispõe sobre abertura de um crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à instalação, no interior do Estado, de Delegacia Regionais, Dispensário e Postos do Departamento de Profilaxia da Lepra)
- Lei nº 2.152, de 30/06/1953 - Denomina -dr. Jair Miranda- ao Grupo Escolar do sanatório Padre Bento.
- Lei nº 2.136, de 28/05/1953 - Declara de utilidade pública a Associação dos Educadores Sanitários, com sede nesta capital.
- Lei nº 2.338, de 20/10/1953 - Dispõe sobre instituição de bolsas de estudo no Departamento de Profilaxia da Lepra.
- Lei nº 2.315, de 06/10/1953 - Dispõe sobre abertura de um crédito especial de CR\$ 5.000.000,00 - a ser realizada., pelo departamento de profilaxia da lepra, uma campanha relativa a essa moléstia e aos meios de evitá-la.
- Lei nº 2.191, de 29/07/1953 - Dispõe sobre abertura de um crédito especial de CR\$ 20.000.000,00, destinado à instalação, no interior do Estado, de Delegacia Regionais, Dispensário e Postos do Departamento de Profilaxia da Lepra.
- Lei nº 2.665, de 10/03/1954 - Concede pensões mensais na importância de Cr\$ 1.500,00 cada uma a egressos de Sanatórios.
- Lei nº 2.566, de 14/01/1954 - Concede auxílio de Cr\$ 100.000,00 a secretaria de saúde de São Paulo da associação brasileira de enfermeiros diplomados, para representação no x congresso internacional de enfermagem, em Petrópolis de 12 à 18/07/1953.
- Lei nº 3.162, de 28/09/1955 - Dispõe sobre concessão de auxílio à Associação de Santa Teresinha, desta Capital.
- Lei nº 3.080, de 02/08/1955 - Dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n. 316, de 6 de julho de 1949.

- Lei nº 3.350, de 16/04/1956 - Dispõe sobre resgate de Letras pelo Tesouro do Estado.
- Lei nº 3.335, de 04/01/1956 - Dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado à campanha a ser realizada pelo Departamento de Profilaxia da Lepra.
- Lei nº 3.717, de 07/01/1957 - Concede pensões de Cr\$ 1.500,00 mensais, aos beneficiários que especifica e dá outras providências.
- Lei nº 3.827, de 22/02/1957 - Dá nova redação aos artigos 2º, 3º e 4º da Lei n. 3.717, de 7 de janeiro de 1957.
- Lei nº 3.960, de 24/07/1957 - Altera itens das leis de auxílios nº 2122 e nº 2482.
- Lei nº 4.007, de 16/08/1957 - Declara de utilidade pública o Serviço de Assistência Social (s.a.s.), com sede em São João da Boa Vista.
- Lei nº 3.717, de 07/01/1957 - Concede pensões de Cr\$ 1.500,00 mensais, aos beneficiários que especifica e dá outras providências.
- Lei nº 3.827, de 22/02/1957 - Dá nova redação aos artigos 2º, 3º e 4º da Lei n. 3.717, de 7 de janeiro de 1957.
- Lei nº 4.767, de 12/08/1958 - Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Enfermeiras, com sede no distrito federal.
- Lei nº 5.283, de 15/01/1959 - Concede pensões a egressos e fichados no Departamento de Profilaxia da Lepra.
- Lei nº 5.590, de 28/01/1960 - Concede pensões a egressos e fichados no Departamento de Profilaxia da Lepra, que especifica.
- Lei nº 5.732, de 25/06/1960 - Declara de utilidade pública o Instituto Santa Terezinha, denominado também, Instituto Santa Terezinha para surdos-mudos, com sede nesta capital.
- Lei nº 5.485, de 11/01/1960 - Declara de utilidade pública a Associação dos Dispensaristas do estado de São Paulo.
- Lei nº 6.002, de 30/12/1960 - Concede pensões mensais, intransferíveis, aos beneficiários que indica.
- Lei nº 6.189, de 16/08/1961 - Dispõe sobre prazo para incorporação da gratificação por risco de vida ou saúde.

- Lei nº 7.313, de 29/10/1962 - Passa a denominar-se -instituto educacional Padre Bento Dias Pacheco - o atual Sanatório Padre Bento.
- Lei nº 7.207, de 24/10/1962 - Declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, de Itapetininga.
- Lei nº 6.722, de 10/01/1962 - Dispõe sobre a concessão de pensões aos beneficiários que especifica.
- Lei nº 7.540, de 27/11/1962 - Dispõe sobre provimento de cargos de Diretor, lotados em Grupo Escolar de Sanatórios de tratamento e cura do mal de Hansen.
- Lei nº 7.662, de 04/01/1963 - Dispõe sobre concessão de pensões a egressos e fichados no Departamento de Profilaxia da Lepra, que especifica.
- Lei nº 7.974, de 17/09/1963 - Institui o dia 11 de junho o Dia do Educador Sanitário.
- Lei nº 8.424, de 25/11/1964 - Dispõe sobre nomeação de egressos de hospitais de lepra como extranumerários mensalistas.
- Lei nº 8.605, de 11/01/1965 - Declara de utilidade pública o Centro Beneficente Português -Nossa Senhora de Fátima-, de Utinga, em Santo André.
- Lei nº 9.424, de 07/06/1966 - Declara de utilidade pública a Federação de Obras Sociais, desta capital.
- Lei nº 10.287, de 11/11/1968 - Assegura direito à percepção de pensão mensal do IPESP à irmã e à filha inválidas de contribuinte, nas condições que especifica.
- Lei nº 10.177, de 23/07/1968 - Dispõe sobre a modificação da denominação do Departamento de Profilaxia da Lepra, da Secretaria da Saúde Pública.

Anexo 1.3 - Leis e ementas – área do trabalhismo

- Lei nº 473, de 03/10/1949 - Autoriza a Secretaria da Agricultura, ceder por empréstimo às cooperativas organizadas por pequenos produtores rurais, tratores e outras máquinas agrícolas.

- Lei nº 546, de 20/12/1949 - Admissão de mensalistas provisórios, no primeiro concurso que se realizará no regime da lei 262, de 1949, para provimento de vagas existentes na classe inicial da carreira de escrivão de polícia.
- Lei nº 702, de 13/05/1950 - Os funcionários bacharéis, da carreira de investigador e outras (art. 1º da lei 262) ficam dispensados da exigência do inciso VII do art. 4º da lei 199 (delegados), de 1º/12/48.
- Lei nº 697, de 05/05/1950 - Os funcionários que até 18/03/1949, exerciam funções de investigador, ficam dispensados das exigências dos incisos II e VII do art. 2º da lei 262, para efeito de inscrição em concurso de ingresso na carreira de investigador.
- Lei nº 608, de 02/01/1950 - Dispõe sobre contagem de tempo de serviço prestado à guarda civil de São Paulo, pelos atuais inspetores e guardas de policiamento.
- Lei nº 1.542, de 28/12/1951 - Altera a redação do art. 16 da lei nº 588, de 31/12/49 - a nomeação para cargo de inspetor de polícia e a promoção para última classe da carreira de investigador de polícia depende de certificado do curso de aperfeiçoamento.
- Lei nº 1.524, de 28/12/1951 - Estende aos inativos civis e militares do estado e aos servidores aposentados das autarquias e das estradas de ferro de propriedade e administração estadual, o direito ao salário-família. (previsto na lei 201).
- Lei nº 1.383, de 17/12/1951 - Integra na carreira do perito criminal da tabela III da PP. do quadro da Secretaria de Segurança Pública, os cargos de perito criminalístico, da tabela I da P. S. do mesmo quadro.
- Lei nº 1.225, de 16/10/1951 - Dá nova redação ao item i do art. 2º da lei 262, de 16/03/49 (que estabelece como uma das condições para inscrição ao concurso de ingresso à carreira de investigador, ser do sexo masculino e brasileiro).
- Lei nº 1.158, de 26/07/1951 - Dispõe sobre promoção de delegados de polícia, após 1 ano de efetivo exercício na classe.
- Lei nº 1.093, de 26/06/1951 - Dá nova redação ao item II do art. 19 da lei 199, de 1º/12/48 (não poderá ser promovido o delegado que não tenha o interstício de um ano de efetivo exercício na classe).
- Lei nº 2.776, de 17/11/1954 - Dispõe sobre recebimento em dinheiro de licença-prêmio pelo funcionário com mais de 35 anos de exercício.

- Lei nº 2.651, de 20/01/1954 - Dá nova redação ao artigo 2.º da Lei n. 262, de 16 de março de 1949.
- Lei nº 3.194, de 05/10/1955 - Dispõe sobre contagem de tempo de servidor público, componente da Força Pública, da Guarda Civil, pessoal das autarquias e estradas de ferro estaduais e dá outras providências.
- Lei nº 3.612, de 27/11/1956 - Altera a redação do parágrafo único do artigo 7.º da Lei n. 262, de 16 de março de 1949.
- Lei nº 3.446, de 14/08/1956 - Autoriza a Caixa Econômica do Estado de São Paulo a criar a Carteira de Empréstimo aos Inventores, que funcionará em ligação com o Serviço Estadual de Assistência aos Inventores - SEDAI, da Secretaria do Governo.
- Lei nº 5.348, de 04/06/1959 - Institui prêmio único de Cr\$ 500.000,00 ao inventor de aparelho que especifica.
- Lei nº 7.262, de 24/10/1962 - Altera a redação do Artigo 17, da Lei n. 199, de 1.º de dezembro de 1948.
- Lei nº 7.012, de 14/09/1962 - Dispõe sobre aposentadoria dos integrantes da Guarda Civil julgados incapazes para o serviço por motivo de moléstia.
- Lei nº 6.898, de 04/09/1962 - Dispõe sobre contagem de tempo de serviço prestado em estabelecimento de ensino por servidores públicos e autárquicos.
- Lei nº 6.879, de 27/08/1962 - Estende aos servidores interinos o disposto no Artigo 94 da Constituição Estadual e dá outras providências.
- Lei nº 7.832, de 18/02/1963 - Dispõe sobre isenção de imposto.
- Lei nº 7.753, de 28/01/1963 - Dá nova redação ao § 1.º do Artigo 3.º da Lei n. 1.386, de 1951.
- Lei nº 7.712, de 15/01/1963 - Dispõe sobre isenção de imposto.
- Lei nº 8.199, de 02/07/1964 - Considera de efetivo exercício para fins de aposentadoria as faltas do serviço por motivo de doença.
- Lei nº 8.179, de 19/06/1964 - Declara de utilidade pública a Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas, com sede nesta Capital.
- Lei nº 8.720, de 28/04/1965 - Dispõe sobre concessão de pensão.

- Lei nº 8.713, de 28/04/1965 - Dispõe sobre contagem de tempo de serviço público.
- Lei nº 9.509, de 20/09/1966 - Institui o Dia do Coletor de Lixo.

Anexo 1.4 - Leis e ementas – direcionadas às mulheres

- Lei nº 722, de 05/06/1950 - Concede pensão mensal de Cr\$ 2.000,00 à d. Elvira Rugna Giubergia, viúva de Luiz Giubergia, ex-funcionário estadual.
- Lei nº 1.520, de 28/12/1951 - Concede pensão mensal de Cr\$ 4.000,00 à D. Andreлина do Canto Paes de Barros, viúva do Dr. Fernando da Rocha Paes de Barros, ex-funcionário do estado.
- Lei nº 1.513, de 28/12/1951 - Concede pensão de Cr\$ 3.000,00 à D. Marinha Jardim Bastos, viúva de Manoel Antônio Gonçalves Bastos.
- Lei nº 1.324, de 06/12/1951 - Concede pensão de Cr\$ 5.000,00 à d. Olga Tarabay, viúva do sr. Felício Tarabay, ex-deputado.
- Lei nº 1.242, de 22/10/1951 - Concede à companhia Dulcina Odilon, um auxílio de Cr\$ 200.000,00 para a excursão que a mesma realizará à Portugal.
- Lei nº 2.616, de 20/01/1954 - Dispõe sobre concessão de pensão.
- Lei nº 3.346, de 10/04/1956 - Dispõe sobre concessão de pensão.
- Lei nº 4.685, de 11/04/1958 - Dispõe sobre concessão de pensão.
- Lei nº 5.691, de 20/05/1960 - Dispõe sobre concessão de pensão mensal ao Sr. Luiz Nardo, viúvo de ex-servidora pública estadual d. Joana de Almeida Nardo.
- Lei nº 6.188, de 08/08/1961 - Concede à viúva do Prof. José de Mello Moraes uma pensão vitalícia e intransferível de Cr\$ 10.000,00.
- Lei nº 6.371, de 11/10/1961 - Dispõe sobre concessão de pensão.
- Lei nº 6.422, de 23/10/1961 - Dispõe sobre a concessão de salário-família.
- Lei nº 6.801, de 08/05/1962 - Dispõe sobre concessão de pensão.
- Lei nº 7.168, de 17/10/1962 - Concede pensão mensal.
- Lei nº 7.169, de 17/10/1962 - Concede pensão mensal.

- Lei nº 7.499, de 27/11/1962 - Concede pensão mensal.
- Lei nº 7.305, de 29/10/1962 - Eleva a pensão mensal de D. Júlia da Gama Bolina.
- Lei nº 7.304, de 29/10/1962 - Concede pensão mensal.
- Lei nº 7.751, de 28/01/1963 - Eleva pensão mensal.
- Lei nº 7.834, de 20/02/1963 - Dá nova redação ao § 1.º do Artigo 3.º da Lei n. 1.386, de 1951.
- Lei nº 7.953, de 09/08/1963 - Concede pensão mensal.
- Lei nº 8.259, de 26/08/1964 - Concede pensão mensal.
- Lei nº 8.702, de 07/04/1965 - Dispõe sobre concessão de pensão mensal.
- Lei nº 8.690, de 25/03/1965 - Dispõe sobre concessão de pensão mensal.
- Lei nº 8.729, de 28/04/1965 - Dispõe sobre concessão de pensão mensal.
- Lei nº 9.075, de 08/11/1965 - Dispõe sobre concessão de pensão mensal.
- Lei nº 9.005, de 04/10/1965 - Dispõe sobre concessão de pensão mensal.
- Lei nº 8.897, de 04/08/1965 - Concessão de pensão mensal.

Anexo 1. 5 - Leis e ementas – outras áreas

- Lei nº 306, de 17/06/1949 - Concede auxílio de Cr\$ 500.000,00 ao governo do estado de alagoas, como contribuição do povo paulista, aos habitantes de Maceió, afetada pelas inundações.
- Lei nº 850, de 20/11/1950 - Declara de utilidade pública a orquestra sinfônica de amadores de São Paulo - Sociedade de Cultura Musical, desta capital.
- Lei nº 690, de 22/04/1950 - Dispõe sobre concessão de auxílios e dá outras providências
- Lei nº 1.343, de 11/12/1951 - Declara de utilidade pública o Centro espírita um só pensamento, com sede nesta capital.
- Lei nº 1.181, de 04/09/1951 - Declara de utilidade pública o centro espírita Lelinka, com sede nesta capital.

- Lei nº 1.265, de 06/11/1951 - Declara de utilidade pública o museu de arte moderna, de São Paulo.
- Lei nº 1.103, de 03/07/1951 - Institui um prêmio em dinheiro igual a 12 vezes os vencimentos que perceba, ao servidor público que tenha 50 anos de serviço público.
- Lei nº 2.394, de 10/12/1953 - Declara de utilidade pública a -fundação são domingos-, com sede nesta capital.
- Lei nº 2.786, de 18/11/1954 - Dispõe sobre retificação da Lei n. 2.665 de 10 de março de 1954.
- Lei nº 3.829, de 27/03/1957 - Anula verba do orçamento e dá outras providências.
- Lei nº 4.577, de 03/01/1958 - Declara de utilidade pública a casa de Cervantes, com sede nesta capital.
- Lei nº 5.934, de 29/10/1960 - Declara de utilidade pública a -associação brasileira de folclore-, com sede nesta capital.
- Lei nº 5.778, de 23/07/1960 - Eleva a representação do Vice-Governador do Estado.
- Lei nº 7.514, de 27/11/1962 - Declara de utilidade pública a união internacional protetora dos animais - seção de São Paulo.
- Lei nº 6.813, de 20/06/1962 - Dispõe sobre a fixação do número de deputados à Assembleia Legislativa do Estado.
- Lei nº 6.641, de 04/01/1962 - Declara de utilidade pública a Fundação Armando Álvares Penteado-, desta capital
- Lei nº 7.834, de 20/02/1963 - Dá nova redação ao § 1.º do Artigo 3.º da Lei n. 1.386, de 1951.
- Lei nº 7.686, de 11/01/1963 - Dispõe sobre contagem de tempo, para o fim da Lei n. 1.103, de 3 de julho de 1951.
- Lei nº 7.660, de 02/01/1963 - Dispõe sobre contagem de tempo, para o fim da Lei n. 1.103, de 3 de julho de 1951.
- Lei nº 8.567, de 31/12/1964 - Prorroga prazo de vigência de crédito especial.
- Lei nº 8.279, de 27/08/1964 - Dispõe sobre concessão de pensões mensais.
- Lei nº 8.259, de 26/08/1964 - Concede pensão mensal.

- Lei nº 8.124, de 19/05/1964 - Declara de utilidade pública a sociedade de assistência ao emigrante, desta capital
- Lei nº 9.192, de 14/12/1965 - Dispõe sobre elevação de pensão mensal.
- Lei nº 8.867, de 21/07/1965 - Declara de utilidade pública o instituto brasileiro de segurança, de São Paulo.
- Lei nº 9.478, de 05/07/1966 - Declara de utilidade pública a legião de maria, desta capital.
- Lei nº 9.404, de 07/06/1966 - Declara de utilidade pública o -centro paulista de feiras e exposições - feira de São Paulo, desta capital.
- Lei nº 9.391, de 07/06/1966 - Declara de utilidade pública a -orquestra sinfônica do vale do Paraíba, de são josé dos campos.
- Lei nº 9.358, de 17/05/1966 - Acrescenta parágrafo único ao Artigo 16 da Lei n. 4.832, de 4-7-1958.
- Lei nº 9.735, de 23/02/1967 - Dispõe sobre isenção de tributos.

Anexo II – Projetos de lei não aprovados³⁰⁹

Anexo 2.1 - Projetos de lei não aprovados e ementas – área da educação

- Projeto de lei 118/1948, de 27/04/1948 - Autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio de Cr\$ 200.000,00 à "Casa da Criança de Tupã"
- Projeto de lei 9/1949, de 21/02/1949 - Dispõe sobre efetivação de professores normalistas lotados nas Escolas Práticas de Agricultura.
- Projeto de lei 225/1949, de 28/04/1949 - Dispõe sobre provimento dos cargos de secretário de estabelecimento de ensino secundário e normal
- Projeto de lei 361/1949, de 19/05/1949 - Concede nova inscrição no concurso para o magistério secundário dos candidatos que não apresentaram toda a documentação exigida, caso restem vaga após a classificação
- Projeto de lei 1022/1949, de 12/10/1949 - Dispõe sobre a criação da Superintendência de Ensino Secundário e Normal, e dá outras providências.
- Projeto de lei 745/1949, de 18/07/1949 - Veda o afastamento da função, para exercer qualquer outra no serviço público federal, estadual e municipal, ao professor primário e secundário, que conte menos de 3 anos de efetivo exercício no respectivo cargo.
- Projeto de lei 758/1949, de 16/07/1949 - Assegura a permanência em São Paulo dos professores secundários que na ocasião da nomeação sejam alunos de cursos superiores e dá outras providências.
- Projeto de lei 610/1949, de 21/06/1949 - Dispõe sobre estabelecer preferência no provimento de cargos Docentes do Ensino Industrial e Industrial Agrícola, para seus atuais titulares interinos independentemente de classificação em concurso.
- Projeto de lei 1146/1949, de 24/11/1949 - Reabre, no corrente ano, pelo prazo de oito dias, a inscrição para Concurso de Remoção de Professores secundários.

³⁰⁹ As leis, projetos, ementas e o texto na íntegra estão disponíveis em: <https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

- Projeto de lei 49/1950, de 03/02/1950 - Altera a redação do § 5º do artigo 70 da Lei nº 240, de 16/02/49, que dispõe sobre remoção de professores primários.
- Projeto de lei 318/1950, de 28/03/1950 - Concede um auxílio de Cr\$ 50.000,00 à Caixa Escolar do Grupo Escolar Tarquino Cobra de São José do Rio Pardo.
- Projeto de lei 236/1950, de 09/03/1950 - Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço docente prestado pelos professores dos ginásios, colégios e escolas normais em cuja direção e manutenção o Estado haja sucedido o município ou entidade privada e dá outras providências.
- Projeto de lei 219/1950, de 06/03/1950 - Dispõe sobre concessão aos professores secundários no período de férias, além dos vencimentos, um adicional correspondente à média do percebimento durante o período letivo, pela ministração de aulas extraordinárias e dá outras providências.
- Projeto de lei 456/1950, de 22/04/1950 - Concede um auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 ao Sanatório São Vicente de Paulo de Campos do Jordão.
- Projeto de lei 667/1950, de 16/05/1950 - Concede auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 à Cruzada Pró- Infância.
- Projeto de lei 797/1950, de 03/06/1950 - Concede auxílio de CR\$50.000,00 à Sociedade Beneficente "Caixão Mortuário aos Indigentes" de Lorena.
- Projeto de lei 940/1950, de 28/06/1950 - Concede auxílio de Cr\$ 10.000,00 à Caixa Escolar do grupo Eugênio Santos de Tatuí.
- Projeto de lei 1072/1950, de 26/06/1950 - Cria um Grupo Escolar no bairro de Bento Quirino, em São Simão.
- Projeto de lei 1062/1950, de 21/07/1950 - Autoriza a Organização Social Pio XII promover o internamento de menores sob sua guarda nos estabelecimentos agrícolas do Estado com a finalidade de integrá-los na vida rural.
- Projeto de lei 1057/1950, de 21/07/1950 - Concede um auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Organização Social Pio XII.
- Projeto de lei 1132/1950, de 08/08/1950 - Computa de igual valor ao de exercício do cargo de professor secundário, o tempo de exercício do cargo do magistério industrial no concurso de remoção do Magistério Secundário e Normal.

- Projeto de lei 1356/1950, de 25/09/1950 - Dispõe sobre contagem de tempo do serviço de professor de escola particular fiscalizada pelo Governo do Estado, para efeito de aposentadoria
- Projeto de lei 1414/1950, de 12/10/1950 - Dispõe sobre preferência aos professores diplomados pelo curso de aperfeiçoamento do Instituto de Educação Caetano de Campos, quando inscritos em concursos de remoção no magistério público primário
- Projeto de lei 1579/1950, de 23/11/1950 - Concede um auxílio de Cr\$ 500.000,00 ao Orfanato Cristovão Colombo, da capital
- Projeto de lei 1690/1950, de 20/12/1950 - Autoriza a funcionar como colégio o ginásio estadual de Olímpia
- Projeto de lei 51/1951, de 24/01/1951 - Dispõe sobre inclusão da cadeira de trabalhos manuais dos ginásios nos cursos de ingresso ao magistério secundário e normal
- Projeto de lei 50/1951, de 24/01/1951 - Institui na tabela VI da PP do quadro da Secretaria da Agricultura e lotadas na Diretoria de Ensino Agrícola, 4 funções gratificadas de Chefe de Secretaria de Escola Prática de Agricultura, referência FG-6-
- Projeto de lei 1693/1950, de 21/12/1950 - Permite transferência mediante entendimento e avaliação de ginásios de propriedade particular
- Projeto de lei 139/1951, de 20/03/1951 - Cria um ginásio em Bernardino de Campos
- Projeto de lei 461/1951, de 14/05/1951 - Cria um ginásio na cidade de Adamantina
- Projeto de lei 650/1951, de 22/06/1951 - Veda a inscrição em concursos para provimento de cargo de diretor de grupo escolar do candidato com idade superior a 45 anos ou com mais de 25 anos de serviço público
- Projeto de lei 595/1951, de 12/06/1951 - Dispõe sobre remoção de funcionário Público que esteja matriculado e cursando e escolas de grau médio ou superior, oficiais, reconhecidas ou equiparadas
- Projeto de lei 836/1951, de 10/08/1951 - Concessão de um auxílio de Cr\$ 200.000,00 ao Instituto Brasileiro de Filosofia (Secção de São Paulo)
- Projeto de lei 782/1951, de 31/07/1951 - Dispõe sobre a concessão de um auxílio de Cr\$120.000,00 ao Instituto Educacional Infantil, da Capital.

- Projeto de lei 994/1951, de 20/09/1951 - Autoriza a inscrição no concurso para provimento do cargo de inspetor escolar somente aos diretores de grupo escolar com mais de três anos de efetiva direção
- Projeto de lei 989/1951, de 19/09/1951 - Dispõe sobre o preenchimento de vagas de inspetores escolares verificadas na capital
- Projeto de lei 938/1951, de 10/09/1951 - Dispõe sobre concurso para provimento de cargo de diretor de grupo escolar e dá outras providências
- Projeto de lei 438/1951, de 10/09/1951 - Dá a denominação de "Nelson Fernandes" ao ginásio e escola normal de Santa Rita do Passo Quatro
- Projeto de lei 999/1951, de 20/09/1951 - Dá aos professores primários direito à aposentadoria facultada aos 25 anos de serviço docente, com vencimentos integrais
- Projeto de lei 536/1953, de 18/05/1953 - Cria um ginásio estadual no bairro de Vila Paulista, nesta Capital.
- Projeto de lei 604/1953, de 28/05/1953 - Dá direito à percepção de gratificação de magistério, nos termos do artigo 561, da Consolidação das Leis do Ensino, aos auxiliares de ensino que exercerem função docente em caráter permanente
- Projeto de lei 1414/1953, de 17/11/1953 - Faculta a nomeação para cargos de preparador, aos portadores de diploma de normalistas
- Projeto de lei 226/1954, de 15/04/1954 - Concede auxílio no valor de CR\$ 200.000,00, à Bandeira Paulista de Alfabetização, destinado a atender às despesas com a realização, nesta Capital, do Congresso Interamericano de Educação Base.
- Projeto de lei 65/1954, de 24/03/1954 - Cria uma escola industrial em Guarulhos
- Projeto de lei 578/1954, de 30/06/1954 - Prorroga, até 31 de dezembro de 1955, o prazo de validade do concurso de ingresso nos cargos de diretor de grupo escolar
- Projeto de lei 995/1954, de 18/11/1954 - Transfere os cargos de assistente (Secção de Biologia Educacional), padrão "K", da tabela I, da PP do quadro do ensino, para a tabela II, da mesma parte e quadro
- Projeto de lei 156/1955, de 19/04/1955 - Restringe a aplicação do artigo 12 da Lei 467, de 30/09/1949, relativa à nomeação dos alunos de escolas normais oficiais do Estado,

diplomados com a mais alta média, a fim de só ter efeito aquele dispositivo legal com relação aos alunos que realizarem todo o curso de formação profissional.

- Projeto de lei 95/1956, de 02/04/1956 - Dá a denominação de Dr. Francisco Borges Vieira ao grupo escolar de Vila Alpina, nesta capital
- Projeto de lei 417/1956, de 11/07/1956 - Instituição da "Fundação de Assistência ao Menor", com sede e foro nesta capital
- Projeto de lei 751/1956, de 19/10/1956 - Cria uma escola normal e ginásio estadual em Cachoeira Paulista.
- Projeto de lei 393/1957, de 17/05/1957 - Assegura aos Professores Primários, casados com servidores extranumerários, as vantagens constantes da Lei nº 2413, de 15/12/53.
- Projeto de lei 284/1957, de 02/05/1957 - Cria uma Faculdade de Farmácia e Odontologia em São José do Rio Pardo.
- Projeto de lei 163/1957, de 08/04/1957 - Dispõe sobre criar Escolas de Enfermagem nas cidades de Araraquara, Campinas, Franca, Mogi das Cruzes, Ribeirão Preto, Santo André e Sorocaba.
- Projeto de lei 27/1957, de 15/03/1957 - Dispõe sobre fixar em 33 horas semanais a jornada normal de trabalho dos Inspetores de Alunos dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normal.
- Projeto de lei 1589/1957, de 07/10/1957 - Assegura aos professores primários casados com servidores extranumerários ou de autarquias as vantagens do artigo 1º da lei 2413, de 15/12/53 (união de cônjuges).
- Projeto de lei 81/1966, de 23/04/1966 - Dispõe sobre nova redação ao artigo 335, § 1º da Consolidação das Leis de ensino, aprovada pelo Decreto nº 17.698, de 26/11/1947
- Projeto de lei 1655/1965, de 15/12/1965 - Dispõe sobre o provimento do cargo de diretor do curso primário anexo.
- Projeto de lei 1480/1965, de 03/11/1965 - Dispõe sobre a constituição do Conselho de Auxílios e Subvenções e a concessão de bolsas de estudos.
- Projeto de lei 625/1965, de 10/06/1965 - Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção anual de Cr\$ 50.000,000 à Fundação "Instituto de Física Teórica", da Capital.

- Projeto de lei 3028/1963, de 13/11/1963 - Dá a denominação de "Dona Margarida Galvão" ao Educandário Jacareí do Servidor Social de Menores, de Jacareí.
- Projeto de lei 2180/1963, de 03/09/1963 - Cria uma Escola de auxiliar de enfermagem em Campos do Jordão
- Projeto de lei 562/1963, de 24/04/1963 - Assegura nomeação aos candidatos aprovados e classificados no último concurso de ingresso a magistério secundário e normal.
- Projeto de lei 166/1963, de 27/03/1963 - Autoriza a permuta entre professores do ensino rural.
- Projeto de lei 107/1963, de 23/03/1963 - Concede ajuda de custo a funcionário detentor de bolsa de estudos no exterior.
- Projeto de lei 1242/1962, de 22/10/1962 - Dispõe sobre a criação de ginásio em Vila Pires, município de Santo André.
- Projeto de lei 1207/1962, de 10/10/1962 - Dispõe sobre a incorporação de gratificação pela prestação de serviço extraordinário a proventos da aposentadoria aos funcionários do Quadro da Universidade de São Paulo.
- Projeto de lei 1177/1962, de 27/09/1962 - Dispõe sobre autorizar a permuta entre Professores do Ensino Rural.
- Projeto de lei 1176/1962, de 27/09/1962 - Dispõe sobre equiparar os vencimentos dos cargos de Bibliotecário aos de Nível Universitário.
- Projeto de lei 1146/1962, de 20/09/1962 - Dispõe sobre a efetivação de Professores Primários que exercem, em comissão, o cargo de Diretor de Curso Primário anexo aos Institutos de Educação.
- Projeto de lei 573/1962, de 14/06/1962 - Dá a denominação de "Deputado Amaral Lyra" ao 2º. Grupo Escolar de Itápolis.
- Projeto de lei 541/1962, de 13/06/1962 - Dispõe sobre garantias aos professores contratados.
- Projeto de lei 316/1962, de 09/05/1962 - Estende aos inativos, no que couber, os benefícios da Lei, nº. 6577, de 09/12/1961, que reajusta os vencimentos dos cargos de Secretários dos Estabelecimentos de ensino secundário e normal.

- Projeto de lei 282/1962, de 03/05/1962 - Concede um auxílio de Cr\$40.000,00 ao Grêmio Estudantil XXXI de dezembro, do Ginásio "Comendador Teixeira Pombro", de Tremembé.
- Projeto de lei 163/1962, de 05/04/1962 - Cria uma Escola de Enfermagem em Campos do Jordão
- Projeto de lei 383/1961, de 24/05/1961 - Dispõe sobre instituir, a partir de 1962, o " Prêmio Assembleia Legislativa ", destinado aos 50 alunos melhor classificados na conclusão da 4ª. série ginasial.
- Projeto de lei 1968/1959, de 01/12/1959 - Computa no cálculo dos proventos de aposentadoria dos funcionários do Quadro da Universidade de São Paulo, pela média de quinquênio imediatamente, anterior ao que tenha sido percebido a título de serviço extraordinário em curso noturno.
- Projeto de lei 1840/1959, de 22/10/1959 - Dispõe sobre abono de faltas dos funcionários administrativos dos estabelecimentos de ensino primário e médio
- Projeto de lei 1477/1959, de 04/08/1959 - Dispõe sobre inscrição em concurso de ingresso aos cargos de direção do ensino secundário e normal.
- Projeto de lei 1365/1959, de 15/07/1959 - Faculta aos professores do ensino normal e Secundário a administração de aulas particulares remuneradas a alunos do mesmo estabelecimento.
- Projeto de lei 1360/1959, de 15/07/1959 - Institui a "Fundação de Assistência ao Menor", com sede nesta Capital.
- Projeto de lei 1357/1959, de 15/07/1959 - Altera a legislação sobre concursos no magistério primário.
- Projeto de lei 1482/1958, de 22/08/1958 - Dispõe sobre administração de aulas particulares remuneradas à alunos do mesmo estabelecimento pelos professores do ensino secundário e normal.
- Projeto de lei 552/1958, de 29/04/1958 - Aplica aos candidatos casados com funcionários estaduais interinos e extranumerários, com mais de 10 anos de exercício, nos concursos de remoção de professores primários, o disposto no artigo 1º e seus

parágrafos da Lei 2413 de 15/12/53, que dá preferência na escolha de vaga existente em localidade onde reside o cônjuge.

- Projeto de lei 435/1958, de 17/04/1958 - Assegura aos professores dos cursos primários, secundário e normal, casados com servidores públicos, as vantagens da Lei 2413, de 15/12/53, e dá outras providências.
- Projeto de lei 1956/1957, de 05/12/1957 - Dispõe sobre contar no tempo de serviço do funcionário público, bem como no do servidor autárquico, o serviço prestado em estabelecimento de ensino sediado no território do Estado, reconhecido ou subvenciado pelo Poder Público.
- Projeto de lei 631/1952, de 14/07/1952 - Derroga a Lei n. 673, de 23.3.50, para o efeito de ser posta em concurso a cadeira de espanhol dos estabelecimentos de ensino secundário e dá outras providências
- Projeto de lei 543/1952, de 26/06/1952 - Cria, na cidade de Mogi das Cruzes, um curso prático de ensino profissional - serviços domésticos, e dá outras providências
- Projeto de lei 281/1952, de 09/05/1952 - Nega a denominação de Orfanato, ou as instituições oficiais de assistência social, destinadas a recolher a infância desamparada, devendo dar preferência para os termos lar, escola, educandário, creche, ou outros, que se ajustem à finalidade do estabelecimento
- Projeto de lei 191/1952, de 18/04/1952 - Dispõe s/ o provimento, nas cadeiras de Trabalhos Manuais dos Ginásios, dos candidatos habilitados nos concursos anteriores de ingresso ao magistério secundário e normal para essa disciplina, e dá outras providências
- Projeto de lei 160/1952, de 14/04/1952 - Denomina de "Educandário Jacarei" ao preventório de igual nome existente na referida cidade, do Departamento de Profilaxia da Lepra da Secretaria da SPAS
- Projeto de lei 103/1952, de 28/03/1952 - Denomina de "Professor Benedicto Vieira da Motta" ao ginásio estadual do Belenzinho
- Projeto de lei 1247/1951, de 26/11/1951 - Dispõe sobre o horário de serviço e aposentadoria dos inspetores de alunos

- Projeto de lei 167/1963, de 27/03/1963 - Dá nova redação ao § 3º do artigo 2º da Lei nº 6812 de 15/03/1962
- Projeto de lei 1148/1962, de 20/09/1962 - Dispõe sobre alterar a redação do § 3º. do Artigo 2º. da Lei n.º 6.812 de 15/06/1962.
- Projeto de lei 1362/1959, de 15/07/1959 - Altera a redação do parágrafo único do artigo 1º. da Lei nº. 319, de 06/07/1949.
- Projeto de lei 1293/1951, de 04/12/1951 - Altera a redação do parágrafo único do artigo 1º. da Lei n. 319, de 6.7.49, que dispõe s/ concurso para provimento de cargo de professor catedrático.

Anexo 2.2 - Projetos de lei não aprovados e ementas – área da saúde

- Projeto de lei 109/1947, de 27/08/1947 - Dispõe sobre a criação do Serviço de Assistência Social aos doentes da lepra e dá outras providências.
- Projeto de lei 565/1948, de 15/10/1948 - Concede a Liga Paulista contra a Tuberculose um auxílio de Cr\$1.000.000,00.
- Projeto de lei 526/1948, de 01/10/1948 - Obriga o Poder Executivo à reservar 20% do número de funções de extranumerários mensalistas nos leprosários e postos de tratamento do Departamento de Profilaxia da Lepra, para serem ocupados por doentes do mal de Hansen, portadores de alta hospitalar, nos primeiros quatro anos dessa fase.
- Projeto de lei 507/1948, de 25/09/1948 - Concede auxílio de Cr\$ 250.000,00 a Maternidade de Itapuú, destinado a construção de prédio.
- Projeto de lei 374/1948, de 19/08/1948 - Autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio da importância de Cr\$ 500.000,00, para a conclusão das obras do edifício da Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Promissão.
- Projeto de lei 149/1948, de 11/05/1948 - Autoriza ao Poder Executivo a ceder um auxílio de CR\$400.000,00 a Santa Casa de Misericórdia de Nova Granada.
- Projeto de lei 134/1949, de 02/04/1949 - Concede um auxílio de cr\$ 1.000.000,00 ao Hospital de Crianças em Indianópolis, da Cruz Vermelha Brasileira.

- Projeto de lei 446/1949, de 01/06/1949 - Estabelece a preferência para o provimento dos cargos docentes do Ensino Industrial e Agrícola-Industrial e dá outras providências.
- Projeto de lei 445/1949, de 30/05/1949 - Cria a Secção de Sociologia Rural no Serviço Social do Estado da Secretariada Saúde e Assistência Social e dá outras providências. (Emenda n. destacada do Projeto de Lei n.291/48)
- Projeto de lei 1078/1949, de 28/10/1949 - Dispõe sobre criação de 12 postos de saúde, subordinados ao Departamento de Profilaxia da lepra da Secretaria da Saúde e da Assistência Social.
- Projeto de lei 589/1949, de 15/06/1949 - Dispõe sobre integrar na carreira de Médico os ocupantes das funções de pesquisas em Laboratório de Bacteriologia e Hidrobiologia, nos quadros das Secretarias de Estado e no Quadro Especial dos serviços industriais da Repartição de Águas e Esgotos.
- Projeto de lei 1099/1949, de 08/11/1949 - Dispõe sobre concessão de auxílio à várias entidades assistenciais.
- Projeto de lei 1178/1949, de 01/12/1949 - Concede um auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Associação Paulista de Assistência ao doente da Lepra, destinado ao incremento de suas atividades
- Projeto de lei 1052/1950, de 20/07/1950 - Concede um auxílio de Cr\$ 100.000,00 à Santa Casa de Misericórdia de Cafelândia.
- Projeto de lei 1159/1950, de 18/08/1950 - Concede um auxílio de Cr\$50.000,00 ao Asilo Gustavo Ribeiro, de Caconde.
- Projeto de lei 1158/1950, de 18/08/1950 - Concede um auxílio de Cr\$50.000,00 à Sociedade Beneficente dos Pobres de Caconde.
- Projeto de lei 1494/1950, de 04/11/1950 - Concede um auxílio de Cr\$ 50.000,00 a Associação Brasileira de Enfermeiros Diplomados
- Projeto de lei 1627/1950, de 06/12/1950 - Concede um auxílio de Cr\$ 500.000,00 ao Sanatório Divina Providência de Campos do Jordão
- Projeto de lei 1691/1950, de 20/12/1950 - Concede um auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Policlínica "Jesus" da capital

- Projeto de lei 123/1951, de 16/03/1951 - Institui licença especial, ao pessoal variável do Departamento da Prof. da Lepra por motivo de reativação da moléstia
- Projeto de lei 55/1951, de 24/01/1951 - Concede um auxílio de Cr\$ 180.000,00 à Clínica Infantil Ipiranga, da capital, destinado às obras do Hospital Dom Antônio Alvarenga e da Maternidade N.S. de Nazaré
- Projeto de lei 53/1951, de 24/01/1951 - Aplica aos titulares de cargos da carreira de Educador Sanitário da tabela III da PP dos quadros da Secretaria da Educação e da Assistência Social, o disposto no artigo 1º. da Lei n. 387 de 27.7.1949
- Projeto de lei 240/1951, de 04/04/1951 - Concede um auxílio de Cr\$ 100.000,00 à Sociedade dos Albergues Noturnos da Capital
- Projeto de lei 201/1951, de 28/03/1951 - Dispõe s/ a nomeação para exercício interino de cargo público dos egressos dos sanatórios de que trata a Lei n. 520 de 1.12.49
- Projeto de lei 565/1951, de 01/06/1951 - Reserva 5 cargos iniciais da carreira de Dentista da Tabela III, da P.P. do quadro Geral, que só poderão ser providos interinamente, para as funções de dentista interno dos leprosários estaduais e dá outras providências
- Projeto de lei 909/1951, de 05/09/1951 - Reserva de 10 cargos da classe inicial da carreira de dentista, do quadro da Secr. da Saúde, para provimento interino, metade por internos dos sanatórios de que trata a Lei n. 520, de 1.12.49 e a outra metade por egressos desses sanatórios
- Projeto de lei 562/1952, de 01/07/1952 - Abre, um crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para indenizar os doentes de lepra que possuem casas construídas nos sanatórios do Estado
- Projeto de lei 499/1952, de 23/06/1952 - Publicação de relatórios e balanços por parte das Instituições de Assistência Social
- Projeto de lei 151/1952, de 09/04/1952 - Denomina de instituições de assistência social e dá outras providências
- Projeto de lei 1214/1953, de 09/10/1953 - Declara de utilidade pública a Associação de proteção e Assistência à Maternidade e a Infância de São Caetano do Sul.

- Projeto de lei 1503/1953, de 02/12/1953 - Concede à Prefeitura Municipal de Bocaina, no corrente exercício, um auxílio de Cr\$ 1000.000,00, destinado a socorrer as vítimas da tromba d'agua que assolou o município em 1º. de dezembro de 1953
- Projeto de lei 993/1954, de 18/11/1954 - Conta, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, como de efetivo exercício, os períodos em que os funcionários estiverem afastados por motivo de tratamento de saúde
- Projeto de lei 934/1954, de 05/11/1954 - Concede pensões de Cr\$ 1.500,00 a cada egresso de sanatório de lepra
- Projeto de lei 521/1955, de 12/08/1955 - Dispõe sobre a criação do hospital regional de Cachoeira Paulista.
- Projeto de lei 762/1955, de 21/11/1955 - Prorroga até 31/12/57, a vigência do crédito especial aberto pela Lei nº 2463, de 30/12/53 e destinado a atender às despesas com a instalação de delegacias regionais, dispensários e postos do Departamento de Profilaxia da Lepra.
- Projeto de lei 401/1957, de 21/05/1957 - Dispõe sobre a declaração de utilidade pública o "S.A.S" (Serviço de Assistência Social), com sede em São João da Boa Vista.
- Projeto de lei 1668/1957, de 18/10/1957 - Conta, na liquidação de tempo de exercício para efeito de aposentadoria, as faltas justificadas e os dias de licença para tratamento de saúde
- Projeto de lei 1242/1958, de 24/07/1958 - Concessão de auxílio de Cr\$ 100.000,00 à Santa Casa de Misericórdia de Capão Bonito.
- Projeto de lei 1199/1958, de 18/07/1958 - Conta como de serviço público, para todos os efeitos, o período de trabalho prestado em órgãos ou dependências do Departamento de Profilaxia da Lepra, remunerado pela verba de laborterapia ou por outra fonte, desde que se trate de pacientes fichados nesse órgão.
- Projeto de lei 1361/1959, de 15/07/1959 - Dispõe sobre contagem de tempo de serviço prestado na Cruz Azul de São Paulo, por funcionários públicos civis do Estado.
- Projeto de lei 1356/1959, de 15/07/1959 - Conta como efetivo exercício o período em que o funcionário com mais de 55 anos de idade e 20 de serviço público tenha estado ou venha a afastar-se por motivo de moléstia.

- Projeto de lei 1743/1959, de 23/09/1959 - Concede vantagens aos componentes da força Pública que participaram das operações de guerra de 1924-1918.
- Projeto de lei 1743/1959, de 23/09/1959 - Concede vantagens aos componentes da força Pública que participaram das operações de guerra de 1924-1918
- Projeto de lei 485/1960, de 30/05/1960 - Dispõe sobre a concessão de um auxílio de Cr\$20.000.000,00 à Cruz Vermelha Brasileira, filial de São Paulo, para o fim de amparar as vítimas da catástrofe do Chile.
- Projeto de lei 552/1961, de 23/06/1961 - Dá nova redação ao art. 183 do Decreto Lei n. 12.273 de 28-10-41, modificado pelo § único do artigo 1º da lei n. 192 de 24.11.48, que dispõe sobre a concessão de auxílio funeral
- Projeto de lei 1362/1962, de 27/11/1962 - Dispõe sobre a desapropriação do Hospital do Câncer.
- Projeto de lei 1150/1962, de 20/09/1962 - Dispõe sobre concessão de pensões a egressos e fichados no Departamento de Profilaxia da Lepra, que especifica.
- Projeto de lei 1098/1962, de 11/09/1962 - Incorpora gratificação aos proventos da aposentadoria dos funcionários do serviço de epidemiologia e profilaxia gerais, da Secretaria da Saúde e da Assistência Social.
- Projeto de lei 811/1962, de 04/08/1962 - Dá nova redação ao artigo 161, do Decreto Lei nº 12273, de 28/10/41, que dispõe sobre tratamento de saúde.
- Projeto de lei 734/1962, de 28/06/1962 - Incorpora a gratificação de risco de vida e saúde aos proventos de aposentadoria dos funcionários dos Institutos da Universidade
- Projeto de lei 326/1962, de 10/05/1962 - Dispõe sobre aplicação da Consolidação das Leis de Trabalho aos pacientes que prestam serviços ao Departamento de Profilaxia da Lepra mediante gratificação pelas folhas de laborterapia.
- Projeto de lei 294/1962, de 04/05/1962 - Concede um auxílio de Cr\$ 500.000,00 ao Hospital "Bom Jesus", de Tremembé, para construção do edifício da Maternidade.
- Projeto de lei 103/1962, de 23/03/1962 - Dispõe sobre conceder uma pensão mensal aos internados em Sanatórios do Departamento de Profilaxia da Lepra que prestam serviços internos remunerados, após 15 anos de efetivo exercício.

- Projeto de lei 982/1962, de 29/08/1962 - Dispõe sobre concessão de pensão ao Senhor José de Arruda Leite.
- Projeto de lei 810/1962, de 04/08/1962 - Dispõe sobre pensão mensal aos cônjuges supérstites não beneficiados pelas leis 4832, de 04/09/58 e 5134, de 07/01/59.
- Projeto de lei 2611/1963, de 07/10/1963 - Aplica a Consolidação das Leis do Trabalho aos pacientes que prestam serviços remunerados ao Departamento de Profilaxia da Lepra
- Projeto de lei 872/1963, de 03/05/1963 - Dispõe sobre concessão de uma gratificação de 35% de vencimentos aos servidores dos hospitais do Departamento de Assistência aos Psicopatas.
- Projeto de lei 770/1963, de 01/05/1963 - Dispõe sobre a criação de um ambulatório junto ao Hospital Geral do Departamento de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado - DAMSPE.
- Projeto de lei 3041/1963, de 14/11/1963 - Dispõe sobre a alteração da Secção de Epidemiologia e Profilaxia Gerais e dá outras providências.
- Projeto de lei 845/1964, de 08/08/1964 - Concede pensão ao Sr. Edson Braga.
- Projeto de lei 1242/1965, de 16/10/1965 - Dispõe sobre criação do instituto de gerontologia do Estado de São Paulo.
- Projeto de lei 829/1965, de 25/06/1965 - Concede pensões mensais
- Projeto de lei 1497/1965, de 12/11/1965 - Dispõe sobre concessão de pensão mensal ao Senhor Benedito Jacinto Carrião.
- Projeto de lei 1460/1965, de 29/10/1965 - Dispõe sobre concessão de pensão mensal ao Senhor José Marcos Ferreira.
- Projeto de lei 1006/1965, de 20/08/1965 - Concede pensão mensal ao Senhor Gabriel Capucci.
- Projeto de lei 1005/1965, de 20/08/1965 - Concede pensão mensal ao Senhor Juvenal Fernandes Parente.
- Projeto de lei 29/1965, de 18/03/1965 - Eleva o valor de pensão concedida pela Lei nº 1680 de 31/07/1952

- Projeto de lei 346/1966, de 11/10/1966 - Dispõe sobre contagem, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço prestado à entidade de assistência a doentes da lepra ou tuberculose, anteriormente ao ingresso no serviço público
- Projeto de lei 346/1966, de 11/10/1966 - Dispõe sobre contagem, para efeito de aposentadoria, do tempo de serviço prestado à entidade de assistência a doentes da lepra ou tuberculose, anteriormente ao ingresso no serviço público.

Anexo 2.3 - Projetos de lei não aprovados e ementas – destinados às mulheres

- Projeto de lei 1076/1950, de 22/06/1950 - Concede uma pensão mensal de Cr\$ 4.500,00 à D. Irene Teixeira Mendes, viúva do dr. Pedro Teixeira Mendes.
- Projeto de lei 1480/1950, de 03/11/1950 - Concede uma pensão de Cr\$ 1.500,00 a D. Virgilina Campos Schneck, viúva de Jacinto Schneck, ex-funcionário do Estado
- Projeto de lei 246/1951, de 05/04/1951 - Concede uma pensão mensal de Cr\$ 1.500,00 a d. Carmela Caivani
- Projeto de lei 524/1957, de 07/06/1957 - Concede à D. Zizi de Araujo Lobo, viúva do ex-deputado Epaminondas Ferreira Lobo, uma pensão mensal de Cr\$ 10 000,00
- Projeto de lei 293/1966, de 23/09/1966 - Dispõe sobre concessão de pensão mensal à sra. Annunciata Gianconi Romano.
- Projeto de lei 245/1966, de 25/08/1966 - Dispõe sobre a concessão de pensão à sra. Aurea Silva Corrêa.
- Projeto de lei 1397/1965, de 15/10/1965 - Concede pensão mensal a Dona Carolina Maria de Jesus
- Projeto de lei 373/1965, de 06/05/1965 - Concede pensão mensal à Dona Carmelita Pereira da Silva.
- Projeto de lei 303/1965, de 30/04/1965 - Concede pensão mensal à Dona Cacilda Ribeiro dos Santos.

- Projeto de lei 184/1965, de 02/04/1965 - Concede pensão mensal ao Sr. João Baptista Basso
- Projeto de lei 1114/1964, de 22/09/1964 - Concede pensão mensal à D. Felicidade Angélica de Moura Carvalho.
- Projeto de lei 316/1964, de 29/04/1964 - Concede pensão mensal a D. Maria José Cintra e a D. Maria da Glória Cintra.
- Projeto de lei 315/1964, de 29/04/1964 - Dispõe sobre concessão de pensão mensal a D. Lucília Alves Pontes Rubin.
- Projeto de lei 1970/1963, de 13/08/1963 - Dispõe sobre concessão de pensão à D. Raphaela Silvestre
- Projeto de lei 1969/1963, de 13/08/1963 - Dispõe sobre concessão de pensão à D. Maria Aparecida Coutinho Barros
- Projeto de lei 944/1963, de 08/05/1963 - Dispõe sobre concessão de pensão na importância equivalente a 70% do valor do salário-mínimo vigente na Capital de São Paulo, a D^a. Maria Francisca da Silva.
- Projeto de lei 769/1963, de 01/05/1963 - Dispõe sobre a concessão de pensão mensal a Da. Aparecida da Silva Sette.
- Projeto de lei 164/1963, de 29/03/1963 - Concede pensão mensal à Dona Luiza Oliveira da Cruz Conti.
- Projeto de lei 163/1963, de 29/03/1963 - Concede pensão mensal a Dona Maria Bettencourt.
- Projeto de lei 142/1963, de 23/03/1963 - Abre na Secretaria da Fazenda, um crédito especial de Cr\$ 2.920.000,00, destinado às despesas decorrentes da Lei nº 6801, de 08/05/1962, relativas ao exercício financeiro do ano citado. (Concessão de pensões a viúvas de Deputados)
- Projeto de lei 1194/1962, de 03/10/1962 - Dispõe sobre a concessão de uma pensão à Dona Dolores Fernandes Regatão.
- Projeto de lei 1047/1962, de 04/09/1962 - Dispõe sobre concessão de pensão à Dona Maria Joaquina de Oliveira.

- Projeto de lei 1003/1962, de 31/08/1962 - Dispõe sobre aposentadoria com vencimentos ou salários proporcionais ao tempo de serviço à servidora pública.
- Projeto de lei 956/1962, de 23/08/1962 - Concede pensão mensal à Dona Ruth Falcone Guilherme.
- Projeto de lei 727/1962, de 29/06/1962 - Concede cento e vinte dias de licença com vencimentos integrais, aos servidores e auxiliares gestantes, de cartórios não oficializados.
- Projeto de lei 402/1962, de 17/05/1962 - Dispõe sobre conceder uma pensão mensal à Dona Luzia Ferreira da Silva.
- Projeto de lei 219/1962, de 12/04/1962 - Dá nova redação ao artigo 29, da Lei nº. 569, de 29/12/1949, que dispõe sobre contagem de tempo para a mulher funcionária.
- Projeto de lei 1029/1960, de 10/10/1960 - Concede prêmio, na importância de Cr\$ 500.000,00 à Dona Carolina Maria de Jesus, favelada e autora do livro "Quarto de Despejo".
- Projeto de lei 289/1960, de 26/04/1960 - Dispõe sobre permitir a inscrição de candidatos do sexo feminino nos concursos para provimento de cargos de Fiscal de Rendas e Auxiliar de Fiscal de Rendas.
- Projeto de lei 1367/1959, de 15/07/1959 - Concede pensão mensal de Cr\$ 1500,00 à Dona Maria Moreira, viúva de José Martins de Castilho.
- Projeto de lei 1041/1959, de 01/06/1959 - Concede à viúva do Prof. José de Mello Moraes, uma pensão vitalícia e intransferível de CR\$10.000,00
- Projeto de lei 1258/1958, de 25/07/1958 - Concessão de uma pensão mensal de Cr\$ 1.500,00 à D. Maria Moreira.
- Projeto de lei 119/1958, de 19/03/1958 - Concessão de pensão mensal, de Cr\$ 1.500,00, à dona Benedita da Conceição.
- Projeto de lei 1915/1957, de 29/11/1957 - Dispõe sobre regularizar a licença à funcionária gestante.
- Projeto de lei 1864/1957, de 22/11/1957 - Concessão de uma pensão mensal, de Cr\$ 5 000,00, à viúva do ex-constituente e ex-deputado Estocel de Moraes

- Projeto de lei 1796/1957, de 07/11/1957 - Isenta do imposto de transmissão de propriedade imobiliária "causa mortis" os bens que, antes da sociedade conjugal, pertenciam ao cônjuge sobrevivente, quando só este seja o herdeiro
- Projeto de lei 592/1952, de 04/07/1952 - Concede uma pensão de Cr\$ 1500,00 mensais a d. Madalena Mucci, residente em Sorocaba, viúva de antigo servidor da Estrada de Ferro Sorocabana
- Projeto de lei 503/1952, de 20/06/1952
- Concede auxílio de Cr\$ 100 000,00 à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, Secção de São Paulo, para a realização do IV Congresso Nacional de Enfermeiras, a instalar-se nesta capital
- Projeto de lei 423/1952, de 02/06/1952
- Concede aposentadoria, com vencimentos integrais, à mulher funcionária pública com 25 anos de efetivo exercício e dá outras providências
- Projeto de lei 327/1952, de 15/05/1952
- Classificação das candidatas com direito a remoção para união de cônjuges no concurso de remoção de professor primário
- Projeto de lei 181/1952, de 17/04/1952 - Concede um auxílio de Cr\$ 200.000,00, no corrente exercício, à aviadora Ada Rogato
- Projeto de lei 27/1952, de 19/03/1952 - Altera para Cr\$ 4.500,00 o valor da pensão concedida a d. Irene C. M. Teixeira Mendes, viúva do dr. Pedro Teixeira Mendes, consignada no item 1º. da Lei n. 1.426, de 24.12.51
- Projeto de lei 1328/1951, de 10/12/1951 - Concede uma pensão intransferível e vitalícia de Cr\$ 1.500,00 a d. Lucia Brambilia Falavigna
- Projeto de lei 553/1968, de 12/11/1968 - Dispõe sobre exame médico em servidoras públicas (obrigação da pesquisa ginecológica de prevenção contra o câncer, às candidatas a emprego público, exceto as solteiras).
- Projeto de lei 1926/1957, de 03/12/1957 - Dispõe sobre conceder uma pensão mensal de Cr\$ 5.000,00 à Dona Alice Ferreira Peake Flaquer.

- **Anexo 2.4 - Projetos de lei não aprovados e ementas – área do trabalhismo**

- Projeto de lei 206/1968, de 11/05/1968 - Dispõe sobre a concessão de licença especial ao extranumerário que contar mais de dois anos de efetivo exercício, para tratar de interesses particulares
- Projeto de lei 376/1967, de 08/06/1967 - Dispõe sobre fixação dos vencimentos dos escreventes e auxiliares dos cartórios extrajudiciais da Capital.
- Projeto de lei 547/1967, de 07/09/1967 - Dispõe sobre permissão do servidor público estadual, após ter completado o tempo de serviço para aposentadoria, retratar a opção feita para gozo de licença prêmio.
- Projeto de lei 309/1966, de 29/09/1966 - Dispõe sobre nova redação ao parágrafo único do art.26 da Lei nº 819, de 31/10/50.
- Projeto de lei 202/1966, de 03/08/1966 - Dispõe sobre inscrição de Parlamentares no Instituto de Previdência do Estado.
- Projeto de lei 1496/1965, de 12/11/1965 - Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 6882, de 27/08/1962 que dispõe sobre inscrição em concurso de remoção e promoção dos serventuários e escreventes da justiça.
- Projeto de lei 1496/1965, de 12/11/1965 - Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 6882, de 27/08/1962 que dispõe sobre inscrição em concurso de remoção e promoção dos serventuários e escreventes da justiça.
- Projeto de lei 654/1965, de 12/06/1965 - Aplica a garantia do artigo 1º da Lei nº 5070, de 26/12/1958, aos atuais extranumerários que já gozaram de estabilidade quando funcionários públicos efetivos.
- Projeto de lei 441/1965, de 14/05/1965 - Revoga a letra "a" do artigo 29 da Lei nº 569, de 29/12/1949, que dispõe sem contagem de pontos para promoção no serviço público.
- Projeto de lei 64/1965, de 19/03/1965 - Dispõe sobre acréscimo de um parágrafo único ao artigo 2º da Lei nº 465, de 28/09/1949, que regula a aposentadoria dos Escreventes do Cartório e Oficiais de Justiça.

- Projeto de lei 30/1965, de 18/03/1965 - Abrange pelo disposto no artigo 1º da Lei nº 4102 de 04/09/1957, o tempo de serviço militar prestado fora do território do Estado.
- Projeto de lei 698/1964, de 17/06/1964 - Acresce um parágrafo único ao art. 20 da Lei 465, de 28/09/49 (Aposentadoria de Escreventes de Cartório e Oficial de Justiça).
- Projeto de lei 2881/1963, de 31/10/1963 - Faculta a reversão, no serviço cartorário, do ex serventuário ou do ex-escrevente aposentado por tempo de serviço.
- Projeto de lei 883/1963, de 03/05/1963 - Dispõe sobre elevação de 2ª. para 3ª. entrância a Comarca de Presidente Venceslau.
- Projeto de lei 522/1963, de 19/04/1963 - Dispõe sobre contagem de tempo de serviço público.
- Projeto de lei 42/1963, de 15/03/1963 - Estende os efeitos da Lei nº 4832 de 04/09/1958, aos beneficiários de servidores falecidos na vigência do citado diploma.
- Projeto de lei 165/1963, de 29/03/1963 - Concede pensão mensal ao Senhor José Batista dos Santos.
- Projeto de lei 1199/1962, de 05/10/1962 - Dispõe sobre a forma de pagamento do imposto de venda e consignações nos casos que especifica e dá outras providências.
- Projeto de lei 290/1962, de 04/05/1962 - Concede pensão mensal ao Senhor Antônio Honório de Souza.
- Projeto de lei 1332/1962, de 22/11/1962 - Dispõe sobre aproveitamento como extranumerários de estagiários de Oficial de Justiça, nas condições que especifica.
- Projeto de lei 1149/1962, de 20/09/1962 - Dispõe sobre alterar a redação do parágrafo único do Artigo 1º. da Lei n.º 6.945 de 06/09/1962, que dispõe sobre contagem de tempo de serviço prestado como serventuário e como escrevente de cartório não oficializado.
- Projeto de lei 1105/1962, de 12/09/1962 - Dispõe sobre dar nova redação ao Artigo 29 da Lei n.º 262, de 16/12/1946, dispondo sobre contagem de tempo de serviço prestado por Delegado de Polícia.
- Projeto de lei 1097/1962, de 11/09/1962 - Dispõe sobre contagem do tempo de serviço prestado por servidores estaduais, a estabelecimentos de ensino particulares que tenham passado para o Estado por desapropriação, encampação ou outro processo qualquer.

- Projeto de lei 957/1962, de 23/08/1962 - Dispõe sobre transferência de funcionário para a carreira de Fiscal de Rendas.
- Projeto de lei 919/1962, de 16/08/1962 - Dispõe sobre aplicar aos ferroviários o disposto na Lei n.º 6422, de 23/10/1961.
- Projeto de lei 726/1962, de 29/06/1962 - Concede 1 (um) dia de descanso semanal, aos servidores dos cartórios Civil das pessoas naturais, bem como seus escreventes e oficial maior.
- Projeto de lei 746/1962, de 28/06/1962 - Dispõe sobre isenção do imposto de vendas e consignações das vendas de medicamentos efetuados pelos Círculos Operários aos seus associados.
- Projeto de lei 704/1962, de 26/06/1962 - Dispõe sobre a criação do Serviço de Abastecimento da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.
- Projeto de lei 497/1962, de 04/06/1962 - Considera como risco de vida e saúde o trabalho dos Assistentes de Tráfego nas pistas e pátios de manobras de aeroportos.
- Projeto de lei 480/1962, de 29/05/1962 - Dispõe sobre a fixação dos vencimentos dos cargos de Tesoureiro e dá outras providências.
- Projeto de lei 425/1962, de 24/05/1962 - Dispõe sobre promoção, na aposentadoria, aos oficiais e praças da Força Pública.
- Projeto de lei 401/1962, de 19/05/1962 - Acrescenta dispositivos à Lei n.º. 819, de 31/10/1950, que dispõe sobre a forma de provimento dos Ofícios de Justiça.
- Projeto de lei 281/1962, de 03/05/1962 - Dá nova redação ao item VII, da letra "a", do artigo 20, da Lei n.º 819, de 31/10/50, que dispõe sobre contagem de pontos aos Oficiais do Registro Civil.
- Projeto de lei 280/1962, de 03/05/1962 - Dispõe sobre contagem em dobro do tempo de serviço prestado por serviço público ao Juizado de Menores.
- Projeto de lei 259/1962, de 26/04/1962 - Dispõe sobre o exercício de Delegado de Polícia.
- Projeto de lei 25/1962, de 15/03/1962 - Dispõe sobre revogar os Artigos 106 a 112 do Decreto 4405-A, de 17/04/1957 e o Decreto 30587, de dezembro de 1957 e autoriza o

Poder Executivo a ampliar, à necessidade, o quadro dos Delegados de Polícia substitutos.

- Projeto de lei 1378/1961, de 13/12/1961 - Dá nova redação ao artigo 19 da Lei nº 237, de 29/12/48, que dispõe sem sujeição aos regulamentos disciplinares dos oficiais e praças inativos.
- Projeto de lei 1046/1961, de 11/10/1961 - Dispõe sobre a instituição da Licença Especial aos Servidores da Justiça.
- Projeto de lei 553/1961, de 23/06/1961 - Fica isenta de pagamento de imposto sobre vendas e consignação a venda de imóvel novo, de passeio, de fabricação nacional feita a motorista de praça, que destine o veículo à utilização própria no serviço de transporte urbano de passageiros (taxi).
- Projeto de lei 186/1961, de 14/04/1961 - Altera dispositivos da Lei nº. 6043, de 20/01/1961, que dispõe sobre concessão de abono e de adicionais por tempo de serviço aos servidores civis e militares do Estado.
- Projeto de lei 1017/1960, de 04/10/1960 - Dispõe sobre concessão de pensão mensal à família do Servidor da Justiça e dá outras providências.
- Projeto de lei 582/1960, de 15/06/1960 - Dispõe sobre contagem de tempo de serviço de ferroviários para efeito de aposentadoria.
- Projeto de lei 614/1960, de 25/06/1960 - reabre o prazo de inscrição facultativa dos servidores que contarem mais de setenta anos de idade no regime de pensão mensal.
- Projeto de lei 1881/1959, de 04/11/1959 - Autoriza os funcionários públicos em exercício, com 35 anos de serviço, e que tenham período de licença prêmio contado em dobro, a gozarem essa licença ou receber os vencimentos correspondentes.
- Projeto de lei 475/1960, de 27/05/1960 - Dispõe sobre contagem de tempo de serviço público federal, estadual ou municipal, ou em autarquias ou serviços industriais estaduais, mesmo que prestado fora do Estado.
- Projeto de lei 1105/1959, de 09/06/1959 - Dá nova redação ao parágrafo único do art. 33 da Lei nº819 de 31/10/59 acrescentado pela Lei nº 2535 de 13/01/54, dispondo que os serventuários com mais de vinte anos de efetivos exercício, poderão inscrever -se em concurso p/provimento de ofício de qualquer natureza e classe

- Projeto de lei 439/1959, de 15/04/1959 - Altera a redação do artigo 2º da Lei n. 5134, de 07/01/59.
- Projeto de lei 1182/1958, de 17/07/1958 - Regula o provimento dos cargos de Chefe de Secção.
- Projeto de lei 709/1958, de 13/05/1958 - Altera dispositivo da Lei nº. 252, de 08/03/1949, que incorpora a gratificação aos vencimentos.
- Projeto de lei 705/1958, de 13/05/1958 - Estende as vantagens do Artigo 92 da Constituição Estadual ao ocupante de cargo público (contagem de tempo de serviço).
- Projeto de lei 203/1958, de 27/03/1958 - Institui as "Semanas Trabalhistas" e dá outras providências.
- Projeto de lei 1719/1958, de 25/09/1958 - Dispõe sobre auxílio para aquisição de medicamentos aos funcionários públicos aposentados por motivo de moléstia.
- Projeto de lei 1490/1958, de 26/08/1958 - Conta, para todos os efeitos, o período de afastamento do serviço, por motivo de moléstia, do funcionário com mais de 55 anos de idade e 20 anos de serviço público.
- Projeto de lei 706/1958, de 13/05/1958 - Conta o tempo em que o funcionário esteve afastado por motivo de licença para tratamento de saúde.
- Projeto de lei 157/1958, de 21/03/1958 - Regulariza situação de devedores dos mutuários da Caixa Econômica Estadual e do Instituto de Previdência por débitos contraídos na Carteira de "Casa Própria", atrasados nos pagamentos de suas prestações mensais.
- Projeto de lei 441/1957, de 28/05/1957 - Conta, para todos os efeitos, exceto percepção de vencimentos, o tempo de serviço prestado aos órgãos de informação por jornalista profissional funcionário público
- Projeto de lei 403/1957, de 21/05/1957 - Dispõe sobre o estabelecimento de normas para a incorporação aos respectivos vencimentos da gratificação concedida ao funcionário público por risco de vida ou saúde.
- Projeto de lei 1669/1957, de 18/10/1957 - Estabelece o período de 48 horas semanais ininterruptas, de preferência abrangendo o sábado e o domingo, para descanso dos servidores públicos civis do Estado

- Projeto de lei 441/1957, de 28/05/1957 - Conta, para todos os efeitos, exceto percepção de vencimentos, o tempo de serviço prestado aos órgãos de informação por jornalista profissional funcionário público
- Projeto de lei 403/1957, de 21/05/1957 - Dispõe sobre o estabelecimento de normas para a incorporação aos respectivos vencimentos da gratificação concedida ao funcionário público por risco de vida ou saúde.
- Projeto de lei 365/1956, de 25/06/1956 - Conta, para todos os efeitos legais, o tempo de serviço prestado na Cruz Azul de São Paulo pelos funcionários civis do Estado
- Projeto de lei 2/1956, de 15/03/1956 - Conta, para todos os efeitos, o período de afastamento do funcionário público por motivo de licença de tratamento de saúde, nos termos do artigo 94 da Const. do Est. ou do artigo 156 do Decreto-lei n. 12.273, de 28.10.41 e no exercício de cargo de provimento em comissão
- Projeto de lei 823/1955, de 02/12/1955 - Provimento de cargos vagos no Tribunal de Contas
- Projeto de lei 427/1955, de 07/07/1955 - Veda o desconto, na liquidação de tempo de exercício, para efeito de aposentadoria, das faltas justificadas.
- Projeto de lei 388/1955, de 23/06/1955 - Conta igualmente para os efeitos do adicional de que trata o artigo 98 da Constituição do Estado, o tempo de serviço prestado à União dentro do Estado de São Paulo.
- Projeto de lei 188/1954, de 20/04/1954 - Conta em dobro, para todos os efeitos legais, o tempo de serviço militar prestado na zona de guerra definida e delimitada pelo decreto federal n. 10.490-A, de 25.9.52, por funcionário público regularmente convocado pelas autoridades competentes
- Projeto de lei 187/1954, de 20/04/1954 - Regulamenta a concessão de licença-prêmio
- Projeto de lei 1258/1953, de 14/10/1953 - Altera a redação da alínea "a" do artigo 29 da Lei nº 569 de 29/12/49, que dispõe sobre contagem de pontos para efeito de promoção dos funcionários públicos.
- Projeto de lei 1085/1953, de 09/09/1953 - Permite, quando marido e mulher forem funcionários públicos, a licença prêmio que qualquer um dos dois tenha direito, poderá ser gozada por ambos, pela metade, desde que na mesma ocasião.

- Projeto de lei 1079/1953, de 09/09/1953 - Autoriza o servidor público estudante a assinar o ponto de entrada ao serviço com uma hora de atraso, ou o de saída uma hora antes de encerrar o expediente normal.
- Projeto de lei 580/1953, de 26/05/1953 - Concede oito dias de afastamento, sem prejuízos, ao servidor público de doar 500 grs. de sangue à banco de plasma existentes em hospitais de assistência médico gratuita.
- Projeto de lei 415/1953, de 30/04/1953 - Altera a redação de dispositivo do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.
- Projeto de lei 316/1954, de 04/05/1954 - Acresce à letra "a", do artigo 20 da Lei nº 819, de 31/10/50, dois itens.
- Projeto de lei 1212/1953, de 09/10/1953 - Revoga o § 1º do artigo 29 da lei nº 569, de 29 de dezembro de 1949.
- Projeto de lei 399/1953, de 28/04/1953 - Dá nova redação ao inciso I do artigo 2º. da Lei n. 262, de 16/3/49.
- Projeto de lei 384/1953, de 28/04/1953 - Aplica aos ocupantes interinos de cargos públicos o disposto no artigo 144, inciso IV, do Decreto-lei n. 12.273, de 28.10.41 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado)
- Projeto de lei 220/1953, de 15/04/1953 - Dispõe sobre a relotação, no Departamento de Estatística do Estado, dos funcionários do extinto Departamento Estadual de Estatística, que não foram abrangidos pelo art. 10 da Lei nº 877, de 04/12/50, e dos reclassificados pelo artigo 2º do Decreto-Lei nº 15.248, de 04/12/45.
- Projeto de lei 717/1952, de 29/07/1952 - Traça normas para promoção nas carreiras do funcionalismo policial
- Projeto de lei 1508/1952, de 03/12/1952 - Enquadra nas carreiras de químico e contador os cargos da carreira de perito criminal da tabela III da PP do quadro da Secretaria da Segurança Pública, por expressa disposição da Lei n. 1383, de 17.12.51, são de provimento por químico, farmacêutico e contador, e cujos ocupantes satisfaçam as exigências do artigo 2º. § 1º. Item V da presente lei

- Projeto de lei 1415/1952, de 26/11/1952 - Relata no Departamento de Estatística do Estado de São Paulo os funcionários do extinto Departamento Estadual de Estatística não atingidos pelo disposto da Lei n. 877 de 4.12.50
- Projeto de lei 784/1952, de 12/08/1952 - Dispõe sem concessão de licença prêmio aos funcionários públicos que não usufruíram dessa vantagem por motivo de licença para tratamento de saúde, faltas injustificadas ou penalidades administrativas, exceto as apuradas em processo regular.
- Projeto de lei 717/1952, de 29/07/1952 - Traça normas para promoção nas carreiras do funcionalismo policial
- Projeto de lei 1291/1951, de 03/12/1951 - Cria o Conselho dos Despachantes do Estado de São Paulo e dá outras providências
- Projeto de lei 1209/1951, de 19/11/1951 - Considera de efetivo exercício os dias em que o funcionário público tenha estado afastado do serviço nos termos do artigo 94 da Constituição Estadual
- Projeto de lei 1205/1951, de 14/11/1951 - Dispõe sobre contagem de tempo de serviço prestado por funcionário público em função de natureza militar ou relacionada com a guerra junto a órgãos militarizados, durante a última conflagração mundial de que o País participou, e dá outras providências
- Projeto de lei 1147/1951, de 30/10/1951 - Permite ao serventuário que haja exercido por mais de 15 anos as funções de escrevente a inscrição em concurso de promoção para ofício da mesma natureza e de qualquer classe
- Projeto de lei 1055/1951, de 05/10/1951 - Estende aos inspetores e guardas aposentados da Guarda Civil de São Paulo, as vantagens do artigo 3 da Lei n. 501, de 7.11.49, alterado pela Lei n. 920, de 21.12.50, sem direito a percepção de vencimentos atrasados (Promoção com vencimentos integrais)
- Projeto de lei 840/1951, de 17/08/1951 - Regula a fruição de férias não gozadas
- Projeto de lei 707/1951, de 10/07/1951 - Concede um auxílio de Cr\$ 50.000,00 à Guarda Noturna de Cachoeira Paulista.

- Projeto de lei 659/1951, de 26/06/1951 - Dispõe sobre pagamento da gratificação aos funcionários, prevista no art.8º do Decreto Lei nº14865 de 13/07/45, mesmo quando em gozo de férias regulamentares ou licença prêmio
- Projeto de lei 336/1951, de 19/04/1951 - Dispõe sobre aproveitamento como fiscais de rendas, dos escriturários lotados nos postos de fiscalização do Estado e nos Distritos Fiscais da Capital
- Projeto de lei 1473/1950, de 27/10/1950 - Concede uma subvenção anual de Cr\$ 1.500.000,00 à Caixa Beneficente da Força Pública
- Projeto de lei 1410/1950, de 07/10/1950 - Dispõe sobre contagem de tempo de serviço, para efeito de aposentadoria, dos titulares de cargos de operário, da tabela I da PS do quadro da Secretaria Pública e de cargos de artífice da tabela III da PP do mesmo quadro, prestado na Força Pública do Estado
- Projeto de lei 760/1950, de 30/05/1950 - Institui novas formas de empréstimo pelo Instituto de Previdência do Estado, aos funcionários com 25 anos ou mais de serviços públicos.
- Projeto de lei 157/1950, de 17/02/1950 - Concede auxílio de Cr\$50.000,00 à União Beneficente dos Operários da Repartição do Saneamento de Santos e dá outras providências.
- Projeto de lei 91/1950, de 08/02/1950 - Estende aos extranumerários do estado a licença prêmio.
- Projeto de lei 64/1950, de 07/02/1950 - Dispõe sobre a concessão de 30 dias de férias anuais aos servidores públicos do Estado com mais de 50 anos.
- Projeto de lei 61/1950, de 07/02/1950 - Dispõe sobre realização de concurso para o provimento de cargos públicos no funcionalismo civil do Estado e dá outras providências.
- Projeto de lei 1188/1949, de 03/12/1949 - Concede prêmio em dinheiro, igual a 12 vezes os vencimentos que percebe na ocasião, a todo servidor público que tenha cinquenta anos de serviço.

- Projeto de lei 20/1949, de 02/03/1949 - Dispensa da obrigação do curso secundário ou da Escola da Polícia os atuais escrivães, mensalistas provisórios com mais de um ano de exercício.

Anexo 2.5 - Projetos de lei não aprovados e ementas – outras áreas

- Projeto de lei 371/1968, de 24/08/1968 - Dispõe sobre alteração da Lei nº 8.675, de 29/01/1965, que dispõe sobre a concessão e auxílios e subvenções.
- Projeto de lei 40/1967, de 08/03/1967 - Dispõe sobre o restabelecimento, na Capital, do trânsito que prevalecia em 31/01/1967 (comissão para planejamento geral de trânsito na capital).
- Projeto de lei 485/1966, de 22/12/1966 - Dispõe sobre a denominação de "Rubem Berta" ao Aeroporto de Congonhas, na Capital.
- Projeto de lei 288/1966, de 22/09/1966 - Dispõe sobre acréscimo às "Notas Genéricas" do Regimento de custas de 14 dispendo sobre a cobrança em dobro, nas Comarcas de 1ª e 2ª entrância dos emolumentos constantes das Tabelas A, B, C, D, G, J, K, L, M e N.
- Projeto de lei 246/1966, de 25/08/1966 - Dispõe sobre modificação do artigo 75, nº III, da Lei nº 9205, de 28/12/1965, que dispõe sobre a organização dos municípios.
- Projeto de lei 232/1966, de 20/08/1966 - Dispõe sobre nova redação ao art.10 da Lei nº 784, de 30/08/1950, proibindo o trânsito de veículos de tração animal em estradas pavimentadas
- Projeto de lei 1478/1965, de 09/11/1965 - Dispõe sobre criação de um serviço estadual para o desenvolvimento do litoral - SEDEL.
- Projeto de lei 1471/1965, de 06/11/1965 - Dispõe sobre declaração de utilidade pública, a fim de ser desapropriado, do imóvel situado nesta Capital, destinado à instalação da Estação Rodoviária Estadual.
- Projeto de lei 1471/1965, de 06/11/1965 - Revoga a Lei n. 1.158 de 26.12.1908, mantendo-se a denominação de São Carlos do Pinhal.

- Projeto de lei 1132/1963, de 16/05/1963 - Dispõe sobre restabelecimento de denominação do município de São Carlos, para São Carlos do Pinhal.
- Projeto de lei 168/1963, de 29/03/1963 - Dispõe sobre a forma de pagamento de imposto de vendas e consignações incidentes sobre as operações com mercadorias arrematadas em leilão da Alfândega.
- Projeto de lei 1147/1962, de 20/09/1962 - Dispõe sobre isenção de Taxa de Serviços de Águas e Esgotos para qualquer imóvel que integre ou de futuro venha integrar o patrimônio da Liga das Senhoras Católicas do Estado de São Paulo.
- Projeto de lei 420/1962, de 21/05/1962 - Altera tabelas anexas à Lei 4831 de 28/08/1958 que dispõe sem regimento de Custas e Emolumentos Judiciais e Extrajudiciais.
- Projeto de lei 351/1962, de 10/05/1962 - Dispõe sobre modificar a redação de dispositivo da Lei Orgânica dos Municípios.
- Projeto de lei 293/1962, de 04/05/1962 - Concede um auxílio de Cr\$ 200.000,00 ao Santuário do Senhor Bom Jesus, de Tremembé, para reforma da igreja.
- Projeto de lei 292/1962, de 04/05/1962 - Concede um auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 ao Clube Atlético de Tremembé para construção de sua sede própria.
- Projeto de lei 291/1962, de 04/05/1962 - Concede um auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Conferência de São Vicente de Paula, de Tremembé, para reforma dos imóveis de sua propriedade.
- Projeto de lei 370/1961, de 24/05/1961 - Dispõe sobre autorizar o Poder Executivo a abrir, na Secretaria da Fazenda, um crédito especial de Cr\$ 500.000,00 destinado a aquisição de um trator a ser oferecido ao Sr. Fidel Castro, Primeiro-Ministro de Cuba, a fim de resgatar prisioneiros de guerra.
- Projeto de lei 1927/1959, de 19/11/1959 - Revoga o artigo 5º da Lei nº 5.113, de 31/12/58, que dispõe sobre as tributações em produtos manufaturados.
- Projeto de lei 1476/1959, de 04/08/1959 - Modifica a Lei nº 997 de 13 de abril de 1951.
- Projeto de lei 1383/1959, de 17/07/1959 - Suspende, até a regulamentação dos artigos 124 e 133 da Constituição do Estado, a concessão de novos auxílios ou subvenções a instituições particulares de qualquer natureza.

- Projeto de lei 1364/1959, de 15/07/1959 - Dispõe sobre a regulamentação do parágrafo do artigo 72 da Constituição Estadual.
- Projeto de lei 1359/1959, de 15/07/1959 - Altera a redação do artigo 3º. da Lei nº. 252.
- Projeto de lei 1358/1959, de 15/07/1959 - Dispõe sobre estabelecimentos de isenção de emolumentos, taxas, impostos ou alvarás para porte e os atestados de antecedentes ou outros documentos que forem exigidos para expedição daqueles e dá outras providências.
- Projeto de lei 1353/1959, de 15/07/1959 - Revoga disposição da Lei nº. 4571, de 03/01/1958.
- Projeto de lei 397/1959, de 13/04/1959 - Transforma o Distrito de Obras Sanitárias do Guarujá em autarquia estadual, denominada Departamento de Serviços Públicos do Guarujá, dispõe sobre sua reorganização e dá outras providências.
- Projeto de lei 13/1959, de 16/03/1959 - Isenta do imposto de selo, os atos regulados por lei estadual, os do serviço de sua justiça e os negócios de sua economia.
- Projeto de lei 1226/1958, de 23/07/1958 - Isenta de emolumentos, taxas ou impostos os alvarás para porte de armas e os atestados de antecedentes ou outro documento, exigidos para expedição daqueles.
- Projeto de lei 199/1958, de 27/03/1958 - Revoga as alíneas "a" e "b" do § 5º do artigo 1º da Lei 4571, de 03/01/58, bem como a expressão "salvo", constante do mesmo parágrafo, "in fine".
- Projeto de lei 52/1958, de 18/03/1958 - Dispõe sobre a regulamentação do parágrafo único do artigo 72 da Constituição do Estado.
- Projeto de lei 664/1957, de 03/07/1957 - Dispõe sobre a criação do selo denominado "Assistências aos Inventores".
- Projeto de lei 519/1957, de 07/06/1957 - Cria o gabinete do Vice-Governador do Estado
- Projeto de lei 21/1957, de 15/03/1957 - Dispõe sobre elevar para Cr\$ 4.000,00 a pensão concedida ao Sr. Paschoal Luchesi, pela Lei n.º 3.645 de 18/12/1956.
- Projeto de lei 539/1956, de 20/08/1956 - Doação de terras aos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932

- Projeto de lei 543/1955, de 23/08/1955 - Extensão das vantagens do artigo 30, letra "d", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, aos participantes ativos da Revolução de 1932, ora exercendo cargos públicos.
- Projeto de lei 391/1955, de 24/06/1955 - Amplia o artigo 96 do Decreto-lei nº. 12.273, de 28/10/1941.
- Projeto de lei 348/1955, de 16/06/1955 - Obriga ao uso do luminoso com o dizer "Taxi", sobre a parte anterior da capota, os automóveis de aluguel para passageiros das cidades de população urbana superior a 20.000 habitantes.
- Projeto de lei 331/1955, de 15/06/1955 - Dispõe sobre doações de terras aos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932.
- Projeto de lei 1543/1953, de 28/12/1953 - Abertura de crédito especial, de Cr\$ 1.125.000,00, destinado à suplementação da verba n. 1-8.00.0 do orçamento vigente e item 041 das respectivas tabelas explicativas
- Projeto de lei 1110/1953, de 15/09/1953 - Eleva de 2ª para 3ª entrância a Comarca de Catanduva.
- Projeto de lei 581/1953, de 26/05/1953 - Cria na Cidade de Cachoeira Paulista um Conservatório Dramático e Musical.
- Projeto de lei 600/1953, de 21/05/1953 - Dá nova redação aos artigos 8º., 25,26 e 32 da Lei n. 819, de 31.10.50
- Projeto de lei 443/1953, de 06/05/1953 - Dá nova redação ao artigo 2º da Lei 387 de 27/07/49, modificado pelo artigo 1º da lei 1912 de 24/11/52.
- Projeto de lei 358/1953, de 27/04/1953 - Dá nova redação ao parágrafo único do artigo 2º. da Lei n. 2054, de 24 de 12 de 1952
- Projeto de lei 717/1952, de 29/07/1952 - Traça normas para promoção nas carreiras do funcionalismo policial
- Projeto de lei 694/1952, de 08/07/1952 - Abre um crédito especial de Cr\$ 37.500.000,00 (trinta e sete milhões e quinhentos mil cruzeiros) suplementar à verba n. 2-8.98.4 - Despesas Diversas, do orçamento
- Projeto de lei 407/1952, de 28/05/1952 - Eleva para Cr\$ 5.000,00 mensais a pensão concedida ao sr. Francisco de Assis Cintra pela Lei n. 289 de 19.5.49

- Projeto de lei 925/1951, de 06/09/1951 - Altera a redação do item 156 do artigo 1º. da Lei n. 971, de 12.251, que dispõe sobre concessão de auxílios
- Projeto de lei 919/1951, de 05/09/1951 - Altera os artigos 6º. e 7º. da Lei n. 1095, de 3.7.51
- Projeto de lei 651/1951, de 22/06/1951 - Cria uma "Casa da Lavoura, em Ariranha
- Projeto de lei 1007/1950, de 12/07/1950 - Dispõe sobre inscrição nos concursos de remoção, disciplinado pelas Leis n.º 240 de 16.2.49 e 515 de 25.11.49.
- Projeto de lei 850/1950, de 11/06/1950 - Altera a redação do artigo 2º da lei n. 199 de 1.12.48.
- Projeto de lei 383/1950, de 10/04/1950 - Concede ao Sr. João Silvio Dinarte Proco uma pensão mensal de CR\$ 1.500,00.
- Projeto de lei 312/1949, de 13/05/1949 - Revoga a lei que considera de utilidade pública a Sociedade Paulista de Trote.
- Projeto de lei 424/1949, de 30/04/1949 - Emenda nº 49 destacada do Projeto de Lei nº 499/48.
- Projeto de lei 425/1949, de 26/04/1949 - Efetiva no cargo de Chefe de Secção, padrão "P", o encarregado da Secretaria de serviço de Identificação. (Emenda n.50, destacada do projeto de Lei n.499/48)
- Projeto de lei 474/1949, de 25/04/1949 - Efetiva no cargo de Chefe de Secção, padrão "P", o ocupante do cargo de escriturário classe "K" lotado no Departamento Jurídico da Secretaria da Justiça, que se encontra em exercício na Subprocuradoria Fiscal em Santos, desempenhando as funções de chefia. (Emenda n.39, destacada do projeto de Lei n.291/48)
- Projeto de lei 40/1949, de 07/03/1949 - Dispõe sobre concessão de auxílios e diversas instituições.
- Projeto de lei 20/1949, de 02/03/1949 - Dispensa da obrigação do curso secundário ou da Escola da Polícia os atuais escrivães, mensalistas provisórios com mais de um ano de exercício.